



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTIVEIS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1674/03	DATA: 14/10/03
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 01h14min	DURAÇÃO: 09h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 09h28min	PÁGINAS: 279	QUARTOS: 114

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO - Proprietário da COSAN S.A. Indústria e Comércio.  
CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA - Sócia da empresa Apolo Petróleo Ltda.  
ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Advogado da empresa Apolo Petróleo Ltda.  
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS - Diretor de Abastecimento da PETROBRAS.  
LUIZ RODOLFO LANDIM - Presidente da BR Distribuidora.  
CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE - Gerente-Executivo de *Marketing* e Comercialização da PETROBRAS.  
JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR - Gerente-Geral de Comercialização de Produtos Especiais da PETROBRAS.  
ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR - Gerente-Geral de Comércio Interno da PETROBRAS.  
IVAN SÉRGIO PACHECO - Gerente de Operações da BR Distribuidora.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Apreciação e votação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.  
Há oradores não identificados.  
Há termos ininteligíveis.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.  
A reunião foi suspensa e reaberta.  
Há exibição de imagens.  
Houve tumulto no plenário.  
Grafias não conferidas: Indústrias Boenain; REAC Produtos Químicos Ltda.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. A Ordem do Dia da presente reunião destina-se à audiência pública para tomar depoimento do Sr. Rubens Ometto Silveira de Mello, proprietário da COSAN Indústria e Comércio. Antes, quero passar para o Relator, porque tenho uma comunicação a fazer. Gostaria de chamar o Sr. Rubens Ometto Silveira de Mello, proprietário da COSAN S/A Indústria e Comércio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, na última reunião que tivemos aqui, veio o representante de uma empresa, da UNICA, que é uma associação de classe que representa várias empresas de álcool de São Paulo. Quero aqui fazer mea-culpa quando permiti, naquele instante, cedi a minha hora de fazer as perguntas ao ilustre Deputado Lupion, que estava aqui, que é do Paraná, que conheci e, pelo tratado que veio das suas mãos, vi que ele era conhecedor do assunto. Cedi para, depois, perguntar. Perguntar depois. Não tive oportunidade de fazê-lo porque, no atropelo de tantos depoentes no mesmo dia, o mesmo que está acontecendo hoje, está sendo impossível gerir os trabalhos de uma forma que as coisas possam fluir, e as perguntas sejam feitas. Naquele instante, o representante da UNICA fez algumas colocações aqui, Sr. Presidente, e não tive como contestá-lo depois, porque uma das coisas que perguntamos era se as empresas de álcool sonegavam, e fomos respondidos que não, que as empresas de álcool não sonegam etc. E, no próprio depoimento do representante da UNICA, ficou claro e evidente quando ele disse que 35% do álcool é sonegado no Brasil. Então, há realmente uma controvérsia e, mais ou menos, o que aconteceu aqui: nós interpelamos quando veio aqui o Carrefour depor, e o depoente faltou com a verdade. Então, Sr. Presidente, naquele instante, naquele instante, eu acho, salvo melhor juízo — e V.Exa. é o juiz dessa contenda —, faltou com a verdade o representante da UNICA aqui quando disse que o setor de álcool não sonega. Mas, Sr. Presidente, essa é uma constatação, um desabafo que faço neste instante. Mas, na verdade, a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é que nós hoje vamos... Temos 6 pessoas, 6 pessoas. Devemos enveredar pela noite adentro se tudo transcorrer na paz...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Assim, se Deus permitir. Na paz do Senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - ...na tranquilidade e serenidade. Convidamos também a PETROBRAS Distribuidora, uma empresa estatal que faz 50 anos. Sem dúvida nenhuma, é uma empresa que tem grandes serviços prestados ao Brasil. Em homenagem a essa empresa, Sr. Presidente, em homenagem ao Brasil, aos 50 anos que a PETROBRAS faz, proponho aqui uma inversão de pauta. Proponho que seja ouvida, em primeiro lugar, a PETROBRAS Distribuidora, e o Presidente da PETROBRAS, que se dispõe a depor, ficou em último lugar. Que eles sejam ouvidos aqui numa deferência — uma empresa estatal que tantos serviços tem prestado, Sr. Presidente. Não é cabível, não tem cabimento deixarmos a PETROBRAS ser a última. Além do mais, Sr. Presidente, acho que a problemática do álcool não foi tratada devidamente por esta CPI. Nós só temos apenas a UNICA. Só para concluir, Sr. Presidente. E acho que nós devíamos... E conversei com o Deputado Rubem Santiago hoje e acho que nós devíamos abordar esse assunto com mais profundidade. Os Deputados Rubem Santiago e Rogério, que são os 2 Deputados que conhecem bem o problema, estão esperando documentos que estão querendo trazer a esta Casa, a esta Comissão, subsídios para que possamos realmente aprofundar essa questão. E mais: ontem, V.Exa. deve ter assistido ao *Jornal Nacional*. No Rio de Janeiro, sua cidade, onde V.Exa. é votado e tantos outros Deputados que estão aqui, a máfia é do álcool. E que nós só começamos a abordar esse assunto agora, Sr. Presidente, no final da CPI. Por isso, acho, Sr. Presidente, que devíamos tratar esse assunto com a mesma relevância com que viemos tratando a sonegação, com que tratamos o problema da juíza, Sr. Presidente. Outra coisa, Sr. Presidente. Fui informado também pelo Deputado Rubem Santiago que a distribuidora Total, os representantes dessa empresa estão presos e não conseguiram o *habeas-corpus*. Isso, Sr. Presidente, tem de ser registrado. A imprensa não dá essas coisas! Mas nós precisamos que isso... Isso é fruto, sem dúvida nenhuma, do trabalho da CPI de Pernambuco, mas também fruto do seu trabalho à frente desta CPI, Sr. Presidente, do nosso trabalho aqui, que já está dando frutos, bons resultados. As coisas não são imediatas. Tenho certeza de que o Relator está preparando seu relatório, e isso é uma coisa que vai dar



resultado a médio e longo prazos. Mas as coisas já estão acontecendo por aí e não são registradas, não se faz justiça ao trabalho desta CPI, ao trabalho de V.Exa., Sr. Presidente. Portanto, proponho aqui, neste instante, a inversão de pauta. Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só queria informar ao nobre Deputado José Carlos Araújo que, logo ontem, à noite, quando o nobre Deputado passou essa informação da relação da questão da PETROBRAS, do Rogério Manso, tentamos fazer todos os contatos, porque acho que é importante a PETROBRAS ser a primeira. O problema é que a PETROBRAS não chegou, e nós avisamos. Tivemos essa preocupação. Quero louvar a preocupação do nobre Deputado, que tem de ser uma preocupação coletiva. A gente tentou e, da minha parte, da Presidência, só se algum Deputado declinar que não, mas da minha parte... Logo, quando a PETROBRAS, o Sr. Rogério Manso chegar, a gente faz a nível da audiência. Quero dizer a todos os Deputados: se a pauta nossa está apertada não é devido à condução da Presidência. Quer dizer, nós tivemos 2 fatos semana passada, que foram 2 fatos alheios à nossa vontade. Então, vamos apertar, porque temos um calendário: na semana que vem, dia 23, quarta-feira, nosso Relator apresentará o nosso relatório. Então, temos uma coisa concreta. Não quero decidir se é ou se não é. Temos uma coisa concreta que, no dia 23, o Relator vai fazer. Então, eu queria passar... Nobre Deputado...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Na esteira daquilo que foi colocado pelo nobre Deputado Araújo, da reunião passada, realmente ficou claro para todos nós, e acho que o objetivo desta Comissão é perseguir e encontrar o ponto, o epicentro da sonegação. Ficou claro esse ponto que S.Exa. acaba de levantar. O depoente declarou e repetiu, e foi a minha pergunta, que as usinas, no Estado de São Paulo — pelo menos ele só pode falar por São Paulo —, não têm como sonegar, porque não são elas que recolhem o imposto, e, ao mesmo tempo, declarou que havia realmente uma percentagem, não me lembro se de 30%, uma estimativa, é isso, de sonegação. Portanto, acho que cabe a nós, para ter capacidade de perquirir, de ir fundo, trazer alguém que nos diga onde está esse ponto de sonegação. Quem recolhe? É a distribuidora, é o dono do posto final, é aquela TR, TRT? Onde está esse ponto? Se não é a usina que recolhe, ela não



tem como sonegar, ela não tem como... Não cabe a ela recolher o imposto. Mas esse é um ponto que, acho, devemos... Para ganhar tempo, porque nosso tempo é muito precioso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu só queria pedir aos nobres Deputados... Acho que esse debate, acho que o Deputado José Carlos Araújo foi extremamente feliz ao levantar. Só que nós temos um rol de pessoas para serem ouvidas. O nobre Deputado Rogério Silva depois... Vai lá, Deputado Eduardo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, apenas para... Sr. Presidente, Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria que V.Exa. fosse bem breve.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Serei breve, Sr. Presidente. A princípio, não estava concordando com o que disse o Deputado José Carlos Araújo com relação à inversão de pauta. Acontece que, observando, depois da audiência do Dr. Eduardo, da UNICA, a transcrição das palavras do Deputado Paulo Rubem e de outros Deputados que já haviam feito alguma observação sobre empresas do setor do álcool e para que não paire nenhuma dúvida sobre a responsabilidade que esta CPI, de certa forma, dirigiu à nossa pessoa com relação à dinâmica do álcool, fatos novos têm ocorrido, apontando para algumas irregularidades que são de interesse do próprio setor apurar. Então, não quero ser empecilho para isso, para que não paire nenhuma dúvida. Portanto, se ficar decidido, mesmo que não seja inversão de pauta com a PETROBRAS, mas com os outros depoentes, gostaria de ouvir o Deputado Paulo Rubem e o Deputado Rogério, que ficaram de fazer conosco um trabalho em conjunto sobre a questão do álcool. E não seria justo eu, como autor do requerimento, endurecer neste momento ou causar qualquer tipo de empecilho para que a discussão seja ampla, mesmo sabendo que temos um tempo. E V.Exa. tem sido paciente com relação ao andamento da CPI, para que as coisas ocorram na mais absoluta clareza. Portanto, gostaria de conversar mais com o Deputado Thame, que, tenho a impressão, com a saída da Deputada Rose de Freitas, deve colaborar com sua experiência, com seu conhecimento do setor. Portanto, não queria ficar em posição isolada nesse sentido e ser empecilho para que as coisas ocorram da forma que devem ocorrer. Essa a minha posição, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Lupion.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana, é óbvio que o trabalho desta Comissão, a partir de uma reportagem que foi feita ontem, passa a ter uma cobrança, se já era grande, multiplicada por muitos. Nós, conversando com vários companheiros desta Comissão, imaginávamos tratar desse assunto profundamente não só com uma empresa, mas com várias empresas, vários segmentos, para saber exatamente onde está o nó górdio da questão, para podermos permitir ao nosso eficiente Relator tomar as providências necessárias, sugerir e cobrar a necessidade. Os depoimentos isolados, sem conseguirmos, um dia, fazer o contestatório, tão necessário numa CPI, que possamos fazer efetivamente colocar na mesa aquilo que teríamos vontade de perguntar, porque fazer inquirição de uma empresa é uma coisa muito simples, é uma coisa extremamente simples. Agora, fazer o contraditório dentro de uma Comissão acho que é o nosso papel. Então, nessa conversa que tivemos, acho que enriqueceríamos muito o debate nessa inversão de pauta. Amadureceríamos a idéia vendo quem mais podemos trazer. O Deputado Rogério Silva mostrou uma lista de dezenas de empresas. Tem empresas que têm 500, 500 notificações na Receita Federal! Então, isso eu acho que é importante fazermos. Nós, em vez de hoje fazermos o assunto álcool, esgotarmos esse assunto das distribuidoras, como já temos aqui, e, na próxima semana ou na hora que V.Exa. quiser, faríamos essa... com a possibilidade de fazer esse assunto. Então, queria fazer um apelo a V.Exa., para poder fazer essa inversão da pauta, para podermos ouvir as distribuidoras e tentar chegar a um consenso, para conseguir fazer esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só para afirmar que a pauta de hoje está mantida. A pauta é a mesma, a pauta é a que está mantida. A única questão é a inversão, dando prioridade, dando prioridade ao Rogério Manso, da PETROBRAS. Então, a pauta está mantida. Nós vamos até a hora que Deus quiser, porque é a hora que Deus desejar. Então, Deputado Luciano Zica.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de dizer que, para mim, não importa muito a ordem dos fatores. Acho que é importante que tenhamos todas as audiências que estão programadas. Eu gostaria de ter da Presidência a informação de quais foram os horários que foram passados para cada



depoente, porque não adianta mudarmos a ordem se o depoente foi chamado para outro horário. Particularmente, acredito que esta CPI está chegando num momento em que cumpriu um papel extremamente importante, mas que chegou também no seu limite do ponto de vista investigativo. Acho que as contribuições que teremos são contribuições mais no sentido de propostas de mudança na legislação, como havia proposto o Relator. Acho que a dificuldade... Acho que temos de tentar quebrar sigilos de algumas empresas que têm... de pessoas que têm envolvimento claro e comprovado, mas acho que o Ministério Público e a Polícia Federal estão nos atropelando com atitudes como as ocorridas semana passada, em Minas, como as levantadas pelo Ministério Público em São Paulo. Infelizmente me considero frustrado, porque não consegui cumprir minha parte nessa tarefa, que era exatamente de fazer diligências. E não tenho vocação para cumprir o papel de polícia, mas me sinto frustrado. Mas acredito que nós devemos manter a ordem. Então, queria pedir ao Presidente que declinasse os horários para os quais foram dirigidas as convocações e se há confirmação da presença de todos os convocados. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só para a gente dar uma informação. Seria, não é mais, às 14 e 30, o Sr. Rubens, da COSAN; às 16h, o Sr. Dirceu, só o Sr. Dirceu; às 17h30min, Ary Natalino; às 19h, Carolina de Medeiros; 20h, Luiz Rodolfo Landim; e Rogério Manso, 20h.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Fala, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Quero aqui me contrapor ao que estou ouvindo e quero, sem sombra de dúvida, tentar puxar uma discussão. Acho que deveríamos fazer um grande esforço, primeiro, para a continuidade da CPI, porque ela está a deixar a todos nós sem muitas respostas. O álcool está sem resposta na CPI. Acho, como estamos vendo que o Ministério Público, a Polícia Federal estão tomando iniciativas que nós poderíamos, inclusive, ajudá-los no procedimento, é porque não estamos avançando como deveríamos avançar. Então, neste momento, acho que a prorrogação da CPI deveria ser desta Comissão prerrogativa inicial. Nós já aceitamos o fechamento de uma CPI sem respostas nos deixa também sem darmos a resposta necessária para o público e o povo que está



esperando uma resposta e aos setores que precisam ter a certeza de que a impunidade vai terminar. Portanto, é a minha palavra para se contrapor na discussão aqui de que deveríamos, inicialmente, paralisar tudo o que estamos fazendo e prorrogar a CPI, porque, se acabar do jeito que está acabando, a CPI vai ficar, acho, manchada em tudo que ela queria fazer, porque acho que a intenção de todos aqui era dar uma resposta a essa sonegação absurda, e não vamos poder ajudar em alguns setores como estamos aqui, hoje, afirmando. Portanto, Sr. Presidente, é só uma questão de me contrapor ao que se está falando, porque nós estamos deixando nesta CPI muito a desejar, pelo que estamos podendo obter aqui.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui informar aos nobres Deputados que alguns fatos novos têm ocorrido nas últimas 72 horas, fruto não apenas dos contatos que esta CPI tem feito com as autoridades federais e estaduais que atuam no combate à sonegação, mas também pela continuidade das investigações que foram iniciadas com a CPI estadual de Pernambuco e a CPI do Estado da Paraíba. Estão presos 3 dos 4 sócios controladores da Total Distribuidora de Petróleo, e, embora tenham tentado um *habeas corpus* no Tribunal de Justiça de Pernambuco, esse *habeas corpus* foi negado pelo Tribunal de Justiça, e já estão com prisão preventiva decretada mais 4 empresários, dos quais o empresário controlador de uma distribuidora que é a cabeça de toda a estrutura de sonegação e de comercialização indevida do álcool, que foi aqui por nós conhecida no depoimento da testemunha que está sob proteção federal, bem como no depoimento do ilustre Promotor Público do Estado da Paraíba, Dr. Otávio Paulo. Então, esses fatos colocam novos encaminhamentos a esta CPI, especialmente a aprovação de um requerimento que está em pauta, para que se proceda à quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico das empresas envolvidas no processo. O que foi pedido pelo Ministério Público da Paraíba ao Tribunal de Justiça daquele Estado, e, lamentavelmente, desde fevereiro, o Poder Judiciário da Paraíba não se dignou a responder “sim” ou “não” ao pleito do Ministério Público. Ao mesmo tempo, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, que foi o responsável





pela petição da prisão preventiva, acaba de conseguir, como já disse, a decretação da prisão preventiva de mais 6 empresários, dos quais alguns que integram, como está nos autos do processo da Paraíba, nos arquivos desta CPI, 11 volumes de investigações, uma das maiores redes de sonegação do álcool, envolvendo Estados como Pernambuco, Paraíba, Ceará e o Estado do Pará. Então, nós cremos que, pelas ações encetadas pelo Ministério Público, com a compreensão e acolhida do Poder Judiciário, nós temos fatos novos envolvendo a questão do álcool. Já estavam pautados por esta CPI como um dos focos a serem adotados na continuidade das investigações. E eu apenas apelaria, frente a essa longa jornada de depoimentos, que nós não nos dispersássemos e pudéssemos, hoje, votar o requerimento que já está na pauta desde a sessão antecedente e outro requerimento que nós estamos encaminhando também e que já tem como lastro a decisão da Justiça do Estado do Estado de Pernambuco e a manutenção da prisão pelo Tribunal de Justiça do meu Estado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Rogério Silva. Eu quero pedir... Eu sei que sou um cara muito liberal na condução. As outras Presidências botam o relógio do lado, batem, mas eu acho que a postura nossa não tem que ser essa na Casa. Eu acho que a postura... A nossa CPI tem um trabalho a fazer, e eu sou... Eu acho que a gente não pode sair daqui com dúvida de nada. Mas eu peço um pouco que a gente seja um pouco rápido, para a gente começar as nossas audiências. Deputado Rogério Silva.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu gostaria de me desculpar antecipadamente com V.Exa., porque eu não vou ter condições de ser tão breve nas minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Olha só, em respeito ao nobre Deputado Rogério Silva, que está fazendo um excelente trabalho de pesquisa, tudo o que... À imprensa, que está aqui... Se vocês quiserem procurar uma pessoa, hoje, que tem toda a pesquisa e que tem que estar no nosso relatório, ela se chama Rogério Silva. Esse homem está fazendo um trabalho de pesquisa... O que vocês perguntarem... Então, por isso, Deputado Rogério, eu acho que é um prejuízo, com a



dedicação de meses que V.Exa. está tendo, V.Exa. falar 15, 20 minutos. Se dependesse desta Presidência, V.Exa. teria que tomar assento aqui e abrir este caderno que V.Exa. tem, e nós passaríamos o dia todo só com V.Exa. falando. Se dependesse da Presidência. Mas não é assim, entendeu? Eu estou dizendo que é um prejuízo a todo o seu trabalho. Seu e de sua assessoria, que fizeram com todo o carinho. É um grande prejuízo. Eu só digo isto: é um grande prejuízo. Por isso, nobre Parlamentar, tem a palavra, mas eu quero que seja rápido e objetivo.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, agradeço a deferência sobre a questão dos trabalhos que a gente tem realizado, mas eu não poderia deixar de passar aqui aos nobres companheiros desta CPI alguns assuntos que eu vou estar levantando sobre as notas taquigráficas da audiência pública passada, do Sr. Eduardo Pereira de Carvalho. E aqui eu queria citar alguns trechos que ele aqui pronunciou. Resumindo, disse: *“Pelo fato de poder falar, aqui, em nome dos produtores de álcool e açúcar do Estado de São Paulo, como Presidente da UNICA, somos responsáveis pela representação institucional do setor, e não há, talvez, assunto mais relevante para nós, produtores de álcool,”* — ele se colocando na posição de produtor — *“não só em São Paulo, mas no Brasil”*. E, aí, ele vai discorrendo o seu discurso. E diz lá embaixo: *“Somos os maiores produtores de álcool etílico do mundo, com uma produção este ano de 13,5 bilhões de litros”*. E discorrendo o seu discurso, ele vem, na sua apresentação, dizendo: *“Começamos a ver, neste momento, sinais muito importantes de uma retomada nova e moderna de um mercado para o álcool. Chegamos à produção de 10 bilhões de litros há 3 anos atrás e hoje já estamos com treze bilhões e meio de litros. E temos, ainda, capacidade ociosa nas nossas usinas para produzir mais 3 bilhões de litros sem um centavo de investimento, desde que exista mercado para isso”*. Lá na frente, ele continua discorrendo: *“No interesse de manter o mercado ativo e promissor, estamos produzindo este ano mais 1 bilhão de litros a mais do que no ano passado, para alimentar um mercado que refloresce com a introdução de novos”*. E aqui vêm os fatos que eu quero destacar para esta Comissão. Ele diz aqui o seguinte: *“Há um ano e meio atrás, decidi por uma reforma importante no que diz respeito aos tributos do combustível, ao aprovar a Emenda nº 33, que criou a CIDE, e que possibilitou a uniformização das alíquotas dos ICMS, como prevê o item 33 da*



*reforma constitucional. Infelizmente, até hoje,” — declaração dele —, “tal item não foi regulamentado. E talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não houvesse medida mais importante a ser adotada que trabalhar em cima dessa regulamentação. Quem sou eu para sugerir aos senhores qual é a sua pauta de trabalho? Jamais ousaria fazer isso. Quero lembrar, no entanto, que a desconformidade das alíquotas do ICMS é, certamente, a causa número 1, pelo menos, no que diz respeito à comercialização do álcool hidratado. Explico: as usinas produzem o álcool e são obrigadas a vender álcool combustível exclusivamente às empresas distribuidoras, assim qualificadas pela Agência Nacional do Petróleo. As usinas são proibidas de comercializar álcool combustível, a não ser diretamente para as distribuidoras assim qualificadas. Essas usinas vendem FOB, ou seja, elas vendem o produto na porta de suas usinas aos compradores, nomeadamente distribuidoras de combustível, assim regulados pela ANP, volto a repetir, e a distorção mais conhecida é a distorção do destino, uma vez que o destino que esse álcool assume a partir da saída da usina é de responsabilidade da distribuidora. Ora, nós sabemos que uma parcela do álcool que se declara com um destino para outros Estados finda sendo descarregada dentro do próprio Estado. E como você tem alíquotas múltiplas do ICM, isso dá origem a uma forte sonegação. O ICM em São Paulo chega a 25% nos variados Estados. A moda é de 25%, mas há Estados que cobram até 30%, ou outros até 20%, 22% no álcool destinado a seus mercados internos em São Paulo”. E assim por diante, Sr. Presidente. Aqui, na taquigrafia, está claramente que o Sr. Eduardo concorda com a sonegação fiscal, com a sonegação tributária do setor alcoolizado. E, puxando essa taquigrafia, eu resolvo apresentar um requerimento de convocação, novamente, do Sr. Eduardo, aqui, novamente sob juramento, para ele dar nome às usinas que fazem essa... A produção de notas fiscais para dentro e para fora do Estado de São Paulo. E também apresentando requerimento para que os representantes da COPERSUCAR venham justificar aqui a esta CPI as diferenças do volume de álcool hidratado comercializado pelas distribuidoras e o volume de álcool hidratado declarado pelas usinas ao Ministério da Agricultura. As diferenças são extremamente grandes, e eles precisam vir aqui fazer essa justificativa. Apresento também, Sr. Presidente, o requerimento para... E eu quero citar aqui o nome do Presidente da COPERSUCAR, Sr. Hermilindo Ruete de Oliveira,*



Presidente do Conselho de Administração, e o Sr. Antônio José Zillo, Conselheiro da COPERSUCAR. Ao Sr. Antônio José Zillo, que já citei; ao Presidente da Açucareira Corona, Sr. Sócrates Nasser, também para virem prestar esclarecimentos, e ao Presidente da Açucareira Quaiá. Faço esse pronunciamento, Sr. Presidente, por 2 questões: para responsabilizar o Sr. Eduardo pelo fato declarado aqui, nesta CPI, naquele dia em que esteve em audiência pública. E aqui faço o requerimento de pessoas ligadas à UNICA, com essas diferenças de movimentação. E que essas pessoas possam ser convocadas juntas, para estarem aqui nesta CPI prestando esse esclarecimento, e nós responsabilizando essa situação desse transporte de combustível diferenciado entre os Estados e até a indústria de produção de notas fiscais, que ele aqui declarou nesta CPI como o responsável pelo setor presidindo a UNICA. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, vai acrescentar alguma coisa a mais?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sim, a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, eu peço em nome daquele que está lá em cima. Pelo amor de Deus! Porque, senão, daqui a pouco, nós vamos... Por isso é que eu tinha dito... Eu tinha dito que o nobre Deputado Rogério Silva, que o depoimento... Nós vamos aqui acatar uma posição: na quinta-feira, de manhã, nós vamos fazer uma reunião que é reunião deliberativa, uma reunião deliberativa. Então, hoje, aqui, pode-se falar tudo, mas não vai deliberar nada. Só se o Plenário... Quem decide aqui é o Plenário. Se o Plenário decidir que nós devemos fazer uma reunião deliberativa, o Plenário decide. A Presidência... A posição da Presidência é que, quinta-feira, a gente vai... Nós vamos fazer uma reunião deliberativa. Na reunião deliberativa de quinta-feira, nós podemos, 9h da manhã, na quinta-feira... E, na reunião deliberativa, o nobre Deputado Eduardo Gomes já vai entrar com um requerimento para pedir que, na terça-feira que vem, seja uma audiência só para escutar a questão do álcool, só para a questão do álcool. Então, era isso. Eu não sei...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Com essas observações, Sr. Presidente, eu absolutamente retiro o meu pedido de...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu ia corroborar o que V.Exa. está dizendo. Eu acho que V.Exa. já... Eu ia solicitar alguma coisa, mas V.Exa. disse que vai haver uma deliberativa na quinta-feira. Acho que deveríamos passar, então, à oitiva dos convocados, para que nós possamos concluir. Porque, senão, daqui a pouco, nós vamos precisar de novo ter mais um dia para ouvir os depoentes, e não há mais tempo. Se terça-feira vai haver um requerimento para ver o dia do álcool, também, talvez, precisemos do dia do solvente. Então, nós vamos conseguir ter relatório quarta-feira. Então, nós vamos precisar, realmente, fazer mesmo. Eu não sou contra, não. Eu só acho que vamos ouvir. Pelo menos, a gente ganha tempo. Aqui, tem gente hoje de álcool, de solvente, de tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos lá, bom baiano.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, eu concordo com tudo o que está aí. Eu acho que devemos ouvir. Agora, somente uma colocação do Deputado Luciano Zica, com todo o respeito e carinho por S.Exa., até porque é um dos Deputados mais competentes que tem esta CPI, pois conhece a problemática, mas S.Exa. se diz frustrado por não ter conseguido, não sei por quê. O Deputado Luciano Zica tem feito um trabalho brilhante nesta Casa e teve nesta Casa, na CPI, carta branca para fazer todas as diligências que fossem necessárias em São Paulo. Se as diligências não aconteceram, eu não sei por quê. Eu acho que o Deputado não teve o apoio necessário que esperava ter dos órgãos que ele julgava que dariam o seu apoio integral em São Paulo... Não sei de quem... S.Exa. tinha dito aqui que já estava... Foi, inclusive, cobrado algumas vezes, e essas diligências não aconteceram em São Paulo. Nós, inclusive, estranhamos que o Deputado Luciano Zica... V.Exa. colocou muito bem aqui. Agora, eu tenho a impressão de que a frustração de V.Exa. foi por falta de apoio de lá, dos órgãos que V.Exa. julgava que teria lá em São Paulo, e não desta CPI. Tenho certeza absoluta disso. Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero afirmar que tem... *“Ao Exmo. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigação”*... O Sr. Ary Natalino da Silva e o seu advogado... O Ary está



marcado... Está marcada audiência hoje, e ele está pedindo para ser ouvido amanhã, às 17h30min.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não. Está pedindo. Quem decide somos nós.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, admiro o nobre Deputado, um Deputado assíduo à Comissão, que vem permanentemente à Comissão... Quem decide somos nós, entendeu?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele está aqui, Presidente? Ele está presente?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, pela ordem.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Está nervoso, Presidente. Se ele não está aqui, não adianta decidir.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele está presente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Primeiro, uma coisa, Sr. Deputado: isso independe de estar aqui ou não. Foi feita uma convocação...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Qual foi a alegação, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Que ele tem um exame a fazer hoje. Tem um exame a fazer hoje.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele não vem, Sr. Presidente, e não tem força que o traga. Nem o senhor, nem nós todos juntos. Um médico diz que ele não pode vir, ele não vem. E nós vamos ficar esperando aqui, porque ele não ficou de vir. Por isso, eu digo: se ele se dispõe a vir amanhã, vamos adequar um horário, que é a melhor coisa que tem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, olha só. Para a gente passar à decisão... Tem que ser uma decisão da Comissão, não é a decisão de uma pessoa. Para não ter prejuízo, a gente pede que o horário dele seja ao meio-dia, para não ter problema.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, ele quer vir às 17h. Por que às 17h?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu acho... Nós não queremos ouvi-lo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Queremos ouvi-lo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Se for à meia-noite, nós vamos ouvi-lo, Sr. Presidente. Eu acho o seguinte: se ele pedir para ser à meia-noite de amanhã, nós estamos aqui dispostos a ouvi-lo. Não é para ouvi-lo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É para ouvi-lo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, pronto, vamos marcar na hora que ele escolheu. Ele está querendo pautar esta Comissão. Mesmo que ele esteja querendo pautar esta Comissão, e eu não vou aceitar, e não é para aceitar... Mas eu acho que a boa vontade de V.Exa. e dos membros desta Comissão é de ouvi-lo de qualquer forma. Portanto, não é às 15h5min?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Às 17h30min.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Bem na Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, espera-se um pouquinho, se tiver na Ordem do Dia. Mas nós vamos sair à meia-noite, à 1h da manhã. Devemos ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu gostaria que todos os Deputados tivessem o mesmo brilhantismo do nobre Deputado José Carlos Araújo, porque também não podemos fazer uma reunião como esta, extremamente importante, com 3, 4 Deputados.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria que todos...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. O autor do requerimento para a vinda do Sr. Ary aqui... Quem requereu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Qual foi o autor do requerimento? A nobre Deputada Rose de Freitas. Então, vamos escutar...



**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu gostaria de escutar o autor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Rose de Freitas e nobre Deputado Luciano Zica, V.Exas. têm prioridade nessa discussão, porque são os autores desse requerimento.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, eu sou um militante prático. Se houver a garantia de que o cidadão virá depor amanhã, eu não vejo qualquer problema em que ele o faça amanhã. Então, da minha parte, eu me submeto à resolução do Plenário. No entanto, para mim, importa o resultado prático, se houver a garantia de que ele virá. Senão, eu acho que, aí, nós temos que ter o compromisso, caso ele não compareça, de trazê-lo com força policial. Mas acho que os argumentos colocados pelo Deputado Pompeo de Mattos têm sentido se ele, eventualmente, não estiver. E nós vamos criar uma polêmica com atestado médico. A minha questão... E sou leigo nesse assunto. Portanto, para mim, o importante é que ele venha. Se houver a garantia de que ele virá amanhã, para mim não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Rose.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, eu só queria saber se o ofício chegou hoje à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Qual é a data? Mandado via fax ontem.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Eu considero... Por isso, fui também, junto com o Deputado Luciano, autora desse requerimento... Acho importantíssimo ouvir o depoimento desse senhor. Embora seja feito dessa maneira, acho importante ouvi-lo. Considero um desrespeito à Comissão, mas acho importante ouvi-lo. Insisto em ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, está, pelos nobres Deputados... O Deputado André Luiz gostaria?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, eu queria colocar da seguinte forma: o Rubens Ometto Silveira de Mello vai para d       epor hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.





**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Se ele depuser hoje, vai atrapalhar todo o trabalho que já está combinado para a semana que vem, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não tem nada combinado para a semana que vem, porque não foi decidido nada. Só pode ser decidido na quinta-feira, na reunião ordinária.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Então, eles vão depor hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, mas...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, nós já temos uma pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Existe uma pauta aqui. Então, nós vamos seguir a pauta. Aqui, quem decide tudo é o Plenário. Entendeu? Eu não decido nada, eu não decido nada.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O Plenário já decidiu essa pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - O Deputado Paulo Santiago colocou ali. Com a prisão desses 3 empresários, eu acho que a gente poderia marcar um dia para ouvirmos todo o segmento do álcool.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só tem uma questão: existe uma pauta, que está aqui. Antes de tudo, nós queremos saber se nós vamos manter essa pauta, manter essa pauta, ou nós não vamos manter a pauta. Já foi decidido...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, eu cheguei um pouco atrasado na Comissão e, quando cheguei, estava havendo uma discussão de inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não. Só tem uma questão, que é a questão da PETROBRAS, do Rogério Manso, que teria prioridade. A pauta se manteria. O Rogério Manso falaria às 20h.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas a questão que estava sendo discutida, de inversão de pauta, o que seria essa questão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Era isso. Se o Rogério Manso seria o primeiro. Se ele estivesse aqui, se seria o primeiro a ...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas ele está aqui?



**O SR. SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não está aqui.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Nem o Presidente da distribuidora?

**O PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não.

**(Não identificado)** - Foi marcado para as 20h?

**O PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vinte horas.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente...

**O PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Eu gostaria só de salientar aos colegas que foi votada, foi discutida essa pauta. Eu acho que nós temos de obedecer à pauta. Questão de lógica. Se ficarmos mudando a pauta todo dia, não vamos trabalhar e não vamos produzir. Nós precisamos avançar.

**O PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É isso. Nobre Deputada Rose de Freitas, capixabinha, vamos lá.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, a minha preocupação é a seguinte: o Deputado André Luiz colocou a questão do álcool. Eu estou para dizer para V.Exa. que a imprensa tem mais poderes em relação às investigações e está caminhando a passos largos nessa questão da adulteração. Hoje existe um assunto, que está posto na mídia, que seria importante até que fosse acompanhado até pela Comissão. Quem sabe se consegue chegar a algum lugar, acompanhando *pari passu* o trabalho que está sendo feito aí. Então, eu acredito que a sugestão do Deputado André e do Deputado Eduardo, quiçá dos outros também, possa ajudar na questão da adulteração. E a questão do álcool, ela é hoje uma questão extremamente abordada pela mídia. Eu gostaria que nós tivéssemos uma pauta profícua a respeito desse assunto. O que quer dizer isso? Que nós gostaríamos de ter um dia em que o debate fosse aprofundado com relação à questão. Já que esta Comissão não quis abordar a questão das Sub-Relatorias, em que eu insisti, falei e continua em pauta, eu quero saber se V.Exa. vai colocar em votação os requerimentos da Sub-Relatorias no último dia desta Comissão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu acho que a nobre Deputada não veio porque teve alguns problemas, todos os requerimentos nossos, nós fizemos uma sessão deliberativa aqui nesta casa. Entendeu? Foi decidido...

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Nós já tínhamos feito antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. E nós fizemos outra depois. Então, o Plenário... Existe uma pauta, que chegou ao seu gabinete, existe uma pauta que chegou ao seu gabinete, foi encaminhada ao seu gabinete. Vamos à decisão do Plenário. Aqueles Deputados que concordam em que deve se manter a pauta de hoje permaneçam como estão. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Não vamos votar isso assim não, Sr. Presidente. Não pode ser assim não. Primeiro, vamos a uma reunião, tem uma pauta aí. Se se falta a uma sessão, a pauta já é outra. Não vou ficar engessada numa pauta dessa não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada, com todo o respeito, há uma inversão de pauta. Já está garantida a inversão de pauta na questão da PETROBRAS. Não há nenhuma divergência, não há nenhuma divergência. Há uma posição do nobre Deputado André Luiz e do nobre Deputado Eduardo Gomes: que hoje a gente só discute aqui a questão das distribuidoras e não trabalhe a questão do álcool.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - V.Exa. está propondo apenas isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só isso.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Só isso que V.Exa. está propondo agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só isso. Não tem mais...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, até porque V.Exa. vai colocar em pauta, para ser votado, um dia só para o álcool.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, vamos colocar um pouquinho de ordem nesta conversa, porque ela está... Veja bem, quando o Deputado André falou, eu ouvi S.Exa. falar pela ordem, eu endossei o pleito do Deputado André e do Deputado Eduardo...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - ... que era tratar do assunto do álcool e, em apenas um dia, ordenar as convocações, os convites...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas, nobre Deputada, porque V.Exa. chegou um pouquinho, um pouquinho só atrasada...

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - V.Exa., hoje, está com um negócio de ausência e atrasada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não. Só para explicar a todos os Deputados. Nós vamos fazer uma reunião deliberativa na quinta-feira, em que o nobre Deputado Eduardo Gomes vai entrar com um requerimento pedindo que terça-feira nós tenhamos uma sessão específica do álcool. É isso. Agora, nós temos que fazer uma reunião deliberativa para decidir isso. Nós temos reunião deliberativa. O que está aqui apontado já foi decidido. Entendeu? É isso. Então, o nobre Deputado vai entrar com um requerimento. Quinta-feira, 9h da manhã, nós vamos fazer uma audiência deliberativa, em que vamos colocar não só esse requerimento, como outros requerimentos. O nobre Relator está pedindo a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Eu quero pedir um minutinho. Vamos mudar o assunto, mas é que os nossos assessores parlamentares têm que trabalhar no relatório, no que nós já podemos trabalhar. Eu queria aproveitar para apresentá-los à Comissão e aos Deputados, para que eles pudessem conhecê-los e usá-los, obviamente, nas informações e na elaboração do relatório. Eu pediria que ficassem de pé Francisco de Sousa, Dr. Ronaldo Marton, Dra. Márcia Bianchi Prates, Dra. Lucíola Palos, Dr. Túlio Cambraia e Dr. Álvaro Parucker, que é o Coordenador-Geral do nosso relatório. Sr. Presidente, esses companheiros são assessores parlamentares da Casa que estão à disposição dos Srs. Deputados. Eu faço o seguinte pedido aos Deputados Luciano Zica, Paulo Rubem, Eliseu Padilha, Eduardo Gomes, Dr. Evilásio, Rogério Silva, Eduardo Cunha e Nelson Bornier, que ficaram com alguns assuntos específicos para contribuir, o que não impede que nenhum outro possa fazê-lo da mesma forma, mas assumiram a vontade de fazer algum assunto específico: que entrem em entendimento. E, na sexta-feira, às 9h da manhã, nós teremos uma reunião, aqui, na chefia da assessoria parlamentar, com



todos eles, sexta-feira, o dia todo, para começarmos a analisar os pontos do relatório. Era só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Acho que deveria ser feito o convite a todos os membros para também poderem participar e ajudar o Relator nos momentos que se fizerem necessários.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Eu acho que deixei claro isso, Deputado Alexandre, só que alguns assumiram, de livre e espontânea vontade, esse compromisso. Todos estão convidados. Eu estou apresentando aos Srs. Assessores para que, 24 horas por dia, todos nós tenhamos acesso ao que está sendo feito. Era só isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria que o nobre Relator... A nobre Deputada Rose de Freitas está fazendo um bom trabalho na questão do solvente. Era importante a gente ouvir a nobre Deputada o mais rápido possível, porque tem todo um material, que ela vem recolhendo, da questão do solvente. Eu quero dizer que, na proposta do Deputado André Luiz, endossada pela Deputada Rose de Freitas, mais o Deputado Eduardo Gomes, a única pessoa que nós não ouviríamos hoje seria o Sr. Rubens Ometto. E o restante, o Ary Natalino, que não vai vir hoje, vai vir amanhã, às 17h. Depois, nós ouviríamos a Dra. Carolina de Medeiros, e assim sucessivamente. Mas antes nós temos que decidir. Quem decide é o Plenário.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu acho, Sr. Presidente, que o que foi colocado aqui é bastante pertinente, a alteração da pauta, porque surgiram fatos novos. Nós deixarmos o Dr. Rubens ser ouvido, acho, é uma contribuição para o que pretendemos fazer, já, na deliberativa de quinta e, possivelmente, na terça-feira. Portanto, o Plenário é soberano para decidir. Gostaria que, realmente, fosse colocado em votação, para nós sairmos desta discussão.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Eu quero só deixar claro, Sr. Presidente, que o Dr. Rubens Ometto está presente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está presente.



**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - ... está aqui, à disposição, para ser ouvido, com toda a boa vontade, munido de toda a documentação, e quer colaborar em todos os sentidos. É o maior empresário de álcool do País, é um homem que emprega mais de 20 mil pessoas. Está aqui disposto a colaborar com a nossa Comissão no momento em que convidado for.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar à votação. Quem decide é o Plenário.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O que vamos votar, Sr. Presidente? Explica direito para eu entender. O pedido de comparecimento do Dr. Rubens foi do Deputado Eduardo Gomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Eduardo Gomes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O próprio Deputado Eduardo Gomes pede a suspensão do depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Um depoimento conjunto de todas as pessoas do álcool, inclusive com a indicação de uma pessoa do álcool ligada a Pernambuco, do Deputado Rubem Santiago. É isso, Deputado Rubem Santiago?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Paulo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Paulo Santiago. Desculpe.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu estou aguardando a aprovação do nosso requerimento para, na seqüência, proceder às convocações, conforme já tínhamos definindo, de acordo com o foco do setor do álcool.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas já é uma aprovação prévia. Se isso ficar, já está aprovada, previamente, essa pauta aí com o setor do álcool. Nós estamos tentando fazer uma audiência específica com o setor do álcool.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É só ter o adendo do nobre Deputado José Carlos Araújo que estará garantida a participação do pessoal que o Deputado Paulo Rubem está junto e o Deputado Rogério Silva está investigando. Então, tanto do Deputado Paulo Rubem, como do Deputado Rogério Silva. Tudo aquilo. Então, é importante S.Exas. fazerem os requerimentos para, na



quinta-feira, a gente ter essa decisão, para, na terça-feira, nós decidirmos esse trabalho. Então, primeiro, vamos decidir. É importante. Existe uma proposta sobre a mesa...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria... É a segunda vez...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, não. Calma aí, calma aí, calma aí. Assim também... Eu quero... Chegamos aqui, já tinha uma pauta determinada, já tinha uma pauta determinada. Agora, não podemos nós, no encaminhamento, depois de um debate, depois de um debate que nós fizemos.... O correto seria, o correto, no início da discussão, é chamarmos o Dr. Rubens e dizer para ele: Olha, doutor, é a segunda vez que o senhor está vindo aqui. Primeira ou segunda vez. Primeira vez que o senhor está vindo aqui. Como o senhor ia se portar numa situação dessa? V.Exas. viram que a minha posição foi clara: de manter a pauta que está aqui. O único adendo foi em relação ao Deputado José Carlos Araújo, que trabalhou a questão da PETROBRAS com Rogério Manso, que era antecipar a audiência do Rogério Manso.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Ele não é o Presidente da PETROBRAS. Ele é Diretor. Rogério Manso. Isso. Então, vamos passar para a votação. O Plenário decide. Há duas posições. Deputado Eduardo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, as observações que eu fiz foram com base no levantamento do Deputado Rogério Silva, do Deputado Paulo Rubem. Agora me parece que está tendo um entrave aqui de procedimento com relação às outras empresas, que serão convocadas na deliberativa de quinta-feira para discutir só o setor do álcool. E é justamente esse o motivo da nossa solicitação, Sr. Presidente. Agora, em que pesem os apelos do Deputado José Carlos Araújo, por entenderem que na inversão de pauta seriam ouvido hoje, eu volto a fazer a afirmação de que para mim tanto faz. Só que eu entendo que alguns acontecimentos nas últimas horas envolvendo o álcool fazem com que esta CPI, são fatos novos, tenha um olhar diferente para essa dinâmica do álcool. Mas, se for



decidido pelo Plenário que será ouvido hoje o Dr. Rubens, tendo em vista que ele já respondeu à convocação, para mim também não há problema nenhum, Presidente. Então, só quero facilitar. Inclusive, se ficar tido como consenso aqui, eu retiro a minha proposta.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Gostaria até de agradecer a grandeza a V.Exa. ao se dirigir ao Plenário. O Dr. Rubens está presente, tenho certeza de que pode contribuir muito hoje aqui. Pelo que ouvi ali, são 6 ou 7 empresas que serão convocadas na outra semana. Só que nós temos o Dr. Rubens aqui, temos o tempo aqui. O Dr. Rubens poderia fazer o seu pronunciamento, nós teríamos essa posição e faríamos o resto da conclusão na próxima vez. Eu acho que seria de bom alvitre, seria de bom senso, é um respeito. É a segunda vez, a primeira vez ele não estava no País, mandou toda sua Diretoria para cá. E houve. V.Exa. foi extremamente solidário, entendeu o momento. Hoje ele está presente aqui, faria o pronunciamento, qualquer dúvida que nós tivéssemos seria esclarecida. E, na próxima semana, na terça-feira, nós teremos 6 ou 7 empresas para ouvir nessa reunião deliberativa de quinta-feira. Então, eu faria um apelo aos pares para que nós pudéssemos ouvir o Dr. Rubens e fazermos as perguntas que quiséssemos à empresa. É uma empresa particular, sem o mínimo de mácula em nenhum órgão de noticiário do País, que nos pode auxiliar inclusive na direção do que nós faremos na próxima semana. Porque nós vamos trazer pessoas que não têm o mesmo perfil da COSAN. Nós vamos trazer gente contumaz em fazer o que nós estamos querendo aqui combater. Então, eu acho importante para nós termos a orientação, inclusive, de um homem experiente para que isso possa acontecer, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou retirar a minha indicação para ouvir na próxima semana. Vamos manter a pauta e vamos ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Graças ao bom Deus. Nobre Deputada Rose de Freitas.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Não, eu considero prejudicado, porque eu queria fazer as considerações que o Deputado Lupion fez, e acho de bom alvitre que aproveitemos a presença do depoente para fazermos a nossa audiência pública de hoje.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É bom informar, porque nós não perdemos nada. A gente ganhou no debate, e isso enriquece. Essa é a função nossa do debate. Então, algumas pessoas podem estar achando que, desde 2h40min, nós estamos para decidir um ponto.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Fale, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu queria só concluir uma questão. Eu achava que o primeiro item que o Deputado Eduardo Gomes apresentou... Porque o Sr. Eduardo, naquela audiência pública, nos finais das palavras dele, ele diz o seguinte, que o setor do álcool destinado ao Norte, ao Nordeste e ao Espírito Santo cobra 7%. E ele deu um encaminhamento de uma posição e depois tirou o corpo fora. Logo depois ele disse *“eu estava em dúvida se comentaria o relatório”*, porque ele faz exatamente comentário sobre o altíssimo índice de sonegação, superior a 1 bilhão e 800 milhões de reais. Aquilo que a Secretária Nacional de Energia, Dra. Graça, disse aqui, que colocou à Comissão. Aliás, quem fez esse argumento aqui foi o nosso Relator, dizendo dessa questão polvorosa. Então, eu me sentia mais à vontade de estar escutando o Sr. Rubens na próxima semana, juntamente com esse levantamento que já estou fazendo. Hoje eu não me sinto confortável, porque eu não tenho esse levantamento para poder fazer as perguntas necessárias ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então vamos passar à votação, vamos passar à votação. Vamos ajudar, vamos ajudar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Até sem prejuízo. Se for necessário o Dr. Rubens será convidado outra vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. O nobre Deputado Rogério Silva está mantendo o requerimento que... Nós vamos passar à votação. O nobre Deputado está mantendo o requerimento. Aqueles Deputados que concordam em que a audiência com o Dr. Rubens Ometto Silveira de Mello seja hoje permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado, 3 votos contra. Então, convido para fazer assento o Sr. Rubens Ometto Silveira de Mello, proprietário da empresa COSAN. *(Pausa.)* Todos de pé, fazendo favor, para o juramento.



**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Sr. Rubens disporá de 20 minutos.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Boa-tarde, Srs. Deputados, boa-tarde a todos. Meu nome é Rubens Ometto Silveira Mello. Sou engenheiro e Presidente da COSAN. A COSAN é uma empresa produtora de açúcar e álcool cuja origem está há mais de 70 anos no setor, com 12 usinas no Estado de São Paulo, uma capacidade de esmagamento de cana de 30 milhões de toneladas, produzindo aproximadamente 2 milhões e 400 mil toneladas de açúcar e 1 bilhão e 200 milhões litros de álcool por ano. Como o nobre Deputado já disse, o nosso grupo emprega aproximadamente 20 mil pessoas, e também temos um terminal em Santos que embarca açúcar. Eu fui convocada para esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha, e agradeço esta oportunidade de vir aqui para tentar ajudá-los na organização do setor de combustíveis, principalmente voltado no que se refere ao álcool. Era isso que eu tinha a falar. Eu estou à disposição de vocês para prestar qualquer esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A lista de inscrição. Como autor do requerimento, tem prioridade o nobre Deputado Eduardo Gomes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Rubens Ometto, que responde pela COSAN, empresa que é sabido desta CPI da importância que tem para o setor do álcool. Eu, Sr. Presidente, a colaborar com esta Comissão e com toda discussão que foi feita acerca da polêmica do álcool hoje, e entendendo também que o Dr. Rubens atendeu de pronto o convite desta Comissão, eu gostaria de colaborar da minha intervenção primeiro perguntando ao Dr. Rubens se encontram-se já à disposição da sua assessoria, para ser entregues a esta Comissão, os documentos, em que pese haver alguma discordância técnica do volume de documentos que foram pedidos pela Secretaria da CPI. Mas, se os documentos solicitados encontram-se já em poder do senhor, o senhor veio para entregar à CPI?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - É, imediatamente após eu fui convocado. A semana passada, retrasada, infelizmente não pude vir. Eu pedi que



— eu sou Diretor Presidente da empresa e às vezes não estou absolutamente a par de todos os detalhes —, eu pedi ao nosso Diretor Comercial, Sr. Alexandre Aidar, que aqui está, que preparasse toda a documentação, porque o pedido é um pouco amplo. Então, nós tentamos interpretar que ponto que vocês, o que vocês gostariam de saber. Então, o Alexandre preparou tudo. E está à disposição de vocês toda a documentação pedida.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Eu perguntaria ao senhor também se, eventualmente, alguns documentos adicionais, tendo em vista a amplitude da solicitação desta CPI, se ficaria, então, a sua assessoria responsável por enviar no curso da nossa composição de relatório?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Claro, a nossa empresa tem a obrigação e o prazer de poder colaborar com vocês para que façam o trabalho de vocês.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, respondida essa nossa primeira indagação, eu faço o registro de que nas últimas 72 horas as informações que nos chegam e a atitude pronta da Polícia Federal, do Ministério Público e daquilo que nós, desde o começo da CPI, desconfiávamos e tínhamos intenção de apurar, indicam que esta CPI deve se aprofundar na dinâmica de adulteração do setor, na sonegação e nas dificuldades, que foram aqui também esclarecidas pelo Dr. Eduardo. Portanto, tendo esta CPI alguns Deputados que se especificaram nos levantamentos e para o bom andamento dos trabalhos, tendo em vista que temos mais 4 depoentes na tarde de hoje, eu gostaria de dizer ao Dr. Rubens que esta Comissão pautou-se no sentido de apurar as irregularidades do setor do álcool, tendo nas empresas que representam a maior parte do mercado 2 tipos de esclarecimentos. Primeiro, que é um setor que cresce, é um setor que deve representar o Brasil em termos de divisas de maneira significativa a partir de interpretações de acordos na área ambiental, que vão fazer com que o Brasil ultrapasse, e muito, as nossas cotas de exportação. Portanto, é um setor que precisa ser melhor conhecido pela sociedade. A CPI traz à luz 2 tipos de problemas: os bons empresários, os maus empresários e a dinâmica de um setor que deve ser regulamentado, onde falta um trabalho mais direto do Estado e onde a legislação precisa ser aperfeiçoada. Portanto, a nossa intenção... Sabemos da importância que



a COSAN tem, sabemos também que a COSAN pode colaborar com mal-entendidos e até irregularidades de grandes distribuidoras, a exemplo do que nós fizemos aqui com distribuidoras que tiveram apreensões de combustível adulterado, gasolina A contendo 3% de álcool e outras irregularidades que foram apontadas por esta CPI. Portanto, nós nos reservamos, Sr. Presidente, o direito de, colhendo as informações, tendo aqui a presença da COSAN, que é a maior empresa do País, fazer a checagem de dados, ouvir também as dificuldades das empresas, como nós ouvimos aqui da UNICA, a dificuldade que as usinas que mantêm a sua atividade na legalidade, pautada pela legalidade, sofrem com as usinas que adulteram mais, que detêm rede de postos de gasolina e todas as dificuldades do setor. Portanto, não há nada pontual a não ser compor o quadro para a elaboração do relatório e instruir aquilo que nós pretendemos, fazer com que esta Casa avance, que é a constituição de um código brasileiro de combustíveis. Portanto, a contribuição que a COSAN pode dar depende de tudo que ela representa para o setor, mas principalmente o que é feito com o álcool depois que sai da usina. E nós não poderíamos abrir mão, Dr. Rubens, do seu depoimento nesta tarde de hoje com relação a esse objetivo. A CPI, como disse o Deputado Luciano Zica, alguns aqui não têm tendência a ser delegado de Polícia, não estão na CPI para fazer aquilo que deve ser feito pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, mas deve, sim, compreender a dinâmica do setor, a dificuldade do setor, e tentar legalizar no seu todo uma atividade que emprega muita gente e que é importante para o País, mas que já foi admitida aqui pelo Pressente da UNICA. E eu sei que o senhor também deverá ter algumas informações a esta CPI. É um setor que sofre também com a parcela da clandestinidade, dos maus empresários, dos empresários que trazem uma certa dificuldade para o crescimento do setor. Portanto, Sr. Presidente, eu quero colaborar com a tarde de hoje, que está repleta de depoimentos. E quero dizer que, com a análise dos documentos que foram trazidos aqui pelo Dr. Rubens, os outros colegas que irão fazer uma intervenção no sentido de compreender esse setor do álcool, eu posso fazer a checagem necessária com os documentos que esta CPI já detém, com o depoimento que a UNICA já fez e com os depoimentos que serão entregues agora, que serão feitos, pautados agora, a partir de quinta-feira, no setor de álcool. Eu quero agradecer a V.Sa. pela presença e sei que nós deveremos manter esse



canal de informação. E eu tenho certeza que a própria presença do senhor aqui nesta CPI já é uma resposta a isso, que a COSAN estará disposta a colaborar. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo, o único inscrito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, Srs. Depurados, Dr. Rubens Ometto, primeiro, quero deixar claro que a intenção nossa aqui em trazê-lo não é de constrangê-lo em hipótese nenhuma. Até porque um empresário que emprega 20 mil pessoas é lógico que é digno de elogios. Vinte mil empregos hoje em dia, quando se vê que o País atravessa uma crise de emprego, de tantas coisas, 20 mil empregos é realmente digno... Espero que eu possa elogiá-lo depois de tudo que for apurado aqui, se V.Sa. estiver no rol daqueles empresários que nós queremos que todos sejam, bons empresários. Porque o senhor há de convir que existe, em todos os setores, o bom Deputado, o mau Deputado, o bom empresário, o mau empresário, o bom comerciante, em todas as classes. Mas eu queria começar, doutor, o seguinte, perguntar, o senhor falou nas poucas palavras que colocou que o senhor tem 7 usinas no Estado...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Doze.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Doze?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Doze.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Doze usinas no Estado de São Paulo. O senhor só fornece álcool para o Estado de São Paulo ou também para outros Estados além do Estado de São Paulo?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - A grande maioria, eu acho que, se não me falha a memória, até o Alexandre que pode me corrigir, a grande, grande maioria é para o Estado de São Paulo. Eu acho que quase a totalidade é para o Estado de São Paulo. A gente, nossos contratos são Shell, PETROBRAS e...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Muito bem. O senhor também exporta o álcool?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Sim senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O álcool tem, a depender do seu destino, alíquotas diferenciadas. O senhor teria condições de nos fornecer



quanto o senhor tem e quanto colocou na safra passada e parte dessa safra que está sendo, que acaba agora ou acabou agora a colheita da safra, quanto foi colocado fora do Estado de São Paulo com a alíquota diferenciada de 7%? Nós gostaríamos de ter essa informação. E, segundo, o senhor concorda, a semana passada esteve aqui um representante representando todas as usinas de álcool, pelo menos mais de 90% das usinas de álcool. Eu acho que V.Sa. faz parte da UNICA, deve fazer parte da UNICA. O senhor concorda com a pessoa que esteve aqui, o Dr. Eduardo, representando também o senhor, que no setor 35% do álcool é sonegado? O senhor concorda com essa informação?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Olha, é muito difícil dimensionar. Porque...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não, eu não estou pedindo para que o senhor dimensione. Eu estou perguntando se o senhor concorda com essa afirmação, que foi feita aqui nesta Casa.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu não sei te responder. Porque como é que eu vou saber? Deve haver algo, a gente tem condições indiretas de verificar se há ou não sonegação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, o senhor não concorda com essa afirmação?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu... Pode estar certo como pode estar errado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Tubo bem. Então, essa é uma questão de mensurar...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Não, não tenho. Eu não seria irresponsável de, perante vocês, falar alguma coisa que eu não pudesse assinar embaixo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quanto o senhor exporta de álcool para o exterior? Também para o exterior ou só...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Exporto para o exterior, sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quanto o senhor exporta?



**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Deve ser aproximadamente... Quanto, Alexandre, uns 100 milhões de litros?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Em percentual, em percentual?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Uns 10% da nossa produção.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, eu vejo o seguinte. A COSAN, por alguma razão, o senhor tem condição de colocar para a gente que ela, todos os tributos... Tenho certeza que todos os tributos... Vou perguntar ao senhor, mas não tem nenhum problema perguntar, a COSAN sonega impostos?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Em absoluto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não sonega?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Não. A COSAN não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Até porque, pelo que eu estou colocando, o senhor coloca parte do seu álcool ou grande parte do seu álcool para as grandes multinacionais.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Claro, eu tenho todo tipo de cliente, mas a grande maioria são para as grandes distribuidoras.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, o que eu teria a colocar hoje, e sem prejuízo amanhã, se necessário, pedir, ou convocar, ou convidar o Dr. Rubens a voltar aqui... Eu acho que o teríamos a colocar, perguntar já foi perguntado. E deixaria para, no dia da grande audiência dos grandes fornecedores de álcool que nós queremos ouvir aqui no dia... Vamos intitular, no "Dia do Álcool" desta Comissão... no "Dia do Álcool", hidratado, lógico, nós faremos as outras perguntas. E, claro, se necessário for, convidaremos Dr. Rubens, outra vez, para voltar a esta Comissão. Portanto, dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - O Relator, como prioridade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Sr. Presidente, caro Sr. Rubens Ometto e Sras. e Srs. Deputados, acho que eu quero fazer uma colocação ao Dr. Ometto mais no sentido pró-ativo. O álcool representa... O Brasil deu ao mundo uma



excelente expectativa e ofereceu ao mundo uma fonte de energia renovável, limpa, ecologicamente correta, que é o álcool. Ele, realmente, tem um futuro auspicioso e aqueles que... Como nós vimos nascer o PROALCOOL, as dificuldades havidas, é importante que, dado o que a imprensa colocou ontem e o que se fala a respeito da regulamentação, da normatização e da parte fiscalizatória do álcool, tendo a COSAN e o senhor, como empresário que é, eu gostaria... E a importância dessa empresa para o País e na produção de açúcar e álcool, mas especificamente no álcool, quais são os pontos relevantes, que sugestões — o senhor como maior empresário do setor — daria para que nós, nesta Comissão, abordássemos num relatório que pudesse ser normativo, regulador e fiscalizador, para colocar o álcool no devido lugar para que ele tenha um futuro tão grande e tão brilhante como ele deverá ter no cenário mundial, como energia renovável, um patrimônio deste País?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, dispense qualquer pergunta. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, cumprimento o convidado para participar... Apenas lamento, inicialmente, que geralmente todo convidado sempre faz uma dissertação com o objetivo até de colaborar com esta Comissão, pontos relevantes, como o próprio Relator pediu para que V.Sa. explanasse, acerca de sugestões sobre o setor pelo qual o senhor tem a maior empresa do País — se não for a maior, uma das maiores. Então, a minha primeira colocação era essa exposição que não foi feita... E pela, digamos assim, precariedade das perguntas que estão sendo feitas aqui, mostra que a Comissão não estava preparada para este depoimento. E tinha razão o Deputado Eduardo Gomes quando havia pedido que, se houvesse o adiamento inicialmente... Tem razão o Deputado Rogério Silva, o que mostra... passa uma impressão de que a Comissão não sabia nem o que queria, ou se é que não sabe, não está preparada, no momento, para ouvi-lo. E fica aqui o registro: se foram solicitadas documentações, como têm outros casos semelhantes aqui, documentações que retardam para chegar, não há condição de se fazer qualquer depoimento ou qualquer pergunta sem análise dos documentos que foram solicitados. Porque até





as perguntas podem ser contraditórias com aquilo que dizem os documentos ou insuficientes. Então, torna-se necessária a análise da documentação que vinha, e que haja realmente a presença do Dr. Rubens — acho que até em nome da Comissão, temos que lhe pedir desculpas por essa situação. Mas torna-se necessária a presença para, após essa documentação ser analisada por quem está se dedicando à área de álcool aqui na Comissão, podermos ter condições de lhe fazer perguntas, que não estamos tendo hoje. Esta é uma realidade: eu não estou..., não me sinto preparado aqui para lhe fazer as perguntas que eu poderia, na medida que tomasse conhecimento das documentações que foram solicitadas. Mas, de qualquer maneira, para tentar não perder a viagem do senhor, que é uma pessoa ocupada e só o fato de ter vindo aqui é uma deferência, temos que não perder a possibilidade de lhe questionar. Eu gostaria de saber se a sua empresa, além dessa colaboração sobre o setor, se a sua empresa tem alguma autuação fiscal e, se tem, de que natureza foi feita. O senhor, mais ou menos, falou por alto, mas eu queria... se o senhor fornece para as grandes distribuidoras e se fornece para as pequenas, o senhor tem, mais ou menos, a relação do elenco dos seus clientes. Se não tiver, poder encaminhar para esta Comissão antes da próxima audiência, para que a gente possa, com conhecimento para quem a COSAN vende, ter condições de analisar o que possa estar acontecendo, porque há casos específicos de distribuidoras que são useiras na sonegação fiscal. E nós queremos saber se elas têm álcool fornecido pela empresa do senhor, para que a gente possa ter como levantar toda a cadeia. Então, torna-se importante o conhecimento dessa lista. Se o senhor não tiver condições de precisar, que o senhor possa nos enviar a lista desses clientes do senhor. E desse volume exportado, o que eu gostaria de saber se o senhor exporta diretamente ou exporta através de *trades* ou de terceiros, para que haja possibilidade de haver alguma fuga do álcool exportado para consumo interno. Pelo momento, eu colocaria apenas isso, Sr. Presidente. E lamento profundamente que esta audiência realmente não deveria ter sido hoje. Deveria ter sido feita no “Dia do Álcool” e após análise da documentação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Pois não, Deputado Eduardo Gomes.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para... No registro que foi feito pelo Deputado Eduardo Cunha, que observou bem, mas a dinâmica desta Comissão é de uma comissão de investigação. Então, eu fui absolutamente atendido pelo Dr. Rubens no sentido da entrega dos documentos. Agora, a dinâmica de fazermos um dia de audiência só para o álcool, dando conta dos últimos acontecimentos que são, por si só, motivo até de Comissão isolada de inquérito... Então, é apenas uma... não há do que... com o que se preocupar. Nós temos todos os levantamentos, estamos cruzando dados. Por isso que deixei registrado ao depoente que outros contatos serão mantidos para informações adicionais, mas só para preservar o caráter desta convocação porque ela era... é necessária. Agora, talvez seja necessária uma dinâmica posterior, tendo em vista os levantamentos que V.Exa. mesmo fez, o Deputado Rogério fez e outros Deputados fizeram. Mas estou absolutamente atendido nas reivindicações que fiz ao Dr. Rubens.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Só para deixar registrado que eu não fiz crítica nenhuma a V.Exa., Deputado. É apenas que uma oitiva... ela...se tem documentação solicitada, ela torna-se produtiva na medida em que nós possamos analisar a documentação. É o registro que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Luciano Zica.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uma questão ao Dr. Ometto no sentido de esclarecer uma dúvida que paira no mercado de álcool relativa às diferenças de alíquotas por modalidade de comercialização. Nós sabemos que há, no mercado, uma diferença praticada, por exemplo, para o álcool chamado álcool hospitalar que, em alguns Estados, tem alíquota próxima de zero, enquanto o álcool hidratado tem alíquota, via de regra, próxima de 25%; o anidro é tributado junto com a gasolina... Se a modalidade de comercialização é tratada com a própria usina, se a usina fatura o álcool com essa destinação diretamente... Porque o hidratado, pelo que me consta, é tributado na distribuidora e não diretamente na usina quando se emite a nota. Eu queria um esclarecimento sobre a diferença da modalidade de comercialização. A outra questão é se... Como há, e é público e notório, declarado inclusive por



empresários do setor, pela UNICA, pelo Governo do Estado de São Paulo, que diz até estar fazendo um esforço no sentido de trazer a alíquota do ICMS do álcool para um valor que force a vinda do álcool para o mercado formal... Particularmente, eu defendo a unificação de alíquotas e até a hipótese da tributação numa outra ponta do mercado, para exatamente forçar que o álcool venha para o mercado formal. No momento do faturamento da usina para a distribuidora, partindo do pressuposto de que a usina não vende para os postos diretamente... Queria ter essa confirmação, se vende ou não, se comercializa só para a distribuidora o álcool hidratado, e se o álcool hospitalar tem sido comercializado em volumes significativos — já que o jornal *O Estado de S.Paulo* publicou uma notícia sobre uma viagem virtual do álcool —, que era comercializado como se fosse para ser vendido na Bahia, em função dessa diferença de alíquota, e era comercializado em São Paulo. Como se dá o faturamento e a questão do tributo ICMS e também da parte relativa a PIS/COFINS? Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - *(Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Prefere a resposta?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Bom, antes de mais nada, eu quero entregar aqui.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Pela ordem, Sr. Presidente. Qual vai ser o procedimento? Quantos Deputados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Após o Deputado Luciano Zica e a resposta do Dr. Ometto, estão inscritos: Pompeo de Matos, Eliseu Padilha, Paulo Rubem Santiago, Rogério Silva e André Monier.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Por favor, me inscreva.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - André Luiz. Monier, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - A mistura foi ele que fez.

**(Não identificado)** - Monier. Fui eu, fui eu.



**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Quero entregar aqui ao Presidente todos os dados que nós levantamos de acordo com... Confesso que nós interpretamos um pouco o que vocês queriam. Aí tem tudo que você imaginar: o que é vendido para cada tipo de cliente, para quem é, se é importado, se é exportado, se é anidro, se é hidratado, de qual empresa do grupo.. Anotei aqui as perguntas e vou tentar esclarecê-las. Antes de mais nada, eu quero dizer para vocês que eu sou brasileiro como vocês. Admiro o trabalho e respeito muito o trabalho de vocês Deputados. A importância de vocês, num País democrático como o nosso, é uma coisa muito grande para o nosso País e para a gente. Então, é um prazer muito grande a gente estar aqui. Então, eu colaborarei com esta Casa o quanto for necessário — e não é perda de tempo —, a gente que está envolvido no trabalho que está muito voltado para a produção, para fazer... Faz muito bem para a gente estar aqui em contato com vocês. Há uma reciclagem da gente. Então, é muito importante saber e entender as coisas como estão acontecendo. Eu fiz uma declaração um pouco curta, porque é difícil para eu imaginar o que vocês querem saber. Então, eu preferi começar e, daí, a gente vai falando o que vocês querem saber, vai interpretando e vai desenvolvendo. Eu interpreto essa CPI, além da parte punitiva de saber a sonegação... É muito importante punir as pessoas que não trabalham de acordo com a lei, de acordo com os regulamentos, mas também um trabalho muito importante no sentido de organizar o setor. A importância do setor do álcool para o Brasil... — eu não vou ficar repetindo tudo como é que vai, porque o tempo de todo mundo é precioso — mas é muito importante. E tanto quanto mais organizada ela for, mais ela vai crescer. Para as empresas grandes que recolhem seus tributos e trabalham direitinho tem que ter a coisa de uma maneira organizada. E de uma maneira organizada, eficientemente. Porque, às vezes, a gente tenta fazer uma organização, mas se ela não é eficiente, se ela não é eficaz, ela não funciona. Os erros que existem em relação ao álcool, às vezes, é uma taxação excessiva. A taxação excessiva é convidativa às pessoas fazerem determinadas coisas que não são corretas. Então, se você tiver uma alíquota menor, o convite a fazer alguma coisa errada é muito pequeno. Pode-se até aumentar a arrecadação. Então, é nesse sentido que você tem que fazer um sistema de arrecadação e tributação simples e eficaz. Sobre a autuação fiscal. O nosso setor não tem... Obviamente, às vezes,



you have a discussion because it is interpretative. The Judiciary is not Cartesian, at times it has an interpretation. Then, when there is a doubtful interpretation between us and the collecting Power, it is clear that people discuss. Our exports are made in the great majority through *trades*, but we have some other cases... We must have some small direct cases, for now.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - V.Sa. poderia enviar para esta Comissão a relação de *trades* que exporta?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Está na relação aqui.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - V.Sa. poderia enviar?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Está na relação aqui.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Está na relação.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Já está entregue. Já está entregue. Quanto ao álcool, existe realmente vários tipos de alíquotas. Isso é muito ruim. Mas a venda, para outros fins ou para a indústria farmacêutica e hospitalar, ela é menor. Eu acho que, através de um acompanhamento estatístico, você consegue perfeitamente descobrir se o negócio está sendo bem feito ou não. É óbvio que se você vai vender para um hospital tipo São Judas — e não sei de onde — 50 milhões de litros, é claro que tem... Não precisa... Você chega lá e é perfeitamente possível você detectar esses abusos. Mas esses abusos existem por causa da diferenciação de tributação e de um sistema complexo que permite a criatividade. Você tem o álcool anidro que a usina não fatura; ela não recolhe ICMS; você tem o álcool hidratado que ela recolhe o ICMS; você tem várias alíquotas de ICMS: se a operação é interestadual, ou se não é interestadual, se é para outros fins, se é para a indústria hospitalar. Então, esse é um negócio complexo que eu acho que deveria ser simplificado e diminuir as alíquotas até para dar maior competitividade ao álcool. Hoje, nos Estados Unidos, não só existe uma barreira para que você exporte algo para os Estados Unidos como existe um subsídio ao produtor americano. Aqui no Brasil o álcool hidratado existe uma taxa de 25% — que é antecipado —, que equivale a 33% do que a usina recebe. Se você for até o fim da cadeia, a alíquota arrecadadora chega a quase o valor que você recebe pelo produto. É um produto nacional, um produto ecologicamente correto, gerador de emprego, centralizador da mão-de-obra no campo — os amigos sabem que o custo de manter a pessoa no



campo é muito menor do que manter na cidade. Então, é incompreensível esse sistema tributário tão complicado que existe. Então, eu acho que — só voltando, até para fazer um apelo para vocês — é muito importante punir as pessoas que não agem dentro da lei e dentro das regras. Mas também é muito importante, no sentido de simplificar esse sistema, para que o álcool ainda continue crescendo, porque temos muito espaço para crescer, para exportar, para diminuir o custo e evitar que as pessoas que sonégam levem vantagem em relação às pessoas que trabalham direito. *(Pausa.)* Se eu pulei alguma coisa de alguém, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Rubens, primeiro, está clara que sua presença na Comissão é em função de que a Comissão investiga não só a sonegação como desvio de produto e também adulteração que acontece bastante no Brasil, de uma forma especial do álcool — tanto que nós vamos ter aqui na Comissão, está para marcar, praticamente um dia só para tratar da questão do álcool e as suas nuances, dentro do mercado de desvio de fiscal —, enfim, desvio do próprio produto e adulteração do produto. O senhor falou que o senhor produz então 1 milhão de litros?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Um bilhão de litros aproximadamente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Por mês?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Por ano.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Por ano.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Por safra, por safra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Por safra. Um bilhão. E 100 milhões o senhor exporta?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Aproximadamente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Dez por cento?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Qual é a alíquota da exportação? Não tem?



**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Acho que não tem. Não tem esse mês.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não tem?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Absolutamente nenhum. Há também indicativo de que muitas das exportações seriam através de documentos. Se exporta o documento e...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Claro, claro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Se exporta o documento. O produto não vai?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - (*Risos.*) Pode. Pode acontecer.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Pode. E é o que tem mais acontecido. Aliás, não é o que mais tem acontecido, é o que tem acontecido, e muito, de exportar o papel e o produto faz-de-conta que vai, e não vai, e vai para o outro.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - É um negócio que você pode imaginar... Sabe, as pessoas podem imaginar essa operação. Agora, é um negócio complexo, porque você tem que ter o caminhão. Se você for atrás você detecta. Você tem que ter o caminhão, você tem que ter o transporte, você passa por pedágio, você vai ter o terminal de embarque, precisa ter o conhecimento do embarque. Se você fizer o rastreamento... É uma operação. Eu entendi o que você falou. Você faz que exporta, não recolhe imposto e... Mas é muito...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu estive no porto de Santos na CPI do roubo de carga. Vi coisas lá que até Deus duvida. Eles levaram um *container* cheio, lá de dentro do porto, de produto importado, e ninguém sabe quem pegou, quando saiu, para onde é que foi. Então, eu só estou colocando isso para o senhor...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Mas aí eu volto a falar para o senhor. Imagina se você tiver um sistema de alíquota menor...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Desculpe.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Se eu estiver falando demais também, vocês me desculpem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero que seja um pouco objetivo. Eu não quero me intrometer. Tem que ser um pouco objetivo porque a gente tem uma pauta extensa, entendeu? E a gente tem que ser um pouco objetivo aí nas perguntas.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Só para resumir...

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, somos em 12 inscritos para fazer as perguntas. Então, seria importante que nós fizéssemos as perguntas para que depois houvesse a resposta. Se houvesse alguma dúvida, voltar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É porque a lógica aqui sempre foi de 3 em 3. Eu, por mim, não tem problema nenhum. Então...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Para mim também não.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, eu não estou querendo mudar a lógica, não. Três em três está ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, não. Para nós até ajuda. Então, vamos fazer isso. Então, vamos deixar...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor anota. O senhor anota as perguntas. Um outro questionamento: quais os Estados que o senhor já vendeu o álcool e quais eram as alíquotas desses Estados para onde o senhor vendeu o álcool. Assim como o senhor tem o percentual de quanto o senhor exporta de álcool, também para o senhor nos fornecer qual é o percentual que o senhor vende de álcool, fora do Estado de São Paulo. O senhor me responde depois, no tempo oportuno. O senhor nos deu aqui o quanto produz e o quanto exporta. O quanto produz e o quanto vende em São Paulo, o senhor não disse em números. Então, nós queremos em números e o quanto é vendido em outros Estados, quais os Estados e quais são as alíquotas desses Estados para, a partir daí, a gente poder fazer uma análise melhor e ter uma compreensão melhor das transações negociais da sua empresa. Esta é a minha colaboração, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eliseu Padilha.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o Dr. Rubens pela sua disponibilidade e até pela sua insistência





em ser ouvido. De outra parte, eu quero me associar a S.Exas. os Deputados que manifestaram que é praticamente impossível inquirir o Dr. Rubens sem conhecer os documentos que ele trouxe. E, tão pronto a gente conheça, possivelmente vamos ter que pedir que ele venha também na semana que vem, no “Dia do Álcool”, para nos subsidiar em pontos que, porventura, venham a ficar obscuros, a partir do seu depoimento e dos documentos que nós vamos ver. Então, eu pediria que o senhor anotasse algumas questões que eu vou deixar para o senhor. A COSAN, no seu grupo de 12 usinas, ela comercializa só produção própria ou adquire algum produto já elaborado, de terceiros, para comercializar? O senhor disse que a produção é de cerca de 1 bilhão de litros. Novecentos milhões são vendidos no mercado interno, 100 milhões, aproximadamente, são exportados. Essa sua venda interna, ela acontece só no atacado ou circunstancialmente pode vender também para varejo? Nessa produção de 1 bilhão de litros, o senhor poderia esclarecer quanto que é de álcool anidro, quanto que é de hidratado e quanto que é desse álcool hospitalar, que foi aqui mencionado, se é que ele existe na sua venda. O senhor poderia também nos enunciar quantas toneladas de açúcar são produzidos, por ano, também pelo conjunto das suas 12 usinas. E o transporte? Nós vimos que, ontem, o *Jornal Nacional* aborda um caso de nota fiscal e a questão de transporte. E o transporte, ele é feito por veículos próprios? É próprio o transporte na comercialização interna e na externa até o porto ou o transporte é feito por terceiros? E a nota fiscal? Ontem nós vimos que o que foi denunciado pela Rede Globo era de que os caminhões vinham sem documento fiscal. Tinha carga e não tinha documento fiscal, e o documento fiscal era negociado. Pergunto: há hipótese de sair alguma carga de uma das suas usinas sem documento fiscal? Já foi feita essa inquirição para o senhor, mas quero renová-la. A COSAN não teve, nos últimos 5 anos, nenhuma autuação fiscal por débitos e tributos federais? Nenhuma? Se teve, de que tipo de tributo foi e em que ano foi. Eu penso, Sr. Presidente, que para começar, essas dúvidas já nos esclarecem bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero fazer minhas as palavras do Deputado Eduardo



Cunha e de outros Deputados desta CPI, no tocante aos fundamentos que deveriam estar disponíveis à CPI para que se pudesse realizar uma inquirição objetiva, com a participação do Dr. Rubens Ometto aqui nesta Comissão. Mesmo assim, a CPI deverá se debruçar sobre os documentos que foram entregues a esta Comissão. Eu apenas teria algumas considerações breves. Entre elas, por ter nos dedicado já há bastante tempo, a análise das questões fiscais do setor do álcool. Renovo a pergunta do Deputado Eliseu Padilha no tocante a estar hoje o conglomerado de empresas que o senhor representa tendo algum processo no contencioso administrativo, ou seja, federal ou no Estado de São Paulo pertinente a impostos estaduais. Se há processos nesse contencioso administrativo, no Estado de São Paulo, o que argumenta a Fazenda Pública Estadual de São Paulo para autuar uma ou várias das empresas que integram o grupo? Em segundo lugar, se as empresas que integram o grupo, seja para a produção do açúcar ou para produção do álcool, especialmente do álcool, já que somos uma CPI dos combustíveis, se elas dispõem de algum benefício fiscal, de algum diferimento para recolhimento do ICMS, de algum mecanismo de crédito presumido, particularmente no caso do álcool, mas, por extensão, se houver, também no caso do açúcar, e o que isso representa, se houver, do ponto de vista financeiro, para a empresa. Em terceiro lugar, se as empresas praticam o *draw-back*, se importam álcool para ser reprocessado e depois para ser reexportado. Se isso acontece, em que montante essas operações têm sido realizadas; há quanto tempo elas têm sido realizadas por parte das empresas que integram o grupo? E, por fim, se os sócios das empresas, se há entre os sócios das empresas alguma outra empresa com sede fora do País, seja empresa associada ou pessoa física, sócio, que tenha residência, domicílio fiscal fora do País. E se empresas associadas às empresas do grupo, ou sócios, pessoas físicas que detenham participação no capital das empresas, também participam no capital de outras empresas, inclusive fora do País, como nós temos visto em várias empresas, tanto usinas quanto destilarias, mas, particularmente, distribuidoras e transportadoras revendedoras retalhistas no setor de derivados de petróleo. É basicamente isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado André Luiz.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, eu queria indagar do depoente, poderia nos afirmar se a empresa, as 12 usinas já foram fiscalizadas pela ANP. Sim ou não? E, se já foram, qual delas foi? Eu queria melhorar a pergunta do Ministro Eliseu Padilha perguntando o seguinte: se algumas de suas usinas estão sendo fiscalizadas pelo Fisco federal e estadual. E, se estiverem, qual delas? A sua empresa tem exclusividade para venda de álcool para as multinacionais? E, se tiver, quais são as empresas multinacionais? Se o senhor tomou conhecimento sobre o acontecido com a Shell. Há até uma documentação que nos chegou aqui: Em atenção ao ofício, em referência ao protocolo nessa Agência, em 21/10/2003, que solicita informação acerca do auto de infração lavrada contra a Shell Brasil Ltda., comunicamos que a ação de fiscalização foi realizada no dia 17/07/2003, em cumprimento à determinação da Sra. Juíza Federal da 23ª Vara de São Paulo, para verificar a regularidade das instalações da base localizada no bairro da Vila Carioca, em São Paulo. Na oportunidade foram coletadas amostras de combustíveis para análise laboratorial, e o resultado da amostra de gasolina A coletada estava em desacordo com as especificações estabelecidas por esta Agência. Conseqüentemente, a empresa foi autuada, conforme evidenciado no documento de fiscalização nº 109821, de 20/08/2003, cópia em anexo. Adulterada em 3% de álcool na gasolina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nelson Bornier.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, o autor do requerimento é o Deputado Eduardo Gomes. As solicitações de documentos feitas já foram todas entregues, ou ainda há uma pendência? Essa é uma pergunta. Segundo: com referência a essas exportações, e também à venda para outros Estados, onde temos alíquotas menores e o favorecimento até na questão da exportação, na questão dos impostos, porventura a COSAN já teve alguma autuação nesse sentido, paga, ou em discussão? Ou há alguma coisa em andamento? Gostaria de saber isso do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concluiu, nobre Deputado?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Concluí.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Abelardo Lupion.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Não, fiz a ficha de inscrição. Acho que sou mais para a frente. Há gente na minha frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Rogério Silva.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, para mim, Deputado, é uma honra falar após V.Exa. Sr. Rubens Ometto, fiz alguns levantamentos em que, momentaneamente, teria algumas dúvidas. Mas como o senhor apresentou os dados agora a esta CPI, vou até me reservar, no sentido de comparar os números que o senhor apresentou agora a esta CPI com os números que levantei. Esses números levantados — eu queria até que o senhor tomasse conhecimento — é a declaração das distribuidoras com as compras que fez na questão da COSAN. Tinha a pergunta também de quais seriam todas as empresas do grupo, e o que o senhor apresentou ali agora também, e que, nesse sentido, estou satisfeito com a apresentação daqueles números, com os quais vamos fazer os encontros com o que temos levantados aqui. Eu teria uma pergunta que não diz respeito à sua empresa, que até esse presente momento eu não pude ainda fazer essa constatação, mas tenho o levantamento de algumas empresas aqui que não são do seu grupo, mas que o senhor poderia talvez me passar algumas informações nesse sentido. A declaração das empresas, das distribuidoras, isso já tenho levantado; com algumas empresas aqui não batem com a declaração do Ministério da Agricultura. E aqui posso citar algumas, ligadas principalmente ao grupo COPERSUCAR. Vou falar aqui de uma empresa grande, por exemplo, Catanduvas. Ela apresenta uma movimentação grande em 98/99, um pouco menor em 99/2000, um pouco menor em 2000/2001, um pouco menor ainda, chega em 2002/2003 a menor. E a notícia que temos aqui é que o setor tem aumentado sua produção. O que, no setor, o senhor que é um homem considerado um dos maiores do setor, pode, pelo menos através de informação para esta CPI, dizer a respeito dessas empresas consideradas grandes, de grupos grandes, que têm apresentado um volume menor e que esse número não bate com a declaração da ANP, com a declaração do Ministério da Agricultura. Por ora, essa é minha pergunta. E vou fazer os levantamentos,



ressalvando, Sr. Presidente: quando o setor alcooleiro vier aqui, na semana que vem, quem sabe possamos estar com esse relatório, esse levantamento mais objetivo para os companheiros da CPI, para o relatório de nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Lupion.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Eu, antes de mais nada, acredito que o comportamento do Dr. Rubens em trazer sua empresa às mãos da CPI, entregando essa documentação toda, vai possibilitar que todos os nossos colegas possam ter a visão necessária de como procede o setor no Brasil. O setor é extremamente complexo: se o mercado está bom para álcool, e uma usina é mista, ele vai produzir mais álcool do que açúcar; se está melhor para o açúcar, ele vai produzir mais açúcar do que álcool. Então, as disparidades podem acontecer. Eu tenho muita preocupação no tocante à distribuição desse nosso combustível, porque as empresas, as boas empresas, entregam suas vidas às vezes para pessoas que nem caminhão têm; têm apenas um registro, e, com isso, denigrem a imagem das empresas, fazendo essa verdadeira picaretagem que vimos ontem no *Jornal Nacional*. Acho que temos muito o que contribuir com isso. Deputado Carlos Melles, sou admirador profundo de seu trabalho, porque conhece profundamente o sistema sucroalcooleiro brasileiro. Profundamente! Eu aqui, quando vejo a diligência do Deputado Rogério Silva, que nos dá essa possibilidade de efetivamente buscarmos aquilo que é nosso papel, o papel do fiscalizador — é para isso que somos eleitos — acho isso extremamente importante. Estou extremamente satisfeito hoje. Tenho certeza de que conheço o Dr. Rubens há muitos e muitos anos, sou um homem do setor, sei o que significa a COSAN para o setor. Então, tenho certeza de que será indiscutivelmente a empresa norte...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - V.Exa. me concederia um aparte?

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Pois não, esteja à vontade.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - V.Exa., no seu argumento, argumentou que na questão da produção do açúcar o momento é melhor, para o álcool é melhor. Mas tenho aqui levantamento que tem que ter uma justificativa. Destilaria Batatais: pela ANP, em 1999, ela declarou uma produção; as distribuidoras declararam compra dela de 5 milhões e 732 mil litros; 2000, zero; 2001, zero; 2002, zero; 2003, zero. No Ministério da Agricultura, essa empresa declarou: em 98 e 99,



62 milhões; 99 e 2000, 66 milhões; 2000/2001, 42 milhões; 2001/2002, 357 mil litros; e 2002/2003, 6 milhões e 850 mil litros. Os números não batem. É nesse sentido que é o nosso trabalho nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - É exatamente por isso, Deputado, que nós temos que pegar os maus empresários, como exemplo, e fazer as punições exemplares nesta Comissão. Estou de pleno acordo com V.Exa.. Acho que é para isso que estamos aqui. Uma empresa com a magnitude da COSAN, que tem o tamanho da COSAN e sua importância para o País, tem que ser organizada, transparente e que estar à disposição. E tenho certeza de que ela será o norte nas nossas discussões nas próximas semanas, para que possamos, quando os outros forem convocados para aqui virem, trazer o que a COSAN está trazendo hoje: o respeito a esta Comissão, mostrando a documentação, e fazendo que a verdade prevaleça, facilitando o nosso trabalho. Porque eu também não concordo com V.Exa.. Eu acho que nós realmente precisamos moralizar o nosso setor. O setor precisa ser moralizado, sob pena de ficarmos à mercê de picaretas. Ontem, quando vi a reportagem, nós, que ficamos tentando abaixar alíquotas dos produtos derivados... Porque a única coisa que salva o meu Estado, como já falei na audiência anterior, é o álcool; a única coisa que salva o meu Estado, no Paraná, que vai salvar São Paulo, na agroindústria, e resolver o problema do emprego, no Rio de Janeiro e nos outros Estados, é o emprego na indústria canavieira. A primeira coisa que aparece é um trator colhendo. Não é essa a nossa verdade; não é essa a nossa realidade. E isso não podemos acertar. Esses empresários, esses picaretas é que denigrem a nossa imagem. E nós vamos ter que puni-los, um a um. E não vamos esquecer de que temos a prerrogativa da Comissão de Fiscalização e Controle, que a qualquer tempo irão buscar os que estão denegrindo a imagem do setor sucroalcooleiro. Porque não se pode brincar com o setor que mais dá emprego para aquele menos qualificado que é o setor sucroalcooleiro brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dr. Rubens, as respostas, por favor.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Vou tentar responder às perguntas, visto que pode haver alguma coisa que eu tenha esquecido. A gente comercializa açúcar e álcool numa quantidade que não é muito grande. A gente



compra tanto açúcar para refinar, porque temos uma refinaria que faz o produto refinado e, às vezes, compramos de terceiros a matéria-prima, que é o açúcar. O álcool também a gente compra, às vezes, algum álcool. Porque nós temos destilaria para fazer álcool neutro e álcool fino, que são álcoois com que se consegue um faturamento melhor no exterior. Então, às vezes, sem produto, compra-se de outros produtores, industrializa esse álcool para torná-lo de melhor qualidade para a exportação. Temos venda no varejo, sim. A usina da Barra também é uma empresa, que vende no varejo, e que tem a marca da Barra. A gente comercializa um pouco, não é em quantidade grande, o álcool gel, que é o álcool que, pela legislação agora, deve ser feito em gel por problemas de explosão ou vendê-lo com uma graduação menor. Mas é um volume pequeno, não é um volume significativo. Quanto ao álcool a nível hidratado, nosso grupo faz aproximadamente 75% de álcool anidro e 25% de álcool hidratado. Produzimos 2 milhões e 100 mil toneladas de açúcar, aproximadamente — todos esses números são aproximados, peço desculpas a vocês porque esse negócio é muito dinâmico, altera; a safra não terminou e altera-se ainda. A grande maioria do álcool carburante é feito, vendido PVU (Posto Veículo Usina). Eu não posso garantir para vocês que não há uma ou outra venda que a gente entrega, mas a grande maioria é feito PVU. O açúcar também, a grande maioria é entregue na usina, onde o comprador pega, a menos a exportação. A exportação de açúcar, a transportamos até Santos. Porque a grande maioria é feito o açúcar a granel, que é o açúcar VHP, o qual é embarcado através dos nossos terminais em Santos. Temos um terminal de açúcar em Santos para onde vai isso. O álcool também — o álcool quando é exportado. Agora, isso não necessariamente significa que seja em caminhões próprios. Procuramos terceirizar o máximo para não investir em caminhões. Nota fiscal. Emitimos nota fiscal de tudo. Eu, absolutamente, desconheço qualquer venda e qualquer saída de produtos das nossas usinas sem a devida nota fiscal. Sobre autuação fiscal, é claro que devemos ter alguma autuação fiscal. Sempre há um problema, como eu disse para você, interpretativo, uma coisa ou outra, há discussões. E nós temos o nosso Departamento Jurídico, temos bons advogados; e as teses do Fisco com as quais não concordamos obviamente agora... agora dizer para vocês o que a gente tem, eu posso até mais tarde fazer isso, mas assim de cabeça....



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Presidente, por favor, será que seria possível, nessa remessa dos documentos que faltam, vir as cópias desses autos e possivelmente as contestações ou defesas que houver, para que também sejam encaminhadas.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu vou chegar lá. Eu acho, até que para ser mais produtivo, eu tinha duas sugestões a saber. A primeira é que, se vocês quiserem saber a mais do que estamos entregando, que vocês nos entreguem o resumo. Porque eu também virei mais preparado; vocês estarão mais preparados por ler, e nós estaremos mais preparados para esclarecer o que vocês querem saber. E a segunda coisa é que acho que a semana que vem não é boa para você convocar o pessoal do álcool. Está acontecendo, em São Paulo... Todo ano, em maio, em Nova Iorque, existe um jantar em que se reúnem todos os produtores, comerciantes, refinadores, bancos que envolvem o setor sucroalcooleiro. E, em outubro, é um ano em Londres, outro em São Paulo. Neste ano, São Paulo, no Brasil, está sendo o anfitrião, para onde vêm produtores e refinadores de açúcar do mundo inteiro e banqueiros que vêm discutir o negócio de açúcar e álcool no Brasil. Se vocês convocarem, vocês criarão um problema muito sério para todo mundo estar aqui. Eles dificilmente estarão liberados para vir aqui. É um negócio que vai a semana inteira, com exposições todos os dias sobre o mercado, sobre tendências, produtos e financiamentos. Há vários seminários, entendeu? Então, é só isso que eu....

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Dr. Rubens, apenas um dado aqui, por favor. Eu acho que será necessário contratarmos um ginásio coberto para que venham todos os produtores.

**(Não identificado)** - A CPI já sabe quem vai convocar.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Mas são os principais. Vocês estão falando em COPERSUCAR, está todo mundo envolvido falando com os banqueiros. Eu não sei a pressa que... Vocês vão criar um problema sério para todo mundo. Eu conheço a agenda, a agenda da semana que vem é todo dia. Haverá almoço com o banqueiro segunda; seminário da UNICA segunda à tarde; há um seminário da DATAGRO, um dos maiores estatísticos de açúcar no Brasil, na quarta-feira.





**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Desculpe-me, na verdade, não somos nós, da CPI, que vamos criar problemas. Acho que alguns deles têm criado problemas sérios para o País. E a agenda da CPI, nós agradecemos a sua referência...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Estou sugerindo só. Quem sou eu para dizer faça isso, faça aquilo. Não fazemos *draw-back* de importação nessa safra. Empresa no exterior, se tivermos, preciso também fazer, é uma ou duas, são pequenas, às vezes, para efeito de documentação e facilidade. Eu vou levantar e informarei aos senhores por escrito todas as coligadas que temos no exterior. A ANP, que me lembro, não tenho autuação alguma deles. Venda de exclusividade. Tínhamos, no passado, uma venda exclusiva Shell. Ela comprava toda a produção, naquela época tínhamos duas usinas de álcool; depois, fomos crescendo, então, a exclusividade dela deixou de ser exclusiva. A gente vende ainda bastante álcool para a Shell. A Shell é ainda um bom parceiro nosso, um bom cliente da gente. A gente vende alguma coisa para outros Estados, também não é muito. Está tudo detalhado aí, vocês podem...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Só para a Shell, ou para outra multinacional você também continua vendendo?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu vendo, vendo para....

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Qual delas por gentileza?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Para Ipiranga, não é multinacional...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Para a Esso?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Para Esso, Texaco, temos...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Ipiranga?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Vendemos alguma coisa para Ipiranga. Mas está tudo esclarecido aí, tudo, tudo, tudo...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - O Presidente distribuiu uma relação de todos os vendedores...

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Vocês têm uma informação exaustiva aí do que... A respeito da Catanduva — eu não vou aqui



assumir —, eu conheço o dono da Catanduva, o Sr. Hermilindo Ruete de Oliveira, que é o Presidente da COPERSUCAR. A usina Catanduva deve ter diminuído sua produção, porque ela era uma usina que exagerava: ela começava a safra em março e acabava em novembro. Depois, com a desregulamentação do setor, ela começou a enxergar que isso era oneroso, que ela não ganhava dinheiro alongando a safra. Então, ela foi reduzindo o período de safra. Agora, explicar os números que o senhor levantou? O que me passou pela cabeça é particularmente o que acontece com a Catanduva. Anotei aqui uma pergunta da ANP: os dados da ANP como o Ministério da Agricultura. Precisamos checar também. É inadmissível que esses números não batam. Os números têm que ser os mesmos. Se não baterem, há alguma coisa errada ou da ANP, ou da distribuidora; às vezes, da própria distribuidora. Mas têm que bater, obrigatoriamente.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sr. Presidente, eu tenho uma pergunta. Segundo o que me parece, eu não ouvi sua resposta. Posso refazê-la? Perguntei se, nas doze usinas, a comercialização delas era só de comercialização própria, ou se elas também recebem já produtos elaborados em outras e que são depois comercializados

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu respondi sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sim?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Sim. Nós compramos álcool de terceiros, redestilamos, fazemos um produto melhor, álcool refinado e álcool neutro, principalmente para a exportação.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Percentagem, quanto por cento, mais ou menos, do que é vendido, do que é comercializado pela COSAN é comprado de terceiros?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Alexandre, quanto nós compramos? (*Pausa*). Muito pouco: uns 30 milhões de litros. Às vezes, Ministro, a gente até comercialmente leva alguma vantagem, há alguma usina que precisa de dinheiro, aí compra-se, refina-se esse álcool e exporta-se.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente, não me senti contemplado. Aliás, eu não ouvi a resposta quanto à exportação. Para quem o



senhor exporta, para quais países o senhor exporta, e para quais Estados que o senhor vende, fora de São Paulo? E as alíquotas desses Estados?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Isso é muito dinâmico. Eu vou dizer para você “eu não sei”. Mas, nesse relatório que o senhor tem aí, o senhor tem tudo, tudo, tudo. Mas não é o grosso nosso; vendemos poucos produtos para outros Estados.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não chega a 10%?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Não. Acho que não. Mas aí você tem um negócio exaustivo. E daí, se você faz um negócio que não seja — não sei como vocês querem coordenar isso —, esclarecemos tudo, tudo, tudo direitinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero anunciar a presença do ex-Deputado Federal Paulo de Almeida.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Grande anfitrião, carioca, companheiro de todos os carnavais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É isso aí. Quero dizer que, não tendo nada a tratar...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Presidente, pela ordem. A última pergunta: só para saber se o depoente teve conhecimento da operação da ANP na Shell, quando encontrou 3% de álcool no combustível.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - A gente sempre ouve esse comentário. Pega-se o preço do álcool e o preço da gasolina, mas eu nunca ouvi específico da Shell. Que eu me lembre, não. A gente lê tanto. Eu, quando leio isso, eu já sei, porque está sempre noticiando. O convite para aumentar a quantidade do álcool na gasolina é muito grande. Você compra o álcool anidro a 700 reais, e gasolina está...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Mas foi uma repercussão muito grande, inclusive o *Jornal Nacional* divulgou isso aí. O senhor não teve conhecimento?

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu posso até ter, mas não me lembro.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, aproveitando, eu gostaria de fazer uma questão da minha colocação, que acabou passando



despercebida. Quando fizemos a lei que introduziu, no texto constitucional, a CIDE, em substituição à PPE, nós estabelecemos que haveria cobrança sobre o álcool anidro de um pequeno valor, se não me engano, 0,16 centavos por litro, sobre o álcool anidro como CIDE, mas que, na realidade, era PIS/COFINS. Essa parcela deve ser paga — é uma dúvida que eu quero levantar para o senhor responder — pelas usinas, ou pela distribuidora que adquire o álcool anidro e adiciona a gasolina?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Alexandre, V.Exa. sabe responder isso?

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - O senhor acaba de conseguir a demissão do advogado dele.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Concretamente há uma suspeita de que haja uma... O Deputado Rogério Silva afirma que é pela distribuidora. Eu confesso que fui um dos articuladores dessa questão tributária na PEC da Emenda 33, mas me veio uma falha na memória de qual o procedimento, porque de fato não incide sobre o álcool anidro a CIDE, mas incide o PIS/COFINS. Em que momento da negociação é feito o pagamento? Pelas usinas, pelo jeito não é, porque não tem sido pago, não tem sido recolhido. Então, seguramente deve ser no momento da comercialização. Vou verificar essa questão, então, porque pode estar havendo aí um erro de compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não tenho resposta, Luciano Zica. Quero informação da Secretaria se o Sr. Dirceu Antônio de Oliveira Júnior se encontra presente. Eu só quero saber se ele se encontra presente.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Se o Sr. Rubens já terminou as indagações, eu gostaria que o senhor o dispensasse para que discutíssemos a presença dos novos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É só isso. Eu já ia encaminhar desta maneira, Deputado. Como V.Exa. é um Deputado muito decidido, eu estava só... Sr. Dirceu Antônio de Oliveira Júnior, Sr. Ari Natalino da Silva, Carolina de Medeiros encontram-se presentes? (*Pausa.*) Já estão a caminho? (*Pausa.*) Ótimo. O senhor é...

(*Intervenção inaudível.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - O senhor é advogado dela? Está bom. Então, tudo bem. Eu queria que o senhor fizesse as ponderações finais.

**O SR. RUBENS OMETTO SILVEIRA DE MELLO** - Eu peço desculpas a vocês se de algum dado eu não sei o número exato. A gente conhece muito a tendência. A gente não consegue guardar números precisos, porque tem que usar a cabeça da gente para desenvolver o negócio estrategicamente. Volto a afirmar que confio muito no trabalho de vocês e que vocês podem contar não só comigo, como com o pessoal da COSAN para ajudá-los a terminar este trabalho que acho da maior importância. Muito importante é montar um sistema de tributação que incentive a produção de álcool e controle com eficácia... A preocupação da gente é ter eficácia nessa fiscalização. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero pedir como...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLE** - Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Eu gostaria de dizer aos nobres Deputados que o material recebido pela COSAN está na Secretaria. Eu pedi para tirarem 3 cópias e quem precisar usar. O Deputado Rogério e o Deputado Eduardo, quase que sub-relatores... Pedi também a disposição do Dr. Alexandre com o grupo da CPI, para avaliação desses dados e esclarecimentos, se necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Como próximo convidado, Dirceu de Oliveira Júnior — intimado. Queria chamar o nosso Departamento Jurídico para saber qual é a providência que a Comissão tem que tomar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, levando em consideração o conhecimento que os Srs. Deputados já têm do requerimento de nossa autoria, nº 252/03, pertinente ao processo que envolve as empresas dos Estados da Paraíba, de Pernambuco, do Ceará e do Estado do Pará e também aos fatos que relatei no início dos trabalhos desta CPI, que apenas para esses 2 requerimentos, que já são do conhecimento dos Srs. Deputados, nós transformássemos esta sessão deliberativa por alguns minutos,



para que aproveitássemos o *quorum*, a presença dos Srs. Deputados e deliberássemos pela aprovação desses requerimentos, que já são do conhecimento dos Srs. Deputados há algumas sessões e, assim, pudéssemos dar andamento às iniciativas que caberão à CPI em função disso que é solicitado nos 2 requerimentos. Peço, então, a V.Exa. que, por alguns minutos, nós transformemos a sessão em deliberativa, apenas com a compreensão dos Srs. Deputados, para que aproveemos os 2 requerimentos que já são do conhecimento dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu gostaria de resolver, primeiro, essa questão dessa matéria da audiência das 16h, que seria com o Sr. Dirceu de Oliveira Júnior. Queria que a representante do Departamento Jurídico tomasse assento e verificasse qual é a decisão do Departamento Jurídico, qual é a orientação que o Departamento Jurídico dá nessa discussão.

**A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES** - O Deputado Presidente pediu minha opinião a respeito, minha orientação jurídica a respeito do documento protocolado, há pouco, pelo advogado do Sr. Dirceu, em que ele vem expor que ele não vem para a audiência porque ele já, ele cita que foi inquirido durante horas e que isso foi atendimento a um requerimento de autoria do Deputado Luciano Zica e que ele acha que esse depoimento, o requerimento foi satisfeito. Então, ele não tem que vir em nova convocação. Analisando tudo que aconteceu, ele saiu daqui intimado, bem ciente de que ele continuava à disposição da Comissão. E obviamente essa argumentação dele não tem nada de jurídica. É uma argumentação pessoal exatamente. Então, a orientação é muito simples. Depoentes que se negam a comparecer e regularmente intimados a fazê-lo devem ser conduzidos coercitivamente. Então, basta a Comissão Parlamentar de Inquérito requerer à Polícia Federal a condução coercitiva do Sr. Dirceu de Oliveira Júnior.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de sugerir a esta Comissão que tomasse a providência no sentido de viabilizar a oitiva do Sr. Dirceu com a maior urgência possível. Se houver — verifique, portanto —, eu queria requerer a esta Presidência que solicitasse à Polícia Federal o prazo que ela precisa para proceder à operação, para que pudéssemos, então, solicitar, para que possamos realizar essa oitiva importante, já que temos uma série muito grande de questões a serem levantadas que não foram objeto do depoimento



daquela audiência realizada no dia 25 de setembro passado. Então, gostaria de fazer esse encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Gostaria de saber se há algum Deputado que gostaria de falar sobre essa matéria.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem prática, sem entrar no mérito da matéria. Eu acho que tudo é válido, qualquer requerimento é válido, o cumprimento de intimação é válido. Só que, se nós temos uma sessão deliberativa marcada para quinta-feira, acho que deveríamos deliberar na sessão tudo que vai ser feito, que fosse deliberativo. Isso é uma decisão que aí o Presidente deve tomar. Se ele está no ato administrativo, ele tome. Agora, se for deliberativo, vamos deliberar na quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero frisar que, quando o depoente saiu daqui, ele saiu com requerimento na mão, entregue na frente de vários Deputados. Está o número do requerimento, está toda a questão da intimação. Então, quero só reafirmar, por isso que eu chamei o Jurídico da Casa... Não vou tomar nenhuma decisão em contrapartida à questão do Jurídico. Então, se o Jurídico pôs essa situação, então, é a mesma que a Presidência da Comissão vai fazer, entendeu?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Se não é deliberativo, não tem que nem trazer o Plenário então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, não sei por que estamos discutindo. Se é deliberativo, iremos fazer quinta-feira. Essa é a minha posição.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu gostaria que a assessoria jurídica falasse sobre essa questão. É a decisão de Plenário ou do Presidente?

**A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES** - Deputado, eu entendo da seguinte maneira: aquela inquirição não terminou, e o depoente saiu daqui bem ciente disso, de que a Comissão ainda tinha assuntos a tratar com ele. A rigor, traçando um paralelo com o que se faz no Judiciário, ou mesmo nos procedimentos



administrativos, isso é válido. E é a própria autoridade que conduz o processo que deve decidir isso. E, naquele dia, o Plenário discutiu isso bastante tempo e já deliberou. Então, parece-me que, salvo engano, não é bem uma decisão do Presidente, mas uma decisão que o Plenário já tomou.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Pelo que eu lembro, nesse dia foi o dia até da prisão do Carrefour, do representante do Carrefour?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. Não, não, foi no dia seguinte.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Nós deliberamos aqui depois de ouvir o depoente? Eu não lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, não foi deliberado. Foi entregue. A discussão que foi feita foi essa. Pode pegar as notas taquigráficas.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Perfeito. Eu só acho que a gente deve ter só o cuidado para, amanhã, a gente não passar vergonha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. Então, só quero reafirmar que foi entregue ao depoente, na frente de vários Deputados, um requerimento, na presença de vários depoentes e de vários Deputados, que não estava, que aquele depoimento, e com advogado dele do lado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Presidente, o depoente aqui esteve, depôs e, não satisfeito — o autor até estava viajando —, pediu para que lhe fosse intimado de novo, para que fosse ouvido. Não foi ouvido no dia determinado porque entregou um documento do falecimento do seu pai.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Logo após, foi remarcado para o dia de hoje. E recebemos hoje uma documentação.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Agora, às quatro e meia da tarde, quase cinco horas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Infelizmente eu não estava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só 16h16.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Infelizmente eu não estava no plenário quando foi lido. O que dizia o que mesmo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A nobre advogada vai ler, por favor.

**A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES** - O requerimento é dirigido à Comissão, à Presidência da Comissão: *“Sr. Presidente, venho, pela presente, expor e requerer o que segue, tendo em vista a intimação recebida para minha apresentação em outra audiência pública a ser realizada na data de hoje. Nos precisos termos constantes dos registros desta Casa, na data de 25.9.03, compareci na presença dos integrantes da citada CPI, sendo vigorosamente inquirido durante horas. Este comparecimento deveu-se ao atendimento de requerimento, de autoria do Deputado Luciano Zica, datado de 21.08.03. Não bastasse a sumária condenação realizada pela imprensa, mais uma vez convocado para novo depoimento a ser realizado hoje 14.10.03. Essa nova convocação estranhamente tem por base o mesmo requerimento que já foi atendido. A irregularidade é flagrante não apenas no aspecto formal e material, mas também no contorno moral. Assim, considerando que já cumpri minha obrigação para com esta CPI, solicito-lhe a dispensa desse novo comparecimento, pelas razões acima expostas. Atenciosamente, Dirceu Antônio de Oliveira Júnior”.*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, em face da documentação, eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito deveria negar esse ofício e reconvocá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas já está convocado. O que nós vamos fazer? Quero dar uma orientação ao Departamento Jurídico, para entrar em contato com a Polícia Federal, de quanto é o período, períodos que eles necessitam, para gente fazer a convocação. Agora, a partir da data que a Polícia Federal determinar, nós iremos fazer a audiência, porque precisa fazer o mecanismo legal. Nobre Deputado José Carlos Araújo.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, na verdade, a Polícia Federal tem que entrar aí como órgão auxiliar, se necessário. Nós temos que fazer procedimentos legais, jurídicos legais, que forem necessários para esse tipo de ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas isso vai acontecer, nobre Deputado. O grande problema é que nós não sabemos onde a pessoa se encontra, local e hora. Quem pode fazer isso é a Polícia Federal. Então, nós não podemos determinar que ele vai vir aqui amanhã, às 2h ou 3h.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, pelo que eu vi no requerimento, ele pede a dispensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nós negamos a dispensa.

**(Não identificado)** - Vamos reconvocá-lo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Espera aí. Presidente, por favor, estou com a palavra. A doutora advogada que me corrija se eu estiver errado. Ele pede a dispensa. Ele tem que ser comunicado que nós não aceitamos o pedido dele e que ele está convocado para tal dia. Não é isso?

**A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES** - Deputado, desculpe, mas não é assim que funciona. Se o senhor é chamado a juízo como testemunha e é marcada dia e hora para o seu comparecimento, o senhor tem que comparecer. Se o senhor simplesmente manda isso, isso aqui não quer dizer nada. Então, o procedimento seguinte da autoridade que tem que ouvir a testemunha deve ser a condução coercitiva. O que importa é que no dia marcado, determinado pela CPI, na hora determinada, ele não está aqui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O.k. Eu só estou querendo cumprir procedimentos legais para que, amanhã, nós não venhamos a passar um dissabor.

**A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES** - O senhor não se preocupe. As CPIs fazem esse tipo de convocação regularmente e não tem nenhum tipo de dúvida a respeito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Tudo bem, eu acho que isso aí; agora, desde que a gente esteja coberto.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Sr. Presidente, pela ordem. Doutora, eu lhe pergunto se pode haver medidas coercitivas sem o respaldo judiciário.

**A SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI PRATES** - Deputado, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica de que a CPI tem o direito de determinar a condução coercitiva de testemunhas que não atendam às suas convocações.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Obrigado. Apenas à guisa de explicações, porque estou de acordo com o companheiro. Nós devemos ter muito cuidado para não entrar num barco furado, tomar medidas que não sejam de acordo com a juridicidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Por isso que nós estamos trazendo o Jurídico.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, a CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, tem poder de polícia, mas não judicial. Acrescente-se ainda que a Comissão Parlamentar de Inquérito encontra respaldo também na Lei 1.579, de 18 de março de 1952, e que, em seu bojo, direciona a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal. No que diz respeito à intimação do art. 118, cuja sanção prevista ao recalcitrante e à condução coercitiva ao crime de resistência, art. 4, inciso I, com pena de reclusão de 1 a 3 anos; ao falso testemunho, art. 4, inciso II, com pena de reclusão de 2 a 6 anos, certo? Mas que a Comissão Parlamentar de Inquérito, a Justiça e o juiz vão fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pois não, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - V.Exa., ao sentar nessa cadeira, está ungido ao papel de juiz. V.Exa. tem o dever e tem a responsabilidade de fazer prevalecer a autoridade de uma Comissão que V.Exa. preside e que tem os seus pares lhe dando sustentação para que esta Casa e esta Comissão não sejam, sob hipótese nenhuma, desmoralizadas. Eu sugiro que V.Exa. faça à assessoria jurídica da Casa imediatamente um parecer, pedindo um parecer por escrito. E que a



assessoria jurídica da Casa, com toda a responsabilidade e conhecimento que tem, dê a V.Exa. a condição para V.Exa. arbitrar. Tenho certeza de que todos os pares da Comissão lhe darão todo apoio neste momento, porque não está em jogo a nossa Comissão, e, sim, o nosso Poder Legislativo, que não pode, sob hipótese nenhuma, ser simplesmente desmoralizado da maneira como está sendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero ...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Presidente, uma colocação que possa ser relevante. Nós estamos com um problema de ordem prática: que o Relator vai apresentar o relatório dia 23, que é a outra quinta-feira. Tivemos uma situação semelhante com a mesma empresa, no início do mês de setembro, quando nós, inclusive, determinamos a condução coercitiva dela e da empresa Apolo. E depois eles propuseram uma data, e nós até convenciamos aceitar a data, que eles acabaram cumprindo, em função da própria precariedade da condução coercitiva acabar levando mais tempo de ser executada na prática. Meu temor aqui é que a gente possa determinar a condução e, na prática, não vá ocorrer, porque pode não haver tempo hábil até o dia da apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Como ele fez um requerimento, a minha sugestão, dentro da linha que foi colocada, é que a gente negasse e marcasse uma nova data, porque ele já saberia que estaria, imediatamente. Que fosse para amanhã ou para depois de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E aí, sim, determinasse a coercitiva, porque temo que nós não consigamos cumprir essa condição e acabe passando o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu quero...

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Eu queria só contraditar, Presidente. A partir do momento em que qualquer ato desta Comissão, decidido em plenário, não por razões, não do Plenário, de não deliberação do Plenário, não ficar contemplado, nós não podemos fechar a CPI. A CPI não pode fechar porque ela não está completa. Ela tem alguma coisa ainda que não está relevantemente elucidada.



Então, esse problema nós não corremos. A CPI continua enquanto todas as deliberações forem feitas aqui, salvo deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, só quero reafirmar que amanhã teremos 3 audiências. Teremos amanhã o Dr. Emílio, o Dr...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Horário, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Às 10 da manhã, depois, às 14h30min teremos o diretor-sócio responsável pela Operação Comercial da Sul Distribuidora de Petróleo, e depois, às 17h30min, nós teremos o Ari Natalino, que vai vir amanhã. A minha posição é que amanhã nós vamos ouvi-lo. Às 19 horas nós iremos ouvi-lo. Então, queria que o Jurídico tomasse todas as providências legais, para, amanhã, nós ouvirmos, já sair com o ofício daqui, que amanhã, às 19 horas, vamos ouvir o Seu Dirceu. E quero informar que o advogado do Sr. Ari Natalino já está ciente de sua audiência amanhã, que está aqui, já recebeu o seu ofício. Então, quero dizer que amanhã está marcado, às 19 horas, e queria que o Jurídico tomasse todas as providências para o Sr. Dirceu estar presente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A Secretaria, junto com o Jurídico, vai determinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Então, foi mudado o conceito, vai reconvocá-lo para amanhã, às 19 horas. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nós vamos tomar todas as providências legais, desde de uma orientação jurídica por escrito, onde vamos ter como base o que estamos fazendo. Ao mesmo tempo, se a Polícia Federal determinar, dizer assim: "*Nós não temos condições de trazê-los*", ou se ele não vier, nós vamos tomar todas as providências. Já tem uma decisão que é uma decisão que temos a data de amanhã, às 19 horas. E o Departamento Jurídico vai fazer todas as condições legais para que nós não tenhamos nenhum problema legal na relação com o Judiciário. Então, nós vamos fazer todo esse trabalho. E quero...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu vejo isso uma questão temerária. Hoje estamos aqui às 19 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dezessete horas.



*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Uma boa providência é mandar resolver o problema das horas, Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Rogério.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu vejo o seguinte: o senhor está convocando o cidadão para amanhã, às 19 horas, não é verdade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Ele, digamos, que não seja localizado ou que está em algum lugar ou no interior daqui ou dali. Qual é a nossa outra opção?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, mas isso aí, desculpe, nobre Deputado, vou falar um termo: isso não é problema nosso. Por isso é que...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sim, mas qual seria a nossa outra opção?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, nós vamos fazer as duas coisas em conjunto, nobre Deputado. Se o senhor tivesse... Porque nós estamos trabalhando as duas questões. Já estamos oficializando, que é amanhã, e, ao mesmo tempo, estamos entrando em contato com a Polícia Federal, nobre Deputado. Então, nós estamos trabalhando as duas coisas, não estamos trabalhando só numa instância, estamos trabalhando nas duas, Nobre Deputado. A partir da orientação do nobre Deputado Lupion, o que estamos fazendo? Estamos trabalhando no sentido de fazer esse encaminhamento. Está bom, nobre Deputada? Quero informar... Há um requerimento sobre a Mesa, do nobre Deputado Paulo Rubem, que é para transformar esta sessão agora em deliberativa para aprovar o seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, eu apenas, como já falei anteriormente, o primeiro requerimento, já é do conhecimento dos Srs. Deputados, está nesta Comissão há aproximadamente duas semanas, têm como fundamento os depoimentos aqui prestados pelo ilustre Promotor Público da Paraíba e a testemunha que ouvimos na sessão da semana antecedente. Como já é do



conhecimento dos Srs. Deputados e levando em consideração a decisão adotada pelo Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, em atenção à proposição do Ministério Público daquele Estado, de solicitar, está decidida a prisão preventiva de outro grupo de empresários citados no processo da Paraíba, aqui ouvido quando da sessão do Promotor Otávio Paulo, queremos, então, para esses 2 requerimentos apenas, sabendo que a sessão de quinta-feira foi marcada deliberativa, mas entendemos que há procedimentos que merecem ser agilizados por esta CPI. Não há nada que justifique nós não deliberarmos, para termos ainda a quarta-feira e a quinta-feira para encaminharmos os procedimentos referentes a esses requerimentos. Então, faço esse apelo apenas para esse requerimento, que já está pautado, e o outro que foi assinado pela maioria dos membros da CPI, e apresentamos extrapauta também relacionado com a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de empresários que já são hoje... que estão presos por decisão da Justiça, mantida a prisão, em segunda instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, e que já haviam sido citados no relatório da CPI estadual, e hoje, por levantamento do Ministério Público do Estado de Pernambuco, há diversas ações penais contra esses empresários em várias unidades da Federação. Então, eu apelaria, apenas nesses 2 casos já conhecidos da CPI, que deliberássemos e não deixássemos para a próxima quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Queria que os nobres Deputados entendessem, primeiro...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vou informar primeiro o que nós estamos fazendo. Primeiro, há um requerimento sobre a Mesa se nós vamos transformar ou não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de saber que forma está sendo colocada, se vamos transformar em uma sessão deliberativa ou se vamos transformar em uma sessão deliberativa com uma pauta prévia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, há um requerimento específico sobre a Mesa, do requerimento do nobre Deputado Paulo Rubem, que é



se transformar numa sessão deliberativa em cima especificamente do documento do relatório...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, é uma proposta de transformar em sessão deliberativa, cuja pauta são os 2 requerimentos do Deputado Paulo Rubem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem e mais nenhuma.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É essa a deliberação do Plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Até agora não chegou mais nenhuma aqui na nossa mesa. Então, era isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, para encaminhar. Sr. Presidente, eu acho, como é uma pauta específica, única e exclusivamente para esses 2 requerimentos e dada a urgência do fato e o comprometimento que nós já tínhamos com o Deputado Paulo Rubem, não vejo nada... Acho que deveríamos realmente, até porque nós temos que encerrar logo após aprovar esses 2 requerimentos, para que possamos ir ao plenário mostrar presença e voltar para ouvir a PETROBRAS. Portanto, eu encaminho...

**(Não identificado)** - A PETROBRAS é amanhã.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não vai ser às 20 horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, vai a PETROBRAS, mas só que nós temos antes ainda da PETROBRAS, nobre Deputado.

**(Não identificado)** - Antes da PETROBRAS, tem a D. Carolina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Temos ainda uma longa agenda.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Tudo bem. E as pessoas já estão presentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Já estão presentes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, para não perder tempo, Sr. Presidente, votaríamos este requerimento em regime excepcional, transformando em deliberativa específica (*ininteligível.*) Estou de acordo, Sr. Presidente.





**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem que estou levantando neste momento principalmente com o companheiro Paulo Rubem. Essas pessoas inseridas aqui no seu requerimento já foram indiciadas, já foram julgadas?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Nobre Deputado, essas pessoas do requerimento assinado hoje extrapauta já estão na cadeia, e as empresas correlatas constam do processo encaminhado pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco e constam do relatório da CPI do Estado. Lamentavelmente, para surpresa nossa, constam de várias outras ações penais relacionadas pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, em consulta às procuradorias de Justiça de outros Estados da Federação, segundo já relatamos aqui. Do requerimento, que tem como substância o depoimento do Promotor Otávio Paulo, do Estado da Paraíba, e da Promotora Patrícia Carneiro, de Pernambuco, e da testemunha que está sobre proteção federal, todos os nomes e as empresas já constam de um processo que tem 11 volumes nesta CPI, inclusive um relatório reservado com dados específicos remetidos pela Receita Federal, e que, portanto, são do conhecimento pleno, profundo, maduro e sereno dos membros desta CPI. Daí o nosso pedido para que eles sejam aprovados extrapauta com essa urgência já apoiada por alguns membros desta Casa.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Eu parablenizo V.Exa.. Agora, eu quero me situar. Se essas pessoas já foram julgadas e estão condenadas, por que agora a quebra de sigilo bancário dessas pessoas que já está resolvido o problema delas?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Deputado Francisco Olímpio, meu colega de bancada de Pernambuco, elas estão sob prisão preventiva, solicitada pelo Ministério Público, para que as investigações possam proceder sem prejuízo do acesso da Promotoria e dos auditores fiscais do Estados às documentações fiscais, contábeis, comerciais, lembrando ao nobre Deputado que, quando da realização da CPI no Estado de Pernambuco, nós realizamos uma ação de busca e apreensão. Foram apreendidos 29 computadores, dos quais 10 estavam literalmente ociosos, sem o HD, sem os dados referentes às operações comerciais, aos dados fiscais e contábeis das empresas. Então, a ação do Ministério Público do



Estado de Pernambuco não foi feita da noite para o dia. Ela tem como substância um conjunto de autos de infração que são referentes a diversos anos anteriores, até o ano de 2002, já sobejamente explicados e consubstanciados também no depoimento do Promotor que conduziu o inquérito no Estado da Paraíba.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, já está transformado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, tem que votar.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Não, já está transformada em deliberativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, primeiro temos de decidir. Queria saber... aqueles Deputados que concordam que nós transformemos esta reunião em deliberativa permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Está aprovada. A discussão dos 2 requerimentos. Está aberta a discussão.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Pela ordem, Sr. Presidente. gostaria só de perguntar ao Deputado Paulo Rubem. Paulo Rubem, pelo que estou vendo aqui, não se trata só das pessoas que estão hoje presas. Pelo que estou vendo aqui deve ter quase todos os postos de gasolina da região, não, do Estado, sei lá.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Deputado Nelson Bornier, o primeiro Requerimento 252 literalmente transcreve as empresas, sejam elas postos, distribuidoras, ou usinas e destilarias e as pessoas que foram denunciadas pelo Ministério Público à Justiça do Estado da Paraíba envolvidos numa operação que envolve 4 Estados da Federação. Então, são literalmente as mesmas empresas que constam do processo de 11 volumes que está disponível nesta CPI, levantado pelo Promotor Público, pela Promotoria do Estado da Paraíba. Não há nenhuma inovação, nenhum enxerto, nada que seja diferente dos subsídios trazidos a esta Comissão pela Promotoria de Justiça do Estado da Paraíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Em discussão. Não tendo ninguém mais para discutir, vamos passar à votação. Requerimento 252, do nobre Deputado Paulo Rubem. Os Deputados que concordam permaneçam como se acham. Está em regime de votação, nobre Deputado. Está aprovado o requerimento.



Se o nobre Deputado tivesse pedido antes, têm, então, 2 votos contra, Nelson Bornier e Marcus Vicente. Aprovado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, veja bem. Eu quero justificar o meu voto. Eu acho que contra essas pessoas que estão presas, tudo bem. Eu fico preocupado tão-somente é de determinadas pessoas físicas que eu não conheço, o CPF aqui e tudo mais, não foram inquiridas nada, eu não ouvi. Quer dizer, eu não sei. Eis a razão do meu voto contrário, e muitas pessoas estejam realmente presas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está bom.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu gostaria de também informar ao colega requerente que nós também, numa reunião há duas ou 3 semanas atrás, abrimos mão de uma série de requerimentos em função de um acordo. E na justificativa desse requerimento foi colocado que já têm 11 volumes aqui nesta CPI a respeito de Pernambuco e da Paraíba, está certo? Então, a assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito e o Relator, Deputado Carlos Melles, já têm material substancial sobre essa matéria de Pernambuco e da Paraíba. Esse é o motivo por que votei contra o Requerimento 252 e vou votar contra o Requerimento 263. O que eu iria pedir a V.Exa. anteriormente é que fizesse a votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, Requerimento 263 em discussão. (*Pausa.*) Não tendo ninguém para discutir, vamos passar para a votação nominal a pedido do nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, apenas para esclarecer, em atenção ao Deputado Marcus Vicente e ao Deputado Nelson Bornier, os autos que foram trazidos a esta CPI estão há várias semanas nesta Casa, na secretaria da CPI, e foram analisados por diversos Deputados. Evidentemente, a sobrecarga de atividades a qual estamos submetidos muitas vezes tem nos privado da oportunidade, nosso caso particular em alguns processos também, de termos acesso a todos os volumes. Há uma questão preliminar no processo já decidido por esta CPI. A Comissão Parlamentar de Inquérito se deslocou ao Estado da Paraíba, no dia 18 do mês de setembro, e realizou diversas



audiências, uma das quais com o ilustre Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Dr. Plínio Leite, e o que nos fez tomar a decisão de federalizarmos as investigações realizadas pelo Ministério Público da Paraíba foi o entrave colocado até essa data pelo Poder Judiciário da Paraíba que, estranhamente, com todos os autos e todas as provas evidenciadas pelo Ministério Público não respondeu nem sim nem não à proposição do Ministério Público daquele Estado no tocante à quebra dos sigilos. Vale salientar que as investigações transcorreram por quase um ano, evidenciando uma gigantesca rede de operações com os Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e o Estado do Pará, operações que foram confirmadas aqui no depoimento da testemunha. Então, apenas para situar o contexto e os fundamentos que nos motivaram a apelar à aprovação desse requerimento. E o Requerimento 263...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É o Requerimento 263 que estamos discutindo, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - ... nós obtivemos a assinatura da maioria dos membros desta Comissão antes da proposição nossa pela votação. Então, quero apenas esclarecer.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só orientação.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, pela ordem. Deputado Paulo Rubem, você sabe que eu fui um dos maiores defensores dessa questão com a visita aqui dos Promotores da Paraíba, lá de Pernambuco, com aquela depoente que esteve aqui na audiência reservada. A minha preocupação é tão-somente que nós não teremos nem tempo para apurar isso. Não seremos nós. Talvez não chegue essa quebra de sigilo aqui até o término desta CPI. Nós vamos dar esses elementos para o Ministério Público, a própria Receita para poder fazê-lo. Aliás, se a própria Receita ainda não o fez, diante do que foi dito aqui anteriormente pelo nosso Relator que junto com o Deputado Luciano Zica teria estado na Receita Federal, se ainda não tomou as providências da cobrança desses impostos de possíveis sonegações, ela está se omitindo. A minha discussão, Deputado Paulo Rubem, era tão-somente nessa questão das pessoas físicas que eu não conheço. Eu não sei de quem se trata, essas pessoas Djalma, Benevenuto, Paulo Roberto.



Agora, na questão da Total, acho que deixei bem claro aqui que nós deveríamos, inclusive, ter ouvido. Não sei por que em nenhum momento... ela deixou passar, já que aqui estiveram várias denúncias dos Promotores, dos Procuradores, da própria pessoa que veio aqui e fez uma reunião conosco reservada. A minha preocupação é tão-somente é que não conheço. Nós estamos aí quebrando sigilo de pessoas que eu não ouvi falar, de pessoas físicas, de pessoas jurídicas, de uma série de postos, o que me preocupa. Então, quero que fique registrada a questão do meu voto de que eu não posso votar em cima de empresas que não estiveram aqui, não foram ouvidas e tudo o mais. Da Total nós tínhamos denúncias aí bem, com bastante substância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A Total é o próximo requerimento. Quero afirmar...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, só queria, pela ordem, esclarecer ao Deputado Paulo Rubem, por exemplo, Deputado, eu fiz o Requerimento 228 requerendo a convocação da Sra. Elizabeth Ribeiro Tellechea, Diretora da Refinaria de Petróleo Ipiranga, da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, extrema importância com as informações que nós temos a respeito de um processo administrativo em curso na Agência Nacional de Petróleo, que monta uma multa já de mais de 200 milhões de reais. Dentro do critério adotado pela Comissão, há duas ou 3 semanas atrás, os requerimentos que não tinham sido aprovados seriam colocados de lado. É essa a questão. O critério... Aqui é a Casa da discussão das idéias. Nós temos de...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu concordo, Deputado, apenas para esclarecer, talvez V.Exa. me permita, com a vossa anuência. É que nós, quando decidimos nesse sentido, inclusive eu fui um dos Deputados que argumentei a favor dessa direção, nós já tínhamos decidido anteriormente que os relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito das Assembléias Legislativas, o relatório da Assembléia de Pernambuco, o relatório da Assembléia da Paraíba, e aquelas investigações que nós aprovamos como foco, seriam objeto das deliberações. Nós, quando estivemos na Paraíba, em Pernambuco, no Estado do Pará e no Estado da Bahia, trouxemos a esta CPI inúmeros subsídios que enriqueceram as investigações que a CPI já vinha fazendo. Nós temos ainda, a



pedido do Deputado Paes Landim, uma ida ao Estado do Piauí, à cidade de Teresina, e uma diligência no Estado do Maranhão, que centraliza também um outro foco de empresas que já foram citadas aqui triangulando liminares. Então, nós não estamos, em sã consciência, ultrapassando a decisão a qual V.Exa. se refere, e eu me recordo, porque o caso da Total está relacionado com o relatório da CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e agora consubstanciado nas investigações feitas pelo Ministério Público do Estado, que, em levantando as denúncias, as ações encaminhadas pelas Promotorias de outras unidades da Federação, obteve em primeira e segunda instância a prisão preventiva dos proprietários da empresa Total. Não há, portanto, um atropelo à decisão a qual V.Exa. muito bem se refere.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Eu quero só concluir, Presidente, dizendo que é importante se registrar isso, tendo em vista o critério que a Comissão adotou. Porque a cada momento se nós formos fazer novos requerimentos, nós vamos ficar mais um ano ou 2 e não vamos chegar a nenhuma conclusão. O que eu quero dizer é exatamente isso. E fui mentor aqui da idéia de se colocar naquela Comissão que se faria na Bahia, do Deputado José Carlos Araújo e do Deputado Bassuma, que se colocasse um terceiro Deputado exatamente para se evitar a questão mais da disputa paroquial. Nós estamos aqui para olhar e, evidentemente, sugerir uma legislação que seja boa para o País, está certo? Então, é muito à vontade colocando isso que eu estou discordando de V.Exa., porque, se não, não vai ter critério nunca. Nós vamos trabalhar em cima... se nós já temos aqui 11 volumes, já temos material suficiente, eu acho que nós temos criar critérios para que isso aconteça, porque é dessa forma que eu penso e discordo de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero afirmar que o art. 186, o processo nominal será utilizado. Quero dizer que a orientação da direção é que nós vamos ter de votar se vai ser nominal, ou não. Então, o Plenário vai decidir a partir da orientação...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, qualquer Parlamentar pode pedir verificação dentro do sistema de apoio normal de Comissão. Verificação de votação pode pedir. Então, não precisa liberar isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu sei, mas eu quero saber se vai ter apoio, ou não, meu nobre Deputado. É isso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - No momento em que ele pedir a verificação, os Parlamentares apoiam, ou não. Nós não vamos ter de votar se vai ser votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Olha só, só para poder concluir. Então, a próxima votação será nominal, o Requerimento 263. Então, vamos passar para a votação nominal. Então, após a proclamação do resultado, nós iremos fazer a votação nominal. Se alguém pedir a verificação de *quorum*...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Nós temos tido a máxima prudência nesta Comissão de não encaminharmos nenhuma convocação, nenhum pedido de deliberação, que não expresse o consenso e o entendimento da maioria dos membros da Comissão. Eu não me sinto à vontade de submeter um requerimento para votação com a grande maioria dos Deputados que estavam aqui no início da sessão não estando presente. Então, eu quero ponderar a V.Exa. para, no caso do Requerimento 263, retirá-lo da pauta de hoje para que ele possa ser discutido ou deliberado na próxima quinta-feira, tendo em vista que é do conhecimento dos Srs. Deputados que, no caso dessa empresa, os seus sócios estão presos, solicitaram um *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça, foi negado, e há diversas ações contra esses empresários, não apenas no Estado de Pernambuco, mas nos demais Estados da Federação. Então, como eu não quero aqui forçar a barra, usando uma linguagem popular, para que seja aprovado esse ou aquele requerimento, eu prefiro que ele seja discutido e possa ser objeto de consenso com a maioria dos Deputados da Comissão. Evidentemente, nós não temos aqui a maioria dos Deputados. Então, eu retiro, assim cabendo, para que possamos deliberar na próxima quinta-feira.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, quer dizer, o autor do requerimento, Deputado Paulo Rubem, dizer para ele desde já que conta com o meu voto esse requerimento, agora, o outro é que, na realidade, que já foi deliberado, é que nós deveríamos ter discutido essa forma com todos aqui presentes. Esse, você já pode contar desde já, já lhe falei desde o início.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, eu quero informar a esta Comissão que o nobre Deputado retirou o requerimento. Está encerrada a sessão deliberativa e vamos passar à Ordem do Dia. Quero dar um recesso de 5 minutos para irmos ao plenário registrar presença e retornaremos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Declaro reabertos os trabalhos da presente reunião. Convido a Sra. Carolina de Medeiros Mariano da Silva, responsável pela Apolo Petróleo, a ter assento e o seu diretor. Todos de pé, fazendo o favor.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A Sra. Carolina disporá de 20 minutos para fazer uma exposição.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Boa-tarde a todos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu nome é Carolina de Medeiros Mariano da Silva. Eu sou a sócia da empresa Apolo Petróleo Ltda. e vim aqui esclarecer dúvidas referentes a minha empresa. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Passaremos às perguntas. Eduardo Cunha, o primeiro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a depoente. Eu gostaria, se V.Exa. me permitisse, como estou tendo o privilégio de ser o primeiro substituindo o autor, se eu pudesse fazer perguntas e obter respostas e não fazer todas, senão vai haver um prejuízo. A primeira pergunta que eu gostaria de saber da depoente é quem são Joaquim Mariano e Luciano Mariano?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Joaquim Mariano, meu pai, faz a parte de compra da empresa Apolo. Luciano Mariano é meu irmão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu gostaria de que a senhora pudesse me dizer, os volumes adquiridos pela Apolo de solvente, basicamente das





refinarias de Manguinhos e da Petroquímica União são muitos elevados. Gostaria que a senhora pudesse me dizer qual é a destinação dessa mercadoria.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu não sei o que os senhores consideram elevados. Hoje, a participação da Apolo no mercado brasileiro é uma média de 1% no mercado nacional. Nós vendemos, em média, 4 mil toneladas, 3 e meia toneladas de solvente para indústrias de vernizes, de cola, de tintas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quais são os nomes dos seus principais clientes?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - O Dr. Alexandre, que cuida dessa parte, poderia responder a essa pergunta para mim?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Apenas a Sra. Carolina Mariano prestou juramento. Portanto, só a ela cabe a resposta. Se for assessorado, mas quem tem que dar a resposta e a responsabilidade pela resposta tem que ser da Sra. Carolina Mariano, que é justamente a pessoa convidada e convocada para prestar esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Eu queria saber se é diretor ou advogado está ao lado dela?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Um é diretor da empresa e o outro é o advogado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - E se nós pegássemos, como fizemos com todas as oitivas, o juramento dele para que ele possa auxiliar ela, já que ele é diretor, responsável pelo departamento por esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só uma questão. Eu acho que a gente não pode ser meio injusto. Acho que a gente tem que ser justo. A audiência passada tinha um diretor da empresa e muitas das vezes foi solicitado a ele. Está aqui. Sentado ali do lado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Nas notas taquigráficas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Qualquer resposta que acontecer aqui que for errada, a responsabilidade é da Sra. Carolina. Ela responde juridicamente. Se o diretor da empresa...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu queria, para ajudar a V.Exa. e dar uma solução que poderia atender às necessidades desta CPI, eu não gostaria que o diretor, que não prestou juramento ou não fosse convocado, respondesse, mas ele poderia passar informação para ela e ela responde no microfone, assumindo todas as responsabilidades das suas respostas. Pelo compromisso que está em juramento e que não pode faltar com a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. Está certo. Está acatado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Gostaria de acrescentar também que a minha empresa é em Lorena e eu moro em São Paulo. Eu não fico diariamente na empresa. Por isso, muitas informações eu vou pegar com o Alexandre, que fica diariamente na empresa. Bom, uma das empresas é a Lubrificantes Everest Ltda; Barueri Indústria e Comércio Ltda; QUIMATEX, Pulver Lux Indústria e Comércio de Tintas Ltda; Lubtech, Lubrificantes Aditivos Ltda; Química Potiguara Ltda; Seven Light.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Por gentileza, Sr. Presidente, eu queria solicitar que ela, se possível, repetisse o nome da Lubtech e em que cidade, se é uma empresa situada em Jacareí, por acaso.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Desculpa, qual?

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** – O nome da empresa Lubtech e em que Município ela está sediada.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Jardim Emília, Jacareí. Lubrificantes, Aditivos Ltda.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu gostaria de saber se todo o volume adquirido de solventes pela Apolo das refinarias Petroquímicas União e de Manguinhos foram revendidos para esses clientes como V.Sa. está dizendo aqui.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - No mês de setembro, sim.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Gostaria de saber se há autos de infração da Fazenda Estadual de São Paulo contra a Apolo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim. Nós fomos fiscalizados, no passado, e isto está *sub judice*. É indevido, né? A gente ainda está... entrou com recurso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É verídico que a Fazenda Estadual lavrou um auto de infração superior a 20 milhões de reais em face da constatação de compra de mercadoria da Petroquímica União Solvente em nome da Pólo e a não-escrituração destas notas fiscais e, conseqüentemente, deste volume na contabilidade da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É o que consta no auto de infração, e nós estamos discutindo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, eu não lhe perguntei se consta no auto de infração, eu lhe perguntei se o fato é verídico.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É verídico, mas nós estamos...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, eu não perguntei se o fato consta no auto de infração, eu estou perguntando se é verídico que foram comprados produtos e que isso não foi escriturado na empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, tanto que nós estamos entrando com recurso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, a senhora está dizendo que todo o volume comprado da Petroquímica União foi escriturado na contabilidade da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A documentação que foi solicitada por esta Comissão acerca das notas da Apolo de compra e de venda, quando é que estarão à disposição desta Comissão?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Parte das notas da Apolo que foram pedidas, de 5 anos para cá, estão nessa fiscalização e nós fomos até Guará para pedir isso de volta, e eles não nos deram um prazo ainda.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Que partes que estão em poder da fiscalização estadual?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Até o ano de 2002 estão lá.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse administrativamente o requerimento. Já que o requerimento da documentação foi aprovado pelo Plenário, que requeresse à Fazenda Estadual o envio dessa documentação com a máxima urgência, por conta de ser inadmissível uma empresa que tem outros instrumentos contábeis, como livro diário, livro razão, forma de recolhimento de tributos com a listagem dos seus produtos de entrada, livro de entrada e livro de saída, livro de registro de controle de estoque, é inadmissível que não se tenha a forma de entregar a esta Comissão o requerido. Então, eu solicito a V.Exa. que administrativamente requeira à Secretaria de Estado de Fazenda de São Paulo a cópia da documentação que esteja em poder deles em função da fiscalização. E gostaria de saber da empresa Apolo quando é que ela entrega o que não está, segundo ela, em poder da fiscalização.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Segunda-feira a gente pode encaminhar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Hã?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Segunda-feira a gente pode encaminhar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Há alguma venda de produto, por parte da Apolo, sem nota fiscal?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Qual a ligação que a Apolo tem com a chamada Rede Rojão de São Paulo, também conhecida como Nascar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Os sócios da Rede Rojão eram sócios da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A Apolo comercializou algum produto para essa Rede Rojão?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Desconheço também, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A senhora por acaso sabe se o Sr. Luciano Mariano é sócio da Rede Rojão?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, não senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não é sócio?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Nem o Sr. Joaquim Mariano?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A Transportadora Transvap é da família? É de vocês? Pertence a alguém do grupo da família?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Vaptrans, sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É de vocês?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E o que ela faz? Ela transporta todos os produtos comprados e vendidos da Apolo? Parte? Qual o tamanho? Qual o volume?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Olha, é uma transportadora. Agora, dessa empresa eu não conheço nada, sinceramente, senhor. Eu sei que é uma transportadora de combustíveis, de produtos...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, eu vou aprofundar a pergunta com relação à Apolo. Essa transportadora faz transporte de compra e venda dos produtos da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - De compra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - De compra?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ela transporta os solventes que vocês compram das refinarias Manguinhos e PQU?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Em que percentual?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quase 100%.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quase 100% das compras. A empresa Apolo, quando compra e quando recolhe, não pega o próprio caminhão? Ela leva para onde? Não leva diretamente ao cliente, ou ela tem uma base de armazenamento?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quando compra e... Desculpe, eu não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A pergunta é a seguinte: se a sua empresa compra, por exemplo, um caminhão, uma quantidade de solvente que está contida dentro de um caminhão e esse caminhão sai da Petroquímica União, vocês revendem diretamente para o cliente, ou levam o produto para uma base?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, ela vai para a Apolo primeiro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ela vai para a Apolo. Sempre?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sempre.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não há possibilidade de um caminhão da Transvap sair direto das refinarias que compram ir direto para o cliente?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Existe a... Vai até a Apolo, é efetuada uma nota...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Cem por cento dos fatos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não há possibilidade, vou voltar a repetir a pergunta, não há possibilidade... Eu não estou querendo que V.Sa. incorra em erro, que eu induza V.Sa. a um erro, para que possa criar um problema, estou querendo apenas o esclarecimento. Cem por cento dos produtos que são retirados das refinarias vão para a base da Apolo e a partir daí são revendidos, ou há possibilidade de caminhões saírem das refinarias e ir direto para os seus clientes?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Há essa possibilidade? (*Pausa.*) Não, eles vão para a empresa, porque nós temos que emitir a nota.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Permita-me, Deputado, um aparte. O que o Deputado está perguntando, claramente, é se vocês têm algum



cliente que comprou um caminhão com 25 toneladas de solvente, já que vocês estão tirando da refinaria de onde for, leva e pega a nota na Apolo e leva. O caminhão não vai à Apolo, vai direto para lá. Isso muita gente faz, não tem nenhuma ilegalidade nisso aí.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não tem nenhuma... Se fizer isso... Para não incorrer, é bom que vocês coloquem, pensem no que estão respondendo, para depois não...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - O produto passa por Lorena. Não necessariamente entra na loja.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mesmo que chegue em outro Município, e vocês estejam... Em qualquer circunstância passa em Lorena?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Passa por Lorena.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A base de vocês é em Lorena?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É em Lorena.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E vocês registram a entrada da mercadoria na base?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - De toda a mercadoria que foi comprada, há o registro dentro da base de vocês em Lorena?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, nós temos que informar a ANP de tudo que a gente compra e de tudo que a gente vende.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Bom, eu pediria também, Sr. Presidente, que, juntamente com a documentação que vai ser remetida pela empresa da depoente, fosse remetido o livro de registro de entrada das mercadorias dentro da base, para que haja a efetiva conferência com as notas fiscais de compra, com o registro de entrada da mercadoria dentro da base. Dentro da seqüência, eu gostaria de saber da senhora o seguinte: a senhora tem conhecimento da apreensão de caminhões dessa transportadora no interior de São Paulo, trocando notas fiscais, na tentativa de simulação de que o álcool hidratado estava vindo de Mato Grosso para São Paulo, mas que, na verdade, ele derivava de São Paulo?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu desconheço. Deixa eu perguntar para o... *(Pausa.)* A Vap foi subcontratada. Quem fez esse transporte foi a... Quem contratou o frete foi a RSM, em São Benedito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas que transporte era esse, qual era a participação da Apolo nesse contexto? Se havia ou não havia...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Da Apolo nenhuma.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não havia nada?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Da Apolo nenhuma.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Essa empresa VAP, ela trabalha única e exclusivamente para a Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ela trabalha para terceiros também?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, inclusive...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, a senhora está querendo dizer que esse transporte que houve a troca de notas fiscais e apreensão de caminhões não estava havendo compra nenhuma para a Apolo? É isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Nem a senhora sabe para quem se destinava essa mercadoria?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sabe para quem que era? *(Pausa.)* O Alexandre está me dizendo que, se não se engana, para a empresa Pérola.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Se o transporte não era para vocês, não tem nada a ver com essa empresa, por que a razão que a Apolo tinha o conhecimento dessa operação?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - *(Pausa.)* O Alexandre trabalha na Apolo, cuida da parte jurídica, e também se inteira desse departamento na Vaptrans.





**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Vocês disseram que a VAP não tem conhecimento, que a VAP é da família. Em nenhum momento a VAP pertence a nenhum membro da família?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, não, eu disse que pertence, sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah, pertence à família.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Perdão. Pertence a que membro da família de vocês?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ao Joaquim Mariano.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ao Joaquim Mariano. Eu gostaria de saber: vocês não têm autorização da ANP para comercialização de solvente no volume que vocês comercializam. Que tipo de instrumento vocês utilizaram para poder obter essa comercialização?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - *(Pausa.)* Nós temos um mandado de segurança, uma sentença num mandado de segurança, onde nós requeríamos essa cota, onde foi reconhecida...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedida, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, eu queria submeter a Plenário. que a Sra. Carolina Mariano está fazendo o seu depoimento todo baseado no... O senhor é funcionário ou diretor da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O diretor responsável pela empresa. Todo calçado no seu depoimento. Amanhã, ou logo depois, durante os depoimentos, podemos tomar alguma providência, e vamos ver que a Sra. Carolina está respondendo... Eu submeteria a esse Plenário, Presidente, se nós não poderíamos colocar sob juramento o diretor da empresa, e ele responder diretamente para nós aqui. Que não a exime da responsabilidade.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedida ao nobre Deputado André Luiz e, depois, ao Deputado Nelson Bornier.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Mas, Sr. Presidente, logo no começo aqui eu fiz essa exposição de motivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso, claro...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Coloquei. Ele como diretor da empresa...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nós não sabíamos como iam ocorrer as coisas. As coisas estão ocorrendo de uma maneira que nós estamos sabendo que a Sra. Carolina pouco sabe.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Ele poderia prestar o juramento e automaticamente responder às perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar... Nobre Deputado, é só para reforçar?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, na convocação da Apolo, que foi na semana passada, nós aqui dispensamos uma das sócias, porque participava tão-somente de 1% das cotas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E a depoente, pelo que me consta, ela detém 99% das cotas de capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu posso admitir alguém que tenha 99% das cotas de capital, ou seja, que é efetivamente a dona do negócio, não estar tendo conhecimento de nada do que está acontecendo. Isso está me parecendo... D. Carolina, a senhora é testa-de-ferro.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, Sr. Nelson, desculpe, eu sou empresária...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Porque não é possível... Olhe aqui, a senhora está se dirigindo em toda resposta à pessoa que está a seu lado, a senhora não sabe de nada.



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Porque tem perguntas mais detalhadas do dia...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Será que o dono dessa empresa não é outra pessoa?

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos decidir. Nobre Deputado Alexandre Santos com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Eu queria primeiro, Presidente, dizer aos depoentes que o Deputado está falando, e, quando S.Exa. falar, não pode ser interrompido por eles. Para que comecemos a colocar as coisas aqui no devido lugar. Em segundo lugar, eu acho que as ponderações do Deputado deverão ser respondidas no momento adequado. Portanto, Presidente, eu passo a palavra de volta para V.Exa., para que conduza nessa direção. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Para não ter prejuízo, nós vamos passar para que o diretor da empresa que está acompanhando faça o juramento também, para poder servir, porque tem toda a ligação.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Qualificando, não é Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Qualificando...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Qualificando o depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos lá. Já está... Só um minutinho, que já está qualificando a assentada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Enquanto isso, Sr. Presidente... D. Carolina, há quanto tempo a senhora é sócia dessa empresa majoritária? Há quanto tempo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Desde 96.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A senhora figura no contrato social com 99% das ações.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Antes eram do senhor seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Oi?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Antes, quem era o sócio majoritário?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, não. Nós adquirimos essa empresa da Wal Petróleo, do Grupo Peixoto de Castro. Eles foram os fundadores. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Todos de pé.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Vou repetir a pergunta que estava fazendo. Eu disse que a Apolo não tem autorização da ANP para comercializar o volume de solventes que comercializa. Gostaria de saber a forma pela qual ela está comercializando e complemento a pergunta para saber que volume ela está autorizada pela ANP e que volume ela está comercializando hoje.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Gostaria de pedir licença a V.Exa...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Peço a V.Sa. que fale mais perto do microfone.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Gostaria de pedir licença a V.Exa. até para colocar aqui todos os fatos relacionados à empresa, que serão por mim aduzidos — sou advogado da empresa, sou supervisor do Departamento Jurídico e, como tal, tenho acesso a diversos dados que, efetivamente, poderão contribuir muito com os trabalhos de V.Exas. Meu nome é Alexandre Magno da Costa Maciel, e gostaria de esclarecer que ela não tinha condições de esclarecer de forma correta, uma vez que esses fatos realmente se relacionam à empresa Vaptrans, e eu, como advogado da empresa, tenho conhecimento pleno desses fatos. O senhor nos colocou uma situação de que efetivamente a Apolo Petróleo não teria autorização da Agência Nacional de Petróleo para a comercialização do volume de solventes, correto?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Exatamente. Aliás, complementando o que V.Sa. está dizendo, até posso crer que a sócia majoritária,



com 99% das cotas, não tenha conhecimento de um problema jurídico de apreensão, apesar de ser uma transportadora da família. Agora, não saber o volume que está autorizada a comercializar, o motivo pelo qual comercializa um volume superior, que é a face do faturamento da empresa, isso me permite concluir, como o Deputado Nelson Bornier falou, que, infelizmente, possa se tratar de uma situação de testa-de-ferro.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Tudo bem. Respondendo à questão elevada por V.Exa., nós temos que, à época de 99, foi suspensa a cota da Apolo Petróleo. Então, impetrou-se um mandado de segurança, conseguimos uma sentença...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Qual era a cota que V.Sa. tinha antes, naquele momento em que foi suspensa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Infelizmente, não posso traduzir a V.Exa., porque não remonta ao tempo em que me encontro na empresa. Só sei que havia realmente uma cota...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas a proprietária da empresa não foi dispensada do depoimento dela, apenas V.Sa. foi admitido como depoente nesta Comissão. Então esta pergunta serve para ela: que volume de cota comercializava no momento em que, segundo V.Sa., foi suspensa pela ANP? Aliás, gostaria de saber também que motivo levou a ANP a suspendê-la, que uma coisa é aumentar o volume, e outra é suspensão.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Uma média de 6 mil toneladas mensais.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É o que comercializava naquele momento?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E qual o motivo da suspensão?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Foi suspensa por um equívoco. Um produto estava sendo mandado para um cliente em Minas Gerais, por uma transportadora por ele contratada, e, no meio do caminho, nosso caminhão foi parado, nem estava indo... nem tinha chegado ainda ao local, e a ANP entendeu



isso como se não poderia estar indo para lá esse caminhão, que não iria para o destino que realmente iria. Por isso, foi cortado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Houve uma injustiça da ANP num caminhão que estava fora do destino transportando produto.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim. E aí foi cortada a nossa cota.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, em função dessa injustiça, foi cortada a cota inteira da empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - E nós entramos com pedido para termos a cota retomada novamente e para aumentar essa cota.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah, então vocês entraram com um mandado não para manter a cota que injustamente havia sido cancelada pela ANP, mas para aumentar também a cota. Seria isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Nós pedimos para retomar a cota e não limitar a cota.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Vocês pediram para retomar a cota?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - E não limitar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E não limitar a cota. E, a partir daí, vocês passaram a ter quantos produtos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Qual o volume?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O volume.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Depende. Não temos um limite de cota. Hoje nós trabalhamos com uma média de 4 mil toneladas mensais, mas isso varia. Agora, por exemplo, 2 mil, 2.100 toneladas que estamos retirando de Manguinhos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quantas?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quatro mil toneladas mensais é a média, tá?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Isso dá quantos metros cúbicos de produtos de solventes? Teve mês aqui, pelos relatórios que a gente teve, que o volume tirado foi 5 vezes isso que a senhora está falando.



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - A média de agora é essa, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Agora deste mês.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim. Este mês estamos em 2 mil toneladas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Se o mês passado, segundo depoimento da Refinaria Manguinhos, feito na semana passada ou retrasada, só no mês de setembro, seria um volume superior a 10 milhões de litros de S-2, só no mês de setembro. E, pelo o que nós temos aqui da PQU e de Manguinhos, teve mês de tirar 18 milhões de litros, teve mês de tirar 17. Os volumes são muito superiores a esse que a senhora está falando. Mas isso não sou eu que estou falando não. Quem informou foi quem vendeu com as notas fiscais. Estão todas aqui, da PQU e de Manguinhos. Os volumes estão aqui. Não sou eu que estou inventando nada não. Não estou me baseando só no depoimento, não. O depoimento é de setembro. Nós não temos as notas de setembro, mas, anteriormente, está aqui a relação à disposição.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - *(Ininteligível.)* toneladas. De quando?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Posso fazer um convite coletivo? Porque eu não almocei, mas desculpem os membros aí. Senão... Entendeu? Senão, negão morre.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - V.Exa. fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de perguntar só ao Deputado Eduardo Cunha o que o senhor quer dizer com isto, que as declarações dela não coincidem com o que o senhor tem nas mãos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu estou tentando que ela dê as declarações corretas, nobre Deputado Nelson Bornier. Estou tentando obter informação. Se for levar para o lado, com certeza acabaria chegando a esse lado daqui a pouco, mas eu estou tentando obter informações que possam servir para os trabalhos, porque eu vou chegar a um fecho conclusivo, porque não haverá muita alternativa para a gente daqui a pouco. Então eu queria que a senhora colocasse o seguinte: a senhora disse que foi cortada injustamente a cota e entrou na Justiça. A



partir daí, não teve limite. Então queria que os volumes comercializados... Aí vou dar a oportunidade do período, já que esse período de agora, onde tem um volume grande, é o período que o nobre advogado está trabalhando com a empresa, para que ele colocasse os volumes reais que foram comercializados.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nós coletamos alguns informes junto ao Departamento Comercial, e o volume que me foi passado de vendas para as empresas remonta a uma quantidade de 8 milhões, 895 metros cúbicos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Que período, que mês?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso aqui está no mês de setembro de 2003.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Oito milhões ...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Aqui tem oito milhões, oitocentos e noventa e cinco, novecentos e cinqüenta e cinco...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Manguinhos disse que ia ser 10 milhões em setembro e, depois, no mês de setembro. Como eles nos comunicaram que suspenderam, pode ter sido isso em função da suspensão.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nós podemos trazer a V.Exa. todos os informes do DCP (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas esse ano de 2003, quais foram os volumes que o senhor retirou de solvente, por exemplo, da refinaria de Manguinhos? Não vou nem falar de PQU.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Poderia colocar uma média para o senhor ... Ele veio tenho um certo crescimento já há alguns meses para cá. Hoje estamos com a cota zerada em Manguinhos. O senhor pode considerar uma média, porque eu não tenho precisão, porque não estou aqui com dados concretos dessa situação. Uma média de 5 milhões de litros.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Uma média de 5 milhões de litros, no ano de 2003?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso, nos meses que eles efetivamente nos forneceram.





**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então o senhor disse que, no ano de 2003, entre janeiro e setembro, o senhor teria retirado 45 milhões. Seria isso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - A gente precisava só compulsar efetivamente os meses em que realmente houve fornecimento por parte da Refinaria de Manguinhos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Só até o mês de março, o senhor já tinha tirado 18 milhões.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu concordo com o senhor. Deve ser mais ou menos nessa média.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Perguntaria aqui o seguinte: essa ação que o senhor obteve o senhor já tem sentença definitiva dela?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nós temos sentença de primeira instância. Não tem trânsito em julgado, porque se encontra no TRF da 2ª Região.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Essa injustiça que foi cometida em 1999 foi dentro de um caminhão da Vap?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, foi uma venda com cláusula FOB, que eu tenha conhecimento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Cláusula FOB? Quem era a transportadora?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu não me recordo porque realmente não coincide com o tempo que ...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A nobre proprietária pode dizer?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Deputado Eduardo Cunha, só para complementar. O senhor falou que entrou com mandado de segurança.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Mandado de segurança.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então V.Sa. deve ter uma liminar, ou foi julgado o mandado de segurança, não a sentença definitiva.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Temos uma sentença.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Do mandado de segurança.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Do mandado de segurança.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E na ação principal, vocês são obrigados a entrar em 90 dias?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não seria a questão de liminar. O mandado de segurança já é uma ação principal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pode ser transformado em ação principal.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O mandado de segurança não é uma ação principal.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ele é ação principal. Ele pode ter o efeito de concessão de uma liminar posterior à sentença, mas ele se constituiu como uma ação principal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - De primeira instância.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Em primeira instância, a gente vai considerar só em relação ao trâmite processual, porque efetivamente...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Foi agravado?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Realmente, ele tem até o recurso de ofício no mandado de segurança, porque se trata de uma autarquia federal, a ANP.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Já agravou? Não tem julgamento ainda em segunda instância. Não tem.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não tem julgamento ainda. Está no TRF da 2ª Região, porque foi uma concessão no mandado de segurança na 3ª Vara Federal de Brasília.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O senhor disse que há sentença e há apelação da ANP e não foi julgada a apelação ainda. É isso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não foi julgada ainda.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Gostaria de perguntar de novo para a D. Carolina. A senhora falou que nem o seu pai nem o seu irmão são sócios da Rede Rojão. E da Rede Luciano de Postos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu não sei o nome da rede. Meu irmão tem, sim, uma rede de postos.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah, então seu irmão tem uma rede de postos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, tem alguns postos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quantos postos ele tem?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei te dizer o número. Ele tem alguns.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É só ele que é o sócio da rede de postos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A senhora não acha muito estranho ter uma distribuidora de solventes na família e uma rede de postos de gasolina?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não parece para a senhora nada estranho? Essa rede de postos, nunca houve comercialização da Apolo para ela?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu gostaria de tentar terminar. Alguma relação de comercialização entre a Apolo e a Univen Fabril e Comercial?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Univen? Eu desconheço, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Por favor.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Atualmente, não. Mas pelo o que eu sei, por ouvir dizer, em épocas passadas, sim. Bom, se por ouvir dizer, acho que a D. Carolina pode responder, não é? Em épocas passadas, D. Carolina, o anterior advogado, a senhora tem conhecimento que sua empresa, que a senhora detém 99% do seu capital, teve relação comercial com a Univen?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Como eu disse, nobre Deputado, eu desconheço nomes de clientes. Eu não fico todos os dias na empresa. Eu recebo relatórios mensais, às vezes, bimestrais do Alexandre e da Eliana, onde eles me passam o que eu vendi, o que eu comprei, quanto eu recebi.



Eu desconheço nomes de clientes, de termos técnicos de solventes. Então não posso responder a essa pergunta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Há exportação por parte da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Em nenhum momento?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Importação?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Nenhuma importação de solventes?

Nenhuma autorização? Nem exportação?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, vou momentaneamente terminar minha participação, mas quero deixar aqui consignado o seguinte: em primeiro lugar, já havia feito requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal da Apolo e, mais do que nunca, agora eu quero não só da Apolo, como da Vap, como da Rede Luciano de Postos. Queria que V.Exa. e meus companheiros admitissem isso na deliberativa juntamente com a Univen, na deliberativa de quinta-feira. Gostaria que V.Exa. também solicitasse, com a máxima urgência — se for o caso, até com busca e apreensão desta Comissão — o livro de entrada de produtos dentro da base em Lorena, e que pudéssemos fazer a diligência pessoal à Secretaria de Fazenda de São Paulo, para obter as cópias de notas que eles dizem não ter como entregar. Eu acho inadmissível não ter como entregar, a despeito de estar em poder da fiscalização. Isso está parecendo mais uma desculpa para não entregar. Então, quero deixar consignado que há suspeições graves e sérias. Não quero fazer prejulgamento, mas temos de esclarecer. Esse é um dos casos mais graves que há aqui nesta Comissão. Vou encerrar. Pediria que V.Exa. aquiescesse às minhas solicitações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Solicito aos nobres Deputados que, depois desta audiência, conversemos para decidir, entre nós, que rumo vamos tomar. Tem a palavra o nobre Deputado Luciano Zica.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse depoimento, para mim, é um dos mais importantes desta CPI e traz para nós



algumas preocupações extremamente importantes. Primeiro, ele complementa o depoimento do Dr. Arthur Cassiano, Gerente da Refinaria de Manguinhos, que revelou o grande volume, a crescente demanda de solventes por parte da Apolo. Segundo, porque revela uma fragilidade desse mercado, um descontrole tal que nos pode levar a tomar medidas drásticas e a CPI, quem sabe, a lograr êxito numa das questões preocupantes do mercado brasileiro de combustíveis no atual momento, que é a questão da adulteração. Tenho poucas perguntas a fazer. Eu gostaria de perguntar, usando o mesmo procedimento e, desde já, quero manifestar apoio à proposta do Deputado Eduardo Cunha no tocante à quebra de sigilo dessas empresas e das pessoas físicas a elas ligadas. Vou perguntar também por tópicos. A depoente tem conhecimento de quem são os proprietários da empresa Lubtech, de Jacareí?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Bom, a identificação dessa empresa, para nós, é muito importante. Vamos providenciar a tomada de conhecimento sobre os proprietários dessa empresa, em função de ligações com adulterações flagrantes adotadas já pelo Ministério Público em Minas Gerais. Considero fundamental. Eu gostaria de saber da proprietária da empresa se ela tem conhecimento de um funcionário que atuou, que foi, segundo consta, diretor da empresa, em algum momento, conhecido por Betito.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não conheço esse nome, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Em que ano a sua família adquiriu o controle dessa empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Em 96.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Em 1996?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Nessa época, o Sr. Betito era funcionário da empresa. Hoje ele é sobrinho do proprietário de uma distribuidora e tem bases no interior de São Paulo, no interior do Paraná e Mato Grosso do Sul, para o seu governo. Então, vamos identificar a relação que ele tinha com a empresa, e depois a CPI tomará as providências necessárias. Mas ele mediou a



comercialização de solventes com distribuidores de combustível, por parte da Apolo, segundo depoimentos já levados a efeito aqui nesta CPI, de outros depoentes, que citaremos no momento oportuno. Uma outra informação que considero importante: esse caminhão, que acabou tornando-se o objeto da suspensão da licença da sua empresa, foi autuado em que localidade?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Em Minas. Em Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Nós gostaríamos de solicitar a cópia dos documentos relativos a esse caminhão, o destinatário e a localidade onde foi autuado...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - ... para que a CPI possa proceder à sua fundamentação. A outra questão que eu quero colocar — acho que o Deputado Eduardo Cunha foi muito feliz nas questões colocadas — é sobre o volume adquirido de solventes pela empresa nos últimos 12 meses. Qual era a média adquirida da Petroquímica União, PQU?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nós iniciamos agora as aquisições, no mês de junho de 2003. A gente ficou um determinado período sem adquirir, acho que a gente ficou mais ou menos uns 9 meses sem adquirir produtos junto à Petroquímica União.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - A senhora, ao fazer a sua relação de clientes, citou 3 empresas, a Lubtech, mais duas.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, eu citei mais empresas.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Tem mais empresas?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Há, entre as empresas que compram da Apolo, hoje Apolo Petróleo, houve época em que era Apolo Química, se não me engano...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hoje é Apolo Petróleo Ltda.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Mas já foi Apolo Química?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não conheço. Sei que hoje é Apolo Petróleo Ltda. Assim que eu comprei a empresa, já foi mudado o nome.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Certo. Para alguma distribuidora de combustíveis?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Não há qualquer comercialização?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não há, até porque o meu produto é PMC, um Produto de Marcação Compulsória. Os produtos destinados para combustíveis geralmente vêm de formuladoras, e a Apolo não é uma formuladora.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Mas, para o seu esclarecimento, quero-lhe dizer que há autuações de distribuidoras com combustíveis marcados, recentes e sistêmicas. Então, esse argumento não resolve a nossa questão. Evidentemente, as ligações existem, e há um farto material a respeito dessa questão. A outra questão que eu gostaria... Qual o valor que a senhora pagou pela empresa junto ao grupo Peixoto de Castro?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Na época, 400 mil reais, divididos em 10 parcelas. A empresa mesmo se pagou.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Muito bem. Incluída a licença de operação e...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Tudo.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - ... instalações?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, 400 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Por favor, poderia repetir o valor?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quatrocentos mil reais.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - E qual é o capital social da empresa hoje?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Um milhão e quatrocentos.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Um milhão e quatrocentos. Com esse movimento?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Muito bem. E essa movimentação e esses dados fazem parte das declarações de Imposto de Renda dos sócios e da movimentação financeira?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Muito bem. A outra questão que eu gostaria de levantar aqui: qual é a razão da suspensão de compra da Refinaria de Manguinhos? Foi uma decisão tomada pela Refinaria de Manguinhos ou pela empresa Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Pela Refinaria de Manguinhos.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Foi apresentada uma razão que justifique essa interrupção ou foi mero...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Uma decisão unilateral, portanto?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - E a senhora tem idéia se os clientes que adquiriam solventes da Apolo passaram a adquirir de um outro fornecedor ou estão hoje...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, hoje eu trabalho com uma média de 2 mil toneladas...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Que é o que a senhora adquire da PQU?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Da PQU, sim. Não sei se os meus clientes estão comprando de outras pessoas no momento. Isso eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Bom, eu acredito, Sr. Presidente, que as informações prestadas no questionamento feito pelo nobre Deputado Eduardo





Cunha, agregadas ao fato de estar evidente que a proprietária da empresa tem pouco conhecimento sobre o cotidiano da empresa... Agora, na minha opinião, eu me dou por satisfeito com as questões formuladas, e passaremos a analisar os documentos disponíveis dos depoimentos anteriores, em relação, inclusive, à participação do Sr. Betito, que é ligado ao grupo Fórmula Brasil e Golfo Brasil Petróleo, e também as notas fiscais, e quero aqui reafirmar o pedido do Deputado Eduardo Cunha, da busca desses documentos que estão em poder da Receita Estadual e também os dados relativos a contrato de compra e venda da empresa. Apoiarei a decisão de quebra de sigilo, para que possamos assim ter acesso aos documentos na questão fiscal, bancária e telefônica, para que possamos identificar essas suspeitas que estão hoje colocadas aqui na CPI. Dou oportunidade então para que outros Parlamentares façam questionamento. Dou-me por satisfeito com as respostas aqui colocadas. Apresentarei um requerimento propondo a convocação, na próxima sessão, dos representantes da Lubtech, para que possamos... ou então talvez incluir na quebra de sigilo a empresa Lubtech. Basta, isso me é suficiente, talvez não seja necessário sequer a convocação, dadas as evidências de que dispomos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente. Continuando o que o Deputado Luciano Zica falou, nós havíamos aqui... Eu estou tentando que a gente seja célere em alguns pontos, para ter um efeito prático. Se nós não tivermos efeito prático, o Relator não terá condições de apresentar o seu relatório. A quebra de sigilo bancário e fiscal pode ser feita rapidamente, telefônico é que é uma atitude inócua, porque não haverá tempo até a CPI, nem nova convocação de depoimento, porque não há nem mais espaço para isso. Não adianta, até porque partir e também quebrar sigilo de quem não foi ouvido aqui nós já praticamente já “consensuamos” isso. Nós temos que tentar ater-nos ao caso concreto, para que a gente possa conseguir concluir uma investigação, porque eu também gostaria do depoimento da Univen, que eu acho tão ou mais importante até do que o da Apolo. A Univen é uma empresa problemática, tem autorização, (*ininteligível*) pela ANP, para importação de solvente, traz por caminhão quase 30 milhões de litros por mês, traz outras matérias-primas que inclusive são matérias-primas semelhantes até a processamento de tráfico de drogas, vindo da



Bolívia. É um caso tão mais sério quanto esse da Apolo e que nós... Eu pedi a quebra de sigilo, acho que a quebra de sigilo até poderia ser feita, mas, como nós “consensuamos” que não há tempo mais para depoimento, nós não estamos fazendo. Então, nós precisaríamos, como disse o Presidente, não sei se hoje conseguiríamos mais, enfim, mas termos uma conversa e tentar nos adequar ao prazo que o Relator vai ter. Busca da documentação da Secretaria de Fazenda a gente pode até fazer, porque, se for mandar um ofício, não vai chegar a tempo. Esse é o ponto. Estão ganhando tempo com a gente, para que nós não tenhamos esses documentos. Estão nos fazendo de bobo, essa é que é a realidade. Então, quero evitar que nós sejamos feitos de bobo. Então, eu não estou contestando os seus argumentos, eu não estou contestando o pedido de V.Exa., eu estou apenas querendo que, numa ordem prática, a gente escolha o caminho e vá nesse caminho, senão nós vamos terminar sem um e sem o outro. Essa é só a ponderação que eu queria fazer ao nobre Deputado Luciano Zica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Nelson Bornier.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - D. Carolina, a senhora adquiriu a Apolo, as cotas da Apolo no ano de 96, é isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Antes da Apolo, a senhora possuía que atividade?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu estudava.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Estudava. A senhora, para adquirir essas cotas, a senhora se utilizou de recursos próprios? De terceiros? Ou de um empréstimo de pessoa física? De bancos? Alguma coisa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, como eu falei, foi pago em 10 parcelas de 40 mil reais. Então, a própria empresa se pagou.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Isso quer dizer então que, na empresa, a senhora retirava mais de 40 mil reais, porque a empresa não pode pagar as cotas, quem comprou foi a senhora.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, quem me deu o aporte principal foi o meu pai, Joaquim.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A senhora então possuía rendimentos da própria empresa superior ao valor da prestação que a senhora pagava.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - A empresa se pagava.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Olhe o que a senhora está dizendo, porque nós vamos ter aqui a sua declaração de Imposto de Renda. Isso faz parte do seu depoimento. A senhora tem como nos ceder amanhã o nome da inspetoria, o endereço, os nomes dos fiscais e os telefones, se possível? Tem aí? Sr. Presidente, eu ia sugerir à Comissão — lógico, ouvindo V.Exa. —, que hoje, nos 5 minutos que o senhor está dizendo aí, após aqui, em que vamos nos reunir, que saia uma Comissão daqui, amanhã, para São Paulo, porque nós não temos como aguardar a vinda desses documentos. Conforme disse o Deputado Eduardo Cunha, a gente está aqui perdendo um tempo. A gente pode se desdobrar ainda não só amanhã, como nesse final de semana, para fazer essa confrontação com o que nós já temos na mão. E essa quebra de sigilo deverá se dar não só dos últimos 5 anos, mas sim de 96 para cá, porque senão nós não vamos chegar também ao objetivo que nós queremos. Eu não posso entender que eu possa comprar uma empresa, por mais competente que seja a D. Carolina, mais capaz que ela seja numa atividade, que ela comprou essa empresa e conseguiu pagar com os próprios recursos da empresa, com esse montante de vendas que existe. Esse cara... Era muito ruim dessa empresa. Como é o nome da empresa? Eu não sei.

**(Não identificado)** - Peixoto de Castro.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Peixoto de Castro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Permite-me um aparte, Deputado?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Olha, eu quero, ela realmente, essa senhora tem que ir para o lugar aqui do nosso Secretário da Receita Federal, já que está diante de tanto lamaçal aí. De repente, o Governo vai ter recursos à vontade

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Deputado Nelson, permite-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Ou até do Palocci, quem sabe?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - D. Carolina, a senhora estudava?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - E os ex-sócios dessa empresa acreditaram na senhora, uma estudante...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não. O meu pai...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Um minuto. A senhora estudava o quê? Fazia faculdade?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não se deve perguntar, mas nós estamos numa CPI. A senhora era muito jovem na época, não?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Vinte anos, menos, na época?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Dezesete anos, emancipada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Essa empresa é, nada menos, que irresponsável, porque pegaram um patrimônio de 400 mil reais e venderam uma empresa a uma estudante de 17 anos de idade. Realmente, D. Carolina, há de convir que aqui tem pessoas mais velhas do que a senhora e não podem acreditar numa coisa desse tipo, que uma empresa, empresários que tinham empresa do porte da senhora entregaram a uma jovem de 17 anos um patrimônio de 400 mil reais, e a senhora conseguiu pagar em 10 parcelas de 40 mil reais. D. Carolina, era somente isso a colocação. Dou um aparte, porque, realmente, fica difícil de nós entendermos esse tipo de coisa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Deixa eu colocar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Ela está respondendo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quem trouxe o negócio para mim foi o Joaquim Mariano, que, como os senhores sabem, é o meu



pai. Ele era representante da Wal Petróleo, um ótimo representante na época, e eles acreditaram que ele, me dando todo esse apoio, claro que, se ele era um bom representante, por que não ter a empresa? E ele acreditou em mim e me colocou para tocar o negócio. Foi através dele que eu comprei essa empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido, nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Indagar à depoente, à Sra. Carolina Mariano: será que ela não está enganada? Em vez de ser 400 mil reais, não eram 400 mil dólares?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, 400 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Quatrocentos mil reais ou 400 mil dólares?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dando continuidade, Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Carolina Mariano, Sr. Alexandre Magno, eu percebo uma convergência muito grande de preocupações dos Srs. Deputados. Eu havia até listado aqui uma série de perguntas que foram sendo feitas ao longo do tempo pelos Deputados que me antecederam, especialmente os Deputados Eduardo Cunha, Nelson Bornier e outros que nos antecederam. Mas eu ainda gostaria de ter um pouco mais de conhecimento em relação às operações comerciais, à constituição da empresa. A Sra. Carolina nos informou que, à época, em 1996, tinha 17 anos.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Isso é correto. Pressupomos, então, que a senhora tem hoje 24 anos.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Vinte e cinco.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Vinte e cinco anos. A senhora conclui estudos de nível superior? Terminou os estudos de nível médio? Em que curso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim. Turismo.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Curso de Turismo. Qual era a sua carga horária na empresa quando a senhora assumiu a presidência da empresa aos 17 anos, se não presidente, mas a função, sendo uma Limitada, a senhora já assumiu em 96 como controladora-mor. É isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Em 1996, quem eram os outros sócios que assumiram a empresa junto com a senhora?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eliana.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eliana? Quem é essa pessoa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É quem fica na empresa no dia-a-dia hoje.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ela assumiu em 96 junto com a senhora o controle da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Qual era o seu controle no capital da empresa, que porcentagem?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Noventa e nove por cento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Noventa e nove por cento. Então, a Sra. Eliana tinha...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Um por cento.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Um por cento. A Sra. Eliana também tinha antecedentes ligados ao comércio de produtos derivados de petróleo, solventes etc., não?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Qual foi a origem da Sra. Eliana? É Eliana de quê? A senhora se recorda do sobrenome dela?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Kotaki.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eliana?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Kotaki.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Kotaki?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora se recorda da origem econômica ou comercial dela?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, ela trabalhava com meu pai, ajudando ele a representar a Wal.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ela tinha que função especificamente?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Secretária.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ela era secretária do senhor seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - E então ela passou a ser sócia-cotista com a representação de 1%?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Qual a idade da Sra. Eliana?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quarenta e poucos.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Digamos que 40 anos. Então, há 7 anos, ela teria 33 anos, o dobro de sua idade quando a senhora assumiu a empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Houve alterações contratuais de 1996 até hoje no capital da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - De endereço.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Alteração apenas de endereço?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então, desde 1996, a senhora é a sócia majoritária, e a senhora Eliana Kotaki é a sócia minoritária?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Desde 1996, nenhuma alteração contratual?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, só mudança de endereço.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Como é que está estabelecida nos estatutos da empresa, no contrato comercial da empresa a participação remuneratória para os sócios? Qual é a participação remuneratória que a senhora retira da empresa e qual é a participação remuneratória que a Sra. Eliana Kotaki retira da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu retiro, contando descontos de impostos, oito mil e uns quebrados; 10 mil o meu pró-labore.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Mensais?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - E a Sra. Eliana?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Deputado Paulo Rubem...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Pois não?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Permita-me, por favor. Então, ela tinha uma retirada no início de um valor, e ela diminuiu? O tempo se passou, e diminuiu o valor da retirada?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - O pró-labore é o que eu tiro. O lucro da empresa é outra coisa, é da empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A empresa fecha o exercício num período, aí distribui o lucro naquela época.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A senhora colocou para mim que a senhora distribui lucro todo mês, porque a senhora pagou do negócio. A senhora disse para mim aqui que a retirada da senhora pagava realmente o valor das prestações.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - A empresa se pagava.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A empresa, não. Quem comprou as cotas foi a senhora.





**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Deputado Nelson, a empresa não pode se pagar. Na verdade, o pró-labore da senhora tinha de ser de mais de 40 mil reais, porque o seu (*ininteligível*), e a senhora vai ter de declarar mais de 40 mil reais por mês para o Imposto de Renda, senão é fraude, porque, na verdade, a senhora está tirando... A empresa não pode se pagar.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Quem comprou as cotas foi a senhora, não foi?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quem comprou foi a senhora, pessoa física.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Por favor, há um Deputado que está com a palavra, então peçam aparte ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Antes que a nossa participação vire uma tábua de pirulitos perfurada com várias inquirições concorrenciais e complementares, eu gostaria de, inicialmente, fazer com os Srs. Deputados, com a Sra. Carolina e o Sr. Alexandre Magno a seguinte ponderação. Essa empresa foi comprada por 400 mil reais. Hoje, 6 anos depois, aproximadamente, é declarado um capital de 1 milhão e 400 mil, ou seja, em 6 anos, houve uma variação de 1 milhão, o que dá em média 150 a 166, arredondando, até extrapolando um pouco, 170 mil reais. Retirando a auto-remuneração da empresa para que ela pudesse ser paga e a sua participação, talvez os números não batam, a não ser que eu esteja errado e algum Deputado possa me corrigir. Se os números são esses, os números não batem com o depoimento que está sendo dado pela Sra. Carolina, que a empresa se autopagou. Essa sua participação nas retiradas mensais tem sido constante, cresceu recentemente, desde o início sempre foi nos mesmos valores?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, constante.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Constante. Desde o início?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora que é sócia da Sra. Eliana Kotaki não sabe de quanto é o pró-labore que ela retira mensalmente?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Alguém sabe?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - A Eliana sabe.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O Sr. Alexandre Magno da Costa Maciel saberia dizer? Tenho uma certa preocupação com a saúde financeira da Apolo, porque, se a sócia majoritária pouco comparece à empresa, recebe relatórios mensais, os números não batem, e a sócia minoritária tem um pró-labore que a sócia majoritária não controla, a senhora não teme ser lesada nessa sociedade comercial com tanto desconhecimento, a senhora, que controla 99% das ações na empresa, o controle na empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, eu confio na minha sócia. É por isso que ela tem 1% da minha empresa, pelo trabalho que ela sempre fez com a gente.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora diria com essa confiança, com o grau de responsabilidade que a Sra. Eliana Kotaki tem, que o pró-labore dela é metade do seu, é próximo do seu, é bem menor que o seu?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Acredito que metade.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora acredita que metade.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, eu não sei informar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quando a empresa foi comprada, a senhora já informou que foram recursos do Sr. Joaquim Mariano que permitiram dar a primeira parcela

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Foi isso? Qual foi a origem desses recursos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele trabalhava como representante.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Não, a relação empregatícia é uma coisa, a origem dos recursos é outra. De onde vieram os 40 mil reais para aquisição da primeira parcela?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei, senhor, ele me deu o dinheiro para eu comprar a empresa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora não sabe! Desde os 17 anos a senhora já se disse emancipada.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então a senhora tem declarado regularmente, na sua declaração de rendimentos, todos os rendimentos que são retirados da empresa, a participação no capital social da empresa regularmente, desde que assumiu a condição de sócia-proprietária?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora tem sociedade em alguma outra empresa do mesmo ramo ou de derivados ou de alguma outra razão comercial?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Em São Paulo, tenho um empresa de climatizadores de ar, que é onde fico, onde eu posso responder até com maiores detalhes...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Como se chama essa empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Power Clima.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Power Clima. Qual é o capital dessa empresa hoje?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hoje está em 600 mil reais.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Seiscentos mil reais, A senhora tem só... É uma Limitada ?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora tem sócios na empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Poderia declinar-nos os nomes?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Acabou de ter a última alteração entre o Sr. Jorge, Sra. Vânia...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Jorge... Que sobrenome?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não estou... Não sei direito o sobrenome dele. Acabou de entrar, a gente fechou semana passada.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A Sra. Vânia...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Vânia Toledo.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Vânia Toledo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - E Joaquim Mariano.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Joaquim Mariano vem a ser o mesmo Joaquim Mariano, senhor seu pai.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Qual é a composição do capital nesses 600 mil reais? Qual é a parte que é do seu controle, da Sra. Vânia, do Sr. Joaquim Mariano e do Sr. Jorge?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - O Sr. Jorge tem 40%, Joaquim, 15%, Vânia, 5, e eu tenho 30... 40%.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quarenta por cento. Não se recorda, de maneira alguma, do sobrenome do seu mais novo sócio?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, o Sr. Jorge não. Não me recordo do nome dele.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Nem da origem comercial dele?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele tem um produto no mercado, que é um produto inovador, que nós temos um problema de vendas, por ser um climatizador, temos problema de sazonalidade, esse produto vem somar às nossas vendas, a gente não fica com problema de venda nesse período, é uma pessoa muito bem articulada...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Durante esse período em que a senhora tem estado à frente, a senhora se recorda de qual é o endereço da empresa?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É Av. Brasil.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Av. Brasil. Qual o número?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Número 171.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Fica em que bairro, em que cidade?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ali na Vila Joaniza, Americanópolis.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Os telefones da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Cinco meia oito meia... Desculpa, 5623-9100.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Cinco meia dois três nove mil e cem.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Nove mil e cem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Esse é o único telefone, qual é o fax?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - O mesmo.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O mesmo. Qual é o CNPJ da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ah, eu não tenho... Aqui eu não sei. Posso mandar para o senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O seu CNPJ, a senhora se recorda?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, eu preciso pegar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Não, não precisa. Durante o período em que a senhora tem estado à frente da empresa, a senhora diria que a concorrência tem sido a mesma, não há concorrência, a empresa tem conseguido crescer, apesar da concorrência... Como é que a senhora enquadra sua ação da sua empresa no mercado?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Qual empresa o senhor fala, a Apolo?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sim.



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hoje tem mais concorrência. Hoje existe em média 70 empresas distribuidoras de solvente no mercado e os grandes consumidores, não é?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quantos dias por semana a senhora dá expediente na sede da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Por semana?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sim.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu vou na Apolo de 3 em 3 meses, de 2 em 2 meses. As pessoas vão até São Paulo, no meu escritório, para prestar...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora vai na Apolo de 3 em 3 meses.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim. Muito raro eu ir na Apolo.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então, toda documentação que é da sua responsabilidade assinar...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Vão até mim, em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Levam para a senhora em São Paulo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim. Quem fica diariamente lá é a Eliana.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A Sra. Eliane.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quantos empregados a Apolo tem hoje registrados?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hoje deve ter 38, 40.

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ah, baixou assim? Vinte e poucos funcionários.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Vinte?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Vinte e poucos funcionários?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Vinte e quatro funcionários. Tivemos um grande número de funcionários demitidos, 23 funcionários.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu não sei se o Deputado Eduardo Cunha já lhe perguntou, mas, se tiver perguntado, perdoe-me, mas a empresa tem frota própria...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - ... trabalha com frota de terceiros, arrendada ou a frota é de responsabilidade de seus clientes?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Dos clientes. A maioria utiliza a cláusula FOB.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A própria frota?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - E a minoria comercializa com a sua entrega, com a sua frota?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Muito pouco.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quantos veículos tem a sua empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, nós não temos veículos. Nós pagamos o frete, adquirimos o frete de outra empresa para estar entregando. A maioria eu digo que é FOB.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Os veículos que transportam a mercadoria.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Mas veículos registrados no nome da empresa, autos passeios e outros tipos de veículos.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu posso passar essa listagem depois?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Pode, a CPI vai solicitar.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Pois não.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Por fim, uma última pergunta: a senhora ou a empresa tem conta em alguma instituição financeira fora do País?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Tem sociedade em alguma outra instituição comercial fora do País?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Alexandre Santos.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Deputado Alexandre Santos, o senhor me permite, só para eu fazer uma pergunta? A senhora tem idéia de quanto tempo os seus livros, os seus documentos da sua empresa estão em poder da fiscalização?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quanto tempo?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - É. Há quanto tempo seus livros, as notas fiscais, toda essa documentação da empresa está em poder da fiscalização?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Aproximadamente 1 ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Alexandre.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Deputado, só uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - À vontade.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Por gentileza.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, embora eu não tenha o princípio de levantar alguma questão de ordem, eu gostaria de levantar essa para a gente tentar entrar mais no quesito que é o da nossa CPI, que é relacionado com sonegação de tributos, máfia, adulteração e suposta indústria de liminares. Essa questão que o ... Estou vendo a gente levar para um lado da questão que não está muito dentro do quesito, que é adulteração, uso solvente da questão do combustível. Eu vejo aqui, por exemplo, que a D. Carolina Mariano, ela pode ter o pai rico, na





verdade, que emancipou ela com 17 anos, que ela pode ser proprietária, sim, de uma empresa, ela pode comprar uma empresa. E, dentro do quesito de ter o dinheiro lá na sua conta ou não, ou como ela declarou o Imposto de Renda, não vejo isso o ponto fundamental da CPI. Eu acho que o nosso ponto fundamental é ver a transação comercial que ela fez, com quem foi feito, como foi feito, para quem foi esse solvente, para que a gente possa centralizar essa atenção no sentido de a gente fazer os levantamentos necessários da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Alexandre Santos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, eu queria chamar atenção: vários delitos estão passando na nossa frente nessa conversa aqui. Eu queria apontar, porque está ficando, Sr. Presidente, uma coisa de brincadeira. Eu acho que nós temos que, talvez, fazer uma reunião após esse debate ou podemos continuar levando como se tudo isso fosse verdadeiro. O senhor não acha que, se tivesse uma pessoa de 17 anos, estudando, comprasse uma empresa a custo zero, e pagasse a própria empresa, que já consta aqui que não dá esse lucro. Ela aumentou seu capital em 1 milhão nesse período todo. Adquire 40% de uma empresa que vale 600 mil reais; 40% dessa empresa que custa 240 mil reais. Só estou falando não pela falta de informação, não pela falta do que se está passando, não pela falta já colocada aqui da sonegação e, também, da adulteração, Sr. Presidente. Acho que temos que fazer outro encaminhamento nesse momento, para que nós não percamos nosso tempo nem, também, dos depoentes, já que a maioria das perguntas que são feitas a D. Carolina nem sequer sabe. Só perguntaria à D. Carolina qual o volume financeiro da sua empresa anual. Movimentação financeira.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hoje?

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Anual. Qual o seu movimento anual financeiro, o faturamento?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quarenta, 50 milhões.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Quarenta, 50 milhões. D. Carolina, eu quero dizer que a senhora está sob juramento e que a senhora aqui



está falando 40, 50 milhões de uma empresa de sua propriedade, de responsabilidade da senhora. Porque a senhora é detentora de 90%.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu posso apresentar para o senhor.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Nós vamos apresentar... Porque nós vamos solicitar. D. Carolina, quem, nesse momento, é o verdadeiro dono dessa empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu e a Sra. Eliana Kotaki.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Então, Sr. Presidente, pediríamos que tivéssemos uma pausa nesse momento, para que nos reuníssemos, para que não continuemos com esse espetáculo aqui, que é deprimente para todos nós.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Tem a palavra V.Exa., nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Só lembrar à D. Carolina que está sob juramento e que o perjúrio, o falso testemunho é crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero dizer que há um requerimento verbal do nobre Deputado Alexandre Santos, que é para nós suspendermos esta reunião, para depois decidirmos um encaminhamento. Então, vou pôr em votação. (*Pausa.*) Aqueles Deputados que concordam com o requerimento verbal do Deputado Alexandre Santos permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Está aprovado. Então, quero pedir que só fiquem no plenário os Deputados e os assessores da Comissão e os assessores da Câmara dos Deputados. Vocês também voltam...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, nós gostaríamos que os convidados, os depoentes permanecessem nas dependências da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eles vão permanecer nas dependências da Casa.



**O SR. MAURÍCIO COLOMBA** - Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar um aspecto no que foi dito pela D. Carolina, até para esclarecer um fato que me parece que é uma questão de equívoco. Ela vem afirmando, se V.Exa. me permite...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, pela ordem. O advogado não tem direito ao uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só um minutinho, nobre advogado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - O advogado pode instruir o cliente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero esclarecer ao advogado que a sessão foi suspensa. Entendeu?

**O SR. MAURÍCIO COLOMBA** - Informalmente, poderia colaborar, então? Parece-me que houve um equívoco. Parece-me...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só fora do plenário. Quero assim... Para depois...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - O advogado não pode fazer uso da palavra. Ele pode instruir o seu cliente. Mais nada. A oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso, isso. Nós já sabemos. Então, aqueles que não forem — entenderam? — funcionários da Comissão...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Talvez, Sr. Presidente, a localização dos depoentes em uma sala reservada. Poderia acompanhar na sala da Comissão mesmo, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É. Está aqui a Segurança, a Segurança já encaminha...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Então tá. Já está providenciado. E aí nós nos reuniremos e fazemos uma programação.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dando continuidade, com a palavra o nobre Deputado Eliseu Padilha.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, questão de ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedida.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Eu estava anteriormente com a palavra e pedi a suspensão da reunião. Então, pediria ao senhor, por uma questão até de normalidade de andamento, que me devolvesse a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está concedido.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, sei que muitas perguntas ainda serão feitas neste recinto, mas, pelo pouco que pude ver, pediria de imediato a quebra de sigilo bancário dos 2 depoentes; que, neste momento, fosse comunicado à Polícia Federal, para que nenhum dos 2 pudesse deixar o País. Pediria, Sr. Presidente, que pudéssemos aqui aprovar uma Comissão Especial para investigar esse caso. Portanto, Sr. Presidente, antes de passar a palavra a S.Exa., o Ministro Eliseu Resende, eu queria fazer essas observações aos senhores...

**(Não identificado)** - Padilha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Todos os 2 foram Ministros.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Padilha. Para que pudéssemos ter uma direção nesta Casa do andamento dos trabalhos. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só que primeiro o Deputado Eliseu Padilha, e depois retornamos. Nobre Deputado Eliseu Padilha.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sr. Presidente, vou pedir a V.Exa. que se consiga estabelecer um processo de pergunta e resposta, para que não se perca o raciocínio. D. Carolina, é para a senhora mesma. A senhora disse que tem 99% das cotas da empresa, e sua sócia tem 1%. Quem é que representa a empresa no estatuto, no contrato social registrado na Junta Comercial? Quem é que responde, quem é que assina pela empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu e minha sócia.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - As duas podem assinar pela empresa, representando a empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu assino pela empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - As duas, ou só a senhora?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ela assina também, não é?

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, só eu assino.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Só a senhora.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, todos os documentos, cheques, é só a senhora que assina. Ela não assina.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, cheque, ela tem procuração.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ah, ela tem procuração. Formalmente, só a senhora que é a diretora da empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Quem tem poder de representação é a senhora?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Para seu advogado, que é advogado: quem representa judicialmente, juridicamente a empresa, é só ela. É isso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A menos que ela confira procuração. Tá, muito bem. Então, a representante legal da empresa é a senhora. A senhora diz que, quando comprou a empresa, o capital era de 400 mil, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Hoje é de 1 milhão e 400. A senhora lembra como é que foi integralizada essa diferença? A senhora vê que aumentou 1 milhão, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Como é que foi integralizado, foi em dinheiro, foi em bens, a senhora tinha... Guardou dinheiro que recebeu da própria empresa, como lucro? Como é que foi?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Isso eu preciso ver com meu contador, como isso foi feito.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Como é o nome de seu contador?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sr. Júlio.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Onde é que fica?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Onde fica o escritório, Alexandre?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - São Paulo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O endereço, seria possível nos dar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, Av. Iraí...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Av. Iraí.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quatro três oito.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Quatro três oito. Bairro?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Moema.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Moema, São Paulo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - É isso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu poderia até antecipar o teor do contrato social, a integralização foi em moeda corrente, desse capital.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Foi em moeda corrente. Aí, sim, a origem da moeda corrente era distribuição de lucros, ou era dinheiro que ela tinha de outra origem?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Distribuição de lucros da empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Distribuição de lucros da empresa, da própria empresa. A senhora disse no começo que contou com a ajuda de seu pai...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... na aquisição. O seu pai lhe ajudou com quanto?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Com o primeiro aporte, com os 40 mil...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Só com os primeiros 40 mil.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Depois, os outros 40 mensais a senhora tirou da própria empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, eu pedi, fiz uma antecipação do lucro e fui pagando essas parcelas. Isso que não ficou bem claro, porque o pró-labore que eu tirava eu ficava para mim, o lucro da empresa eu fui pagando as parcelas...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Nós já tínhamos chegado a essa conclusão, que possivelmente fosse lucro...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... e que a senhora ter-se-ia apropriado do lucro mesmo antes...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu fui tomar a antecipação.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... de encerrar o balanço.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Exatamente, isso que não ficou muito claro.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... para pegar e pagar a prestação. Foi isso que aconteceu?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A empresa deu de lucro, nesse primeiro ano, 400 mil reais?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei esse dado.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Foi em 10 meses que a senhora pagou, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E foi com o lucro, não é?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Foi com o lucro da empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - D. Carolina, nós aqui, na nossa reunião fechada, analisamos suas respostas diante de alguns fatos. E eu não sei, no começo talvez, quando a senhora prestou aquele compromisso... Se porventura a senhora disser alguma coisa aqui de que a senhora não tiver certeza, a senhora diga que não tem certeza.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Porque, se a senhora afirmar, a senhora pode mentir, e quem mente aqui... Já aconteceu de pessoa que saiu presa daqui porque mentiu, e eu, pessoalmente, tenho convicção de que aquela pessoa não quis mentir.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas não pode... Aqui não temos intenção, é o fato, e ele tem uma versão só. Se colocamos uma versão diferente, acaba... Então, vou perguntar de novo para a senhora sobre essa questão dos lucros. O pagamento foi feito porque no primeiro ano... Foram 10 meses, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Dez vezes 40, 400, está certo? O pagamento foi feito com lucros, e o lucro desse primeiro ano foi, em princípio, de 400 mil reais. Está certo isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Bem, isso vai ter documentos... Tem a declaração de renda de sua empresa...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... onde isso vai ser comprovado, viu, D. Carolina?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu vou encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não... A senhora lembra o mês. A senhora disse que foi em 96, mas não lembra o mês?





**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Se não me engano, outubro, outubro ou novembro de 96... Outubro.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - É, a senhora já pegou 2 exercícios, então, pegou o exercício de 96 e o exercício de 97...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... porque pagou 2, ou 3, durante 96, e 7, ou 8, em 1997.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, são nesses 2 anos que o lucro chegou, vamos colocar assim, 14 ou 15 meses, o lucro chegou em 400 mil reais nessa sua empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Trezentos e sessenta...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora lembra? Os movimentos eram muito maiores naquela época? Os volumes que a senhora vendia?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não. Não sei informar a V.Exa. hoje.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Quem é que lhe sugeriu esse negócio de solvente, de intermediação de solvente? Foi o senhor seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - O Joaquim Mariano me trouxe o negócio, e ele, claro, me ajudou, me colocou...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - D. Carolina, o senhor seu pai passou isso para a senhora, e ele ajuda a gerenciar, ele trabalha junto no negócio?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Hoje ele participa só das compras.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ah, ele ajuda a comprar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E ele ganha remuneração por isso, ou não?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora paga ele?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Como é que a senhora remunera ele, se ele não é sócio? Ele é empregado?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu não sei quanto... O senhor sabe? Ele é empregado.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não, quanto, não.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele é funcionário.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ele é funcionário?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora assina a carteira dele?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ah, é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ele é funcionário registrado da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele é funcionário da empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E ele trabalha junto lá, então.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, lá não. Ele não fica lá, ele faz as compras, só. Ele só cuida das compras.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Hoje então ele só cuida da Petroquímica União, lá. Só faz as compras...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - E Manguinhos. Hoje não estamos com Manguinhos.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, só Petroquímica União.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - É isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O seu pai tem uma empresa também de transporte, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Tem.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E seu irmão tem uma empresa de postos de gasolina?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora tem uma distribuidora de solvente, seu pai tem o transporte, e seu irmão tem posto de gasolina, vende gasolina e álcool combustível, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Quando a senhora citou o nome das empresas para as quais a senhora fornecia, a senhora citou a Lubtech. A senhora sabe o ramo de negócios da Lubtech?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Com que trabalha essa Lubtech?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - ... mas posso verificar aqui.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Por favor, dê uma olhadinha. O senhor não sabe, doutor?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - No caso, é ramo de produtos químicos, nós temos todo o cadastro dessa empresa...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A Lubtech trabalha com produtos químicos...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Lubtech... Isso...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ela não é... Ela não comercializa com combustíveis? Combustíveis?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não, não. Pelo objeto social constante de nosso cadastro, realmente, é a comercialização de produtos químicos.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Solvente, ela compra solvente e usa em...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso, isso. Eu só não sei esclarecer, precisamente, se ela, realmente, é uma industrial ou uma comercial. Mas isso aí a gente poderia disponibilizar a qualquer tempo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Deixa eu perguntar uma outra, então: a Lubrificantes Everest Ltda...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ela é uma industrial.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Industrial?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ela faz o quê?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ela industrializa esses solventes aí como matéria-prima (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Para quê? O senhor disse que é industrial. Eu, lendo o nome, Lubrificantes Everest, dá-me a impressão de que é uma empresa que vende lubrificante.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, tudo bem. Efetivamente, eu não sei dizer a V.Exa. qual seria, realmente, a destinação dentro daquela empresa. Eu sei até que se situa em Guarulhos essa empresa, em Bom Sucesso. Lubrificantes Everest tem uma base de armazenamento, e, realmente, eu sei que eles industrializam esse solvente.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Nobre Deputado Eliseu Padilha, permite-me um aparte, só para...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu já vou adiante... Se tu me dissesse que ia ser legal... Eu já vou indo adiante... Esse auto de infração, ele tem uma data: 19 de março de 2002.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - De 2002, isso.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Na verdade, ele não é um auto de infração, não é? Ele é um protocolo de entrega de documentos e livros para o início de uma ação fiscal.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Está certo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Justamente... Era justamente na demonstração do fato que, posteriormente, foi emitido um auto de apreensão em relação a todos esses documentos que se encontram em poder do Fisco, inclusive a gente tentou diligenciar, porque esse auto de apreensão... Todos os documentos foram direcionados para a Secretaria da Fazenda em Guaratinguetá, só que eles permanecem com DEAT Combustíveis em São Paulo, na Rangel Pestana.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Está no DEAT de Combustíveis em São Paulo, na...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Rangel Pestana, se não me engano, 410, é a...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Rua Rangel Pestana, número...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso, Av. Rangel Pestana.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Av. Rangel Pestana, 410...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso, é fácil, é ali, o prédio, realmente, do Fisco... Central do Fisco...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - DEAT de Combustíveis, não é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - A Diretoria Executiva de Administração Tributária...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Todos esses documentos que são mencionados aqui não foram devolvidos para a empresa e se encontram lá.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. Isso aí... Não foram devolvidos, inclusive é o que eu coloquei a V.Exa: existe até um termo de apreensão desses documentos.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Este não é o termo de apreensão, este é o protocolo.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eles podem ser disponibilizados para a empresa, mas, até o julgamento efetivo do processo administrativo, eles têm que ficar confiados à guarda da Secretaria da Fazenda.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, eu vou repetir mais uma vez: nenhum desses documentos foram devolvidos...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nenhum desses documentos.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... todos se encontram em poder do Fisco até hoje.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Confirmando, categoricamente, esse fato.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Tem, inclusive, o auto de apreensão, depois, que eles deram...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso, isso... É uma mércia de documentos que, realmente, consta todo o procedimento, o ato...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E os livros fiscais? Por exemplo, aqui fala no registro de entrada, registro de inventário, registro de utilização.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso está gerando...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Vocês compraram outros livros e estão escriturando em outros livros ou está sem escrituração esse período?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eventualmente, a gente coleta dados, porque, vamos supor, o senhor fecha um diário, um razão, o senhor precisa de números antecedentes de livros. Então, nesses casos, a gente diligencia até a Secretaria da Fazenda, é disponibilizado o documento, depois, retorna.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Deixa eu perguntar de novo: aqui fala em determinados...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu entendi a pergunta do senhor, se a gente comprou outros livros...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Isso.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Olha, eu acredito que não, porque até... Pelo que teria de dar continuidade de lançamentos naqueles livros que foram apreendidos.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então pararam, não se paga mais imposto, não tem mais registro...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, paga... Não, a apuração toda...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... não tem outro livro, mesmo que seja provisório...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não... Daí é um impresso eletrônico... Isso, é um impresso eletrônico que é objeto de encadernamento posteriormente. E os impostos estão sendo pagos normalmente.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - As guias estão sendo pagas com base nesse registro provisório...



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Correto, correto, correto.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - É isso que está acontecendo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - São até registros definitivos, não é?

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - D. Carolina, a senhora lembra quanto é que a senhora está pagando para o seu pai de remuneração?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, preciso ver com a contabilidade.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não lembra?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - É a senhora que fixa ou é ele que fixa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Foi estabelecido entre ele e... Acredito que isso foi determinado entre ele e a minha outra sócia. Eu não tenho participação de quanto pagar a determinado funcionário.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas ele, certamente, teria registrado como funcionário, ele ajuda a senhora porque ele é funcionário da empresa, e ele tem uma remuneração que a senhora não conhece.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - E porque é meu pai... Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ah, essa... A Vaptrans, ela é uma empresa que é só do seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu não sei responder para V.Exa. Acredito que sim, não sei responder com certeza.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E foi um veículo dela que foi preso daquela vez, quando... Era em Minas que a senhora falou que foi preso...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, não era da Vaptrans.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não é da Vaptrans?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não? Aquele que foi preso em... No Mato Grosso do Sul, que a senhora falou que tinha sido preso.



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Em Minas.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Em Minas, é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Em Minas, foi em Minas.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Inclusive, isso gerou um procedimento administrativo junto à Agência Nacional do Petróleo, e encontra-se em fase de julgamento aqui em Brasília esse fato.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Esta... O senhor disse que havia ingressado com mandado de segurança porque a ANP, de forma incorreta...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu vou até colocar, já até me antecipo, acho que ficou... Não ficou muito claro perante o nobre Deputado Eduardo Cunha. Era um outro corpo jurídico à época. Eu tenho conhecimento dos fatos porque, realmente, eu compulso, normalmente, as sentenças expedidas em 2 mandados de segurança. Então aconteceu esse fato perante a ANP...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Deixa eu lhe fazer uma pergunta para facilitar para o senhor. Eu sou advogado também.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Então, ótimo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O senhor tem uma liminar ou o senhor tem já uma decisão de mérito no mandado de segurança...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nós temos uma decisão de mérito em primeira instância, só que não transitada em julgado, porque...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sim. E o juiz... Quando houve apelação, o juiz manteve... Na decisão, ele manteve a decisão liminar, ele lhe deu liminar, não é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ele deu... Se eu não estou errado em minhas colocações, ele, realmente, deu a liminar, confirmou por sentença...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Na sentença, ele confirmou a liminar?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso. Houve recurso, realmente, voluntário...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ele manteve...





**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - ... manteve a decisão, reconhecendo, inclusive, nesse processo, a inconstitucionalidade da Portaria 63, de 99, que condiciona a aquisição de solventes à anuência prévia da ANP. Então, quer dizer, o fato que, realmente, está pairando uma dúvida é de que a gente está adquirindo produtos sem autorização da ANP. E o senhor, como advogado, tem ciência que nós estamos...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas com autorização judicial... Vocês têm autorização judicial...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - ... com autorização judicial reconhecendo, inclusive, a inconstitucionalidade dessa Portaria 63.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Nessa sentença, o juiz admitiu que era inconstitucional...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Reconhece a inconstitucionalidade, que ela fere, efetivamente, os princípios de livre iniciativa, livre concorrência.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O seu irmão, o Luciano, ele tem uma rede de postos, não é? Lembra a bandeira que é usada nesses postos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, dos negócios dele eu não conheço.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não sabe, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ele vende solventes também ou só vende combustíveis?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, só combustível.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ele não vende solvente?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - E ele compra solvente da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Nunca comprou?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Pois não.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Permite-me um aparte? A Kátia, a sócia, que tem 1%... Eliane... É Eliane o nome dela?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eliana.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Eliana. Ela está presente?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Está.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Está presente. Por que não chamarmos, também, a Eliane, para que possa orientar aqui no...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, quem decide é o Plenário da Casa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Neste caso, então eu peço para botar em votação e sob juramento...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, vamos dar uma continuidade, e, se for preciso, Deputado André Luiz, a gente, também, ouve depois. Só para... Nós precisamos só fazer o fechamento aqui depois do Deputado Padilha.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora montou uma outra empresa, também, essa Power Clima, não é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Esse seu sócio, o Sr. Jorge, ele foi admitido agora ou desde o início da...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, agora.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Agora? Antes de ele ingressar na sociedade, quanto era o capital social da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - A mesma coisa, ele não entrou com dinheiro, ele entrou com produto.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora transferiu parte das suas cotas para ele? Quem é que transferiu cota para ele?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu transferi, a Ox foi retirada da sociedade, que é uma empresa de gerenciamento, também de minha propriedade, que cuida da contabilidade e da parte jurídica das empresas. A Vânia ingressou, reduziu a minha cota e a cota do Joaquim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Doutor, eu gostaria de voltar ao senhor, porque eu acabei de receber uma cópia do mandado de segurança. O



senhor lembra o número ou então o juízo desse mandado de segurança a que o senhor se refere . É um da 2ª Vara do Rio de Janeiro?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu comentei com V.Exa. que são 2 mandados de segurança. Esse primeiro, proposto na Justiça Federal do Rio de Janeiro, viabilizando o restabelecimento das quotas. E um segundo, proposto perante a 3ª Vara da Justiça Federal de Brasília, o Juiz João Fagundes de Deus, onde foi realmente deferida a não-intervenção da Agência Nacional do Petróleo em relação a homologação de quotas em favor da Apolo Petróleo Ltda.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, este aqui deu para o senhor sustentação...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O restabelecimento das quotas, se não estou equivocado em relação a esse processo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O senhor está equivocado. Vou ler para o senhor a parte decisiva.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ah, não, o senhor me perdoa. Já até volto. O restabelecimento foi de Brasília, e a concessão aí da não-intervenção da MP foi no Rio de Janeiro. É que eu não participei ativamente desse processo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Vamos dar uma lida na parte da decisão.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Está ótimo. O senhor pode pegar até os 2 últimos parágrafos.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Vou pegar só o terceiro. Olha aqui: *“Por essas razões, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, quanto ao pedido formulado no item ‘a’ de fls. 53, mas tão-somente no que concerne às fornecedoras da impetrante, e concedo, em parte, a segurança pleiteada e assim afasto a exigência contida na Portaria 63/99 e determino à autoridade impetrada que se abstenha de condicionar à prévia anuência da Agência Nacional o fornecimento à impetrante de solventes passíveis de uso como combustíveis”.*



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Justamente que se o senhor compulsar a Portaria 63, ela elenca, de fato, era uma situação até sob a direção...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Doutor, o senhor tem bem presente o que estou falando, não é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, tenho. Passíveis de uso como combustível. Eu posso até...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, o senhor só tem a garantia dessa segurança para usar solvente que vai ser usado como combustível e não...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. O senhor está cometendo um equívoco. O senhor me perdoa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Vamos ler de novo, vamos ler de novo. *“Por essas razões”*... Olhe, só. Estou lendo.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, estou escutando. Eu vou só achar um documento aqui.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - *“Por essas razões, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, quanto ao pedido formulado no item ‘a’ de fls. 33, mas tão-somente no que se concerne às fornecedoras da impetrante, e concedo, em parte, a segurança pleiteada e assim afasto a exigência contida na Portaria 63/99 e determino à autoridade impetrada que se abstenha de condicionar à prévia anuência”*... — a autoridade impetrada é a ANP.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Correto. *(Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - *...”da Agência Nacional de Petróleo, o fornecimento à impetrante de solventes passíveis de uso como combustíveis.”*

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - As palavras, vou colocar até a V.Exa., infelizmente, não trouxe a Portaria 63. Mas ela estabelece...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas eu não quero saber o que diz a portaria. Se a portaria é inconstitucional, o que vale para o senhor é isso aqui. O seu salvo-conduto é isso aqui. O que não está dito aqui o senhor não pode utilizar.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Com certeza, mas a definição contida na portaria que foi afastada, ela trata justamente da anuência



prévia para a aquisição de solventes passíveis de uso como combustível, que são todos os solventes constantes da Portaria 41/2000.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Deixa eu pegar qual é o cerne da questão. O senhor tem autorização para comprar solvente que vai ser usado como combustível.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O senhor está usando... Então, essa decisão está em vigor ou não está em vigor?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Está em vigor.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Então, o senhor não pode comprar com base nessa aqui para usar para fins industriais.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Se me for permitido, vou traçar um histórico com relação à indústria de solventes. Então, o senhor pega em pontos iniciais. Temos aqui uma autorização do extinto DNC, baseado na Portaria 757/90, do então Ministro Osiris Silva, que realmente na política nacional dessa regulamentação deferiu à iniciativa privada o exercício dessas atividades.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Vamos simplificar. Para não perder tempo, vamos simplificar. O senhor quer me dizer o seguinte: a Agência só regula o que for utilizado como combustível. O que não for...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - É isso o que o senhor quer dizer?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O senhor não está entendendo. Nós temos agora, estamos sob a égide da Portaria 41, da ANP.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Muito bem.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - E, anteriormente a esse fato, existia o condicionamento de anuência prévia da ANP para a aquisição de solventes. E esse solvente que o senhor está colocando uma distinção, que é um subproduto...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu, não. Quem coloca é o juiz.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. É que ele pegou... Eu gostaria... Não sei se a gente teria condições de compulsar neste ato uma Portaria 43, que está disponível no site da ANP.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Tem. Não há problema. Para nós 2 que somos advogados, o que não está escrito aqui, o que está expressamente escrito não comporta... O senhor recorreu da decisão? O senhor entrou...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não entrei com embargos de declaração, não entrei com nada.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - ... com embargos de declaração? Olha, essa expressão está sobrando. Essa expressão não deveria constar. Ela tem de ser retirada da decisão. Se o senhor não recorreu, ela está em vigor.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Toda gama de solventes tem o tratamento específico de produtos passíveis de uso como combustível, tanto é que veio a Portaria 274 regulamentando a...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu concordo com o senhor. São passíveis. Agora, essa autorização que o senhor tem é apenas para uso como combustível.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. Eu discordo de V.Exa. Isso aí foi uma intitulação dada pela Agência Nacional do Petróleo...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Qual foi o recurso da Agência? O que a Agência disse? Qual foi o cerne do recurso da Agência? Nós vamos pedir à Agência cópia desse recurso.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ótimo. Mas eu vou continuar discordando. O senhor me perdoa até.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu acho que tem todo o direito de discordar.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Essa é uma questão de ilustração até a V.Exas., porque nós estamos no mercado e temos ciência efetivamente da legislação. Eu posso afirmar categoricamente a V.Exa. que o senhor está elaborando em equívoco.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não. Eu estou lendo o texto da sentença.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, mas a Portaria 63, será que teríamos condições de compulsá-la?



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu não tenho o inteiro teor dela aqui, mas o juiz diz que ele afasta os efeitos da Portaria 63.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O senhor poderia me emprestar a portaria só para realmente complementar?

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu não tenho a portaria. Essa é a outra liminar que o senhor tem e a decisão. Bem, esse é um assunto que agora o senhor tem um ponto de vista. Eu estou lendo a sentença. Eu quero ver o que a Agência diz. Nós vamos pedir à Agência cópia do recurso deles.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Agora, só para a gente chegar a um consenso. Ele não procedeu ao afastamento da exigência contida na Portaria 63? Nós estávamos sujeitos a essas condições. E essa portaria condiciona a aquisição dos solventes passíveis de uso como combustível. Esse tema é só transcrito da portaria.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Eu entendo o que o senhor quer dizer.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Mas isso não quer dizer que esse produto vai ter destinação específica como combustível.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Ocorre que é o que diz a sentença. O senhor não percebeu qual...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Mas o senhor não entendeu o seguinte ponto de vista.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Não. Eu entendi.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - A gente tem lá realmente a condição de solicitação de anuência prévia. Se a empresa Apolo Petróleo é uma distribuidora de solventes, ela estava condicionada a essa exigência. Então, a portaria, nesse sentido, somente reproduziu o *caput* da portaria...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - O texto da portaria. Eu estou entendendo.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - ... que são os produtos passíveis de uso como combustível.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Deputado Eliseu, V.Exa. me permite um aparte?



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Pelo que eu coloquei aí é uma outra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que é da Bandeirantes, é de outra empresa, e que na decisão o juiz fala solvente e não solvente como combustível. Ele defere a liminar. Ele deixa claro, como V.Exa. tem razão na ponderação, porque coloca de uma forma diferente dessa decisão da Apolo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - De qualquer forma, nós vamos tratar na Agência.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Claro. E eu tenho a exata certeza de que o senhor vai confirmar os meus dizeres.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas eu não tenho dúvida quanto ao que o senhor está dizendo. A dúvida que eu tenho é que esse mandado de segurança não dá a titularidade que o senhor está dizendo que dá, a menos que o senhor tivesse recorrido e tirado essa complementação.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - É que o senhor está fazendo uma diferenciação em termos de colocar duas categorias de solventes. Não existe. É uma só. Agora, nós temos, sim, se eu falar para o senhor que não... Nós temos, sim, uma diferenciação hoje em dia que é efetivamente o PMC, que é o Produto de Marcação Compulsória, Portaria 274, e os solventes efetivos às cadeias de hidrocarbonetos destinados à formulação de gasolina.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Deputado Eliseu Padilha, só para dar uma contribuição que eu considero, do ponto de vista técnico, importante que se dê. Na verdade, todo solvente pode ser gasolina, mas nem toda gasolina pode ser solvente. Então, é uma questão...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Toda gasolina pode ser solvente.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Toda gasolina pode ser solvente se desviada.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Pode. Se o senhor fracionar efetivamente, como é uma mistura (*ininteligível*) de hidrocarbonetos, vai sair só solvente da gasolina.





**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Nos componentes da gasolina há frações que podem...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Mas todas as frações da

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Agora, evidentemente há essa confusão. E isso tem sido objeto de operações, na minha opinião, que a empresa tem feito, ilegais, não há a menor dúvida.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O quê? Eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - A Apolo, na comercialização, que pode ser direta ou indiretamente, através do transporte irregular...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Vejam o que ele diz é o seguinte: a Apolo não veio aqui de graça, evidentemente que veio aqui porque teve suspeita de que o montante de solvente que se compra aqui não vai para tinta e verniz. Pode até ser comprado assim de vocês, mas ele está sendo usado para misturar com gasolina.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Posso fazer uma colocação, até muito sincera, para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Pode. Isso pode ajudar.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Hoje, nós temos que, infelizmente, nos acostumar com o galardão de sermos vítimas de injustiças, de incompreensões, porque o exercício da atividade de distribuição de solventes implanta ressentimentos. Agora, o que eu não acho justo, e ficaria até uma colocação expressa a V.Exas., é que dentro dessa cadeia nós não comercializamos chuchu com alface. Nós temos o cumprimento de uma política nacional instituída pela Lei 9.847, com o tratamento de atividade de utilidade pública também a distribuição de solventes. Então, pergunto até a V.Exa.: então, a cadeia petrolífera nesse sentido, ela se exaure efetivamente em relação aos distribuidores de solventes...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu só gostaria de terminar essa colocação até para colocar uma posição concreta de nossa empresa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só lembrando ao nobre depoente que não pode fazer nenhuma pergunta.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Está ótimo. Eu vou fazer uma colocação.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E o senhor que está falando, ele está simplesmente dando assessoria à D. Carolina. Que ele se coloque na posição de assessoria e de esclarecimento.

**(Não identificado)** - Já não é mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Ele é testemunha, nobre Deputado.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Está ótimo. Então, eu posso terminar a minha linha de raciocínio?

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Deixa ele só terminar o que está explicando, que eu quero ouvir.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Então, eu acho muito importante até para esta Casa o pensamento efetivo no seguinte sentido: infelizmente, nesse setor específico, somos constituídos como agentes econômicos aptos ao exercício da distribuição de solventes e essa cadeia da indústria petrolífera se exaure justamente no distribuidor. Então, por que, já que vamos ter uma terceira pessoa... A Polícia Federal o fez com relação ao tolueno. Até uma manicura é obrigada a pedir autorização da Polícia Federal para a aquisição de acetona. Então, por que não se colocar a extensão de autorização e registro da ANP para aquelas pessoas que adquirem os nossos produtos? Pois se elegem na Portaria 63 que nossa empresa é efetivamente e solidariamente responsável pela destinação incorreta do produto. Agora, por que não se estender, até como um pensamento aqui meu, uma sugestão, estender a essas empresas, para que não fique maculada sempre a idéia de que o distribuidor de solventes é o criminoso.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Só para que o senhor entenda. Não há dúvida, pode não ser o caso das pessoas que compram de vocês, mas não há dúvida de que há gente que mistura solvente com gasolina.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O que é uma posição absurda.



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas há.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Mas a gente tem que entender que nós...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A ANP autua todo dia, a gente sabe que tem. É lógico que quem compra um grande volume, a gente queira saber para onde é que foi, como é que é, quem é que compra, quem é que não compra, porque essa é a razão que nós estamos falando.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Hoje, fatalmente, a gente chega em uma posição que até o guarda noturno faz fiscalização dentro da nossa empresa. Isso, digo com clareza, porque anualmente ali quantas diligências recebemos, principalmente da ANP. Então, se realmente se estendesse essa cadeia até o consumidor final...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - D. Carolina, a senhora lembra quanto à Power Clima, a senhora montou ou a senhora comprou a empresa já funcionando?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não. Comprei a empresa já funcionando.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Seiscentos mil, que é o capital, é o quanto foi pago?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Trezentos mil na época. Comprei 50% da empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - A senhora comprou, no primeiro momento, 50%?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Trezentos mil?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Em que ano a senhora comprou essa empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não me recordo. Em 2001, 2002, por aí.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Pago em *cash*?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ela foi fundada em 1981 e...



**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Os 300 mil, a senhora pagou *cash*?  
Foi à vista?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu fui colocando.  
Não, eu fui colocando na empresa, eu fui integralizando o capital.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Esses 300 mil a senhora foi integralizando?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Mas a senhora não comprou a sua participação?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim, parte dela foi pago para os sócios, que eles queriam, fizeram, falaram que aquela marca valia tanto, e outra parte eu fui colocando na empresa, porque eles nos procuraram exatamente por isso, porque eles não tinham capital mais para investir na empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – E esses 300 que a senhora colocou aí, a senhora tirou lá da outra empresa ou o seu pai que lhe deu, como é que foi?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não. Foi com o lucro da minha outra empresa.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Foi com o lucro da Apolo que a senhora comprou essa Power Clima?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim. Que foi paga em vezes também.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Foi paga em várias vezes também.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim. Eu fui colocando conforme a necessidade.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Sua declaração de renda prova isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – O nobre Deputado Nelson Bornier pediu pela ordem.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – D. Carolina, a empresa chama-se Apolo Petróleo Ltda., não é isso?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O endereço dela, da sede Lorena, qual é?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Avenida Leo de Fonseca Neto.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Avenida...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Leo...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Leo...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – ... de Fonseca Neto, nº 15.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – ... de Fonseca...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Neto.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – ... Neto, 15. Qual é o bairro?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Mondeziro.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Movizira?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Mondeziro.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Mondeziro. A Lorena. A senhora possui alguma filial, algum depósito?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Alguma sucursal em outro lugar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Os telefones de lá, dona?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Qual é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Era 553, agora é 3153-2690. Prefixo 12, tá?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – 3153-2690.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – E 3152-4848.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – E 3152-4848.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Lá só mudou o prefixo, que era 553.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Qual é o prefixo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – É 12.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Prefixo 12?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Não tem escritório em outro lugar?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Já teve a constituição de outras filiais, mas foram todas encerradas.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – A sócia é D. Carolina...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – De Medeiros Mariano da Silva.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – ... de Medeiros Mariano da Silva. A outra sócia é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Eliana Kotak Botelho.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Liana?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Eliana Kotak. Dois “k”, tá?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Kotak?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Isso, Botelho.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O senhor trabalha diretamente para a empresa ou o senhor possui escritório à parte?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Eu tenho um escritório e trabalho para empresa como supervisor jurídico.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O senhor fica a maior parte do seu tempo dentro da empresa ou dentro do seu escritório?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Eu fico a maior parte dentro da empresa, às vezes tenho as minhas viagens, os meus afazeres.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – A sua graça toda é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O seu nome?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Alexandre Magno...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Alexandre Magno de...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** –... da Costa Maciel.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – ... da Costa Maciel?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Isso.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O endereço do escritório do senhor é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – O de Lorena, ele estava na Papa João XXIII...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Não, hoje.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Por que mudou?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Ele mudou o escritório há pouco tempo, porque meu sócio faleceu no escritório e a gente foi obrigado a alterar o endereço...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Qual o endereço do senhor, do seu escritório hoje?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Qual o endereço do seu escritório?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Eu precisava até pegar, porque a gente mudou há pouco tempo e ele está indo para outro endereço.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Tem o telefone do escritório do senhor?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Telefone?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – 3152-6706.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – 3152...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – 6706.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Mesmo prefixo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Isso, 012.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O contador da empresa, como é o nome dele?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sr. Júlio.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Júlio de quê?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei informar.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Qual o nome do escritório.



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Ox Gerenciamento...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Ox?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Isso: Ox (xis)...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Gerenciamento...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – ... Gerenciamento Empresarial. Na Avenida Iraí.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Espera aí. Empresarial. Avenida Iraí, 438, é isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim. São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Na Capital?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Isso. Décimo andar.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – A senhora tem os telefones de lá?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – 5531...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – 5531...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – ... 7411.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – ... 7411. Prefixo 011?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Onze.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Onze. A contabilidade da empresa é feita nesse escritório, não é feita interna na empresa, não?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Tem um técnico lá dentro da Apolo, mas a contabilidade é feita pelo Júlio, da Ox.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Então, a contabilidade a senhora pega os documentos e manda para aquele escritório: o Ox?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Quem é que recebe essa fiscalização quando ela vai lá? Quem é que recebeu esses fiscais que estiveram lá?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – No caso, o senhor pode ver que a minha assinatura se encontra nesse documento. Mas todos os funcionários recebem. Eu represento ali, no caso, como advogado da empresa.





**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Alexandre, e aí, nesse caso, o senhor recebeu na empresa ou lhe chamaram lá na secretaria?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, a gente recebeu uma diligência na empresa, com a ANP, com a Secretaria da Fazenda, com delegados da Delegacia Fazendária, com o serviço de inteligência do Fisco estadual.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Essa secretaria é a de Lorena?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Tanto é que eu até relatei com os documentos. Em tese, deveriam estar apreendidos em Guaratinguetá. Mas estão na DEAT Combustíveis.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A inspetoria de Lorena é em Guaratinguetá?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso. Mas como isso aí é um caso vinculado...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Especial, combustíveis.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ao DEAT Combustíveis, foi para a Diretoria Executiva de Fiscalização.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Esse local da DEAT Combustíveis é na avenida?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Já pensando, só o número que estou realmente com dúvida. Mas ali não tem erro em São Paulo, é próximo à Praça da Sé.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O senhor por um acaso tem os telefones de lá, não?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não tenho. Infelizmente não.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Isso é na Capital, não é?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso. Próximo à Praça da Sé.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Os fiscais que intimaram, naquela época, são os mesmos que estão com esses documentos até hoje?



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu já não poderia dizer a V.Exa., porque eu acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas o contato não é com o senhor?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O contato não é com o senhor?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O contato em relação a isso? A gente quase não recebe contato deles.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E como é que fica? Os livros ficaram para lá?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Eventualmente, precisando, eles estão à disposição da empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eles não procuram: *“Olha, precisamos mais desse documento, daquele”*.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Já. Após a diligência, efetivamente, solicitaram mais documentos na empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas são sempre os mesmos fiscais ou houve mudança?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Olha, ali o DEAT Combustíveis, eu posso dizer até V.Exa....

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Nós estamos falando de 1 ano e 7 meses.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Há 1 ano e 7 meses.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Há 1 ano e 7 meses lá.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - São os mesmos fiscais que estão lotados lá?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas quem é que tem esse contato?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Ninguém procura? O senhor não terminou essa fiscalização?



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. Eu posso até dizer a V.Exa. eu já fui na Rangel Pestana para coletar alguns documentos que o pessoal da empresa estava necessitando e entrei em contato diretamente com o Seu Wilson Alves Batista, se não me engano, e o Seu Eduardo Makiut, 3º andar, sala 103.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O Sr. Adauto Augusto Leonardi e Nilson Alves Batista.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso. E o Sr. Eduardo Makiut.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER**- Espera aí, deixa eu anotar aqui então. Outro fiscal. É fiscal também?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Fiscal também.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eduardo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Makiut.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Makiut.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E o seu contador lá, D. Carolina, ele não sente assim uma estranheza, há 1 ano e 7 meses, toda essa documentação está em poder da fiscalização, não? Ele acha isso normal?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei. Nunca conversei com ele a respeito disso.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Posso até colocar a V.Exa. que os documentos serão objeto, ficarão apreendidos até o efetivo julgamento do recurso perante o Tribunal de Impostos e Taxas. Somente após esse fato é que serão devolvidos à empresa

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Aí eu vou complementar a pergunta do Deputado Padilha. De lá para cá, o senhor averbou novos livros para poder manter a escrituração ou mantém-se o controle?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. É que efetivamente esses livros estão apreendidos, mas a rotina efetiva se lança através de meios magnéticos, eletrônicos. Imprimem-se os livros, e realmente toda apuração



de ICM é feita normalmente e mensalmente. Isso aí não oferece nenhum óbice realmente à apuração de impostos para efetiva quitação.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Então, a escrituração dos seus livros fiscais, de entrada, saída, apuração de estoque, conforme está aqui, todos os livros são feitos realmente através de informática? Não são livros não?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. O senhor pega o seguinte. Hoje eu acredito, eu já estou falando a nova sistemática...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu preciso saber. Olha que o senhor está declarando, porque nós vamos ter acesso a isso.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, claro.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - São livros ou são realmente feitos através de informatização?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, o senhor vai transformar todos os informes que vão ser lançados mensalmente, o senhor vai transformar isso num livro. O senhor vai mandar encadernar. Tanto é que esses livros que estão ...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Os fiscais? Todos os livros são?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. Há alguns livros que não. Aqueles de anotação, de fiscalização, de apuração, realmente não se confunde muito com a minha parte de advogado na empresa, eu certamente não poderia suprir da forma suficiente a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Quando eles apreenderam esses talões de notas fiscais, eles apreenderam até o dia que eles foram lá colocar sob ação fiscal.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Ou seja, março de 2002. O que eles fizeram com aquele talão naquele momento que estava em uso? Eles levaram?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Lança uma nota, se não me engano, eles lançam uma nota com os dados específicos, não sei que dados são. Por exemplo, a numeração estava em 1.001 até aquele exato momento; o 1.002, eles lançam um informe.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Lavrou um termo?



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E deixou esse talão em uso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Ficou em uso com você?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E eles não dão nenhum tipo de satisfação? *“Oh, vamos devolver os livros a vocês.”*

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, até pelo que eu disse a V.Exa. que os livros ficarão apreendidos até o efetivo julgamento perante o TIT. Então, eu acredito que, nessa circunstância, eles não devem nenhuma satisfação à nossa empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E, nesse período, o senhor não recebeu nenhum tipo de outra fiscalização federal que viesse a lhe exigir também esses documentos?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Recebemos.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E como é que o senhor se procedeu?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nós tivemos que informar, juntando cópia desses documentos, que os livros estavam em poder da Secretaria da Fazenda.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Aí a Receita Federal foi embora e largou para lá?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. Eles deram cumprimento, eu não sei o andamento, porque o nosso advogado, o Dr. Maurício, que estava acompanhando em Taubaté esse...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas foi fiscalizado ou não foi?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Foi fiscalizada.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Como? Eles partiram, foram para a Secretaria?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu não sei. Depois desse momento que foi realmente informado à delegacia...



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Onde é que está essa intimação da Receita Federal?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu posso ver se eu encontro...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Está na empresa ou no contador?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu vejo se está aqui comigo. Eu trouxe alguns documentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O senhor não sabe a maneira como foi fiscalizado? Se foi na firma, se foi lá no contador?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Eles foram até a empresa, solicitaram, fizeram a solicitação.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Aí vocês mandaram eles irem lá para inspetoria ...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu já até esclareço com maiores detalhes a V.Exa. Sempre com procedimento da Secretaria da Fazenda, da Receita Federal, eles expedem um mandado de procedimento fiscal. Então, eles expediram esse mandado de procedimento fiscal e solicitaram, posteriormente, por intermédio de notificação, a apresentação desses documentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Hoje propriamente no seu escritório, até porque o senhor teve esse problema...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Hoje o senhor fica propriamente dentro da empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - É. Eu sou funcionário da empresa, sou registrado na empresa. Praticamente o sustento de minha família advém realmente do salário percebido como advogado na empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - D. Carolina, a senhora declara que essas intimações aqui, protocolo de recebimento de livros e documentos, na qual há o item de 1 a 7 na primeira intimação e na segunda há o item de 8 a 13, datado de 19 de março de 2002, assinado pelos fiscais Aduino Augusto Leonardi e Nilson Alves Batista. Essas intimações estão em vigor até hoje?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Elas estão em vigor até hoje?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A senhora está deixando essas intimações em poder da CPI. Elas permanecem em vigor?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Com relação à fiscalização?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu estou perguntando, por favor, à Dra. Carolina. Desculpe.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, só para entregar a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Por favor. Então, esses livros estão em poder do fiscal ou do processo que o senhor realmente contestou?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Estão em poder do DEAT Combustíveis.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E esse processo que o senhor contestou aí essa, se é que ...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não foi...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O senhor tem aí esse processo, por acaso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não tenho. Realmente foi um escritório em São Paulo que fez a impugnação ao auto de infração.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eles não devolveram nenhum documento desse aqui nem levaram mais nenhum?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Levaram alguns documentos sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E o senhor não tem o comprovante do que eles levaram?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu vou dar uma verificada. Eu tenho mais 2 documentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu gostaria...



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Pode ser que se relacionem a esses mesmos documentos, porque a empresa necessitava e depois fazia a entrega do documento.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Esse termo de início de fiscalização aqui ele não está completo da Receita, não tem nem quem são os fiscais. Ele só tem aqui a relação ...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu vou dar uma olhada.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O senhor tem aí o complemento?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu vou dar uma olhada.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A Receita Federal apurou alguma irregularidade na empresa nessa fiscalização que foi feita?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Até então nós não temos notícia de nenhuma infração cometida nesse sentido. E aqui eu tenho a continuação dos documentos.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O senhor sabe quando é que se deu essa intimação aqui da Receita Federal?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu não me recordo. Nós temos a data aqui no documento. Dia 5.7.2002.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - 5.7.2002?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - É, que eles compareceram na empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E houve alguma infração?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Até então eu não tenho notícia, até pelo que realmente, na minha função na empresa, não são todos os fatos que eu tenho conhecimento. Mas acredito que não tenha nada.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Se nós formos hoje então lá na Avenida Rangel Pestana, esses livros vão estar lá com toda certeza com esses documentos?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso que eu comentei com o senhor que eles foram apreendidos no DEAT Combustíveis. Em tese, esses documentos deveriam estar na Secretaria da Fazenda lá em Guaratinguetá, no Posto Fiscal.





**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Por que o senhor não sabe por que razão se terminou a fiscalização?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Oi?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Se terminou a fiscalização, por que eles continuaram mantendo esses livros?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - É isso que estou dizendo para o senhor que efetivamente esses livros serão mantidos com o Fisco.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas isso não é normal.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Mas é o procedimento adotado na DEAT Combustíveis.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Deputado Nelson Bornier, permite-me um aparte? O Sr. Alexandre falou do Tribunal de Taxas e Impostos.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Tribunal de Impostos e Taxas.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - É o contencioso administrativo tributário?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Qual é o auto de infração? Que auto de infração foi lavrado contra a empresa que motivou a levada dos documentos fiscais para a Secretaria da Fazenda?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Foi o auto de infração que o nobre Deputado Eduardo Cunha mencionava que nessa data, se não me engano, 19.2.2003, compareceram lá os fiscais, os delegados, realmente uma equipe policial, e realmente fizeram a apreensão dos documentos e apuraram posteriormente uma omissão lá em relação a lançamentos. Isso está *sub judice*. E foi apurado um imposto de 9 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Nove milhões?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nove milhões.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Imposto devido no entender dos agentes da fiscalização?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - No entender deles, até pelo que eles colocaram pela omissão de entrada. E, nesse caso, a gente teria



direito a creditar desse valor de imposto, se efetivamente assim aconteceu. É um período que realmente eu não era contemporâneo na empresa nessa época. Somente tomei consciência da fiscalização por esse...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Antes de o senhor assumir a responsabilidade jurídica, quem respondia juridicamente pela assessoria à empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, lá assim...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O senhor entrou em que data na empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu entrei em outubro de 2001, a minha carteira foi registrada na empresa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Outubro de 2001?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Portanto, aproximadamente 6 meses antes da apreensão desses documentos?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, não. Isso aí foi depois.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sim, o senhor entrou...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Isso aí foi na minha época.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ah, já foi na sua época?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Foi na minha época. Acompanhei a diligência.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Já foi na sua época?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então, você diz que está *sub judice*. Está em que instância no Tribunal?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - No TIT. Seria, em tese, a 2ª instância administrativa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A empresa perdeu o recurso na 1ª instância?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Perdeu.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Perdeu. Está, então, na 2ª instância?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - E esse auto importa num valor, segundo a Fazenda, a ser recolhido de 9 milhões?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não. Nove milhões de imposto, que a gente teria até essa condição aí, se realmente for apurado algum fato, a questão de apropriação do crédito em relação a isso, se realmente for apurada a omissão, 3 milhões de juros e, se não me engano, 12 milhões de multa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então, são 24 milhões ao todo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso. Vinte e quatro e alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A multa é 100%?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Oi?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A multa é 100%?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nesse caso ...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - O senhor sabe ...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Deputado Paulo Rubem, só para encerrar; eu quero concluir.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Apenas um último dado. O senhor sabe declarar se o Estado de São Paulo oferece aos contribuintes em débito com a Fazenda algum programa de refinanciamento? A empresa já procurou fazer uso de algum ou ela questiona integralmente o auto de infração? Encerro aqui.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Ela efetivamente está questionando. Eu já relatei que não foi de minha autoria a defesa nesses autos. Mas, pelo que eu tenho conhecimento, questiona integralmente o lançamento, e a gente já tem uma postura na empresa. Se eventualmente for apurado algum tributo, a gente passará à quitação efetiva do que for apurado. Ou até pelo que a gente poderia até optar por um parcelamento futuro.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Dr. Alexandre, o senhor tem aí a última alteração contratual da Apolo?



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu acredito que sim. Eu acho que eu entreguei a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - O senhor entregou sim, está na Comissão.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Pior que eu não trouxe, porque a (*ininteligível*) de documentos que eu trouxe era a mesma da outra vez.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Bom, fora esses documentos que estão aqui na intimação, o restante da documentação toda, nós encontramos isso na empresa ou lá no escritório do contador?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - As notas fiscais?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Não. Toda a documentação da empresa restante?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Na empresa, na empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Está tudo na empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Tudo na empresa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, só isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, a primeira questão, a PETROBRAS veio para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Como o senhor, hoje, acho que algumas perguntas já me fez, já se encontra presente. Está bom? Mas não tem hora para terminar hoje, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Na atual discussão, V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. O nobre baiano — entendeu? — tudo começou na Bahia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O senhor é o senhor da razão e do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, pouca coisa tenho a acrescentar ao que foi perguntado hoje, até porque eu estou diante de um



fato realmente que eu nunca tinha visto na minha vida. Adolescente, de 17 anos, consegue comprar empresa de 400 mil reais. E, realmente, é uma empresa próspera, porque consegue com esse tempo todo aí se manter. Eu vejo que não prima pela organização, haja vista que os documentos trazidos pelo advogado da empresa tem uma certa dificuldade as coisas de se arrumar. Portanto, mas sobre tudo que foi dito — e já foi acompanhado pelos Deputados Nelson Bornier, Zica, e por todos aqui —, eu acho que nós vamos ter que fazer uma grande investigação nesses documentos, para que se chegue a alguma conclusão do que se está querendo. Portanto, devido ao adiantado da hora, e temos ainda a PETROBRAS, que eu tentei desde o primeiro instante uma inversão de pauta, e não foi possível, vamos agora começar a PETROBRAS...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A inversão de pauta foi possível. A PETROBRAS é que não... Nós, desde ontem, a partir da sugestão... Então, vamos colocar os termos corretos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, o termo correto é “não foi possível”. Esse é o termo correto. A PETROBRAS não ter chegado é um detalhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas não foi possível. Realmente, nós tentamos e não conseguimos. Então, eu não fiz nenhuma acusação. É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não foi possível. Eu queria dar o privilégio de a PETROBRAS, uma empresa que está fazendo 50 anos agora, ser ouvida em primeiro lugar, mas não foi possível. Não foi por culpa da Comissão, lógico. E devido ao adiantado da hora, eu já não tenho mais nada para perguntar, tudo que tinha que ser perguntado já foi feito nesta aqui. Portanto, eu quero agradecer ao Presidente e agradecer aos depoentes. E eu vou dar os parabéns pela gestão à frente da empresa que eles dirigem tão bem.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva.



**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, eu gostaria de, embora já tenha sido feito aqui praticamente todos os questionamentos, mas eu queria perguntar ao Sr. Alexandre quanto tempo ele conhece a empresa Apolo.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - O meu contato com a empresa... Conheço a empresa desde o momento em que eu efetivamente fui construir o quadro de colaboradores da empresa, como funcionário.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E quanto tempo isso?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso aí tem 2 anos.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Dois anos?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - D. Carolina, é uma pergunta até muito indiscreta que eu não sei, a senhora é casada ou solteira?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Solteira.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu escutei algumas vezes aqui, Sr. Alexandre, o senhor usar a expressão “nossa empresa”, “nossa empresa”.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sim, e o senhor está sob juramento e, olhe bem, que aqui tem gravação e taquigrafia.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O senhor expressou por várias vezes “nossa empresa é isso”, “nossa empresa é aquilo”.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Correto.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O senhor tem algum tipo de participação nessa empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nenhuma. O senhor até me desculpa, deve ser um defeito de um vestibulando orador, que em vez primeira dirige a palavra perante V.Exas....

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas essa forma íntima que o senhor trata a empresa, como “nossa empresa”. O senhor tem alguma participação administrativa na empresa?

**SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Eu efetivamente não sou egocêntrico, nunca vou dirigir em primeira pessoa. E qualquer papo que eu tiver aqui



na CPI, qualquer tipo de conversa, eu vou falar “nosso”. Isso aí, realmente, se o senhor está interpretando, eu já digo veementemente que eu não tenho nenhum nível de participação. Não tenho envolvimento, até porque sou um advogado e não tenho vinculação a aspecto nenhum. Minha tarefa é a missão de um operador de Direito como um outro qualquer.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Um mero funcionário da empresa.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Mero funcionário, um operador de Direito, eu sou advogado da empresa. Tenho conhecimento dos fatos até pelo que a questão do Direito e o fato de realmente operar defesas em favor da empresa, eu preciso ter conhecimento direto dos fatos. Tanto é que a primeira vez que me coloquei perante V.Exas., na condição de advogado, não foi aceito meu depoimento. E tenho a dizer a V.Exa., mais uma vez, que todo e qualquer fato que realmente eu tenha conhecimento e realmente possa dar contribuição a V.Exas., poderia até estar restrito a colocar pelo dever de sigilo profissional, mas...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Antes desses 2 anos, o senhor não conhecia a Apolo?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Não, nunca.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não conhecia D. Carolina?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E o Sr. Joaquim Mariano?

**SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Nem o Luciano?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Realmente, fui contratado na empresa porque eu tinha um desempenho profissional na Comarca.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - D. Carolina, quando a senhora adquiriu a empresa Apolo, aos 17 anos, o seu pai lhe deu uma antecipação para você obter essa empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Naquele momento, a pessoa física do seu pai, ou pessoa jurídica de alguma empresa que ele pudesse estar participando, tinha algum tipo de irregularidade?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei, senhor. Não sei lhe informar. Acredito que não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu quero colocar aqui um parâmetro.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - A possibilidade de um pai emancipar uma filha e colocar uma empresa no nome dela, são duas coisas: ou um presente, ou ele estar impossibilitado de colocar a empresa no nome dele e, por isso, coloca...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele era um representante da Wal Petróleo. Acredito que o motivo é porque ele não poderia ser um representante e dono de uma empresa. Não sei lhe informar mesmo.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Então, segundo o que você está falando, ele não pode colocar a Apolo no nome dele, porque ele era representante da Wal e colocou no seu nome?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Eu disse que eu não sei. Eu acredito que seja isso, senhor. Eu realmente não sei lhe informar, lhe dar essa informação.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Então, você admite que é a pessoa laranja de seu pai na Apolo? É isso?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, não admito isso. Eu não sei por que ele quis me dar uma empresa. Ele acha, e até hoje sabe que eu sou capaz de fazer isso, tanto que depositou em mim essa confiança...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Você continua afirmando que ele acha você capaz, depositou uma confiança...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ... de colocar uma empresa no seu nome...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - E me deu todo o suporte e respaldo para isso.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ..., mas que ele é o dono da empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, ele não é o dono da empresa. A dona da empresa sou eu.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Está no seu nome,...





**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Está no meu nome.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ... e ele confiou a você essa empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Exatamente, exatamente. Claro que me dando toda assessoria necessária.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O Sr. Luciano é mais velho ou mais novo que você?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Mais velho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E ele trabalha com vendas de combustíveis?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele tem postos e tem um bar.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Tem um bar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Esse bar é onde?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - No Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - É centro, é bairro? É um bar grande, pequeno?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Um bar pequeno, um bar normal, na Barra.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mais ou menos seria o que uma movimentação mensal nesse bar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - De pessoas?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não. De faturamento.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ah, não tenho idéia, não tenho idéia.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Bar ou barzinho?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É um bar, deve caber duzentas pessoas. É um bar. É um bar.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - É um restaurante?



(Não identificado) - Você tem o endereço?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não tenho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Bom, D. Carolina...

(Não identificado) - Nome?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Nome? San Tomé.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu vou lhe fazer algumas perguntas e ver se a senhora conhece essas empresas. Indústrias Boenain; a senhora conhece?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Nunca ouvi falar.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Cebrarcom Químicos e Essências, a senhora conhece?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Bandeirantes Química?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - REAC Produtos Químicos Ltda.?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Norte Química?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - PETROMINAS?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - PETROSUL?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - A Univen — eu não entendi muito bem a explicação — já foi cliente ou é cliente da Apolo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - A Univen, pelo que eu li aqui, é uma das clientes? Eu não sei lhe dizer o nome dos clientes. Eu não participo... Não sei lhe dizer quais são os nomes dos clientes que eu tive. Eu li algumas empresas que trabalham conosco. E estão relacionadas nesta lista?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - De fato não remontam a minha época de empresa, mas eu tenho conhecimento, sim, de que a Univen já foi cliente da Apolo Petróleo; hoje em dia não.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas antes de você estar na empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Isso, justamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Você ficou sabendo como?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - A gente verifica lá cadastros e, se não me engano, cheguei a ver um cadastro ...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas a sua área é área de compra e venda ou é área jurídica?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - A minha parte é de Direito. É o que eu estou falando: são 2 departamentos que realmente... Aparece algum processo na empresa, eu sou obrigado a ter conhecimento, até porque não me habilitaria a fazer uma defesa sem conhecimento de fatos concretos da empresa. Então, eu trouxe até uma listagem e vou compulsar para ver se a Univen fazia parte desses clientes.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Agora, você não sabe, D. Carolina, sobre os clientes da empresa.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas você afirmou que o seu pai sabe.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não. O meu pai não sabe.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas se ele é o comprador da empresa, como ele não sabe?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Ele sabe de quem ele compra.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas quando você vai comprar alguma coisa, você tem que ter uma estimativa de venda, não é verdade?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Quem faz essa projeção de vendas?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Quem faz essa projeção é o Departamento Comercial. Eu tenho equipes.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Quem é essa equipe do Departamento Comercial?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É a Gerência Comercial que faz essas previsões e passa a necessidade de compra.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - D. Carolina, eu não vou mais lhe fazer algumas perguntas, embora tenham até alguns companheiros querendo que eu faça mais algumas perguntas, porque, no início da minha interpelação, das minhas perguntas, já ficou muito clara a posição de como a empresa foi parar no seu nome, de como o seu pai confiou colocar uma empresa no seu nome, de como ele confiou lhe dar uma empresa deste porte de 400 mil reais, com contrato de 40 mil reais/mês. As posições inclusive aqui questionadas, você disse ainda que o primeiro aporte de 40 mil reais ele quem fez.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E sempre você continua falando que ficaram 10 parcelas de 40 mil reais. Se foi feito o aporte da primeira parcela, não ficaram 10, só ficaram 9.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Foram pagas em 10 parcelas de 400 reais para a Manguinhos. A primeira parcela quem emprestou o dinheiro foi o meu pai para comprar. Foi um presente de pai.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E não foram em 10 meses, foram em 9 meses.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Foram em 9.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Agora você tem a consciência de que foram em 9 meses?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Quando o seu pai lhe deu essa prerrogativa de ser dona, foi porque ele não tinha uma outra pessoa de confiança que pudesse colocar essa empresa no nome dessa pessoa? Só tinha você?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - É. Ele me mostrou essa oportunidade, já que era um mercado que ele conhece, por ser representante, e poderia me dar todo o respaldo para tocar.



**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Você agora mudou um pouquinho, você percebeu?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sim, mudou bastante. Só pare um momento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero pedir aos nobres Deputados que nós já estamos, há mais de 3 horas, só nesta audiência. Nós temos um requerimento sobre a mesa do nobre Deputado Alexandre Santos, requerimento verbal, que nós temos de decidir. Primeiro, nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu gostaria, Sr. Presidente, prezados Deputados, que nos restasse um pouco mais de paciência na medida em que os fatos vêm sendo levantados a conta-gotas. Os fatos vêm sendo levantados a conta-gotas. Eu gostaria de mais alguns dados, para que nós pudéssemos fechar realmente a compreensão que a CPI tem do funcionamento da Apolo. Eu queria, por exemplo, que a Sra. Carolina me explicasse se além da Sra. Eliane Kotaki ter uma procuração mais alguém tem procuração da empresa para agir comercialmente, judicialmente, além do advogado que está aqui?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – O Joaquim Mariano tem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – A senhora tem cópia dessa procuração, que é dada ao Sr. Joaquim Mariano?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Aqui comigo não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Quais são os termos desta procuração? Ele tem procuração para atuar em que dimensão?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei explicar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – O senhor Alexandre pode nos dizer, já que é assessor jurídico da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Contratos.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Oi?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Contratos.



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Eu não sei. Eu sei da existência efetiva da procuração, realmente em nome do Sr. Joaquim, mas não poderia reproduzir os temas. A gente poderia até apresentar perante V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Por exemplo, ele tem procuração para movimentar contas da empresa?

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** – Acho que esse fato a Eliana...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Isso, acredito que a Eliana possa responder melhor, porque eu...

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Tenho, tenho. A gente pode encaminhar a procuração para os senhores.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Eu acredito que a Sra. Eliana foi citada por diversas vezes e, pelo depoimento da Sra. Carolina, ela tem muito maior envolvimento com a empresa — apesar de ter apenas 1% no capital do que a própria Sra. Carolina, seria o caso, Presidente, para que nós talvez pudéssemos encaminhar o encerramento deste depoimento, que nós ouvíssemos a Sra. Eliana, para que ela possa dizer. Eu gostaria de saber se seu pai, Joaquim Mariano, tem procuração da empresa? A senhora disse que sim. Ele é empregado hoje na empresa? Ele ainda é representante da Wal Petróleo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Em que ano ele deixou de ser representante?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei lhe informar, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – A senhora não sabe me informar?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei. Acredito que no dia...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – A senhora mora na residência do seu pai?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Acredito que no dia que... um mês, algum tempo depois que eu adquiri a empresa, porque ele me deu todo o suporte.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Então, logo após ele ter colocado a senhora como sócia-controladora da empresa, segundo suas palavras, um mês depois, algum tempo depois, ele deixou de ser...

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Desculpa, a primeira coisa que eu lhe falei é que eu não sei lhe informar...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Certo.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – ... quando ele deixou de exercer, de ser representante.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – A senhora diria que ele deixou logo após?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Acredito que sim, porque ele prestou suporte para mim na empresa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – E a partir de quando ele passou a ser funcionário registrado da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Logo no início.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Logo no início? Logo no início. E pelo seu depoimento também no início desta sessão, a Sra. Eliana Kotaki entrou na empresa porque ela teria trabalhado como funcionária do senhor seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Sr. Presidente, sem querer antecipar qualquer tipo de consideração, mas parece-me que nós estamos diante de um fato que é bastante cristalino nesta CPI. O cidadão Sr. Joaquim Mariano ele colocou a Sra. Carolina, aos 17 anos de idade, à frente de uma empresa, desligou-se da representação comercial tempos depois. Tem procuração para atuar em nome da empresa — não é apenas responsável pelas compras. E quem toca a empresa é uma funcionaria, que tem 1% do capital e que era empregada do Sr. Joaquim Mariano, que tem a procuração. Então, efetivamente, esta CPI tem que requisitar as procurações, para que possamos fechar as informações. Apenas um último dado, que idade tem seu irmão?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Vinte e oito.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – A senhora ainda reside com o seu pai, com a sua família, na mesma residência?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Então, convive, diariamente, pelo menos nos momentos em que as famílias se encontram e têm convivência constante com o senhor seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – E não sabe quanto ele ganha da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Por quanto ele está registrado?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – A gente não conversa sobre isso em casa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Sob hipótese alguma?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Sobre negócios?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Em casa não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Não?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Há um código familiar que assuntos do trabalho são realizados no trabalho?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim, a minha família estipula desta forma.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Até porque a família participa integralmente dos negócios?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Sim, mas...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – O seu irmão começou como? Como operador de postos? Foi também o senhor seu pai que financiou a aquisição dos postos?





**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei lhe informar senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – O seu irmão tem formação profissional definida?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Ele não terminou o curso de administração, de administrador.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Há quanto tempo ele opera postos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Acredito que 3, 4 anos.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Três, quatro anos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Por aí.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Ele começou como? Quem financiou a aquisição, ou o arrendamento dos postos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** – Não sei lhe informar, senhor. Desculpa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Tem conhecimento do senhor seu pai ter também lhe ajudado na capitalização do empreendimento?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quantos postos o senhor seu irmão tem?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não sei informar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ele vive na mesma residência que a senhora e seu pai?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Não.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ele vive em São Paulo ou no Rio de Janeiro?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - No Rio de Janeiro.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - E quem administra os postos dele em São Paulo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não tem postos em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - São em que cidade?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - No Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ah, são no Rio de Janeiro. Começou com os postos já no Rio de Janeiro.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Acredito que começaram lá. Não, ele tentou fazer em São Paulo, não sei por que não deu certo, e ele foi para o Rio.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ele começou há aproximadamente quanto tempo?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Olha, eu posso... Eu não sei lhe dizer exatamente. Acredito que 4 anos.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quatro anos. Então ele teria começado aos 24 anos.

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Antes disso, ele teria tido negócios no ramo de combustíveis?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - A senhora poderia declinar que tipo de empreendimento ele chegou a desenvolver até os 24 anos?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não trabalhava, participava do dia-a-dia das empresas.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Quais empresas?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Das empresas, não. Desculpa. Da Apolo. Ele ficava sabendo o que estava acontecendo, mas ele não trabalhava. Ele estudava, ele morou fora.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Ele chegou a participar como colaborador da Apolo?



**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não, não. Só ficava sabendo, dava palpite.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Recebia alguma contribuição da empresa?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Também não. Nunca foi funcionário.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Nenhum pró-labore?

**A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, era só isso.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Presidente, pela ordem. Eu gostaria de solicitar uma informação à depoente apenas, porque eu considero de extrema importância. Primeiro, a LUBTEC Jacareí está tudo identificado. Agora, essa empresa no Bairro Bom Sucesso seria no Km 211 da Presidente Dutra? Qual é o nome da empresa? Pelo que me consta, não é no Município de Guarulhos, como a senhora afirmou. É no Município de Arujá, no Bairro Bom Sucesso.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - É no... Só um minuto, eu já até vou verificar a informação...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Está bem.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Com mais exatidão e já passo a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Por favor, eu quero saber nome e endereço desse cliente situado no Bairro Bom Sucesso, que o senhor citou.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - A menos que efetivamente... Eu vou traduzir a informação que consta dos cadastros do departamento comercial, até pelo que a gente até gostaria de colocar um fato: realmente, quando surgiu a idéia realmente de prestar-se contribuições perante esta CPI, a gente realmente se disponibilizou porque tem um certo conhecimento de mercado. Alguns informes certamente não conseguimos passar com a devida clareza a V.Exas. porque até fogem do conhecimento. Então, eu tinha relatado ao senhor que seria em Guarulhos e efetivamente o é.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Qual é o endereço?



**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Lubrificantes Everest Ltda., estrada do Morro Grande, 465, Bom Sucesso, CEP - 07175 - 000.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - É Guarulhos então.

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Guarulhos, São Paulo. Eu não sei se efetivamente eu trouxe algum dado errôneo, mas pelo que eu tenha conhecimento, realmente é em Guarulhos.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - É que nós tínhamos uma informação, mas eu acredito que a informação do senhor de fato esteja correta. Nós tínhamos abordado o endereço errado. Agora...

**O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL** - Até pelo que, Arujá e Guarulhos é tudo próximo.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, pela ordem. Primeiro, eu queria saber... O advogado que acompanhou os depoentes, eu acho que ele se retirou. Eu queria saber o paradeiro dele. Eu queria também o nome dele, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu até pedi à Segurança para saber onde que ele se encontra.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - E, segundo, Sr. Presidente, como nós temos uma pauta extensa hoje, eu queria acrescentar inicialmente à quebra de sigilo não só dos 2 depoentes, mas também do seu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Gostaria que os nobres Deputados prestassem atenção, porque depois o Plenário vai decidir se nós botamos em votação ou não o requerimento verbal que o nobre Deputado está acabando de conduzir.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu já tenho um requerimento escrito e protocolado na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nesta matéria?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É o de número 258.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, poderia trazer o Requerimento 258 a...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Pode ter mais agregamentos que possam ser feitos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pode é subscrever, se assim entender.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Eu agrego também a quebra de sigilo do Sr. Joaquim Mariano, porque talvez a gente coloque uma direção correta nos procedimentos aqui. Uma vez que eu lembraria para todos aqui que omitir, sonegar informações, obstruir com informações não devidas também é uma faculdade criminosa. Quero dizer aqui que esse depoimento que eu ouvi aqui hoje foi estarrecedor, como empresário, como tudo. Falta veracidade porque faltam informações. Então, quando faltam informações, falta veracidade. Então, Sr. Presidente, eu volto aqui a solicitar que a Comissão solicite a força-tarefa tanto da Polícia Federal quanto da Receita Federal. Também solicito imediata incursão no processo. Solicito que os depoentes, até que nós possamos ter uma decisão formal, fiquem retidos, para que nós possamos aprofundar realmente esse caso, que envergonha a todos nós desta Comissão. Portanto, Sr. Presidente, eu passo ao senhor a condução dos trabalhos, mas peço a retenção dos depoentes,...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - ... o aprofundamento nas investigações imediatas, a comissão formada por Deputados desta Comissão para apreensão de todos os documentos da empresa, para que nós possamos dar seguimento no caso. Portanto, Sr. Presidente, é o que eu solicito para apreciação dos meus pares.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, eu acho que reter não é a palavra ideal no momento. Nós podemos pedir, convidar para que a nossa depoente, acompanhada do seu advogado, ficasse em Brasília até quinta-feira, até que nós possamos concluir um trabalho que nós iremos realizar aqui na CPI. Seria o lado melhor. Já tínhamos o entendimento de que pudéssemos fazer isso, elegantemente, e acho que seria o melhor, no primeiro momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu queria passar ao nobre Deputado Eduardo Cunha, autor do Requerimento 258.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, antes de falar do Requerimento 258, eu quero aqui colocar uma posição e, de uma certa forma, lamentar o que está ocorrendo aqui hoje. Mais do que isso: como eu também sou pai, eu lamento muito a atitude do pai da depoente de entregar para uma menina de 17 anos, emancipando-se, o controle de uma empresa que poderia vir a ter problemas. Isso não é atitude de um pai. Longe de ser um presente ou um negócio para início de vida. Ninguém entrega uma responsabilidade dessa a alguém com 17 anos. E o que acontece é o seguinte: eu só não pedi uma medida mais drástica desde o primeiro momento, como havia sido sugerido pelo Deputado Nelson Bornier, porque eu me sensibilizei. Tenho certeza absoluta de que a D. Carolina é uma vítima da situação. Se eu não tivesse essa convicção que ela era uma vítima, eu certamente estaria pedindo a prisão dela aqui. Só não o fiz porque efetivamente eu tenho certeza absoluta de que ela é uma vítima. V.Exa. se recorda quando a primeira depoente veio aqui, naquele dia, a Sra. Eliana, eu queria a presença do Seu Joaquim Mariano, aí vieram me comprovar, o advogado que estava aqui presente — e hoje nós cometemos um segundo absurdo: admitimos advogado como parte. Mas tudo isso para tentar ver se a gente conseguia obter alguma informação. Mas o que nós fizemos aqui hoje não existe. Ele não é diretor da empresa. Ele é um advogado da empresa, contratado, empregado, mas é um advogado. Ele não responde por nenhuma área administrativa, comercial e nada da empresa. Admitimos um advogado como parte para tentar obter informação e evitar que a gente tomasse uma atitude mais drástica com relação à depoente. Então, quando eu quis naquele momento o Seu Joaquim Mariano, foi porque a gente já tinha conhecimento de que a situação era essa. Eu só não estou pedindo uma atitude mais drástica porque eu tenho certeza absoluta que a senhora é vítima. E a culpa não é da senhora. A culpa é do seu pai. Lamento profundamente que o seu pai tenha feito isso com a senhora. Eu como pai não faria isso com a minha filha. Então, eu, Sr. Presidente, entendo só que nós devemos dar curso. Vamos dizer o seguinte: o que eles estão lhes fazendo é um pedido para que permaneçam em Brasília, para evitar um constrangimento maior, até quinta-feira, provavelmente marcando um novo depoimento para quinta-feira. E eu acho que nós poderíamos deliberar em cima desse Requerimento 258. Eu tinha pedido para deliberar quinta-feira, mas se V.Exa. entender apropriado em



deliberar agora, fica a critério do Plenário, agregando aquilo que não está dentro do requerimento. E, com certeza absoluta, eu lamento profundamente o ocorrido aqui. E lamento pela senhora, porque eu tenho certeza absoluta de que a senhora é vítima. E só por isso a senhora não será penalizada aqui hoje, com certeza absoluta.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu queria só fazer essa colocação também para a D. Carolina. Todas as suas respostas aqui conduziram para uma situação de você e do seu advogado saírem daqui detidos, não detidos com prisão, sobre o seu depoimento. Agora, nós sabemos que um pai irresponsável colocou você, menor, para estar testa-de-ferro dessa empresa. E é importante, Sr. Presidente, que se sente aqui o pai da D. Carolina, que a colocou nessa situação. É uma posição que nós temos que tomar aqui. Sabemos que temos todos os indícios das irregularidades, e eu acho que é uma covardia colocar uma filha frente a uma CPI, dessa maneira, e há tanto tempo ficar de testa-de-ferro, para que um dia pudesse vim viver esta situação, e a filha vir aqui representando essa empresa como testa-de-ferro. Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, lamentavelmente, eu tive oportunidade de passar por uma situação similar em outra Comissão Parlamentar de Inquérito e quero corroborar com as palavras do Deputado Alexandre Santos, quero também corroborar com a iniciativa do Deputado Eduardo Cunha de solicitar a quebra de sigilo, especificado como está no requerimento. São evidentes os indícios de que há uma estrutura paralela à estrutura formal que foi aqui revelada. E quero também expressar a nossa opinião de que as pessoas que eventualmente foram postas para serem utilizadas por outras, não me interessa que a relação seja comercial, seja familiar, são pessoas que hoje assumem integralmente a sua responsabilidade na empresa. Não há mais relação de maioria ou minoria, não há mais relação de representação ou de representado, de irresponsável ou de tutelado. Sejam aprofundadas as investigações, mas efetivamente todos os indícios nos levam a compreender que a



Sra. Carolina não é mais de menor. Ela já tem 25 anos de idade. Desde os 18, e pelo menos desde os 21, ela já opera, como portadora de nível superior, à frente da empresa. Não apenas opera, como ela é titular de uma outra empresa e fez menção aqui à sua propriedade. E de uma terceira empresa, a Ox, que por coincidência é o escritório de gerenciamento onde o Sr. Júlio faz toda a contabilidade dessa empresa. Então, na verdade, se alguém agiu irresponsavelmente, pode tê-lo feito num determinado momento e logo em seguida se afastou da representação comercial para ser o verdadeiro agente majoritário condutor dos negócios da empresa. Isso ocorreu. E até os 18 anos, efetivamente, a Sra. Carolina poderia responder, não diretamente por ela, mas ter o seu pai respondendo por si. Mas dos 18 aos 25, a Sra. Carolina não é mais nenhuma adolescente. Já é adulta e sabe muito bem o que está fazendo à frente da empresa — se efetivamente está fazendo alguma coisa à frente da empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, nos termos do inciso III do art. 58 da Constituição Federal, considero, como disposto na Lei 1.579/52 com o art. 4º do inciso IV da Lei Complementar nº 105/2001, a quebra de sigilo fiscal, bancário, pessoal e jurídico da empresa Apolo Petróleo, bem como das pessoas físicas e empresas a ela interligadas. Quero acrescentar também o requerimento verbal do nobre Deputado Alexandre Santos e do nobre Deputado Rogério Silva, também sobre a convocação do Sr. Joaquim Mariano e para criarmos uma força-tarefa com 4 Deputados, para investigar essa empresa. Quero pedir...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, pela ordem. Só para sugerir o prazo da quebra de sigilo. Quebrou-se, mas não se falou de período. Até para exame, mesmo que não tenha, que isso possa acontecer, de 1996 para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - De 1996 para cá.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Quer dizer, gostaria de propor, agregar ao requerimento do Deputado Eduardo Cunha, se ele assim concordar, até por conta da questão do tempo, pelas evidências aqui colocadas, a inclusão do nome do Sr. Joaquim Mariano na quebra do sigilo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Mas ele é funcionário...





**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ele não faz parte da empresa. Ia sugerir isso. Acolho a sugestão do Deputado Luciano Zica e peço a inclusão do nome do Sr. Joaquim Mariano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, quero solicitar, tanto à Sra. Carolina como ao Dr. Alexandre Magno, que vocês permaneçam em Brasília até quinta-feira, às 11h, onde teremos uma nova audiência, em que também iremos convocar o Sr. Joaquim Mariano e a Dra. Eliane, que estará presente. Na quinta-feira vocês já estão intimados a estar presentes. É uma intimação para prestar depoimento nesta Comissão. Quero, primeiro, deliberar se aqueles Deputados que concordam com o Requerimento nº 258...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, por uma questão de procedimento, V.Exa. primeiro deveria transformar esta reunião em deliberativa, com a pauta deste requerimento, e, logo em seguida, deliberar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. Quero transformar esta reunião em uma reunião deliberativa. Aqueles Deputados que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Está aprovado. O tema da reunião deliberativa é o Requerimento nº 258, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, com adendo dos nobres Deputados Alexandre Santos, Luciano Zica e Rogério Silva. Em discussão. (*Pausa.*) Não tendo ninguém para discutir, vamos à votação. Os Deputados que concordam com o requerimento...

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Presidente, o Deputado Alexandre Santos propôs 2 medidas. Uma, a quebra do sigilo e também a detenção. Quero deixar claro que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não. Foi o único Deputado a explicitar claramente essa posição. Nós sentimos que ele retirou essa posição. Ele retirou essa expressão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Retirou a expressão detenção.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Como existe um consenso no aprofundamento, Sr. Presidente, solicito a retirada do item da detenção e peço que se faça os prosseguimentos do requerimento do Deputado Eduardo Cunha, com os adendos já elencados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero informar que no requerimento só está a empresa entre as sócias, e o Sr. Joaquim Mariano, no requerimento. Então, quero pedir àqueles Deputados que concordam que permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Está aprovado o requerimento. Está encerrada essa...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, de 1996...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - De 1996 até a presente data, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, seria também importante se V.Exa. pudesse determinar amanhã, por ofício, que saísse daqui um Deputado, não só para a Receita, mas também para o próprio Banco Central, para que esse trabalho pudesse realmente existir, a partir do que já se tem, que vai se levantar. Na realidade, que se leve em mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Peço ao nobre Deputado Eduardo Cunha, que se desdobrou em cima dessa matéria. Que o Deputado Eduardo Cunha organize essa força-tarefa com a Presidência da Casa, com os demais Deputados.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, quero me somar à proposição de V.Exa. para trabalhar com o Deputado Eduardo Cunha, já que fui autor do outro requerimento que teve acolhida hoje nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Está bem. Então, eu queria que o nobre Deputado Eduardo Cunha fizesse todo esse trabalho em consonância com os demais Deputados desta Comissão. Reafirmo a necessidade de que a Sra. Carolina, o Sr. Joaquim Mariano e o depoente Alexandre estejam nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** – Mais a Eliana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Mais a Eliana. Estão intimados a se encontrar nesta Comissão na quinta-feira, às 11h da manhã.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, veja se já temos como obter o número do CPF, para facilitar para a Secretaria.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – A Secretaria vai tomar todas as providências. Eu quero 5 minutos de recesso antes de começarmos a outra reunião.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, questão de ordem. V.Exa. teria como providenciar um sanduíche ou alguma outra coisa para a gente comer?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Não tenho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Estou sem almoço até esta hora. Não é fácil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado, todos estamos fazendo regime. Estou brincando um pouquinho. É brincadeira. Eu sei disso. Da mesma forma como o Deputado está aí, eu também estou com a maior dificuldade.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - V.Exa. comeu um sanduíche, mas nós não comemos nada até agora. Só tomamos cafezinho sem açúcar.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Convido para compor a Mesa o Presidente da BR Distribuidora, Luiz Rodolfo Landim, e o diretor de abastecimento da PETROBRAS, Rogério de Almeida Manso. Solicito que tomem assento. Todos de pé para o juramento. Primeiro o Sr. Luiz Rodolfo Landim.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Sr. Rogério de Almeida Manso.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Tem a palavra o Sr. Luiz Rodolfo Landim, que dispõe de 20 minutos.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana, em nome de quem eu cumprimento os demais Deputados presentes, senhoras e senhores, vou procurar ser bastante breve. Em primeiro lugar, eu queria parabenizar a todos por esta CPI. Acho que os trabalhos que aqui estão sendo realizados em



muito já estão contribuindo para melhoria da situação dessa indústria com a qual convivemos no dia-a-dia. Já temos sentido o reflexo dos trabalhos dos senhores. Deixo, em nome da PETROBRAS Distribuidora, os parabéns aos senhores por esse trabalho. E queria dizer também, em nome da BR, que para nós é um motivo de grande satisfação poder estar aqui presente e poder elucidar o que for possível, o que nós soubermos, colaborar da melhor forma possível com esta CPI, porque nós entendemos que, como empresa que trabalha de forma correta, nós somos os grandes impactados com todos os resultados nefastos que acabam ocorrendo através dessa distribuição. Acho que é só isso que eu teria para dizer e ficar aqui a dispor de todos para tirar dúvidas, elucidar as perguntas que forem necessárias. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Rogério de Almeida Manso.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Boa-noite, Sr. Presidente, boa-noite Sr. Relator, boa-noite Sras. e Srs. Deputados, já tive oportunidade de estar aqui no mês passado, não no mês passado, no mês de junho, vou buscar ser bastante breve. Na ocasião, eu tive oportunidade de fazer uma exposição, além de responder as perguntas que a mim foram endereçadas. E hoje eu trago uma exposição que promete ser extremamente breve. (*Segue-se exibição de imagens.*) Na verdade, começo por uma síntese do que foi apresentado tanto por mim quanto pelo Gerente Executivo, que esteve aqui também, em outra oportunidade, da área de Marketing e Comercialização. Porém, na ocasião, se referiam a assuntos que hoje creio que esta Comissão já tem um conhecimento bastante grande. As questões seja de desvio de tributo, seja de adulterações; a relação dela com a carga tributária, citados aí os diversos impostos — o ICMS, a CIDE, o PIS/COFINS —; uma avaliação, obviamente, preliminar de impactos em termos de perda de receita para a União e para os Estados, com o uso das liminares; as ações preventivas e corretivas que a PETROBRAS vinha tomando, tem tomado, continua tomando na contestação das liminares, em conjunto, é claro, com uma série de órgãos do Governo; os impactos que a situação de desorganização do mercado tem dos investimentos que estão sendo feitos pela PETROBRAS, são investimentos, como eu pude demonstrar na ocasião, extremamente elevados,



voltados, em grande parte, para a melhoria da qualidade e produtos, que são bastante sacrificados por medidas que acontecem na cadeia de distribuição em termos de adulteração; e os impactos nesses investimentos; a importância de regras estáveis para a competição, atuação dos órgãos fiscalizadores; a isonomia entre o produto nacional e o importado; e as questões ligadas ao licenciamento ambiental. Eu mostro, no quadro seguinte, a situação, em junho, quando eu tive a oportunidade de me dirigir a esta ilustre Comissão. Então, em junho, em termos de CIDE, havia 17 liminares em vigor, 51 liminares de CIDE haviam sido cassadas ou suspensas. Pelas nossas contas, 270 milhões tinham deixado de ser arrecadados por conta dessas liminares de CIDE e uma média de retirada com liminares que andava na ordem de 2.800 metros cúbicos por dia entre *diesel* e gasolina. Comparando essa situação com outubro de 2003, a CIDE hoje, nós saímos, então, de 17 para 5 liminares em vigor. Na verdade, o quadro está corrigido ali, já são 4 liminares agora; até o final de setembro, eram 5, hoje são 4 liminares de postos para tirar exclusivamente através de uma distribuidora. Temos um total de 70 liminares cassadas, ou seja, 19 liminares a mais do que havia em junho, suspensas. O valor não arrecadado, pelas nossas contas, de CIDE sobe para 308 milhões; porém, as retiradas com liminares caem do valor de 2.800 metros cúbicos por dia para 500 metros cúbicos por dia. No ICMS: 21 liminares em vigor, em junho; 19 cassadas ou suspensas; 250 milhões estimados como não arrecadados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Comparando com a situação de hoje, continuamos com 20 liminares em vigor. Perdemos a imagem do quadro. Bom, eu continuarei, se me permitirem, então, lendo sem a projeção da imagem, porque acho que dá para descrever bem. São 20 liminares em vigor. Hoje, à noite, na verdade, no final da tarde, recebemos a informação de mais uma liminar — uma liminar grande — envolvendo 30 milhões de litros por mês de gasolina e 30 milhões de litros por mês de *diesel*, no Estado de São Paulo. Essa liminar chegou casada também com uma liminar contra a Agência, determinando a ela que liberasse cotas nesses volumes para essa distribuidora. No PIS/COFINS, nas leis anteriores à CIDE, nós temos 15 liminares em vigor, sem efeitos, por conta da mudança da legislação que ocorreu; 48 cassadas ou suspensas; 500 milhões de reais não arrecadados. O quadro seguinte mostra um gráfico da situação em relação às liminares de CIDE. (*Pausa.*) O que a gente



observa é que, tomando como base a situação desde o início do momento em que as liminares de CIDE começaram a ser dadas, elas foram num crescendo até março, desculpe, abril do corrente de ano. A partir de abril do corrente ano, elas foram sendo progressivamente cassadas. Portanto, os volumes entregues vêm nessa curva descendente, chegando a praticamente zero. O volume que consta ali no final certamente deve-se referir àquelas que estão citadas no quadro que mostra que existem ainda 4 liminares hoje em vigor. Se não me engano, totalizam algo perto de 500 metros cúbicos por mês. A consequência dessa queda — há ali inclusive o marco do momento onde começou a operar a CPI dos Combustíveis — a gente vê que coincide com o pico das liminares. Certamente, é um fator importante todo o trabalho que está sendo feito pela Comissão. O espaço que se consegue realmente de atenção nos diversos órgãos responsáveis por atuar nessa questão é certamente um fator alavancador dessa ação positiva, em termos de redução das liminares, mas obviamente existe uma série de outras questões que estão associadas aí também nesse quadro. Mas de efeito prático, o que se pode ver é que a curva ascendente de perdas de arrecadação da União tende a se estabilizar, ou seja, ela cresce muito pouco, porque os volumes hoje são pequenos. Já caminhando para a finalização, o gráfico seguinte mostra que, desde março de 2002, vem havendo uma melhora no tempo médio para cassação dessas liminares de CIDE. A curva ali busca interpolar os diversos pontos do gráfico e mostrar que, hoje, chegamos a ter momentos em que mais de 150 liminares foram cassadas, em mais de 250 dias. E hoje podemos ver que é raro, nos últimos meses, haver uma liminar que leve mais do que um mês e meio para ser cassada. A seguinte posso passar rápido. É um mero relato para descrição das informações que foram mandadas em relação aos ofícios que nos foram encaminhados por esta Comissão de Inquérito. Coloco já, finalizando — faltam só 2 lâminas —, na seguinte, algumas questões que não sei até que ponto a Comissão tem atentado para esse ponto, dadas obviamente outras prioridades. Mas a CIDE hoje, na gasolina, é de 54,11 centavos. Na verdade ela pode ser elevada até um teto de 86 centavos. O *diesel*, de 21,80 centavos, pode ser elevado até 39 centavos. A atual legislação já permite isso. Então, obviamente, na medida em que comecem a funcionar mecanismos que inclusive estão previstos — seriam mecanismos de compensação de flutuações de mercado — e que essa CIDE possa



variar para um nível mais elevado, o que aconteceria, por exemplo, numa queda de preços no mercado de petróleo, que fosse refletida nos preços da PETROBRAS, o Governo poderia optar, em algum momento, por aumentar esse valor da CIDE, de maneira que compensasse uma variação para cima num momento futuro. Então, obviamente, o exercício que está aí colocado mostra que uma perda, com uma alíquota mais alta — primeiro, você tem mais incentivo, aquelas companhias que buscam utilizar as liminares como mecanismo de não pagamento dessa contribuição —, então nós teríamos, para a perda que hoje nós temos, de 308, com a alíquota mais alta, ela seria de 470 milhões. É simplesmente um exemplo. O segundo ponto que eu destaco aí é uma preocupação que existe, porque hoje as liminares que ocorrem contra a PETROBRAS são liminares para produtos que são fornecidos dentro do sistema de bombeio. Ou seja, uma liminar de 30 mil metros, normalmente um bombeio de 30 mil metros para uma companhia dessas é cumprido dentro da sistemática de cota/dia. Ou seja, a companhia vai receber, em média, mil metros cúbicos por dia. Ora, se as Procuradorias, se os instrumentos realmente da União conseguem esclarecer os seus pontos aos juízes e conseguem cassar essa liminar em 5 dias, 1 semana, 10 dias que seja, a entrega não foi feita num volume total sob a cobertura daquela liminar. O que acontece é que, com a abertura de importação, você hoje pode ter navios chegando com volumes muito grandes, volumes de 30, 40 mil metros cúbicos, 50, 70, 80 mil metros cúbicos em um embarque só e essa operação ser feita instantaneamente. Ou seja, a menos que a gente, Governo, conseguisse cassar essas liminares num prazo curto, no prazo de 1 dia, no prazo de 1 semana, o que seja, ele corre o risco realmente de ter uma perda de arrecadação muito grande, seja em volumes importados por terceiros, seja em volumes transportados por navio pela PETROBRAS. Finalizando, talvez eu repita coisas de que já tive oportunidade, tanto eu quanto meu colega Carlos Ney, de colocar aqui. As propostas da PETROBRAS essencialmente se concentram na questão da fiscalização com baixa adulteração: a questão do recolhimento em juízo pela PETROBRAS — é importante que seja feito pela PETROBRAS e não pela outra parte, porque nós já vimos casos em que é difícil a PETROBRAS saber se a outra parte recolheu de fato o dinheiro em juízo dos tributos alvo de medidas liminares —; a reavaliação da figura do formulador no setor dos combustíveis — eu sei que é uma



preocupação desta Comissão a questão dos formulares e o seu impacto potencial da entrada de correntes fora de especificação dentro do mercado —; a reavaliação da tributação sobre solventes, de maneira que se retire o incentivo para utilização desse produto como componente de forma irregular na gasolina; e o foco específico para o setor petróleo na reforma tributária. Agradeço a atenção e era tudo o que eu tinha a dizer por ora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Como autora do requerimento, a nobre Deputada Rose de Freitas tem prioridade.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Agora, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Agora, não? Então, o nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento que um depoimento de tamanha relevância seja feito já com todo mundo meio exaurido a esta hora da noite, com fome, o que prejudica substancialmente a qualidade do que vai ser colocado aqui por todos nós. O primeiro ponto, se V.Exa. me permitisse, se a gente adotasse o procedimento que foi adotado no depoimento anterior, se eu pudesse fazer as perguntas, obter as respostas e continuar, porque senão vamos ficar aqui até amanhã, porque vai haver reinquirição toda hora. Então, pediria a V.Exa. essa deferência, até para todos, porque poderia esgotar o assunto de cada um. O primeiro ponto: após o último depoimento de V.Sa. aqui, Dr. Rogério Manso, nós tivemos oportunidade de fazer diligências na Receita Federal. Lá foi constatada a opinião que nós temos, de que a PETROBRAS tem como opinião divergente de que a CIDE é de responsabilidade da PETROBRAS, o recolhimento, e a Receita pretendia fazer autuação da CIDE que deixou de ser recolhida aos cofres públicos em virtude das liminares cumpridas, algumas com muita rapidez, pela PETROBRAS. Houve um caso citado pelo Secretário Adjunto da Receita Federal de uma liminar concedida sexta-feira de tarde. Até segunda de manhã, tiraram 30 milhões de litros, sem respeitar o bombeamento de mil metros por dia, como o senhor colocou aí. Então, a pergunta que eu faço é a seguinte: a PETROBRAS mudou o entendimento? A Receita Federal autuou a PETROBRAS, até agora? Como está essa situação? Essa seria minha primeira





pergunta. Se V.Sa. já puder ir respondendo, vamos esgotando o assunto. Seria mais fácil.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Primeiro, eu desconheço o caso que o senhor está citando, de que a PETROBRAS tenha feito um bombeio de 30 mil metros cúbicos. E, certamente, um dia, terei todo interesse em conhecer.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É só perguntar ao Sr. Ricardo que depôs aqui, que é Secretário-Adjunto da Receita Federal. Ele nominou inclusive a empresa. Disse que foi a empresa Scorpion. Nominou a empresa, deu volume e disse que foi de sexta à tarde até segunda de manhã.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Fique seguro, Sr. Deputado, de que eu apurarei a questão e reportarei a esta Comissão essa situação, porque esse não tem sido nosso procedimento. Se esse procedimento aconteceu, certamente tem circunstâncias que poderão ser explicadas à Comissão. Eu já tive oportunidade de, na minha exposição da vez passada, explicar que a PETROBRAS vem crescendo e vem aprimorando todos os esforços dela no combate a essas situações irregulares. Tive oportunidade de escrever inclusive uma série de medidas; nós trabalhamos com diversos agentes da União, visando a todo tipo de ação, não só as ações reativas, a partir do momento em que a liminar nos é apresentada, mas principalmente as ações pró-ativas, quando nós trabalhamos junto à Procuradoria, junto à AGU, uma série de órgãos. Eu não vou me estender aqui. Não creio que seja essa a sua preocupação imediata, mas isso tudo está no relatório, está no que eu tive oportunidade de escrever na ocasião. Então, a resposta que eu daria para a sua pergunta, primeira resposta para uma das perguntas, é que "sim", a PETROBRAS vem cerrando fileiras e buscando trabalhar com um número cada vez maior de agentes do Governo e da indústria, visando evitar que situações irregulares prosperem. A segunda pergunta que o senhor me faz, eu posso lhe responder que o nosso entendimento, do ponto de vista da nossa área jurídica, do ponto de vista do que nós entendemos, foi relatado inclusive aqui, nesta Comissão, pela Secretaria da... Por uma ordem judicial impedida de cobrar aquele tributo, não cabe a ela a responsabilidade de, no futuro, numa cassação, o beneficiado, não podendo recolher, a PETROBRAS ter de recolher. Então, nosso entendimento continua o



mesmo. O nosso corpo jurídico continua entendendo essa tese, o que entendemos foi colocado aqui pela mesma pessoa que o senhor cita, Sr. Ricardo Pinheiro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E foi feita alguma autuação da Receita Federal à PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Desconheço qualquer autuação que a Receita Federal tenha feito à PETROBRAS sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu perguntaria ao senhor se, com relação, já que esse entendimento é um entendimento bastante divergente, vamos tentar... Já foi colocada a posição da Receita Federal. Foi explanado que ela iria autuar a PETROBRAS — declarou, clara e textualmente, numa reunião com os membros desta Comissão. Eu perguntaria um outro detalhe para o senhor bastante relevante para todos nós. Houve um questionamento aqui, houve um depoimento de outra refinaria pequena, Refinaria de Manguinhos, e entre nós aqui, naquele momento, foi feita uma colocação: quem chegasse lá e comprasse, eles venderiam? quem chegasse na PETROBRAS — como nós já perguntamos ao senhor — e quisesse comprar e pagar à vista, estando autorizado pela ANP a funcionar como distribuidora, a PETROBRAS venderia? E Manguinhos disse: *“Não. Até nós, porventura, às vezes, necessitamos comprar e nem sempre conseguimos comprar para misturar o volume que necessita”*. E ficou claro que a PETROBRAS não está aberta para todos os brasileiros que estejam autorizados a comprar gasolina ou derivados e que queiram pagar à vista. Concessão de crédito é uma política comercial, mas a venda é um outro tipo de política comercial. Então, queria deixar que o senhor esclarecesse prontamente aqui. O senhor já falou da política comercial no seu outro depoimento, dizendo que a empresa inicialmente vendia nas cotas iniciais da ANP e, depois, pela experiência comercial, o senhor faria ou não contratos com essas empresas. Então, eu perguntaria ao senhor o seguinte: a política da PETROBRAS é a de que eu, se for dono de uma distribuidora, e tiver dinheiro para pagar à vista na frente, consigo comprar na PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Se o senhor for dono de uma distribuidora e cumprir com todos os regulamentos colocados pela



ANP, o senhor poderá se registrar e pedir uma cota junto à ANP, e a ANP, alocando essa cota, ela lhe será fornecida pela PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah! Acima dessa cota? Acima da cota da ANP, porque...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Acima dessa cota, só por contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Só por contrato.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - E o contrato, a PETROBRAS... Eu já tive oportunidade de explicar aqui, mas terei todo prazer em repeti-lo, se o senhor assim julgar importante.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu acredito ser importante para o entendimento até de membros que não estavam presentes naquele momento.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sem dúvida nenhuma.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Se o senhor não se incomodasse...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Não, de forma nenhuma! Muito pelo contrário. A PETROBRAS vem evoluindo nos seus procedimentos comerciais. Como é sabido aqui por todos, se não todos, pelo menos pela maioria, até alguns anos atrás, o mercado era um mercado fechado. Não podia haver importação, ou a importação que houvesse teria que ser feita pela PETROBRAS, de produtos. Dentro desse sistema, o que vigorava era um sistema conhecido como sistema de cotas. Nesse sistema de cotas, todos os pedidos eram colocados junto à Agência Nacional de Petróleo, que os alocava. Nas refinarias eram feitas reuniões onde era feita a distribuição: quem receberia o quê para todas as companhias. A partir do momento em que o mercado foi aberto, novas práticas coerentes com o mercado aberto têm que acontecer. Então, a PETROBRAS passou a não só respeitar o sistema de cotas, o que é próprio da legislação, pois ele hoje faz parte de regulamentos editados pela ANP, mas passou a ter a possibilidade também de selecionar clientes com os quais faria contratos a longo prazo, de maneira que ela possa dar oferta para esses clientes compatíveis com as opções que eles têm no mercado internacional. É um mercado ofertado. Tive oportunidade de mostrar aqui, na exposição passada, que existe uma ampla oferta; são mais de



10 milhões de barris de petróleo por dia, ou 5 vezes a demanda nacional que são transacionados entre regiões no mercado internacional. São dezenas, centenas de refinadores que estão aí fazendo essa oferta e, portanto, a PETROBRAS ou qualquer outra refinadora... A PETROBRAS não é exclusiva, precisa ter essa opção. Para tanto, nós traçamos uma política comercial, uma política que é aprovada pela nossa diretoria, que é baseada em 3 pilares. Uma análise comercial da companhia. Qual é, no final das contas, a sustentabilidade daquele cliente; se ele é um cliente que tem tradição no mercado, é um cliente que tem um potencial, que interesse à companhia estar estabelecendo um vínculo de longo prazo com ele. A parte financeira é o segundo ponto. Avaliamos a questão de crédito, questão de liquidez, qual é a força desse cliente em termos de condição de pagamento, se tem condição de cumprir com aquilo que ele se compromete, seja qual for o porte dele, tanto clientes grandes quanto pequenos. Analisamos a compatibilidade entre a situação financeira e a demanda dele. E uma avaliação cadastral da história desse cliente em relação não só à PETROBRAS, como a outras entidades do Governo que nos dão acesso a cadastro, SIAFI, essa questão toda. Então, é nesse pilar que está baseada a nossa política de contratos. Aqueles que não se enquadram no contrato têm sempre a opção de ir à ANP e pedir cotas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Qual o volume de vendas da PETROBRAS de combustível/mês, de gasolina e de *diesel*?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - De gasolina são cerca de 1 milhão e 200 mil metros cúbicos por mês e de *diesel* são cerca de 3 milhões de metros cúbicos por mês.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Nós fizemos um requerimento de informações pedindo as documentações sobre todos os contratos, e eu tive oportunidade de colocar uma equipe trabalhando, com todas as dificuldades, para compilar todas essas notas. E tive a curiosidade de somar os volumes. Coincidentemente, quando somamos os volumes de todos os contratos colocados à disposição desta Comissão, eles não atingem o volume colocado como volume de abastecimento da PETROBRAS. Então eu perguntaria: a PETROBRAS não entregou todos os contratos para esta Comissão ou a PETROBRAS não está comercializando o volume que o senhor está dizendo em contrapartida com os



volumes que estão aqui colocados, nas informações entregues pela PETROBRAS, com exceção do mês de março de 2003, que o senhor diz atingiu 1 mil 382 metros cúbicos de gasolina. Os outros meses são todos volumes incompatíveis com esse volume médio de venda da PETROBRAS.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Os volumes aos quais eu me referi são volumes que incluem venda sobre contrato e venda sobre cota. Se o senhor está se referindo exclusivamente aos contratos, certamente os números dos contratos serão inferiores ao volume ao qual eu me referi.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas os volumes de cotas são cotas pequenas. Mesmo que todas as distribuidoras tivessem o volume que a ANP dá e ainda se somasse todos os contratos, não chegariam, às vezes, a 60% do volume que o senhor declarou de venda. Então, alguma coisa aqui está errada: ou a PETROBRAS não entregou todos os contratos que deveria, ou não informou corretamente os volumes. Alguma comercialização está sendo feita, que não foi informada a esta Comissão.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Posso lhe garantir que todos os esforços são feitos, de que as informações que saem da PETROBRAS sejam informações fidedignas. Se o senhor puder me fornecer os elementos que está mencionando agora, terei o maior prazer em me informar a respeito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu vou fornecer ao senhor e vou pedir, ao fim desta reunião, para que a gente faça uma diligência sobre as vendas da PETROBRAS, para que a gente possa corroborar os volumes efetivos de venda e os volumes que foram entregues aqui. Porque não adianta... Nos entregam CDs ou várias pastas, de 26 volumes, que ninguém vai ter curiosidade de analisar. Mas, como eu estou analisando há alguns dias, a gente consegue encontrar algumas consistências. Então, nós gostaríamos de ter condições de saber se nós estamos tendo as informações corretas, porque pode estar se escondendo alguma comercialização de que nós não tenhamos conhecimento. Dentro desse critério, quando V.Exa. colocasse, nós deliberaríamos, Sr. Presidente, se fosse o caso. As concessões de crédito são dadas a toda e qualquer empresa que vocês avaliem, que tenham condições de crédito. Mas vocês dão crédito para quem tem contestação de tributos?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Bom, primeiro, se o senhor me permitir, Deputado, eu gostaria de reiterar que todos os esforços são feitos pela PETROBRAS para atender plenamente, na forma como as solicitações da Comissão nos são submetidas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, pode ter havido algum erro. Só que nós temos um tempo tão curto, até o fechamento desta CPI, que não dá para... Como a PETROBRAS levou muito tempo para entregar essa documentação, nós não temos tempo de fazer outro requerimento, outro ofício e esperar que a PETROBRAS possa corrigir. Então, nós temos agora é que ter acesso efetivo às informações, para que a gente possa formar nosso conceito.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Se o senhor me permitir, só quero continuar o que eu estava comentando. Todos os esforços são feitos para fornecer informação na forma exata em que são pedidos pela Comissão. Se a Comissão nos pedir dados consolidados, certamente passaremos dados consolidados. Quando a Comissão nos pede dados detalhados, nós buscamos fazê-lo da forma mais expedita possível, exatamente na forma como a Comissão solicitou.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não. A forma como a Comissão solicitou, veio... Está aqui mapeado: empresa por empresa, contrato por contrato, volume por volume, de cada contrato, somatório total e contratos aditivos. Consolidado. Só que o volume não está batendo com o volume de venda da PETROBRAS. Esse é o ponto. O ponto é outro.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - O senhor desculpe, mas...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não estou dizendo que a informação não veio da forma solicitada pela Comissão.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, mas eu estava fazendo comentário, porque o senhor comentou que a PETROBRAS mandava 26 volumes e não mandava consolidação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, veio. Vinte e seis volumes. É que não tinha...



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - O senhor me afirmou aqui que não mandava a consolidação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não mandou a consolidação.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - O senhor acabou de me dizer agora que veio de forma consolidada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, eu que consolidei. Fui eu que consolidei.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Ah, bom!

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não foi a PETROBRAS. Para isso, eu perdi 20 dias de trabalho.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, mas se o senhor me pedir consolidado, o senhor receberá consolidado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A PETROBRAS poderia ter facilitado à Comissão e ter enviado. Mas eu fiz uma outra... Isso aí nós liberamos depois, é um assunto interno da Comissão. Eu perguntaria ao senhor o seguinte: na concessão de crédito da PETROBRAS, ela concede crédito a quem contesta tributo?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - De uma forma geral, não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não?! A empresa PETROSUL tem crédito com a PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A informação que nós temos, em primeiro lugar, estranhamente, é que a PETROSUL tem um volume contratual com a PETROBRAS, praticamente ao mesmo nível, quase chegando à metade de volume de empresa do SINDICOM: 45 milhões de gasolina, 45 milhões de *diesel*/mês, com concessão de crédito. Só que a PETROSUL questionou PIS e COFINS, incluindo no questionamento a parcela da própria PETROBRAS. E ainda assim a PETROBRAS firmou contrato de fornecimento e concedeu o crédito. Eu gostaria que, se fosse possível, o senhor pudesse esclarecer essa situação para a gente, já que a PETROSUL está convocada para vir depor nesta Comissão, para que a gente pudesse inquirir a PETROSUL de uma forma correta. (*Pausa.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Queria dizer... Vamos brincar um pouco. Se eu fosse um mecânico, já havia resolvido. Mas, como estou na função de Deputado, eu não posso ir lá resolver.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas nós concedemos a V.Exa. essa prerrogativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vou pedir orientação técnica para resolver esse problema desse barulho, tá?! Está aqui já o secretário. Ele já está conseguindo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Parabéns, Presidente! (*Pausa.*) O senhor está esperando alguma informação para responder?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Estou aguardando a sua resposta.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** – Qual é a pergunta?! O senhor poderia refazer? Perdi... É da PETROSUL?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não. Eu lhe fiz duas perguntas. Perguntei, primeiro, se o senhor concedia crédito para quem contestava tributos. O senhor disse que, a princípio, não. Eu lhe perguntei como é que a PETROSUL, uma empresa que tem contestação de PIS/COFINS, incluindo a parcela da própria PETROBRAS no PIS/COFINS, tem um volume de 45 milhões de litros de gasolina e de *diesel*, num total de 90 milhões/mês, por contrato firmado este ano — praticamente o volume, a metade de uma Ipiranga, um volume elevado para uma empresa praticamente desconhecida. Como é que essa empresa tem essa cota, e com concessão de crédito, se ela não tem nem capital para poder suportar uma compra dessa natureza?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** – Permite-me fazer uma consulta aqui?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E, como eu disse, ela vem depor aqui.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, uma sugestão para o bom andamento do trabalho. Parece que o Dr. Rogério Manso precisa do auxílio da assessoria. Não tem nada de mais que o assessor se identifique no microfone, dê o seu nome, e preste depoimento, auxiliando o nosso depoente.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Rogério Manso, gostaria de uma assessoria, para sentar ao seu lado?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** – Convido, então, o Gerente Executivo Carlos Ney, para comentar sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu só pediria, Sr. Presidente, que, da mesma forma como fez na outra, tomasse o juramento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Está bom. *(Pausa.)* Todos de pé, para o juramento.

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. *(Pausa.)* Carlos Ney Martin de Andrade. Sou Gerente Executivo de *Marketing* e Comercialização da PETROBRAS. Com relação à pergunta do nobre Deputado Eduardo Cunha, que a gente já se conhece há algum tempo...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Prazer em revê-lo!

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – Prazer! A PETROSUL, ela está com crédito de 8 dias. Ela já teve contrato, mas não tem contrato; hoje está sem contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Desde quando que ela está sem contrato?

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – Desde maio ou abril. Maio... É, maio. Maio, trimestre... Isso! Exatamente desde 1º de maio, sem contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Primeiro de maio não deve ser; nós temos aqui 2 contratos dos 2 primeiros trimestres do ano. Provavelmente, pode ser 1º de julho.

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – Eu acredito que seja maio; 1º de maio. A informação... Vou ter que checar, para ver direitinho, mas...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Se V.Sa. precisar de algum assessor também, não tem problema.

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – É, maio... Acho que é maio. Bom, isso a gente pode checar e voltar a informar. Eu acho que é 1º de maio.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas eu lhe perguntaria o seguinte: tem crédito de 8 dias?



**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – Tem crédito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – De 8 dias. E o volume era este: 45 milhões de gasolina, 45 milhões de *diesel*.

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – Não, acho que não. Acho que...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – É o volume que está aqui, falando aqui, na PETROBRAS.

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – É, talvez.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – É o volume informado pela PETROBRAS. Não tem... aqui não tem...

**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – É, tem o volume informado aí.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – É 44.928, para ser mais exato; não é 45. É o que foi. Isso é o que está aqui. Qual o critério para concessão de um volume tão grande para uma empresa? E por que dar crédito para quem tem contestação de PIS/COFINS, inclusive de parcela da própria PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Essa liminar que eles têm de PIS/COFINS é uma liminar antiga, não é?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sim, mas o crédito é recente.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – O crédito é...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O senhor renovou o contrato; quando o senhor renova o contrato a cada 3 meses, o senhor concede crédito. Então, o crédito é recente; a liminar é antiga. Era mais uma razão para não conceder crédito. Nós queremos saber a razão pela qual a PETROBRAS deu crédito de 8 dias para 45 milhões, um volume que eles comercializam com uma empresa que contesta a parcela da própria PETROBRAS de PIS e COFINS.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu não sei. Eu tenho que verificar para ver quanto é.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Esses critérios todos que foram elencados aqui como critérios de concessão, de análise criteriosa, de cadastro, de condições financeiras, de situação, de comercialização, todos esses critérios foram abandonados para atender a PETROSUL?!



**O SR. CARLOS NEY MARTIN DE ANDRADE** – Não, Deputado. Eu não vejo que disso se infira nada disso. Acho que a primeira questão que teríamos que ver é de quando é essa liminar deles. Tem companhias que tiveram...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A liminar pode ser de quando for, Dr. Rogério. O fato é que houve o contrato em 2003, com a liminar em vigor, e foi concedido o crédito. Essa é a realidade. O resto é...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A liminar não manda dar crédito.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Segundo a informação da nossa área comercial, a liminar é antiga.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas o crédito é recente. O crédito é renovado. Eu estou perguntando por que a PETROBRAS deu crédito.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Não. Essa inferência que o senhor está dando de que o crédito é novo, não. O fato de você renovar um contrato não significa...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O senhor não precisaria renovar. Crédito a gente dá. O banco empresta um dinheiro hoje e amanhã eu pago. Ele não precisa me emprestar de novo. Crédito é renovável. Para cada pagamento é renovado um crédito.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deputado, deixe-me esclarecer, se o senhor me permitir.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Claro, com prazer.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - A tendência é... Não é feito. Se você tem uma companhia que tem uma performance, um desempenho dentro do padrão, desempenho gabarito, você não tem necessidade de fazer uma análise toda nova no final de 3 anos. A tendência é se renovar com certas condições semelhantes às que existiam anteriormente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não consigo entender, Dr. Rogério, como é que uma empresa como a PETROBRAS dá 45 milhões de volume para uma empresa e ainda dá crédito para ela se apropriar de impostos federais, inclusive de parcelas de responsabilidade da própria PETROBRAS.



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Mas o senhor está inferindo uma coisa que não é correta, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não?! Então que V.Sa. me prove que não é correta. Até o momento houve concessão de crédito e houve concessão de um volume incompatível com o tamanho dessa empresa. Quarenta e cinco milhões de litros de gasolina e de *diesel* do tamanho de uma PETROSUL não condizem com o volume de outras empresas, que inclusive podem pleitear na PETROBRAS e não obtêm. Então, aqui há 2 problemas. Primeiro, o volume elevado para uma empresa que não tem condições. Segundo, a venda para quem tem liminar de tributos federais, que não é liminar determinativa de entrega de volume. Terceiro, simplesmente dá crédito. Então, são 3 posições que têm que ser respondidas.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, responderei com prazer, Deputado. O senhor está fazendo uma inferência de que nós estamos dando crédito para alguém que tem liminar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Vocês deram para quem contesta tributo.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deputado, essa não é uma orientação nossa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, vocês não fizeram a orientação cadastral com o primor em que deveria ter sido feita, conforme o senhor lembrou aqui.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deputado, nós não temos... Se nós temos, é alguma questão que teria que ser corrigida. Mas nós não temos uma companhia que esteja hoje exercendo liminares, e que a gente esteja dando crédito, porque a primeira coisa que a gente faz...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não tinha hoje, mas tinha em maio.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Em maio ela não tinha uma liminar. Ela não estava recebendo entrega fora... sem... com isenção de PIS/COFINS ou qualquer outro imposto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Nada?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Não, Deputado.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quando vocês concederam crédito, ela não tinha nada em vigor? No momento em que ela tinha liminar, vocês não deram nenhum fornecimento para a PETROSUL, nem deram crédito para ela? Que ela tinha liminar em vigor, vocês não deram nenhum volume para a PETROSUL e não deram nenhum centavo de crédito para ela? Eu gostaria que o senhor me respondesse isso. Aí eu vou me calar. Se o senhor me comprovar e tiver a documentação, eu vou pedir um outro tipo de procedimento.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - É claro, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não li a liminar. Posso requerer e pedir.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - E essa informação seria prontamente disponibilizada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Estou lhe perguntando o seguinte. Há um volume elevado para uma empresa do tamanho da PETROSUL. Queria saber qual foi o critério de conceder esse volume para a PETROSUL e por que o crédito para a PETROSUL, se sequer condições financeiras para obter um crédito ela tem?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Então, vamos lá. Espera aí. Se o senhor me permitir completar... Acho que, na primeira questão, de volume, como eu já expliquei, houve uma transição de companhias que tinham volumes de cota da ANP e passaram a ter contratos com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quarenta e cinco milhões/mês não é volume...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deputado, se o senhor me permitir.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Pois não, com prazer.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - As companhias carregavam determinado volume sob a cota da ANP. Progressivamente, algumas delas, principalmente as companhias que têm grande volume, foram migrando para contratos com a PETROBRAS. Foi isso que aconteceu. E essas companhias, se elas têm um desempenho compatível com os parâmetros que eu lhe disse no início, elas até crescem no seu volume. É de nosso interesse inclusive que companhias



que estejam dentro do nosso padrão sejam companhias que de fato se estabeleçam no mercado. A PETROBRAS não tem nenhum interesse, muito pelo contrário, ela tem total desinteresse em companhias que sejam contumazes sonegadas ou que evadam tributos. Então, a política da PETROBRAS é voltada para que essas companhias, se em algum momento elas tiveram contrato ou tiveram crédito... Que isso vá sendo cortado. É essa a nossa política e é isso que nós aplicamos. E estarei pronto para lhe dar todas as informações e para lhe comprovar que é assim que a PETROBRAS tem agido.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas, no caso da PETROSUL, não foi. Então, Sr. Presidente, para encerrarmos essa polêmica, eu gostaria que V.Exa. requeresse da PETROBRAS, ou que nós averiguássemos na diligência própria, se acaso for essa a deliberação desta Comissão, todo o histórico de vendas da PETROBRAS para essa empresa, PETROSUL, desde o início da primeira venda até a data de hoje, desde quando... Os volumes e todos os contratos existentes. Nós precisamos agora fazer uma devassa na relação da PETROBRAS com a PETROSUL. Isso é uma coisa que não podemos deixar passar. Somente para encerrar essa polêmica e colocar essa requisição para meus colegas, meus pares daqui da CPI, eu queria perguntar ao senhor o seguinte: nós temos uma empresa que está sob particular interesse desta Comissão, que se chama Univen, que compõe o Grupo Rede Via Brasil, que hoje é suspeita de ser uma das grandes adulteradoras de combustíveis do País. Essas empresas possuem acesso a solventes; e, simplesmente, o acesso deles a solventes provém de venda de sobras industriais pela PETROBRAS. Segundo o mercado, a Univen processa essas sobras e as transforma em solvente e ainda realiza mistura na gasolina. A Univen ainda tem um agravante: ela consegue comprar solvente no mercado sem marcador. Por sentença judicial, por autorização da ANP, por importação, ela tem mesmo tanque de gasolina e de solvente e, então, com a desculpa que não pode marcar a gasolina, ela não tem marcador no solvente. Então, eu perguntaria: o senhor tem conhecimento dessa prática? Quem autorizou ou administra o fornecimento dessas sobras industriais que não são contabilizadas como combustível? A PETROBRAS mantém alguma relação comercial, através das suas subsidiárias ou diretamente, com a Univen?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sr. Presidente, o senhor permitiria que outra pessoa respondesse à pergunta?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Concedido, nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Se ele se propõe entrar em juramento, entendemos que tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então... A resposta da nova pessoa tem que entrar em juramento. Então quero todos os Deputados de pé.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Talvez fosse melhor, Sr. Presidente, para economia processual, toda a comitiva da PETROBRAS prestar logo o juramento. Assim já leva tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não. Vamos a cada momento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Aproveitaria, então, Sr. Presidente... Também o outro assessor ali já se manifestou indevidamente. Que o faça também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Vamos lá!

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu pediria que se identificasse.

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** - Perdão. João Carlos de Souza Barros Júnior, Gerente-Geral de Comercialização de Produtos Especiais da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Próximo. *(Pausa)* Por que sentado? De pé!

**(Não Identificado)** - Sr. Presidente, quem está prestando o juramento são os depoentes. Não somos nós, não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - *(Início fora do microfone. Inaudível.)* ...assessor do assessor do assessor, que fica tudo certo.



**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Meu nome é Alípio Ferreira Pinto Júnior. Eu sou Gerente-Geral de Comércio Interno. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Se identifica, João.

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** - João Carlos de Souza Barros Junior, Gerente-Geral de Produtos Especiais da PETROBRAS. Quanto à Univen, a Univen tem duas fases no contrato. Nós temos um contrato de fornecimento de matéria-prima e troca por produtos acabados. Ou seja, nós usamos a Univen durante um bom tempo como unidade produtora de solventes para a própria PETROBRAS. A gente fornece matéria-prima e recebe de volta hexano. Esse é um contrato que a gente teve. Os contratos são normalmente de 2 ou 3 meses e aconteceram principalmente no momento em que a gente tinha um problema de produção de hexano na refinaria de Capuava. Eles continuam sendo renovados eventualmente e depende da disponibilidade que eu tenho de capacidade de produção ou não. Esse produto todo era fornecido sempre com marcador, com instrução da ANP. E nunca houve, pelo menos do meu conhecimento, uma liminar nesse momento, pedido ou decisão qualquer de que fossem fornecidos produtos sem marcador.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O senhor trocava no mesmo volume que recebia de volta? Ou a matéria-prima que o senhor fornecia dava para produzir mais solvente que o senhor recebia de volta?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Não. A matéria-prima fornecida dava para produzir mais solvente, até porque a troca era feita em valor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, ela poderia produzir mais solvente daquilo que forneceu a própria PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Certamente. Porque, se fosse um para um, ela estaria fornecendo matéria-prima, e recebendo produto acabado. A troca era feita em valor, não em volume. É isso que estou querendo dizer. Ou seja, eu fornecia... Aparentemente eram 2 volumes de matéria-prima, para um volume que eu recebo de volta de solvente. Com o contrato de fornecimento, obviamente, eu recebia o “solvente”, entre aspas, a custos de matéria-prima. Então,





o volume tinha de ser maior. Quando a Univen tirou registro de refinador junto à ANP, ela passou a receber alguma parte do produto. E aí confesso que não sei detalhes. Ela passou a ter direito a produzir gasolina. Não nesse contrato que a gente faz. Esse contrato é simplesmente para solvente. Mas a partir daí, ela passa a ter direito a comprar produto sem marcador. Eu confesso que desconheço se compram algum produto da gente sem marcador. Porque o produto que a gente faz é para solvente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas vocês venderam sobras industriais para ela fora dessa troca? Na verdade, não é uma troca. Troca se fosse realmente o volume por volta. Na realidade, vocês deram matéria-prima para a Univen vender solvente, produzir solvente. Essa é uma realidade. Vocês foram fornecedores de matéria-prima para a Univen, para que produzisse solvente.

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Sem dúvida, fornecedores de matéria-prima. E compramos parte do solvente de volta. Como eu disse para o senhor, o volume de matéria-prima foi maior do que...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Além dessas trocas, o senhor forneceu sobras industriais ou outra matéria-prima para a produção de solvente, independente de operação casada de troca de valor?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – A operação casada, na realidade, se não estou enganado, é parte de 2 contratos, porque não dá para fazer operação de troca na PETROBRAS. Eu tenho de fazer um contrato de venda e de compra de matéria-prima e de solvente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas o senhor tem um volume de venda, mesmo em valor, maior do que o volume de compra constantemente? O senhor fornece regularmente para a Univen matéria-prima ou sobra industrial que serve para produção de gasolina, independente dessa troca?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Não. Dentro dessa troca, como disse, a produção de volume não é igual.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Essa é a única operação que os senhores fazem com a Univen?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Que eu conheço.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Que o senhor conhece?!



**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Que eu conheça, não existe nenhuma outra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** Nenhuma outra? Nem de vocês nem de nenhuma subsidiária da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Não. Um minutinho só, porque parece...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente. Tem de chamar o assessor do assessor do assessor para depor, para fazer juramento.

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Não. Ele pode falar comigo. Ele trabalha para mim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Se ele vai participar aqui, ele tem de prestar juramento. Senão, complica a oitiva.

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Perdão, eu tenho uma... Não vou dizer correção, mas tecnicamente são 2 contratos. Em um contrato eu entrego de 1,1 volume de matéria-prima para 1 volume de hexano, de nafta para a produção. Paralelamente, por isso que eu falei, 1 para 1, a gente tem um outro contrato separado de venda de nafta. Ou seja, na realidade, não é um contrato de compra e um de venda, como disse para o senhor. É um contrato de processamento, ou seja, entrega de matéria-prima, recebimento de hexano, complementado por um contrato de fornecimento de nafta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Qual é o volume que vocês vendem, em que capacidade a Univen pode produzir de solvente? Se é a partir da venda que vocês fazem...

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – O contrato de fornecimento são 5 mil metros mês.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – De fornecimento de matéria-prima ou de produto acabado? O que ele pode produzir de solvente com o volume de matéria-prima que o senhor conhece?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Olha, eu tecnicamente não tenho esses números certos. Eu sei que do volume que a gente está fazendo. São 5 mil metros e outros e 2 mil metros, na troca, e até 5 mil metros, dependendo da ocasião, no fornecimento de matéria-prima.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Isso... O senhor não tem idéia do que isso corresponde de produto acabado? O Deputado Luciano Zica é especialista. Não sabe calcular isso? Não tem algum assessor...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** – Sr. Presidente, deixa eu só dar minha contribuição, já que o Deputado Eduardo Cunha me citou. Infelizmente, eu não tenho o grau das informações. Mas tem um fato concreto: hoje a Univen tem uma concessão de refinador de derivados no Brasil, concedido infelizmente pela ANP, e ela pode comprar matéria-prima em qualquer quantidade.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Ela tem autorização de importação de matéria-prima.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** – Isso. Ela pode comprar de qualquer produtor nacional de matérias-primas, refinar. Infelizmente, eu não conheço o processo da Univen. Acredito que, pelos produtos que ela usa, que ela usa produtos leves como matéria-prima, ela tira quase que o mesmo volume de derivados nobres, pela natureza dos produtos que infelizmente a ANP autorizou a Univen a refinar. Esse é o volume de informações que eu tenho. Não conheço o processo.

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Eu também não conheço o processo em si.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Quem da PETROBRAS administra essa venda, autoriza essa venda? Ela é subordinada a quem? Qual é a gerência? É a mesma diretoria? Como é que funciona isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – A Gerência de Comercialização de Solventes e Parafinas está subordinada a mim, e tecnicamente está subordinada ao Gerente Executivo de Comercialização.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O senhor tem conhecimento da ligação da Univen com a Rede Viabrasil, com o Grupo GEPETRO, GERAPETRO, todos esses grupos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA BARROS JÚNIOR** – Tenho, tenho.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sr. Presidente, depois eu gostaria de colocar alguns pontos acerca disso. Eu queria fazer uma pergunta para o Dr. Rogério Almeida Manso. É o seguinte: como é que funciona essa prática, que está estabelecida em contrato, de volumes retirados a mais do que o volume estabelecido



no contrato? Se tem uma espécie de penalidade, é uma penalidade que não dá 1,5 centavo por litro de combustível. Isso significa o quê? Que nós estamos legalizando um descumprimento do volume concedido. Quer dizer, tira de que forma? Por que a PETROBRAS permite que se tire um volume superior ao volume contratado?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO** – Eu vou pedir ao Gerente-Geral de Comércio Interno que responda à pergunta.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – Nobre Deputado, não somente nos contratos da PETROBRAS, como também no sistema de cotas da ANP existe a possibilidade de concessão de adicionais. A agência pode dar até 30% da cota mensal de uma determinada distribuidora como volume adicional ao longo do mês. Isso serve para que as distribuidoras possam atender eventualmente às variações de mercado que acontecem ao longo do mês e que não estava previsto no momento em que efetuou o pedido e a ANP homologou esse pedido. Da mesma forma que a sistemática da agência permite esses adicionais ao longo do mês, os contratos que a PETROBRAS tem com as distribuidoras também têm a previsão de um volume adicional que pode ser solicitado e concedido, se esse volume estiver disponível. Obviamente que a condição comercial de volume adicional ou volume não retirado pode ser diferente de um volume contratado e solicitado, o que permite à PETROBRAS ter eficiência nessa entrega.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não, eu não discuto a cobrança do adicional. Eu discuto é o critério de concessão desse adicional, a critério de quem, quem autoriza, por que pode dar, qual é o percentual sobre o contrato que pode ser dado como adicional. Nós não temos condições, neste momento, de saber, nos contratos efetuados pela PETROBRAS com as distribuidoras, qual foi o volume entregue realmente. Porque nós temos o seguinte problema. Nós temos o volume contratado. Do volume entregue... Tem que se fazer o somatório de todas as notas fiscais do mês de cada distribuidora para saber se bate com o volume. Ainda não tivemos condições físicas de fazer isso. Então, eu queria saber: qual é a condição, qual é o limite, quem autoriza e por que uma prática dessas nessa limitação, se não pode caracterizar uma entrega adicional para atendimento de algum interesse qualquer, enfim, político, comercial, o que possa ser?



**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – Nós colocamos, desde já, à disposição desta Casa todas as informações que forem necessárias para se fazer qualquer verificação: se a distribuição desse volume adicional está compatível com as práticas legais de mercado aberto que atendem ao sistema nacional de defesa da concorrência.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas qual é a prática da concessão?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – A prática é a transparência.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas o que para o senhor é transparência?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – A PETROBRAS procura distribuir o volume adicional de acordo com a solicitação das distribuidoras, procurando adequar essa solicitação à disponibilidade.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas qual é a regra? Gostaria de saber o que o senhor entende como transparência. Para o senhor. Porque, às vezes, pode ser transparente para o senhor e não ser para a gente. Então, nós queremos saber o que o senhor entende como transparência e qual regra está definida, porque a gente não pode ter como uma regra aquilo que o senhor entende como sendo transparente, a regra adotada pela PETROBRAS. Eu dou 50% para uma distribuidora e dou zero para outra...

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Não...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, eu quero saber qual é o critério. Há um limite, há um percentual mensal?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Absolutamente. A PETROBRAS procura atender à solicitação de adicional, proporcional ao pedido que essas distribuidoras têm no volume contratual.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim. Mas há um percentual da quota mensal?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Ela procura fazer essa distribuição de uma forma proporcional.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não estou perguntando o que ela procura; eu estou perguntando o que a PETROBRAS faz. Por exemplo, nesses



contratos que estão aqui, a PETROSUL requereu algum adicional durante o mês e ele foi concedido pela PETROBRAS?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - A PETROSUL hoje... ela não tem um contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não disse hoje, mas quando ela tinha o contrato em vigor. Essa prática continuava...

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - A PETROSUL hoje é atendida pela ANP, dentro do sistema de quotas, nesses volumes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não perguntei sobre hoje, meu senhor! Eu perguntei sobre quando ela estava recebendo. Eu queria uma resposta clara e precisa de qual é o critério da PETROBRAS para concessão de volume adicional. Não é, não são palavras, eu quero critério. Critério de até 10% de quota?! É mediante pedido de comprovação de colocação?! Eu quero saber qual é o critério. Se é transparente, o critério tem que ser claro. Eu não estou vendo aqui nenhum critério colocado. Eu quero saber um critério que seja único para todas as empresas que mantêm contrato. Isso que eu gostaria de ouvir da PETROBRAS para eu tirar da cabeça da Comissão a desconfiança de que isso pode ser uma manipulação de atender volumes a quem interessa. É esse o ponto.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Nobre Deputado, o critério da PETROBRAS é procurar atender seus clientes de acordo com a sua solicitação, sem nenhum privilégio ou discriminação. E eu posso colocar as informações, os dados, os volumes concedidos à disposição desta Casa, para que sejam verificados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ou seja, não há critério. O critério é aquilo que vocês entenderem naquele momento de conceder. É isso?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Não há uma regra matemática estabelecida.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, qual é a regra? Mas, não. Digo uma regra comercial.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Não há um modelo estabelecido.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não há modelo.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - O modelo...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quer dizer, pode dar 100% de volume no mês para uma empresa.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Pode dar 100% de volume para todas as empresas que solicitarem o adicional desde que esteja, que tenha volume disponível.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A PETROSUL teve algum adicional durante o período que teve o contrato em vigor?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Eu volto a oferecer todas as informações que a gente tem ao longo do período que o Deputado desejar para que a gente possa verificar se há algum privilégio ou discriminação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu volto a reiterar a diligência, para que a gente possa ter a real situação, porque é uma caixa-preta. Nós não temos as informações mandadas. Não há condições físicas de até concluir esta Comissão. Os critérios que são ditos transparentes são pseudotransparentes. Então, nós precisamos *ver in loco* o volume efetivamente comercializado, com quem tem contrato, porque isso aí está cheirando um pouco mal aqui dentro desta Comissão. Por ora, Sr. Presidente, eu vou me ater e me reinscrevo no fim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Há uma cláusula contratual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - João Magalhães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, senhores convocados. Ao Dr. Rogério Manso: quantos anos o senhor tem de PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** - Eu entrei na PETROBRAS em 1979, em janeiro de 1979.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - Vinte e quatro anos. E há quantos anos o senhor é diretor?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** - Eu assumi a diretoria de abastecimento em 10 de setembro de 2001.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - Nós sabemos que hoje a PETROBRAS é a maior fabricante de solvente, também o maior distribuidor. Quem apresenta isso no mercado hoje? Volume?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** - É cerca de 47% do volume de solvente vendido no País.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - Do volume comercializado?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** - É, do volume total de solvente vendido no País, a PETROBRAS produz 47%, *grosso modo*, desse volume.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - E o restante...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** - O restante são pelas petroquímicas, COPESUL, a COPENE, a PQU, companhias como, acredito, a Univen. Talvez existam outros produtos. Existe produção de solvente até de carvão.

**(Não identificado)** - Manguinhos...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA** - Manguinhos é produtora de... Ipiranga também. Além da importação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES** - É só, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Encerrou, nobre Deputado? Nelson Bornier.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, a minha pergunta vem de encontro ao representante da Receita Federal que aqui esteve e nos garantiu que autuaria a PETROBRAS — os mandados de segurança que foram julgados no mérito — e que ela seria a responsável. Foi dito aqui pelo Rogério Manso que o jurídico da PETROBRAS está entendendo que não. Eu acho que também temos que fazer essa cobrança da própria Receita Federal: por que ainda não autuou a PETROBRAS? Como essa pergunta foi feita pelo Deputado Eduardo Cunha, é o que eu tinha a perguntar. Era sobre isso. De que nós também temos que ouvir mais uma vez a Receita Federal, porque aqui foi dito, o representante, de que iria fazer autuação. E aqui nós temos dito pelo Dr. Rogério Manso que não foi feito até agora. Alguma coisa está acontecendo aí. É só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Rose de Freitas, coitada, foi ao posto médico. Luciano Zica.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de dizer que eu não tenho uma questão a formular ao Rogério Manso ou ao Landim, mas eu gostaria de deixar uma contribuição para este debate. Primeiro, com relação à questão da Scorpion, que eu acho que não ficou — aqueles 30 mil metros cúbicos





— suficientemente esclarecida, questão citada pelo nobre Deputado Eduardo Cunha. E, pelas informações, eu fui verificar, na ocasião daquela citação, porque eu estava nessa reunião na Receita, quando foi citada. Eu fui verificar. E a informação que eu tive é de que foram retirados 30 mil metros cúbicos em 30 dias. Exatamente mil metros cúbicos por dia, e não num final de semana, como afirmado. Gostaria de ter a confirmação ou não dessa informação. A outra questão que eu gostaria de colocar — e aí eu acredito que nós, a CPI deveria trabalhar... Eu tenho uma diferença com relação às definições das Leis 9.478 e 10.336, as duas leis que regulam, principalmente... Depois da CIDE, a 10.336, a questão da caracterização do substituto tributário. Acho que naquela lei nós fomos muito imprudentes no Congresso Nacional. Nós abrimos a brecha para que a ANP cometesse alguns deslizes graves. Para mim, a concessão para a Univen processar — condensados e produtos para produzir gasolina, solventes — é uma distorção nesse mercado tão desorganizado em que nós vivemos. Hoje eu entendo que o questionamento feito sobre a Univen deveria ser feito à ANP — na minha opinião. E nós devemos considerar a hipótese de cobrar da ANP o que a levou a conceder a licença de refinador para a Univen. Então, essa é uma questão que eu queria deixar como reflexão. A segunda questão é a evidência, já confirmada por todos nós e que a CPI precisa confirmar, da necessidade do estabelecimento urgente de uma política tributária adequada para os solventes, para impedir essa distorção provocada no mercado. Que o nosso Relator já está... Sob pena de insolvência do mercado. E quero reafirmar aqui uma coisa que eu falei no depoimento, na sessão anterior, inclusive uma afirmação que, na minha opinião, é preocupante. É no seguinte sentido, e queria ouvir a opinião dos expositores acerca dessa questão. É a do mito da questão do solvente na adulteração de combustíveis. É importante colocar essa questão, porque há um grande abuso nessa área. E vou colocar 2 aspectos. Não que eu ache que é aceitável adulterar com solvente, mas que qualquer solvente cabe dentro da composição da gasolina, do ponto de vista... Infelizmente cabe, tem especificação, uma corrente, para caber lá dentro. Pode ter correção de acidez de um outro ponto que é perfeitamente administrável na composição. O grande problema do solvente, além dessa falta de controle em dados de especificação, é a questão tributária principalmente, certo? Então, por isso a necessidade de fazermos



esse trabalho de regulamentação desse mercado. Não há a possibilidade de utilização de correntes diversas à gasolina como solventes. Mas há as correntes de solvente que cabem perfeitamente. Então, precisam acabar com esse mito, porque é uma adulteração. Pode comprometer a qualidade? Pode, mas é perfeitamente administrável. E, se a PETROBRAS, se a refinaria de Manguinhos, por exemplo, que admitiu aqui na CPI que compra correntes de naftas, de solventes do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul Triunfo e traz para o seu processo... Ela aproveita uma brecha na lei, como a Univen pode estar comprando e introduzindo. Então, são dados para nossa reflexão nesta CPI, para que possamos dirigir nosso questionamento. São importantes. Paro por aqui, deixando esta questão: primeiro, sobre o negócio citado da Scorpion; segundo, sobre essa questão do solvente.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JUNIOR** - Deputado, eu gostaria de responder a essa questão da Scorpion. Não posso afirmar precisamente que o volume foi retirado em 30 dias, mas ele foi em torno de, e não num final de semana, não de sexta-feira para segunda-feira. O volume foi entregue à medida que a Scorpion depositava o dinheiro antecipadamente e obtinha decisão judicial determinando que a PETROBRAS cumprisse a entrega do volume

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem, o nobre Deputado Paulo Rubem.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Presidente, vou ser breve. Em primeiro lugar, quero apoiar as preocupações do Deputado Eduardo Cunha, especialmente quanto à necessidade de esta Comissão Parlamentar de Inquérito definir uma estratégia para que haja transparência consubstanciada em critérios adequados dentro de um princípio de isonomia no mercado, e, através desse critério, tenhamos condições de interpretar como são realizadas as transações, seja diretamente por contrato ou especificamente pelas quotas. E, ao me referir à questão das quotas, quero lembrar aos nobres Deputados que se encontra em discussão nesta Casa, sob a forma de consulta pública, uma proposta do Governo Federal de reestruturação das Agências. Amanhã a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação fará uma sessão pública em que estará em discussão a proposta do Governo Federal para reformulação das Agências. Não sei se todos os nobres pares desta Comissão tiveram a oportunidade de analisar a proposta que



está apresentada à Câmara dos Deputados. Nós já fizemos essa análise, e creio que teremos uma grande contribuição a oferecer na discussão dessa proposta que está em fase preliminar de consulta com a sociedade, especificamente com a Câmara dos Deputados. Talvez amanhã haja uma coincidência da audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação com a pauta desta Comissão pela manhã, mas seria bastante importante, porque de todas as Agências que já são conhecidas, talvez a Agência Nacional do Petróleo seja a maior ausência, no campo das Agências, em termos de estrutura, de capacidade e até de condições de responder aos serviços que são oferecidos, como tivemos conhecimento hoje, por alguns escritórios de advocacia, dirigidos na disputa dos clientes, no mercado, diretamente contra determinadas normas regulatórias que justificam a filosofia das Agências e não do Estado como produtor ou proprietário de empresa. E quero, por fim, dizer ao Deputado Eduardo Cunha que seria importante que formulássemos não combustíveis, mas que formulássemos uma proposta que permitisse, talvez, até a definição de um marco regulatório, a ser definido em lei, para que pudéssemos então nos eximir dessas dúvidas, que acho que são bastante legítimas, bastante oportunas da parte de V.Exa. em relação a esses critérios. Os volumes não são pequenos. Temos visto, tal qual um cometa, empresas surgirem da noite para o dia. Tenho absoluta convicção, por todas as oportunidades que já tivemos, de que o setor de combustíveis que vê surgir repentinamente empresas com grande volume de negócios é o setor onde se lava dinheiro escancaradamente neste País, seja no ramo das TRRs ou das distribuidoras. Não é possível que não se explique ao País como as empresas que vinham comercializando à margem, na penumbra das empresas de *ranking* no mercado, passam, da noite para o dia, a comercializar volumes 30, 40 vezes mais, como já foi dito aqui em outros depoimentos. Então não podemos continuar diante de uma situação como essa, com uma ausência absoluta de critérios claros e objetivos, do ponto de vista: a quem se concede o crédito, em que condições, o volume que é comercializado repentinamente por essas empresas, bem como essa zona cinzenta dentre os que recorrem liminarmente para o não-recolhimento de contribuições, aqueles que recolhem contra as próprias normas estabelecidas pela ANP e, mesmo assim, continuam lépidos e fagueiros, dispondo de determinados benefícios. Acho que é muito oportuna a preocupação do Deputado



Eduardo Cunha. E, oxalá, possamos fazer uma proposição, um marco regulatório para que não haja nenhuma dúvida quanto às condições reais que são pautáveis no mercado para a comercialização junto às distribuidoras!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado José Carlos Araújo, bom baiano!

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sr. Presidente, senhores depoentes, Dr. Rogério Manso, está-se discutindo aqui... Uma das coisas que está se levando mais é o problema de critérios. Eu tenho algumas perguntas formuladas a fazer a V.Sa., mas uma coisa me saltou aos olhos diante de tantas perguntas e tantas respostas. Eu vi aqui o Deputado Eduardo Cunha colocar claramente, e foi colocado, que a PETROSUL tinha 8 dias de crédito. Ou seja, pelo o que eu entendo, ele podia retirar a mercadoria e pagar com 8 dias, é isso exatamente?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Então, esse é o critério. A PETROSUL, que estava com problemas com o fisco e PIS/COFINS, essas coisas todas, tinha 8 dias de crédito. E eu vejo, logo depois, num próprio depoimento de um assessor, a PETROBRAS dizer que a Scorpion só podia retirar o que tinha comprado, o que queria comprar, o volume de 30 mil metros cúbicos aqui de combustível, à medida que ia pagando. Eu queria saber o porquê: dois pesos e duas medidas. Duas empresas... Uma, logicamente, pode ser que não tinha uma análise prévia, não tinha cadastro. Só que, à medida que... Mas a outra também estava com problemas e, logicamente, não deveria ter tido esse crédito. Portanto, fica claro aqui: dois pesos e duas medidas. Era isso que eu queria que o senhor explicasse, a princípio.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, agradeço a pergunta porque ela me dá oportunidade de esclarecer. Qualquer companhia que entre em cima da PETROBRAS com uma situação de liminar, de PIS/COFINS, ela automaticamente... A orientação é para que ela tenha o crédito dela cortado. Não é só o crédito. É uma série de medidas que nós tomamos quando fica caracterizado que companhias estão agindo de forma irregular. Não precisa ser só questão de liminar. Se nós formos obrigados por força de alguma determinação com poder externo a suprir, nós vamos supri-las, mas não com condição de crédito.



Certamente, se a PETROSUL entrar amanhã com PIS/COFINS, ou recentemente entrou em algum momento com PIS/COFINS, ela teve a condição dela alterada. Então, a questão é de um peso e uma medida. Não são dois pesos e duas medidas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – E a Scorpion, que tinha que pagar antecipado?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – A Scorpion é a mesma coisa. Quer dizer, se nós suprimos essa companhia exclusivamente por força de uma determinação judicial, não haveria sentido em dar qualquer benefício para ela. Ou seja, qualquer companhia... onde nós formos forçados a fazer uma ação que não seja uma ação comercial, seja uma ação por determinação legal, ela vai se enquadrar meramente dentro do limite da decisão legal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Lógico. Eu entendo que a determinação é em fornecer, para não pagar o PIS/COFINS ou a CIDE, seja lá o que for. Mas no crédito não é volume.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Desculpe, Deputado. O senhor podia repetir?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – A liminar é para não recolher PIS/COFINS, CIDE...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - ... seja lá o imposto que for. Não é verdade?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Na medida em que ele entra com essa liminar, a PETROBRAS automaticamente corta o seu crédito.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Corta o crédito. Exato.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – E ele só retira aquilo mediante pagamento — que era o caso da Scorpion.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Correto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Mas da mesma forma não aconteceu com a PETROSUL, que tinha a liminar. Como o Deputado colocou aqui claramente, tinha uma liminar e estava com crédito.



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, se eu entendi bem, não ficou claro para mim quando o ilustre Deputado Eduardo Cunha colocou que essa companhia, PETROSUL, teve uma liminar, qual foi a data dessa liminar e por quanto tempo ela vigorou. Eu diria que hoje e nos meses recentes, em todo o trabalho que nós vínhamos fazendo de aprimoramento das nossas práticas... Hoje, eu acredito que isso seria impossível: ter uma companhia com liminar carregando com crédito. Porque já há muito tempo nós vínhamos tomando todas as providências para cortar qualquer benefício de alguém a quem nós temos obrigação de meramente cumprir a lei. Se é cumprir a lei, não há nenhuma razão para nós fazermos nada além do que a lei manda.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Dr. Manso, relativamente ao óleo bruto importado pela PETROBRAS, qual a quantidade mensal média adquirida no mercado de *spot*? Ou seja, sem estar lastreada em contratos de médio e longo prazo. Essas aquisições são feitas diretamente ou através de outras companhias ou através de terceiros? Quais os critérios adotados para a seleção desses fornecedores?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Bom, a primeira pergunta. O senhor pergunta qual é a quantidade média de...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Média adquirida no mercado *spot*.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – De quê? De petróleo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – De óleo bruto.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – De óleo bruto?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Isso.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Essa quantidade varia, Deputado. Ela pode variar. Eu diria tipicamente entre 100 mil barris por dia até 250 a 300 mil barris por dia. O senhor podia repetir a segunda pergunta?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Essas aquisições são feitas diretamente junto a outras companhias ou através de terceiros?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Essas aquisições são feitas diretamente junto a companhias que têm propriedade do óleo. Ou o



produtor ou alguém que tenha adquirido esse óleo do produtor. São feitas pelo grupo PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Isso através leilão que eles oferecem...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Não. O processo...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Quais são os critérios adotados para acesso ao...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – O critério?! Nós temos um modelo matemático que avalia todo o sistema, avalia a demanda, avalia os óleos nacionais, define, em função de preços, quais são os óleos mais atrativos, óleos ou produtos para complementar o nosso sistema. Então, a partir daí, escolhe o tipo de óleo que será comprado e nós detectamos quais são as companhias que têm propriedade daquele óleo e negociamos com elas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Apesar dos conhecidos progressos, ainda são importados derivados para atendimento ao consumo nacional. A aquisição desses derivados é feita por intermédio de contratos duradouros ou no mercado *spot*?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Ambos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Ambos.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Ambos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Quais os critérios? Os mesmos critérios da anterior? Quais os critérios para a seleção desses fornecedores? Da mesma forma?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Da mesma forma. Existe um modelo que define os volumes mensais, mês a mês, que devem ser adquiridos. É feito um acompanhamento por pessoas que estão nos nossos escritórios no exterior — em Londres, em Houston, em Cingapura, em Buenos Aires e na própria sede. Então, acompanhamos quais são as frentes mais competitivas, porque isso pode variar. Pode uma hora estar mais para o mercado vindo do Leste em direção a Oeste, pode ser mais do Norte para o Sul. E a partir daí é negociado com as companhias que têm propriedade de produtos que nos interessam.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – A PETROBRAS utiliza alguma empresa no seu sistema empresarial com sede em paraísos fiscais para importação de petróleo ou derivados?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu já tive oportunidade de explicar, quando estive aqui presente na última vez, que no ato de importação, não. A importação é feita pela PETROBRAS. A PETROBRAS utiliza companhias do grupo que estão situadas em países de legislação favorecida para fazer operações no exterior. Mas a importação... O ato legal de importar é feito pela PETROBRAS S/A ou pela REFAP, que é uma refinaria que nós temos em *joint venture*, em parceria com a REPSOL.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – O que concretamente, além do óbvio cumprimento das liminares, tem feito a PETROBRAS no sentido de contribuir para com o País, para retrancar as fraudes fiscais dos seus clientes distribuidores? O que a PETROBRAS tem feito?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – A nossa crença... Eu já tive oportunidade de expor isso aqui na última vez que estive aqui presente, mas poderei repeti-lo com todo prazer, Deputado. A nossa crença é de que existe um movimento que nós temos que fazer, que é um movimento reativo. É na hora que a liminar aparece, que aparece a demanda, que é ser rápido na comunicação com as procuradorias, comunicação com a ANP, comunicação com todos os órgãos de governo para que possam tomar as providências devidas. E cumpri-la no estrito limite da decisão. Nós não vamos além do limite da decisão. A decisão manda dar 10? Nós buscamos cumprir 10, e não cumprir 10,1 ou cumprir 10,2. A decisão manda bombear no dia 30? Nós vamos bombear no dia 30, e não no dia 29, e não no dia 28. Mas nós achamos que, no fundo, o foco é muito mais... O nosso esforço tem sido muito mais produtivo não só agindo no momento em que a liminar já ocorreu, mas agindo junto aos diversos órgãos da União que têm poder de ação ou de interferência de modificar esse quadro. Não só a órgãos como a CPI, onde estamos sempre à disposição para dar todas as informações necessárias. Nós temos agido junto à Advocacia-Geral da União, aos procuradores da Fazenda Nacional, aos diversos Tribunais. Existe uma série de medidas que nós vínhamos fazendo. Inclusive, junto do próprio Legislativo já houve iniciativas. Uma delas, que





foi um marco importante, que foi a criação da CIDE, o término da PPE, que era um mecanismo frágil em dar todo apoio para essa legislação, que melhorou, em muito, a situação. Enfim, o nosso esforço tem sido buscar evitar que o problema ocorra, porque, depois que o problema ocorre, a situação é difícil. Mas, mesmo na ocorrência do problema, nós disponibilizamos todos os nossos sistemas, contratamos escritórios de advocacia até externos para que possam apoiar numa ação integrada com os agentes do Governo, da União e da própria Justiça.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Dr. Manso, na sua opinião, por que até hoje o Governo Federal não procurou pedir a constitucionalidade da CIDE?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu não saberia dizer, Deputado. Eu posso lhe assegurar que nas conversas com o Ministério das Minas e Energia tem havido um esforço constante, regular dele, junto às outras entidades de governo, para que se promova isso. Não sei se a Ministra já teve oportunidade de colocar, mas certamente a sua Secretária do petróleo já deve ter colocado isso aqui perante esta Comissão. Há um empenho direto e pessoal — eu tenho ouvido isso da própria Ministra — em buscar explorar essa alternativa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – O senhor é diretor da PETROBRAS desde o Governo anterior. E 7, 8 meses de Governo e até hoje o Governo Lula não procurou fazer, como também o Governo Fernando Henrique também não o fez, não é? O senhor acha... A voz corrente é que há, sem dúvida nenhuma, uma evasão muito grande de divisas, de recursos, cerca de 30%, isso aí. O senhor acha que o Governo tem medo de pedir a constitucionalidade da CIDE e isso não acontecer e o prejuízo ser muito maior em termos de arrecadação?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, eu, francamente, não acredito que Governo seja lugar para pessoas que tenham medo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Porque tem pelo menos um ano e meio. A CIDE foi instituída há mais ou menos um ano e meio, não é? Ou dois.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – A CIDE começou a ser praticada a partir de janeiro de 2002.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Pois é. É tempo suficiente para que os advogados da União, os advogados da PETROBRAS, de todo o



sistema de governo tivessem estudado e reestudado e se tenha uma medida eficaz para pedir ao Supremo a constitucionalidade da CIDE. O senhor não acha isso?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, a minha opinião seria muito modesta aqui para julgar uma questão dessa complexidade, tendo inclusive esta CPI já ouvido o próprio Advogado-Geral da União. O que eu posso lhe assegurar é que eu tenho visto um empenho pessoal da própria Sra. Ministra em buscar sensibilizar os órgãos do Governo para a importância de ação nessa questão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sr. Presidente... Embora eu ache, Dr. Manso, que o Governo está muito lento nessa problemática, por não ter conseguido até hoje, não ter tentado pelo menos, eu acho que está muito... Mas V.Sa. realmente está na sua posição de não querer entrar nessa seara. Por isso, dado o adiantado da hora, 11h da noite, eu, Sr. Presidente, me dou por satisfeito, neste momento, das perguntas que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Terminou, nobre Deputado?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Terminei, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Isso aí, nobre Deputado. Nobre Deputado Rogério Silva. E, depois, o último, André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Mas eu não era o último, não é, Sr. Presidente?

**(Não identificado)** – Eu gostaria de me reinscrever depois, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Já está reinscrito.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Sr. Presidente, na verdade, a questão da PETROBRAS... Seu Rogério Almeida Manso da Costa, o senhor está neste cargo hoje, de Diretor de Abastecimento da PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Eu não consegui entender. Quanto tempo o senhor está nesse cargo?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Um pouco mais de 2 anos. Alguns dias além de 2 anos — 1 dia e 1 mês, praticamente.



**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – O senhor está nesse cargo por carreira ou por indicação política?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu estou por nomeação do Conselho de Administração da PETROBRAS. Apesar de ser um funcionário de carreira da companhia. Mas é uma indicação do Conselho.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Eu tenho algumas perguntas aqui, porque eu não entendo muito bem dessa questão da PETROBRAS na importação, exportação de petróleo, exportação de gasolina, ou não. Nós temos auto-suficiência em produção de gasolina?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Nós exportamos gasolina?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – O Brasil exporta petróleo?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Que volume seria esse, mais ou menos? Ou o senhor teria só uma idéia?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Faixa de 250 mil barris por dia.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Nós exportamos por que esse petróleo?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Por quê?!

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – É, por quê?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Porque é mais econômico exportar esse petróleo, pelas características dele, e importar petróleo de características diferentes que compõem o perfil das refinarias.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Nós não temos refinarias para refinar nosso petróleo?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Temos, mas é mais econômico fazendo a troca do petróleo pesado pelo petróleo leve.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – E esse diferencial seria o que, entre o petróleo pesado e o petróleo leve?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Esse diferencial depende do petróleo de que a gente vai falar. Se a gente considerar, por exemplo, o petróleo que é exportado, o Marlim, contra um petróleo Brent ou... Vamos falar então de um petróleo que é importado aqui para o Brasil. É um petróleo nigeriano. O petróleo nigeriano leve, de uma maneira geral, teria uma diferença de cerca de 3 dólares e meio por barril, comparando origem contra origem.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Qual é mais caro?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – O petróleo leve é mais caro.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Qual é o volume de petróleo que a gente importa, aproximadamente, de Angola?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – De Angola? Quase nada, Deputado. Provavelmente alguma coisa abaixo de 20 mil barris/dia.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Mas é a PETROBRAS diretamente ou tem alguma construtora, alguma empresa que presta serviço lá em Angola, que recebe esse petróleo como pagamento e o vende para a PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Olha, Deputado, a PETROBRAS tem uma produção em Angola, que é consorciada com outras companhias. É o caso da Chevron com Texaco, não é? É um dos sócios. Eu não saberia dizer se hoje existe algum tipo de acordo em Angola, onde a PETROBRAS tenha acesso a petróleo que seja dado em pagamento por conta do serviço de alguma companhia.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Eu vou ser mais específico. Existe alguma empresa que negocia com o Governo angolano obras feitas em Angola, que recebe o pagamento em petróleo e que a PETROBRAS compra dessa empresa esse petróleo?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu não saberia dizer, Deputado. Houve uma obra em Angola, a Hidrelétrica de Capanda, feita por uma empresa brasileira, se eu estou correto. E é possível que, nesse acordo, em algum momento, a PETROBRAS tenha entrado, como já entrou em outras operações de Counter 3, no passado, adquirindo petróleo. O que eu não saberia dizer para o senhor é se hoje existe ainda algum resquício desse volume para ser



suprido. É possível que no passado tenha havido, sim, Deputado, mas eu não teria os dados aqui firmes. Posso lhe informar, se for de interesse...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Eu preciso desses dados.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – No Brasil, hoje, qual que é o maior cliente da PETROBRAS no tocante à Gasolina A?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Da Gasolina A, seria de se supor a BR Distribuidora.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Isso significa o quê, no total de vendas da Gasolina A no Brasil?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu suporia algo entre 25% e 30%.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – A BR Distribuidora, pelo que consta, é uma empresa também PETROBRAS. Mas ela, com administração, é independente?!

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – E ela coloca a PETROBRAS na parede com concorrência de preço na Gasolina A?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Desculpe: coloca a PETROBRAS na parede?!

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Na concorrência da Gasolina A.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Se o senhor puder...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Tendo...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – ...ser mais específico sobre o que significa colocar na parede...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Pedir um preço melhor, mais barato. Ou se existe no mercado alguma empresa vendendo Gasolina A mais barata do que a própria PETROBRAS. Nesse sentido, existe... Ela tem essa liberdade?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Tem.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – O senhor tem notícia de alguma negociação da BR Distribuidora deixando de comprar Gasolina A da PETROBRAS por questão de preço?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deixando de comprar... Mas foi de gasolina, não. Foi *diesel*. Eu não tenho... Francamente, não tenho recordação. Já houve uma época, Deputado. É possível. Tem uma de que eu me recordo: quando as Centrais Petroquímicas saíram para vender gasolina, eu tenho a impressão de que houve uma aquisição por parte da BR Distribuidora de gasolina de terceiros. Essa é a que eu consigo me recordar.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu queria dirigir a palavra agora ao Sr. Luiz Rodolfo Landim, que até agora ele não respondeu nada, não é Seu Luiz?! O senhor está no cargo há quanto tempo?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Desde o dia 1º de fevereiro desse ano.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Tem algumas perguntas da movimentação da BR Distribuidora antes dos 8 meses, 9 meses, que você está na BR. Como é que eu faria essas perguntas e, não satisfeito com as respostas, como é que seria a prática nesse sentido?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Sr. Deputado, se por acaso eu não puder responder agora, eu poderia pegar os dados e me comprometeria a encaminhar para esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas são dados aqui... Por exemplo, eu tenho alguns dados, e eu tenho uma dúvida tremenda. E outras pessoas estiveram aqui dando esclarecimentos, proprietários de empresas. Nós tomamos algumas decisões rígidas com essas pessoas. E, no caso da BR, caso a gente ache alguma coisa que a gente não concorde.... Houve algum desvio comercial? Como é que seria nossa atitude nesse sentido? Vou lhe dar um exemplo simples: no relatório da ANP, a Shell passa aqui uma grande parte do tempo, mês a mês, fornecendo Gasolina C para a BR Distribuidora, só que num volume muito pequeno, em 400 litros, em 100 litros, em 500 litros, em 800 litros, 900 litros. E, em outra posição, pegando de volta. Que tipo de operação é essa da BR Distribuidora com a Shell?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Olha, Deputado, com esses volumes tão pequenos, o que eu posso imaginar é o seguinte. Existem, vamos dizer assim, operações de base, uma série de bases em que são operadas em conjunto. Por exemplo, a BR Distribuidora tem algumas bases, e que, com objetivo de melhorar a eficiência da logística, ela cede espaço para outras distribuidoras, assim como



outras distribuidoras o fazem para a BR, também. Isso é com o objetivo de reduzir custos. Trabalham em *pool*. O que eu posso imaginar? Que isso possa ocorrer em termos de acertos de volumes. Ou seja, nós operamos durante um certo tempo; tem retirada de volumes para mais ou para menos, e por pequenos volumes possam ser feitos acertos no final de um mês ou no final de algum período. Mas, de fato, não existe, vamos dizer assim, relacionamento comercial de compra de Gasolina A entre a PETROBRAS e a Shell, porque não tem o menor sentido isso. A PETROBRAS Distribuidora, até por sua missão, tem como missão comercializar produtos da PETROBRAS, que é sua empresa mãe. Isso está estabelecido na própria missão da BR Distribuidora.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não existe uma margem de evaporação que é considerado na questão da estocagem do combustível?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Existe, vamos dizer assim, às vezes, pequenas variações de volume em função de temperatura, Deputado. Na verdade, nós compramos o produto numa certa temperatura e, às vezes, ele é estocado numa base, durante algum tempo, e ele pode sofrer variações de volume em função da temperatura ao longo do tempo, porque nós vendemos em diferentes temperaturas.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Se existe essa questão aceita, por que essa troca de documento com tão pequena quantidade?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Olha, eu teria até que apurar para verificar a razão dessa situação, porque, para lhe ser sincero, Deputado, isso é uma novidade para mim, que a PETROBRAS compre gasolina. Quer dizer, o senhor está falando em pequenos volumes, como esses assim, 500 litros, 100 litros. Esse é um volume até muito...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Insignificante.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - ... insignificante, comparado com o volume que nós comercializamos. Eu imagino que isso só possa ser, realmente, fruto de acerto de algum volume de operação em conjunto, de bases em conjunto, nossas.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O senhor conhece uma distribuidora com o nome de Satélite Distribuidora de Petróleo Ltda.?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Conheço, sim. É uma empresa que tem uma atuação mais forte no Nordeste do País.



**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O que levaria a PETROBRAS a comprar Gasolina A da Satélite Distribuidora de Petróleo?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - A PETROBRAS Distribuidora?!

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Exato.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Olha, Deputado: o senhor me perguntando assim, eu diria que nada. Eu não imagino a razão de nós comprarmos isso, a não ser que seja pelas condições que eu comentei com o senhor.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Nós temos aqui... Eu estou falando aqui, estou começando de lá atrás, e por isso que eu fiz a primeira pergunta. A Satélite vendendo para a PETROBRAS 220.000 litros de Gasolina A. Logo em seguida, vendendo mais 139.000 litros de Gasolina A. Isso aqui nós estamos falando nos meados de 1999, que eu puxei. O senhor conhece uma empresa por nome de Frannel Distribuidora de Petróleo Ltda.?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Para ser sincero, não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Pois é, a PETROBRAS comprou — a Distribuidora — 30.000 litros de Gasolina A, dessa Frannel Distribuidora de Petróleo Ltda., em maio de 1999... Aliás, junho de 1999. Volto aqui... Eu pensava que o álcool anidro era proibido de ser negociado entre as distribuidoras, e não é?!

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Bom, eu acho que, depois de uma certa... Se não me engano, durante algum... Eu acho que isso não é proibido, não. Que eu saiba, você pode... Pode, sim, comercializar entre distribuidoras. Sim.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Depois de uma portaria do ano passado para cá, eu acho, não é?!

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Isso. Depois de um certo tempo, a gente... isso já é possível.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas antes do ano passado, isso era proibido, não é?!

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Eu vou lhe ser sincero: eu não sei exatamente a partir de quando, não. Eu tenho dúvidas.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Porque a informação que a gente tem é de que o álcool anidro hidratado é vendido da usina diretamente à distribuidora.





**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Da usina, diretamente. Isso seria a forma natural de se fazer. Mas, eventualmente, existe... eu sei que existe comercialização entre distribuidoras, também.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Perfeito. Aqui, aparece aqui, já em agosto de 1999, a Satélite Distribuidora vendendo o álcool anidro para a PETROBRAS Distribuidora. Estranho que nesse período foi o período em que a PETROBRAS comprou muito álcool das distribuidoras.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Isso também me é estranho, eu vou lhe explicar por quê. Porque, pelas informações que eu tive... E aí eu volto a dizer, que foram das... Depois que eu cheguei na companhia é que eu procurei tomar conhecimento, vamos dizer assim, das coisas que ocorreram ano passado. Quer dizer, eu tive algumas apresentações. E, na verdade, o que se verificou é que, no ano de 1999, nós estávamos até com o estoque, no início do ano de 1999, com o estoque elevado de álcool. E durante muito tempo até nossas compras foram até menores do que as vendas, durante o ano de 1999, exatamente para, de certa forma, descarregar uma parte do volume alto de estoque que nós tínhamos na companhia.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O senhor conhece a Empresa Minas Oil Petróleo Ltda.?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Não. Eu peço desculpa ao Sr. Deputado. Na verdade, a BR Distribuidora tem...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não, não. Não será impossível de conhecê-la.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Dezesete mil clientes...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas esses nomes seriam...

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Porque essas operações... Aqui estamos na presença do Dr. Rogério. Essas empresas são concorrentes da PETROBRAS, vendendo Gasolina A para a PETROBRAS Distribuidora. Aparece aqui, em setembro de 1999, a Minas Oil Petróleo S/A vendendo 28.000 litros de Gasolina A para a PETROBRAS Distribuidora. E aqui aparece também, e esta todo o mundo conhece, a Esso Brasileira de Petróleo vendendo para a PETROBRAS



Distribuidora 219.000 litros de Gasolina A e 25.000 litros de álcool anidro. Outra, que é a Satélite, em outubro, vendendo 00.000 litros de álcool anidro para a PETROBRAS. Por incrível que pareça, eu vi aqui, um levantamento que eu fiz: a Ello Distribuidora de Combustível, que tem uma grande ligação de comercialização com a Satélite Distribuidora, aparece, em novembro de 1999, vendendo 50.000 litros de álcool anidro para a PETROBRAS. Logo em seguida, em novembro, aparece a Satélite vendendo 50.000 litros de Gasolina A e 121.000 litros de álcool anidro. E, lá em dezembro, aparece a Satélite Distribuidora vendendo para a PETROBRAS 3.000 de litros de Gasolina A e 120.000 litros de álcool anidro. Lá em janeiro de 2000, Sr. Rodolfo, vem a Ello Distribuidora vendendo para a PETROBRAS 90.000 litros de álcool anidro. Depois, vem a Satélite vendendo 90.000 litros, para a PETROBRAS, de álcool anidro. Depois, vem... E assim vai indo. Eu vou simplificar um pouco mais, para gente ir lá na ponta, ir embora, chegar aos volumes aqui. A Ello, voltando, vai ter negócios com a PETROBRAS, vendendo para a PETROBRAS. Satélite Distribuidora, em maio de 2000, vendendo 102.000 litros de Gasolina A e 50.000 litros de álcool anidro. Aqui vem uma empresa nova aparecendo: a Frannell Distribuidora de Petróleo. O senhor conhece?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Foi aquela que o senhor me perguntou.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Então, ela volta de novo aqui. Volta de novo a Ello, a Satélite... Vem a Esso, em julho de 2000, vendendo 200.000 litros de Gasolina A para a PETROBRAS Distribuidora. Eu vou passar rápido aqui, para a gente ver alguns volumes maiores. Eu vou indo aqui, porque eu tenho um questionamento ainda maior para questionar ao senhor. Em abril de 2001, a Esso aparece com um volume, vendendo para a PETROBRAS 400.000 litros de Gasolina A. Aí, quando chega maio de 2001, a Esso Brasileira de Petróleo aparece vendendo 1.200.000 litros de Gasolina A para a PETROBRAS Distribuidora. Eu vou passando aqui para não falar de coisa... Em agosto de 2001, aparece novamente a Esso vendendo para a PETROBRAS 310.000 litros de Gasolina A. Desse jeito, com essa concorrência, como é que vai ficar a PETROBRAS, que precisa de vender, tem excesso de gasolina e vendendo ainda essa gasolina para o exterior, sendo que a BR Distribuidora parece que não quer nem comprar mais gasolina da PETROBRAS? Aparece, em outubro, a Esso vendendo para a PETROBRAS Distribuidora 468.000



litros de Gasolina A e 312.000 litros de álcool anidro. A Esso aparece, já em novembro de novo, vendendo mais 468.000 litros de Gasolina A e 832.000 litros de álcool anidro. Aí, depois, volta a Satélite Distribuidora de novo, em dezembro de 2001: 355.000 litros de Gasolina A e 20.000 litros de álcool anidro. Depois, em fevereiro de 2002, aparece a Esso novamente vendendo para a PETROBRAS Distribuidora 1.200.000 de Gasolina A. Aí, aparece aqui um novo nome, de que eu acho que poderia o Sr. Rodolfo talvez se lembrar: DNP Distribuidora Nacional de Petróleo. O senhor a conhece?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Eu já ouvi falar dela sim.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Ela vendeu, em março de 2002, 500 mil litros de gasolina A para a PETROBRAS Distribuidora. A Satélite some um pouquinho desse relatório que está aqui, volta a aparecer com números pequenos. Aqui, por exemplo, em junho de 2002, ela aparece com 13 mil e 700 litros de gasolina A. Mas entra no contexto a DNP — Distribuidora Nacional de Petróleo, vendendo, em junho de 2002, mais 370 mil litros de gasolina A para a PETROBRAS Distribuidora. Eu estou fazendo essas perguntas, Sr. Rodolfo... E aqui aparece a Esso, já em outubro de 2002, vendendo para a PETROBRAS Distribuidora 200 mil litros de gasolina A e 110 mil litros de álcool anidro. Depois volta a DNP Distribuidora, 150 mil litros de gasolina A em outubro de 2002. A Esso volta em dezembro de 2002 vendendo 200 mil litros de gasolina A e 261 mil litros de álcool anidro. A DNP Distribuidora, janeiro de 2003, que já é na sua gestão.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Primeiro de Fevereiro, então, não é na sua gestão ainda. Está pertinho. Quatrocentos e oitenta e cinco mil litros de gasolina A e chega em fevereiro, a Satélite, com 100 mil litros de gasolina A. Aí vem: a DNP parou de concorrer com a PETROBRAS na gasolina A mas continuou vendendo para a PETROBRAS Distribuidora álcool anidro, 150 mil litros em março de 2003. Volta a DNP, em maio de 2003, vendendo para a Distribuidora 200 mil litros de álcool anidro. Aí vem aparecendo agora... Eu falei no início da Atem?

**(Não identificado)** - Não.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Apareceu a Atem vendendo 30 mil litros de álcool anidro para a PETROBRAS Distribuidora. Logo em seguida, é



estranho que aparece a Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo vendendo 30 mil litros de álcool anidro para a Atem, no mesmo mês, batendo a contabilidade. Depois aparece de novo aqui em julho a DNP com álcool anidro, mais 150 mil litros, e depois aparece em setembro, agora recente, a DNP vendendo 600 mil litros de gasolina A e 200 mil litros de álcool anidro. Assim, Sr. Rodolfo, eu fiz esse levantamento porque eu não consegui achar resposta para alguns quesitos que eu estava puxando. Eu gostaria da sua resposta, o senhor pode responder, os dados que a ANP tem...

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - A gente poderia...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu vou chegar aqui, porque nesse dado específico eu sei que você vai me explicar e que eu não vou conseguir entender o empréstimo de um produto, essa coisa toda, porque eu acho que a Distribuidora nesse ponto de vista vai ser difícil me convencer, porque alguém já tentou me convencer. Mas eu quero te passar aqui uma pergunta importante: Os dados que a ANP tem da PETROBRAS Distribuidora são reais ou não são reais?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - As informações que nós passamos para a ANP, nós passamos informações, imagino que sempre reais, claro.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - A minha assessoria me fez este parecer aqui na minha mão dizendo o seguinte: Sr. Deputado, estamos temerosos dos resultados deste trabalho, que podem ser rechaçados ou contestados a qualquer momento pela insegurança das informações recebidas para uma apuração real, consistente e fidedigna dos movimentos das distribuidoras, podendo colocar em cheque até as suas observações na Comissão, pois todas apresentam diferença de saltos, para mais ou para menos, depois de tantos dados e informações esquisitas que recebemos da ANP. E como não sabemos o porquê das incongruências, damos a seguinte sugestão: requerer da ANP que ela providencie movimento quantitativo por distribuidora, elaborar uma lista selecionada por mim, pelo Deputado, porque é impossível pedir de todas com exíguo tempo, com detalhamento por álcool hidratado e derivado de petróleo ano a ano, sendo que, no caso da gasolina, pedir para englobarmos cálculos do álcool anidro. Resultado da mistura de gasolina com álcool demonstrando a seguinte ordem: ano, estoque inicial, aquisição, venda, resultado das operações entre congêneres, estoque final e diferença. Ainda pedir que ela



explique o porquê de cada diferença e da atribuição da agência, o oferecimento de dados consistentes, fidedignos e de fácil entendimento e assimilação pelos membros da CPI, o que não está acontecendo. Podemos justificar o pedido relacionando os arquivos que recebemos até agora, os que faltarem ou que tiverem que cobrar, ou que não passaram com correção, outros até em duplicidade. Falando isso, Seu Rodolfo, eu puxo aqui o levantamento das informações que a ANP nos passou. Em 99, o estoque inicial, somado gasolina A, álcool anidro e gasolina C: 230 milhões de litros. Aquisição de gasolina A: 3 milhões, 274 mil e 561, fechado o ano todo. Aquisição de álcool anidro: 1 bilhão, 15 milhões e 835 mil. Total da venda declarada pelas distribuidoras: 4 bilhões, 756 milhões, 157.5 mil. Congêneres: 3.074 milhões. Estoque final: 594 milhões, 947. Deduzindo isso, dentro do que a ANP passou para a CPI, a BR Distribuidora vendeu, no ano de 99, sem ter comprovação de compra, 832 milhões de litros de gasolina. Ano de 2000, somado à inicial gasolina A, álcool anidro e gasolina C, começando com a declaração do estoque final de 99: 594 milhões, começando. Aquisição: 2 bilhões, 668 milhões de litros de gasolina A; álcool anidro: 978 milhões de litros de gasolina A; álcool anidro: 978 milhões de litros. Venda: 4 bilhões, 177 mil; congêneres: 224 mil; estoque final: 290. Informações da ANP somados o álcool anidro, gasolina A e gasolina C. Uma diferença vendida a mais de 224 milhões dentro desse patamar. Ano de 2001. Estoque inicial: 290 milhões, 2 bilhões e 10 de aquisição de gasolina A, 776 milhões de aquisição de álcool anidro; venda: 4 bilhões, 397 milhões; congêneres: 1 milhão, 227 negativos. Estoque final: 376 milhões. Diferença, sem relatório de informação de compra de 1 bilhão, 697 milhões, 476 mil litros de combustível, gasolina A. Em 2002. Estoque inicial: 376 milhões e 137. Aquisição de gasolina A: 2 bilhões, 786 milhões; álcool anidro, 947 milhões; venda, 4 milhões, 855 milhões; congêneres, 5 milhões e 284 negativo. Estoque final: 518 milhões. Uma diferença, vendendo a mais, 1 bilhão, 270 milhões de litros. De 2003 até ao mês de julho, me parece, estoque inicial de 518, declarado no final de 2003, e assim é a seqüência; uma aquisição de gasolina, 1 bilhão e 715 milhões; de álcool anidro, 480 milhões; venda, 2 bilhões 544; congêneres, negativo, 21 milhões, estoque final até o mês de julho, me parece, julho ou agosto, 333 milhões. Já tem uma diferença, esse ano, de 185 milhões. Quando eu apresentei essa diferença para a ANP, ela me falou que a diferença



estaria nos congêneres. Quando fiz o levantamento do congêneres, eles — mostrei para quem estava aqui — me falaram que teria o não-congêneres. Aí, me apresentaram o não-congêneres de 99 até agora: que a PETROBRAS comprou, no ano de 1999, 1 bilhão e 800 milhões de gasolina C, a gasolina já misturada com álcool anidro. E a diferença aumenta ainda mais. Eu lhe faço a pergunta: a PETROBRAS Distribuidora compra gasolina C por quê? Eu lhe faço outra pergunta: os dados da ANP recebidos pela distribuidora são verdadeiros ou as informações são falsas? Ou o senhor concorda que existe um rombo dentro da BR Distribuidora que precisa ser investigado? Por hora, é só, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** – Sr. Presidente, vou pedir para o Ivan Sérgio Pacheco. Ele é responsável pela área de logística da companhia para tentar responder, vamos dizer assim, a primeira parte das perguntas que foram feitas, que, na verdade, foram uma série de pequenos volumes, quer dizer, pequenos se comparados, vamos dizer assim, ao volume total que a BR Distribuidora movimenta. Mas seria interessante que ele comentasse aqui que volumes são esses.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pediria que o depoente se apresentasse e logo após fizesse o juramento.

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Bom, como já foi dito, meu nome é Ivan Sérgio Pacheco. Fiquei na Gerência de Logística por algum período e agora estou na Gerência de Operações. Prezado Deputado, o que tenho a dizer é o seguinte — eu posso lhe garantir, isso vocês podem verificar, esta Casa pode verificar, os demais Deputados e esta Comissão: a PETROBRAS Distribuidora não compra nem álcool anidro de nenhuma distribuidora nem compra gasolina A de nenhuma outra distribuidora. Nós compramos gasolina A da Petróleo Brasileiro. Tivemos por um período uma compra, mas em volumes pequenos, da PQU, gasolina A, e essa fonte aí talvez seja até da ANP. Agora, o que ocorre? Todas essas distribuidoras que o senhor citou, como Satélite, DNP e algumas outras, elas possuem, são distribuidoras regionais, onde elas recebem produto da Petróleo Brasileiro por intermédio das bases da PETROBRAS Distribuidora; DNP, no Norte; Satélite, no Nordeste, que foram as mais citadas aí. E o que ocorre? Esses volumes, quando as distribuidoras adquirem o produto junto à Petróleo Brasileiro, são



armazenados nas bases da PETROBRAS Distribuidora. Então, na realidade, essa suposta venda que foi dita à PETROBRAS Distribuidora de álcool anidro e gasolina A por essas distribuidoras, na realidade, são devoluções de armazenagem. Então, isso aí é um outro tipo de faturamento que não representa venda para PETROBRAS Distribuidora. Isso aí é uma parte contábil dos volumes que essas distribuidoras colocaram sob a gestão e administração da PETROBRAS Distribuidora. Não existe essa venda. O senhor não vai conseguir nenhuma nota fiscal de nenhuma dessas distribuidoras, nota fiscal de venda para PETROBRAS Distribuidora. Isso não existe.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Só uma questão. Você está falando no caso da gasolina A?

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Tanto gasolina A...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Como álcool anidro.

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – ... quanto álcool anidro. E gasolina C, muito menos. A PETROBRAS Distribuidora não compra muito menos gasolina C. Alguma coisa está errada nesse tipo de informação de que a gente pode até verificar qual o erro. Mas esta Casa está a cavaleiro para verificar junto a qualquer uma dessas distribuidoras citadas, tanto Esso, DNP, Satélite, sobre alguma venda de derivado de petróleo feita para PETROBRAS Distribuidora. Isso não existe, Deputado. Posso-lhe garantir.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Então, o senhor quer-me dizer que esses dados que a ANP passou para a CPI são dados falsos?

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Não, não são falsos. Isso daí é uma operação de devolução de armazenagem que, por algum motivo, no código dessa operação, entrou erroneamente como se fosse venda. Pode estar até distorcendo esses números no cômputo geral de aquisição da PETROBRAS Distribuidora. Todas essas devoluções de produtos armazenados em nossas unidades estão entrando como aquisição da PETROBRAS Distribuidora, o que não é verdade.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Porque o volume para a BR Distribuidora é pequeno também, não é verdade?

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – É muito pequeno, mas essas distribuidoras movimentam pequenos volumes.



**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Exato. Eu não tenho o nome da distribuidora aqui. Mas eu vou falar então de abril de 99, 284 milhões de litros de gasolina C. Onde tem esse depósito? Junho, 294 milhões; agosto, 276 milhões; setembro, novembro, 263 milhões; dezembro, 223 milhões.

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Isso é movimentação anual, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Não, mensal.

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Alguma coisa está distorcida, porque, por exemplo, a Satélite opera em todas as nossas bases no Nordeste; a DNP, como o senhor disse, opera em todas as nossas bases do Norte. Quer dizer, a soma desses volumes em todas essas unidades estou achando até demais. Mas alguma distorção existe nessa fonte, nesse dado. Alguma coisa está acontecendo que a gente não sabe neste momento responder. Agora, lhe garanto, Deputado, que a PETROBRAS Distribuidora não faz aquisição nem de gasolina A, nem de álcool anidro e nem de gasolina C, de nenhuma outra distribuidora que atua no mercado. Isso aí eu lhe garanto.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Essa movimentação de 1 bilhão e 816 milhões de gasolina C, não é litro. É 1 bilhão e 800 milhões de litros. De onde saiu essa informação? A ANP tirou-a do vento?

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Não sei lhe dizer. Aí, teria que verificar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – Naqueles volumes pequenos, você citou um que qualquer membro da CPI vai entender. Agora, estou falando é de 1 bilhão e 800 milhões de litros. Não é de 100 mil litros, não é de 200.

**O SR. IVAN SÉRGIO PACHECO** – Alguma coisa está acontecendo. Agora, eu lhe garanto que a PETROBRAS Distribuidora não faz aquisição de outra distribuidora, nem de gasolina C, nem de álcool anidro, nem de gasolina A. Os senhores não vão encontrar nenhuma nota de venda de nenhuma dessas distribuidoras, uma nota fiscal de venda, para a PETROBRAS Distribuidora. Isso não existe. O que vai existir são notas fiscais de devolução de armazenagem. Isso, sim. Isso é correto. Isso os senhores vão encontrar.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** – Mas eu acho que tem a segunda parte da sua pergunta também, Deputado. Nós soubemos de seu requerimento de





informações para a Agência Nacional de Petróleo e, como o senhor comentou, mesmo não sendo do meu período, do meu mandato, vamos dizer assim, à frente da BR Distribuidora, nós procuramos, vamos dizer assim, tentar identificar a razão das diferenças de volume em função das informações que foram passadas para o senhor. Realmente, houve... E eu estou somando aqui rapidamente os números que o senhor passou, das diferenças do volume de litros de gasolina, e o volume de gasolina vendida está mais ou menos batendo, em ordem de grandeza, com o que seria o volume de gasolina A mais álcool, e eu vou tentar explicar para o senhor o que ocorreu. Basicamente, é o seguinte. Isso foi, vamos dizer assim, após uma análise exaustiva do nosso pessoal técnico, que ficou mergulhado nessas informações desde que eu passei para eles, sexta-feira, até hoje. Eles me passaram isso por *fax* agora à tarde, quando eu estava vindo para cá. Basicamente, o que ocorreu foi o seguinte, Deputado: A PETROBRAS Distribuidora compra da PETROBRAS o produto e, quando ela retira esses produtos, quer dizer, para efeito... É considerado compra quando ela retira esses produtos da refinaria. Onde tem o CNPJ de uma refinaria é porque isso está cadastrado lá na PETROBRAS, está certo? E essas informações são colocadas numa coisa chamada Demonstrativo de Controle de Produtos, o DCP, que é um informativo que a gente passa para a Agência Nacional do Petróleo. Ocorre que algumas compras que a PETROBRAS Distribuidora faz da PETROBRAS — e não é só a PETROBRAS Distribuidora, as demais distribuidoras também —, elas se dão em alguns escritórios. Por exemplo, quando, lá em São Paulo, sai para cabotagem, ela sai com o CNPJ do escritório lá, e aqui, por exemplo, em Brasília, ela sai com um CNPJ diferente de uma refinaria. E, como isso não é uma refinaria, pelo que eu fui informado, para ficar compatível com o cadastro que existe na Agência Nacional do Petróleo, ele deveria ter o CNPJ ou de uma refinaria ou, no caso de uma usina, ter o CNPJ, no caso de álcool, de uma usina. Então, o que ocorre é o seguinte: a PETROBRAS Distribuidora tem o interesse de informar corretamente a Agência Nacional do Petróleo, só que ela não podia lançar como compra, porque, na coluna compra, que é uma coluna que tem um código lá, que é o código...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – O senhor está falando de álcool anidro?



**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Não, estou falando de tudo, estou falando de gasolina. A princípio, começando por gasolina. Quando a gente fala compra da PETROBRAS, só é considerado compra aquilo que saiu das refinarias e não foi faturado pela PETROBRAS nesses outros escritórios, como, por exemplo, aqui em Brasília, para o atendimento de toda essa região. Então, a gente tinha que informar para a Agência Nacional do Petróleo, e essa informação era dada para a Agência Nacional do Petróleo considerando exatamente aquele código de que o senhor foi informado, chamado de transferência de não congêneres. No momento em que você pega esse somatório desses dados de transferência de não congêneres, ao longo de todos esses anos que o senhor comentou aqui, de 1999 até o ano de 2003, que o senhor comentou, chega a um volume de algo... O pessoal acabou de me passar aqui à tarde, de... Um segundo, por favor. São 3 milhões, 387 mil metros cúbicos. Então, o senhor estava falando em algo como 4 milhões de metros cúbicos, não é isso?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** – O senhor está falando de qual ano?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Eu estou falando de 1999, acumulado de 1999 até 2003. Se o senhor adicionasse ao que foi informado para o senhor como compra, o que é chamado de transferência de não congêneres, que, na verdade, é uma compra também da PETROBRAS, só que de áreas onde a PETROBRAS tem um CNPJ que não é de uma refinaria e que, portanto, a Agência Nacional do Petróleo não aceitou colocar na coluna de compra, nós teríamos volumes bem próximos. Eu não tive tempo de somar tudo isso que o senhor está falando aqui, com os volumes dos... olhando aqui, cerca de 3 milhões e tanto, 4 milhões de metros cúbicos de volume, que, mais ou menos, bate, se a gente adicionar álcool anidro a isso aí, a esse volume que teria que ser misturado de álcool anidro.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Então, o senhor quer dizer para mim que existe mais uma informação dos não congêneres?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Não, o que eu estou tentando dizer para o senhor é que talvez as informações que a Agência Nacional do Petróleo tenha passado para o senhor, talvez elas não estejam completas. Elas deveriam adicionar ao volume de compra que a Agência Nacional do Petróleo, que ela repassou as informações para nós também, nós solicitamos a informação repassada para o



senhor, também aquelas que seriam classificadas na Conta 1503, que são as de transferência de não-congêneres, que nada mais são do que compras também da PETROBRAS, só que nós não fazemos compras de refinarias, compramos de outros estabelecimentos fiscais da PETROBRAS. E aí os volumes batem.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E o senhor tem certeza de que os volumes batem?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Eu estou olhando, certeza... eu estou olhando, assim, em ordem de grandeza, pelo que o senhor está me falando. O senhor falou o seguinte: 4 milhões de metros cúbicos. Eu vou dizer para o senhor: é uma volume muito grande, realmente. E quando eu sou aqui e vejo que tem 3 milhões e 300 de transferência de não congêneres, somando ao percentual de álcool anidro, que teria que ser adicionado a essa gasolina para nossa venda, e batendo com as informações que me passaram da minha equipe técnica hoje, no final da tarde, dizendo que o grande problema teria sido isso, eu acho que cabe uma análise mais aprofundada, mas eu acho que está aí a grande explicação do problema que o senhor levantou.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não está, Sr. Rodolfo, não está tendo a explicação e a gente tem que ter uma paciência, porque eu fiz alguns levantamentos aqui. O senhor pegou aí 3 milhões e coisa e tal, aí tem que arrumar de algum lugar, mais o tricongêneres, para entrar mais álcool anidro para fazer os 4 bilhões?

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Não, não. É porque eu estou falando para o senhor, de 3 milhões e 300 mil metro cúbicos, é um volume de gasolina A. O que eu estou falando para o senhor é uma variação do volume de gasolina A.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas não bate a conta. E tem um bilhão...

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Não, eu quero dizer o seguinte: é que a gasolina A..

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ..um bilhão e 800 milhões de gasolina C aqui também.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - ... a gente adiciona álcool.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Nós compramos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas o álcool já está comprado.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Sim, é porque no volume que ele está falando é o volume já de vendas de gasolina C.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas eu acho então, S. Rodolfo, eu vou...

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Agora, com relação ao álcool, eu gostaria de complementar a informação também. As pessoas que ficaram trabalhando em cima dessas informações também me informaram o seguinte: não, lá na BR Distribuidora ninguém adiciona nada; ninguém adiciona álcool, água, nada.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Rodolfo, só um minutinho...

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Agora deixa eu comentar só mais informação para o senhor aqui, é importante.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu sei que é importante, mas esses dados aqui são mais importantes ainda, porque os companheiros estão impacientes aqui. Eu só quero registrar que aqui nós temos o problema do álcool anidro, gasolina A, gasolina C.

**O SR. LUIZ RODOLFO LANDIM** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Em 1999, óleo *diesel*: diferença, 689 milhões; 2000, 670 milhões; 2001, 3 bilhões e 400 milhões; 2002, 1 bilhão e 700 milhões; 2003, 499 milhões. Álcool hidratado: 1999, 314 milhões; 2000, 65 milhões; 2001, 36 milhões; 2002, 39 milhões; 2003, 45 milhões. Só para acrescentar, porque os companheiros querem conversar e, no final, quero fazer minhas considerações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pode fazer logo, nobre Deputado, não precisa...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Deixa os companheiros interpelarem, porque o assunto é longo ..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Desculpa, nobre Deputado, se o senhor quiser pode fazer logo. (*Pausa.*) Depois? Tem tempo ainda. Está legal, então vamos embora.



*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Um pouquinho gordinho, não é, Deputado? Meia-noite, eu posso brincar, pelo amor de Deus! Nobre Deputada Rose, graças a Deus que saiu lá daquele hospital em que estava. E eu estava aqui com o coração pedindo a alguém para ver a nobre Deputada. Então, com a palavra a nobre Deputada Rose, autora do requerimento.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação a V.Exa. Há coisas cabidas e descabidas. Estou aqui sentada ouvindo, todos nós na mesma condição de trabalho, e eu preparei um roteiro de perguntas e eu quero ponderar a V.Exa. o seguinte: eu acho humanamente impossível, eu não tenho nenhum problema de trabalhar até às 4, 5 horas da manhã, só que hoje nós estamos trabalhando desde as 8 horas da manhã, está certo? E eu considero que por mais importante que seja a agilidade desta Comissão, eu considero também a produtividade da Comissão. Eu não estou concordando, V.Exa. sabe, não estou concordando. E estou apresentando a este Plenário um requerimento de prorrogação destes depoimentos. São importantes. O trabalho que o Deputado Eduardo Cunha apresentou, o trabalho do Eduardo Gomes, que aqui não está, e de outros Parlamentares, estes depoimentos do Dr. Rogério Manso e do Dr. Landim são extremamente importantes. Eu nem sabia que o Dr. Landim vinha depor, mas considero que seja importante, vai esclarecer muitas coisas. Quero ponderar a V.Exa. que eu não ficarei... Tenho uma hora para falar aqui, quero falar 1 hora, me preparei para isso. Agora, quero ponderar que eu, particularmente, não tenho condições físicas. Já saí, fui a um posto médico, etc., etc., porque nós estamos nesta maratona de reuniões, levando Comissões para os Estados e trabalhando em outras. Não é possível, o senhor me desculpe, não é possível. V.Exa. está muito satisfeito. Com certeza, lanchou e tomou o Ginseng, com certeza, e está com o pique todo. Nós não estamos. É contraproducente continuar a fazer essas reuniões desta maneira. Está certo? E eu vou requerer a V.Exa., já pedi que fosse feito por escrito, que V.Exa. prorrogue esta sessão, para maior produção dos trabalhos desta CPI. Não é? Por mais que estejamos aqui um pouco a vontade, o Deputado Zica já estava dormindo ali na cadeira.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Estava dormindo, não. Eu estava recostado.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Recostado, dormindo. (*Risos.*) Então, não é possível. Então, eu queria que V.Exa. levasse muito a sério o que estou falando, porque isso é importante.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Eu creio que, para amanhã, fica difícil, até porque nós estamos em missão especial para outros Estados, com missão. A Deputada não estava aqui presente. Eu acho que seria importante nós terminarmos hoje, não é, essa oitiva, porque, amanhã, não vai ter condições, a maioria dos Deputados está empenhada em missões e não estará aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só para ajudarmos. Existe um requerimento verbal, mas está sendo inscrito e vai vir a Mesa, e nós vamos passar à votação.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Não, Sr. Presidente, é uma questão de ordem lógica, Deputado André.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Só se marcarmos um outro dia, então.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Veja bem, eu considero, inclusive, que os depoimentos que foram prestados estão aquém dos depoimentos necessários a serem prestados à Comissão. Desculpem a sinceridade. Vimos que, por motivo de trabalho, atabalhoamento, cunho de responsabilidade, como todos temos, mas todos recorreram aqui aos seus assessores, colocaram, muitas perguntas ficaram aquém aos esclarecimentos desejados. Então, eu gostaria realmente de aprofundar, marcar outro dia, mas prorrogar. Não haveria necessidade de outro convite, uma prorrogação para melhor produtividade desta Comissão. São depoimentos importantes, eu torno a reiterar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, o que a Deputada Rose está propondo é impossível. Porque prorrogar... Ela está querendo



suspender para outro dia começar, porque, amanhã, nós temos uma pauta específica já arrumada. Na quinta-feira, do mesmo jeito; na próxima semana, estamos também, todo os dias, praticamente com a pauta definida. Então, eu acho que — desculpe-me, Deputada Rose — esta é a grande oportunidade que temos de concluir com a PETROBRAS Distribuidora. Se nós formos... A não ser que esta CPI seja prorrogada, que não é o caso, entendeu? Porque nós não temos mais dias para tentar, e também temos que adequar a nossa agenda à agenda da PETROBRAS Distribuidora e do Dr. Manso. Eu acho realmente que seria difícil arrumar a coisa. Peço à Deputada Rose que faça um esforço sobre-humano para fazer as observações dela e a gente acabe com esta oitiva de hoje à noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Em votação.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não. Existe um requerimento verbal da nobre Deputada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Dois requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dois.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Eu quero ponderar ao Deputado José Carlos, de quem ouço com muita satisfação todas as ponderações que são apresentadas a esta Casa. A agenda está realmente lotada. Eu li a agenda, mas nós temos tido um Plenário um pouco esvaziado, porque o Governo não conseguiu acordar as matérias em votação. Então, nós temos dias. Nós temos quinta-feira, nós temos a semana que vem.

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Pois é, mas com certeza nós encontraremos uma forma. Agora, Deputado, não sou de luxo, V.Exa. me conhece, mas eu não considero satisfatório continuar os depoimentos desta maneira que nós estamos fazendo.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos colocar em votação o requerimento da nobre Deputada Rose no sentido de suspendermos agora esta reunião e prorrogamos para outra data possível de fazer uma nova audiência e do Deputado Carlos Araújo no sentido de que devemos ir até o final desta audiência.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu teria uma proposta intermediária. Minha proposta seria que se prorrogasse, mas mantivesse a sessão, para quem quiser estar presente indagar. Era uma forma de... que se prorrogasse, para atender a necessidade até de Parlamentares que não estão presentes aqui e que teriam muito a contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu não entendi, nobre Deputado. Desculpe, mas depois de uma hora dessa...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Faríamos a prorrogação, para marcar a continuidade da oitiva, mas sem encerrar a sessão agora, porque, inclusive, há Parlamentares que aqui não estão presentes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Nós não estamos falando em prorrogação, estamos falando em encerrar esta sessão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A nobre Deputada Rose pediu a prorrogação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas não existe essa prorrogação.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Deputado, existe. Deputado, a prorrogação de um convite, subentende-se que possa ocorrer uma segunda etapa de depoimentos em outro determinado momento. Isso é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. Eu só faço uma ponderação... Eu aqui não posso fazer ponderação nenhuma, quem decide é o Plenário. Então, vamos lá.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ponderação V.Exa. pode fazer, V.Exa. não pode é decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, eu não estou... depois de meia-noite, meu amigo...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Seria intermediário: quem quisesse continuar, continuava; quem quisesse que prorrogasse, para atender não só a Deputada Rose, como outros Parlamentares que aqui não estão presentes...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Já está faltando alguém a este horário, quanto mais se prorrogar; vai mais da metade embora.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eduardo Cunha, o nobre Deputado poderia retirar a sua proposta, porque acho que só vai ter um único apoio, para ajudar...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Uma questão de ordem, para compreensão.

**(Não identificado)** - Será honroso.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - A Deputada Rose apresentou um requerimento para que esta sessão...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu estou retirando o meu requerimento.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ... não fosse encerrada e para que amanhã continuasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, ela não faz a proposta para amanhã, mas para outro dia. Não tem...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não, para outro dia não tem condições. Ela tem condições de continuar amanhã.

*(Intervenções inaudíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Não, é regimental.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Os depoentes podem ser reconvocados, não há nenhum problema.

**(Não identificado)** - Mas tem que continuar amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Olha só, orientação do Jurídico. Jurídico, não. Qual é? Meia-noite, tudo bem. A nobre assessora jurídica, a Dra. Márcia, acaba de informar: se for prorrogada a sessão, nós não poderemos começar nada amanhã se não for com a mesma sessão.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Exatamente, é esse o meu entendimento, Presidente. Não pode marcar, não. Tem que continuar com esta. Não pode abrir outra sem continuar esta.

**(Não identificado)** - Encerra esta e marca outra.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não é encerrar.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Então, pode encerrar e iniciar outra.



**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, 2 minutinhos, que eu vou conversar com a assessoria jurídica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está bom.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Acho que é uma questão de Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está bom. A nobre Deputada Rose...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu só espero que nós não discutamos umas 2 horas essa idéia.

**(Não identificado)** - Quantas horas mais vai demorar?

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, vai continuando, enquanto discute.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Continua, não é? André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Vou fazer apenas 3 perguntas. Queria indagar ao Dr. Rogério Manso qual foi a providência tomada pela PETROBRAS contra a Esso, que se beneficiou de uma liminar de PIS e CONFINS na ordem de 1 bilhão e 800 milhões, prejudicando os cofres públicos. A outra: por que a gasolina que vai para o exterior, para exportação, é mais barata do que no mercado interno? E gostaria de saber se a ANP faz fiscalização rigorosa nas operações de exportação da PETROBRAS em gasolina e solvente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu preferia que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quer que responda?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Desculpa, desculpa, tem toda a razão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Presidente. Sabendo-se que essa liminar perdurou por 3 anos e 6 meses e que a Advocacia da União perdeu o prazo também.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - O período eu quero saber também, então, fica a pergunta: qual foi o período, não é isso?



*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Até 98? Não, 99.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Não, não foi derrubado, não. A Advocacia da União perdeu o prazo. Eles ganharam.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Ah! Sim, sim.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sr. Deputado, sobre essa pergunta eu, francamente, não tenho muitos detalhes. Como eu já tive oportunidade de dizer, não só na apresentação de hoje como na apresentação que fiz em junho, quando estive aqui, essa questão das liminares tem sido uma preocupação crescente da PETROBRAS. Então, ela tem agido com todas as companhias com cada vez mais rigor para evitar que a situação se perpetue. A situação da Esso, ao que me consta, é uma situação antiga. Eu não consigo me recordar, pelo menos nos 2 anos que foi o período em que a gente intensificou as ações, talvez até mais de 2 anos, onde a gente intensificou mais as nossas ações, eu não consigo me lembrar que a Esso tenha tido nenhuma liminar contra a PETROBRAS. Foi o período onde a gente passou a ser muito mais incisivo. Houve uma época, logo no início desse processo, em que o entendimento da PETROBRAS era que essa era uma questão de responsabilidade da União, da Receita Federal de agir sobre essa questão. Então, a ação da PETROBRAS foi limitada naquela época, possivelmente conhecida como a época em que a Esso tinha esse vigor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Eu pergunto ao senhor se hoje a PETROBRAS toma providência nas questões das liminares.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, senhor. Bom, a segunda explicação. Por que a gasolina que é vendida para o exterior é mais barata? Às vezes é mais barata, às vezes é mais cara, porque o preço no Brasil tem ficado fixo e o preço no exterior varia dia a dia, praticamente minuto a minuto. É importante destacar que a gasolina... Estou falando no preço de venda da PETROBRAS, sem imposto, está certo? Obviamente, quando colocamos o imposto, compara o nosso preço de exportação, a gente não exposta imposto, certo? Ninguém consegue exportar e nem incide na CIDE, COFINS e uma série de



impostos. Evidentemente, com a colocação de imposto a gasolina aqui fica mais cara do que a gasolina exportada pela PETROBRAS. Não necessariamente do que a gasolina vendida lá fora, porque, por exemplo, a Europa tem uma carga tributária maior do que o Brasil e os Estados Unidos têm uma carga tributária menor do que a do Brasil. Então, a gasolina brasileira, teve a oportunidade de mostrar e tenho até a apresentação aqui que eu fiz da última vez, em algum lugar eu tenho ela, que a gasolina no Brasil fica num estágio intermediário... *(Pausa.)* Posso mostrar posteriormente. Mas ela fica, na questão de venda ao consumidor, num preço intermediário entre quem tem uma tarifação mais alta, que é a Europa, e quem tem uma tarifação mais baixa, que são os Estados Unidos. Quando se compara os preços refinaria, os preços refinaria ficam muito alinhados: Brasil, Europa, os países que são mercados abertos e que têm informação mais disponível. Se a ANP faz fiscalização da gasolina exportada. Eu entendo que todo combustível movimentado no País, seja para exportação ou seja para venda ao consumidor, está sujeito à fiscalização da ANP. Certamente é reportada à ANP como, no caso das exportações, reportada também à Secretaria da Receita Federal através do sistema SISCOMEX.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - A ANP já fez algum auto de infração à PETROBRAS?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Contra a PETROBRAS? Desconheço, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, só para colaborar com o Deputado André Luiz. A decisão da Esso, o processo começou em 1992, durou seis anos, até dezembro de 1998, quando houve uma decisão no mandado de segurança reconhecendo a imunidade conferida para recolhimento da COFINS. Desobrigou a Esso de recolher a COFINS, foi um prejuízo de bilhões de reais, e transitou em julgado, porque a União perdeu prazo e ainda fez acordo com a Esso para o pagamento dos vincendos. E durante esse período, pelo que me consta, a PETROBRAS continuou fornecendo e continuou dando crédito. Claro que nesse caso não foi na gestão de V.Sa. Só para registrar ao nobre Deputado André Luiz. Mas o complemento que queria fazer era o seguinte: em primeiro lugar, Dr. Manso,



há o estabelecimento, em praticamente todos os contratos, de um preço uniforme sobre aquela parcela adicional que eu acabei debatendo naquele momento. E quase todos eles têm um preço único de 15 reais por metro cúbico na gasolina, com exceção de única empresa que, pelo que ouvi aqui rapidamente, chama-se American Oil Distribuidora de Petróleo, que é 4 reais. Queria saber por que a American Oil tem esse privilégio da PETROBRAS de ter um preço menor de um adicional da gasolina vendida.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JUNIOR** – Nobre Deputado, francamente desconheço qualquer privilégio com relação a preço para qualquer distribuidora no que tange a adicional ou até compensação financeira por volume não retirado. De fato, desconheço.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Então, o senhor está aprendendo a conhecer agora o privilégio da American Oil em detrimento das outras no estabelecimento do preço do adicional. Estou lhe apresentando agora a diferença de 4 reais para 15 reais.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JUNIOR** – Desconheço essa diferença, esses volumes de... os valores para adicionais, eles são valores variáveis, eles podem ser alterados mensalmente e eles são aplicados para todas as companhias. Francamente, desconheço qualquer privilégio para qualquer distribuidora.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Então, o senhor está aí para responder para esta Comissão o privilégio da American Oil. A minha segunda pergunta, para o Dr. Rogério Manso, é com relação aos descontos pelos volumes concedidos. Como os volumes são estabelecidos por uma decisão comercial da PETROBRAS e como os descontos aumentam por volumes, a gente pressupõe que esses descontos acabam beneficiando aqueles que a decisão da PETROBRAS é de conceder maiores volumes. Eu perguntaria: por que esse critério, já que acaba beneficiando notoriamente as empresas ligadas ao SINDICOM?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Acho que essa pergunta já foi esclarecida, mas terei todo o prazer em comentar, foi levantada na reunião passada, de junho. E o que nós comentamos é que os descontos se aplicam para qualquer empresa que atinge aquele volume.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não, não é que atinge aquele volume que ...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - O desconto não é dado para nenhuma empresa, é dado para o volume.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não, é dado para o volume, mas quando o senhor — o senhor, quando eu digo, é a sua diretoria, mas vou personalizar — concede, determina o volume de cada empresa, o senhor também, conseqüentemente, está determinando o desconto.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Os volumes são negociados, Deputado, já tivemos oportunidade de esclarecer isso aqui.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não, eles não são negociados, eles são concedidos, a negociação é unilateral. Até mesmo nas parcelas adicionais também é unilateral e sem critério.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – De forma nenhuma. Deputado, queria deixar claro que os contratos são negociados intensamente, são processos que duram semanas de negociação da PETROBRAS com as companhias.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Bom, eu quero deixar claro aqui que os descontos beneficiam única e exclusivamente as empresas ligadas ao SINDICOM, porque são atrelados os maiores descontos aos volumes que não são atingidos pelas empresas que têm volumes menores, não porque elas não queiram comprar, porque a PETROBRAS não vende.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu gostaria de deixar claro, então, que além das empresas ligadas ao SINDICOM existe um número significativo de empresas que se beneficiam de desconto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não existe. A própria PETROSUL se beneficiou do desconto como outras, porque teve volume de 45 milhões, o que deu 0,20 centavos por metro cúbico de desconto, mas quanto atingiu um volume maior ele iria a 0,30 centavos. Por falar nisso, nós ...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Muitas outras companhias também, Deputado, além da PETROSUL, que o senhor está citando.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Com volume de 45 milhões, para atendimento, tem mais 2 ou 3 somente que não são do SINDICOM.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, mas existem descontos para companhias com outros volumes também.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – É, o desconto é insignificante. O desconto relevante que passa a ser 0,30 centavos por metro cúbico só atinge as empresas ligadas ao SINDICOM. Isso está no contrato padrão de vocês para todas as empresas e o desconto é para o atendimento de volume que vocês negociam. Não sou eu que estou inventando.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Exatamente. Os contratos são transparentes para as companhias...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não. Os contratos até são transparentes. A metodologia da ação das cotas é que não nos parece transparente, como o próprio Deputado Paulo Rubens falou e eu me associo à iniciativa dele.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Não. As cotas é ANP, Deputado. Conosco é a negociação de contrato de volume.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, Dr. Rogério, cota da ANP é um volume de quem está iniciando um volume ridículo. Não estamos discutindo um milhão de litros por mês. Nós estamos discutindo aqui 45, 50, 100, 150. O senhor sabe tão bem quanto eu que a ANP dá cotas de valores mínimos, mas são as cotas para atendimento de contrato.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Mas grandes também. Não só as pequenas, mas as grandes também, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Bom, eu queria fazer uma outra pergunta ao senhor. O senhor – só queria aproveitar o momento em que eu estou falando, quando contestaram o problema da Scorpion. Não me consta, a informação — eu vou verificar, nós temos que verificar — não foi dada por mim e nem levantada, foi dada pela Receita Federal. Não fui eu quem levantou essa dúvida, foi a Receita Federal que questionou a celeridade da PETROBRAS de atender a Scorpion naquela liminar. Eu perguntaria ao senhor. Tem uma empresa, que parece ser do mesmo grupo da Scorpion, e que tem uma cota muito grande aqui na PETROBRAS, chamada Aster, com 55 milhões de litros por mês e me parece que



com crédito. A avaliação cadastral que a PETROBRAS faz, ela se atém somente à razão social ou ela também se atém a outras razões sociais que possuam os mesmos associados para verificar? Quer dizer, só não vale a liminar de uma empresa? Vale a liminar das outras empresas do grupo? Eu gostaria que o senhor esclarecesse esse ponto.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deputado, primeiro eu gostaria de esclarecer uma questão. O senhor faz referência a uma menção da Receita Federal sobre a celeridade da PETROBRAS em atender a liminar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sem dúvida nenhuma. Tem meia dúzia de testemunhas aqui nesta Comissão presentes...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - De forma nenhuma, Deputado. Muito pelo contrário.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não foi em depoimento. Foi numa reunião dentro do gabinete do Secretário da Receita Federal.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Não. Fique claro e conste aqui, Deputado, que eu não estou, em nenhum momento, questionando a sua palavra; muito pelo contrário.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, nem a mim. O Presidente estava presente, o Relator estava presente.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Eu sei que o senhor é uma pessoa honrada e está falando a verdade. Não é isso que eu estou questionando. O que eu estou questionando aqui...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E nem eu estou sob questionamento.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - De forma nenhuma, muito menos de mim. Estou aqui, humildemente, tentando cumprir o meu dever. O que eu queria dizer para o senhor é que eu não tenho, nenhum momento, nunca tive qualquer questionamento da Receita. Nunca um Secretário ou Secretário-Adjunto ligou para fazer uma crítica ao diretor ou a qualquer pessoa aqui sob meu comando de que a PETROBRAS estivesse sendo célere. Muito pelo contrário, Deputado. Eu recebo todo dia ameaças, ordens de prisão porque a PETROBRAS estaria demorando a cumprir ordens judiciais para entregar produtos para liminares. Já tive





oportunidade de citar aqui situações da Refinaria de Paulínea, que foi invadida pela Polícia Federal para dar cumprimento a liminares. Nossos homens estão em campo, estão agindo dentro da lei e estão agindo com preocupação para cumprir exatamente nem um pouquinho mais ou um pouquinho menos. É a primeira vez que eu ouço que a PETROBRAS está sendo célere no cumprimento das liminares. Só queria deixar isso bem claro. Se o senhor me permitir, eu gostaria de passar ao Dr. Alípio, para responder as perguntas seguintes.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Nobre Deputado, para todas as companhias que estão sob a cota da ANP, na verdade, a PETROBRAS atende à agência fornecendo o produto que é homologado para cada uma das distribuidoras. A empresa Aster, citada pelo nobre Deputado, compra produto da PETROBRAS sob o regime de cotas da ANP, não por um contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - São 55 milhões de litros em contrato. Está aqui, renovado. Estão aqui os contratos.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Nobre Deputado, eu afirmo veementemente que não existe hoje um contrato firmado com a Aster.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não. Eu não disse hoje. Eu só tenho informações da PETROBRAS até junho. Só que não pode querer aqui colocar sob dúvida, senão eu vou colocar o seu depoimento sob dúvida e o senhor estará mentindo aqui nesta CPI e eu vou requerer sua prisão. Então, o senhor fale a verdade aqui para a gente e não nos faça de bobo. Se tem contrato da PETROBRAS com a empresa Aster, tem que estar aqui. Se o senhor está desmentindo, então, o senhor confirme isso aqui agora, porque eu vou requerer sua prisão.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Deputado, a empresa Aster já teve contrato com a PETROBRAS...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah! Agora o senhor está modificando. Não tem contrato agora, mas teve...

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Não tem agora contrato com a PETROBRAS. Ela é atendida sob o regime de cotas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Esses 55 milhões de contrato que tinha nesse ano de 2003, de cota mensal, não era um contrato?



**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Era um contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah! Então, tinha um contrato?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Teve um contrato...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ah! Então, o senhor deu um contrato para a Aster, uma empresa do grupo com liminar e retirando 30 milhões de litros por liminar. Não foi feita investigação cadastral para saber que era do mesmo grupo para fornecer com liminar?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** - Deputado, a empresa Aster não retirou volume na PETROBRAS durante a vigência desses contratos. Ao que me recordo, nos últimos 2 anos, não teve nenhum volume da Aster retirado com liminar, via contrato, na PETROBRAS...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não disse ao senhor que a Aster retirou com liminar. Eu disse que empresa, de mesmo grupo econômico, retirou por liminar. Eu pergunto se a investigação cadastral da PETROBRAS não foi feita, de modo que os grupos tenham sido investigados. Esse critério tão transparente, esse critério tão sério de verificação das empresas, de verificação cadastral, comercial, se ele foi cumprido. É isso que eu gostaria de saber.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Deputado, se o senhor me permitir.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Pois não, com o maior prazer.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - O senhor poderia dizer qual é a empresa ligada ao grupo da Aster.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Scorpion.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Scorpion é ligada formalmente ao grupo da Aster?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não sei se formalmente. É o mesmo sócio proprietário, talvez, ou mesmo gerente. Estou lhe perguntando, eu fiz a pergunta, queria um esclarecimento.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Permita-se fazer uma colocação?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não tenho nada contra as empresas. Meu questionamento não é nem contra as empresas.



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Está bem entendido.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Nem estou questionando liminar. Não estou entrando no mérito de nada, porque nós já tivemos aqui debate suficiente para colocarmos em dúvida até o questionamento das liminares. O próprio Governo tem medo de questionar a constitucionalidade da CIDE. Então, não estou nem discutindo a liminar. Estou discutindo os critérios transparentes da PETROBRAS com relação à sua comercialização de produção. O que está em questionamento aqui, neste momento, não é nem a empresa, nem a liminar e sim os critérios da PETROBRAS.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, eu acho muito boa a colocação do senhor, inclusive quando o senhor coloca a questão da transparência. E gostaria que o senhor investisse um minuto para refletir comigo sobre a questão que o senhor está colocando. Nós estamos falando aqui de uma situação onde o senhor presume haver uma ligação entre a empresa Aster, uma empresa que está operando conosco sem liminar, e uma outra empresa, criada da noite para o dia, que operou com liminar e causou danos ao patrimônio público.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Vamos dizer que essa presunção é uma presunção com muitos fatos para poder ter bastante...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Exatamente. Vou trabalhar nessa hipótese do senhor. O senhor está trabalhando, como nós buscamos trabalhar também, buscando ver quais são as ligações entre empresas. Existem ligações formais e existem ligações que estão ali, ululantes, realmente, se mostrando. A indústria fala, a indústria comenta. E o senhor me diz, então, o seguinte: quais são os critérios transparentes da PETROBRAS para tomar essas ações?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Eu estou questionando o volume dessa empresa também.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Pois é. O senhor... Eu queria colocar para o senhor a dificuldade. O senhor agora está tocando num ponto muito importante. O senhor está tocando na dificuldade com que a PETROBRAS se depara no dia-a-dia em poder estabelecer, de uma forma



transparente, lidar com uma situação que não é transparente, que é nebulosa, quer dizer, nós ouvimos falar, nós ouvimos hipóteses, nós vimos indícios nos mercados. E digo mais, na medida do possível, nós buscamos agir e ter ação sobre essas empresas. Há empresas que foram mencionadas hoje à noite e que tinham contrato com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas se tiveram os mesmos sócios as empresas? E se tiveram os mesmos sócios as empresas...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, existem empresas...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – ...formalmente no contrato social?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu vou chegar lá. Existem empresas que foram mencionadas hoje à noite aqui que o senhor está mencionando que perderam contratos. Não perderam, porque foi agora...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Dessas informações, eu não disponho, porque a PETROBRAS não as forneceu.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Pois é, mas eu estou lhe dizendo agora.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Eu tenho que trabalhar com as poucas informações que chegaram aqui da PETROBRAS e não com a totalidade da informação.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Pois é, Deputado, terei todo o prazer em fornecer informações adicionais que possam lhe ajudar a formar opinião.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Com certeza absoluta. Eu não tenho dúvida de que o senhor vai nos ajudar, até porque vou requerer a diligência formal na PETROBRAS para obtenção das informações complementares.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – E terá todo o nosso apoio para esclarecer essa questão. O senhor pode contar com isso. Agora, o que eu estou querendo que o senhor pense na questão é que nós estamos aqui frente a uma situação: de um lado, uma empresa da qual o senhor está exigindo transparência de critérios...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sem dúvida.



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – ...do outro lado, uma situação nebulosa, de questões que não estão claras, que é difícil você pegar e amarrar e comprovar a ligação entre duas sociedades. São dois CNPJs diferentes, são duas companhias diferentes. Podem, eventualmente, ter o mesmo sócio ou podem não ter.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas o senhor não falou aqui que a avaliação cadastral que a empresa faz quando comanda uma empresa, ela vê o seu quadro social, vê a sua capacidade econômica?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Eu acredito que a empresa, quando ela foi buscar o contrato com a PETROBRAS, tenha sido feita uma investigação, uma avaliação cadastral, tenha tido conhecimento de quem são os sócios e, conseqüentemente, se poderia se deparar com os sócios da outra empresas, se são os mesmos. Se não são os mesmos sócios, eu lhe dou total razão.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas se forem os mesmos sócios, há de convir que essa avaliação cadastral da PETROBRAS está, no mínimo, falha; no mínimo, falha.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, então, deixe-me explicar. O senhor está mencionando um caso específico.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Exatamente.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Companhia que tem um contrato com a PETROBRAS, que teve contrato com a PETROBRAS durante algum tempo. E quando chegou em janeiro...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O único tempo que eu tenho para avaliar são 2 trimestres deste ano, que é o único tempo que eu tenho aqui comigo. E o volume equivale quase a metade da gasolina que a Ipiranga tirou no mês. Não é um volume qualquer, não. É um volume que foi quase a metade do que a Ipiranga comprou da PETROBRAS.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, Deputado. Então, o senhor está me dando aqui uma situação de uma companhia que já, no ano passado, tinha contrato conosco. Estou correto? Chega este ano, aparece...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Ano passado... Eu só tenho informação de janeiro até junho de 2003.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – E terei todo o prazer em lhe fornecer qualquer informação adicional que o senhor julgue relevante para poder balizar as suas informações.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Concedida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Sr. Presidente, nós estamos discutindo uma coisa sobre hipótese. A dúvida está levantada, a PETROBRAS amanhã esclarece se as empresas tinham os mesmos sócios. Vamos passar para o assunto seguinte, senão não vai valer. Estão discutindo a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – A Presidência está deixando bem à vontade, para depois não dizer que o Presidente... O meu horário de dormir já foi embora. Então, agora, não tenho mais sono.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Nobre Deputado José Carlos, o meu questionamento não foi só o problema de ser o mesmo sócio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** – Eu entendi.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Foi também do volume exagerado para uma empresa que hoje até nem contrato mais tem, ou seja, não é nenhum comprador, não é nenhum comprador contumaz, constante, um cliente considerado pela PETROBRAS.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Ele é um comprador constante, Deputado. Mas isso prova como a PETROBRAS, quando vê indícios de que alguma coisa está errada, corta essas empresas...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Então, a PETROBRAS descobriu indício com essa empresa, de que há alguma coisa errada com ela?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Tem suspeitas em situações.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Quais são as suspeitas que a PETROBRAS tem?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Pediria à área comercial que explicasse por que foi suspenso o contrato com a Aster.

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – O contrato da Aster foi suspenso porque a Aster, no início deste ano, não “performou” a retirada dos produtos que estavam contratados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O que quer dizer “não performou”?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – Não “performar” é retirar um volume abaixo do volume por ela solicitado via contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Ela retirou um volume abaixo?

**O SR. ALÍPIO FERREIRA PINTO JÚNIOR** – Abaixo.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Se me permite acrescentar, isso freqüentemente é um indício de que a companhia tem algum tipo de operação, pode não ser nesse caso, mas é um indício de que a companhia pode tirar o produto através de um “liminarista”. Então, está aí, Sr. Deputado, a maneira como a PETROBRAS age.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Isso, para mim, ainda não diz nada. O que me diz é saber se, efetivamente, são sócios diferenciados, porque se foi e teve contrato, o mesmo sócio, já houve um erro da PETROBRAS.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Nós não podemos saber quem são os sócios da Scorpion.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Nós vamos saber isso já, já numa diligência.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sem dúvida, e contará com o nosso apoio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não precisamos nem perder tempo com isso.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Mas é importante dizer o seguinte, só para não ficar dúvida no ar: a Scorpion não tem contrato com a PETROBRAS, por consequência...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Isso nós sabemos.



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Mas é importante que o Plenário saiba que, por não ter contrato com a PETROBRAS, a PETROBRAS não tem acesso aos sócios dela.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas ela comprou.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Ela não se cadastrou com a PETROBRAS. Ela comprou através de liminar e por decisão do Judiciário. A PETROBRAS não tem acesso às informações.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Dr. Manso, por que a gente faz consulta formal ao SERASA e a qualquer um e obtém informação sobre cuidado cadastral de qualquer empresa? Ela já comprou por liminar, volume relevante, eu duvido que a PETROBRAS não tenha feito levantamento de quem são os sócios.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim. Por ordem judicial.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Eu duvido que a PETROBRAS não tenha feito levantamento.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – E se a ligação dela era essa, pelo menos um passo a PETROBRAS deu, no sentido de melhorar a situação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Isso aí, o senhor me perdoe, mas é zombar da nossa inteligência achar que a PETROBRAS não levantou. Agora, o fato de o senhor dizer que o volume diminuiu é que não correspondeu, que a PETROBRAS age com transparência, a dúvida é: por que um volume, que equivale à metade da venda da Ipiranga, para uma empresa que não tem capacidade sequer de tirar o volume? Então, esse é outro ponto.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Ela tem que tirar desse produto. Ela tirou esse produto regularmente quando ela tinha contrato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas quem é a Aster? E o volume de comercialização dela?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado Eduardo Cunha, eu posso...





**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Eu vou seguir adiante. Eu queria perguntar ao Dr. Rogério Manso, para seguir sua linha, se o senhor recebe pedidos políticos de concessão de cota dentro do seu cargo.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Pedidos políticos de concessão de cota?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – É. Pedidos para conceder cotas para empresas que normalmente não seriam concedidas ou não passaram para avaliação, e o senhor possa ter recebido pedidos para concessão de cotas.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Cotas são dadas pela ANP, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não, contratos. Vamos dizer, volumes e contratos. Pronto. Vamos ser mais explícitos. Perdão o termo cota, equivocado.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu não tenho nenhum específico que eu pudesse...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não houve nenhum pedido ao senhor de concessão?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – É possível que tenha havido. Não tenho nenhum específico que eu consiga me recordar agora, que possa usar como referência.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – E o senhor atendeu a algum desses pedidos políticos?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Normalmente, não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas normalmente quer dizer não atendeu? Ou poderia ter atendido?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Qualquer pedido que chegue à diretoria, qualquer pleito que seja levado à diretoria, normalmente, é dado o encaminhamento para a área comercial avaliar se existe alguma questão, seja ele político, seja ele de um empresário, seja alguém que entendeu que a PETROBRAS estava agindo de uma forma indevida.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Houve algum pedido para o senhor atender a Univen em maiores volumes ou o senhor não se recorda disso?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – A Univen é compradora de solventes, não de combustíveis.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Sim, de aumentar o volume dela?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, já houve pessoas que pediram o produto para a Univen.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Quem poderia ter pedido, por exemplo? O senhor se recorda?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu, agora, não gostaria de mencionar nenhum nome.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O senhor não gostaria ou o senhor não conhece?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Não conheço como assim, Deputado?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não. O senhor não gostaria, porque o senhor não está com vontade de mencionar, ou o senhor não se lembra?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu não gostaria, porque eu não estou com vontade de mencionar. Eu teria que me recordar de alguns...

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Não pode ser isso, não! Ele tem que dizer, sim.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Como é que não vai dizer? O senhor vai ter que dizer, sim, o nome. Como é que não vai dizer?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, eu teria...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Se o senhor sabe, o senhor tem que dizer o nome.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, eu teria que fazer exercício de memória.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Então, o senhor está se omitindo aqui.



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Não. Desculpe, Deputado, não estou mentindo.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O senhor não veio para cá... olha o que o senhor falou aqui no início. O senhor veio aqui para dizer a verdade.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sem dúvida nenhuma, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – O senhor está se omitindo a dizer uma coisa que o senhor sabe.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, eu teria que fazer exercício de memória para me lembrar quem foi.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Não! O senhor está dizendo que gostaria...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Eu não quero fazer uma acusação indevida ou levantar que alguém fez alguma coisa. Eu estou falando aqui sob juramento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Concedida.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Ele pode se ater, se ele quiser, e não responder.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Deputado, eu não entendi.

**(Não identificado)** – Também não entendi o posicionamento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Ele pode se ater e não responder, no momento.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Olha aqui, Sr. Presidente, diante dessa situação, eu vou sugerir aqui, agora, à Comissão: a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Rogério Manso. Dele e de toda a sua gerência.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Por força da sua posição.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Estou requerendo aqui, verbalmente, agora, Sr. Presidente. Isso é uma coisa grave. Isso aqui não pode ficar sem resposta. São 1h da manhã, quase, Sr. Presidente. Isso não é uma brincadeira. Eu estou aqui, agora, colocando em votação isso. Peço ao senhor que coloque em votação, verbalmente, a quebra de sigilo fiscal.



**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado, eu tenho um requerimento sobre a mesa que tem preferência.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa., lá atrás, eu encaminhei o requerimento a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputada, V.Exa. está com toda a razão.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Mas o nobre Deputado Eduardo Cunha... nós continuamos o trabalho enquanto estava havendo uma discussão jurídica. Então, hoje, eu quero que o nobre Deputado Eduardo Cunha termine para eu entrar na votação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Não! Agora, eu tenho uma questão de ordem, para que V.Exa. dirima com a assessoria jurídica da Câmara.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – O depoente está se recusando a responder uma pergunta, declinando que não... que tem conhecimento e que não quer falar.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem, Sr. Presidente.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Então, eu gostaria de... V.Sa. falou...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Desculpe, eu não estou...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Um momento, eu gostaria que a minha palavra fosse assegurada.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Eu gostaria que a minha palavra fosse assegurada, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – Mas eu gostaria da minha palavra assegurada, Sr. Presidente. Eu estou falando...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** – Sr. Presidente, a testemunha pode escusar-se a prestar depoimento se colidir com o dever de guardar sigilo. O sigilo profissional tem alcance geral e se aplica a qualquer juízo: civil, criminal, administrativo e parlamentar.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** – E desde quando isso afeta sigilo profissional, Deputado? Eu estou com a palavra assegurada, no momento em que pedi pela ordem. Eu gostaria de saber qual é o posicionamento da Presidência acerca da colocação do depoente. Gostaria da assessoria jurídica, porque houve uma recusa em responder uma pergunta. Ele poderia dizer que não sabia, é um direito até dele de não saber. Agora, dizer que “gostaria de não falar”, que “gostaria de não mencionar”, é uma situação de recusa. Eu gostaria de saber o que se aplica a essa situação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – O nosso departamento jurídico vai dar a informação.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** – Eu acho que a Comissão tem idoneidade de julgar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Não, só quero informar, só quero saber se o nobre depoente vai reafirmar aquilo que ele... é importante se vai haver uma reformulação, se não vai haver. A partir disso, a gente...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Deputado, eu só quero reiterar o que eu já coloquei aqui. Eu teria que fazer um exercício de memória para me lembrar quem, em algum momento, me pleiteou alguém, alguma coisa. Do contrário...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Sr. Presidente, ele falou que sabia. Com vai fazer exercício de memória?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Do contrário, eu estaria correndo risco de incorrer em falso testemunho. Dizer o nome de alguém que está me enganando e dizendo... alguém que me pediu o que eu estaria afirmando aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Então, o senhor afirma que se soubesse o nome, o senhor diria aqui, agora, nesta Comissão?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** – Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Sr. Presidente, eu gostaria de voltar... se pusessem a fita e que escutássemos a fita...

**(Não identificado)** – Nós gostaríamos de ouvir essa fita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Está bem, nobres Deputados. O nobre Deputado...

*(Tumulto no plenário.)*

**(Não identificado)** – Gostaria que interrompesse a sessão e pusesse a fita...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Eu gostaria que o senhor apreciasse o requerimento, o pedido verbal que eu estou fazendo agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Mas a nobre Deputada Rose de Freitas tem preferência, porque o dela veio primeiro.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Bom, se ela fez, eu até respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Claro!

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** – Se já existe, eu respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) – Existe há mais de uma hora. Só que... Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Eu acho que nós estamos em uma discussão aqui que é infrutífera, passa dos limites. Ou se suspende a sessão ou se encerra a sessão. Na realidade, eu tenho, todos nós temos o sentimento de que as explicações são convincentes. Eles estão sob depoimento, sob um processo e um compromisso de dizer a verdade; podem não querer dizer e podem não dizer a verdade, mas, se não souberem, passarem por escrito à Comissão, se lembrarem dos nomes. Agora, eu acho que dessa forma que está sendo conduzida a sessão, ela realmente não vai contribuir com o andamento da CPI para o que nós necessitamos. Está muito claro, e explicado pelo Dr. Manso — não estou aqui como advogado de defesa de ninguém —, está muito claro que a PETROBRAS não forneceu à empresa Scorpion, como no caso foi dito aqui. E eu acho até o seguinte, pedidos políticos, pedidos de empresários e pedidos de qualquer um, sobretudo



políticos, é o que mais chega a nós. A qualquer Deputado chega, de bolsa de estudo à internação, consulta médica, remédio, todo tipo de pedido, é o que sai aqui.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Não, mas isso é favor, Sr. Relator. Isso aí está envolvendo dinheiro. Quantos querem cota hoje? Ele declarou aqui realmente que houve pedidos para essa empresa. Isso é privilégio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Eu entendo que, se nós tivermos que fazer uma diligência, eu concordo, devemos fazê-la, mas não ficar levantando esse tipo de suspeição, que é infrutífera aqui.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Relator, permita-me contraditar V.Exa., mas eu não concordo que as respostas estejam sendo satisfatórias e que estejam sendo atendidas. Eu acho que as respostas são insatisfatórias, não estão atendidas, há muitas dúvidas para serem esclarecidas. Por isso, propus a diligência, que vou submeter, para que V.Exas. me apoiem.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - No que eu concordo com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Agora, o fato aqui é um outro, é uma recusa em uma resposta. Pedidos políticos eu não estou contestando. Eu apenas perguntei se existe e perguntei quem o fez, se é que o fez. Eu não estou dizendo se é válido, se não é válido; se é moral, se é imoral. Eu estou querendo simplesmente levar para a linha de raciocínio do poder arbitrário que a atual gerência, direção dessa área na PETROBRAS tem, de vender ou não o volume que quer para quem quer. Essa é a realidade que nós estamos colocando aqui. Essa é a realidade. Então, esse é o ponto da linha de raciocínio. Eu não estou dizendo se quem pediu, pediu de forma equivocada, se fez troço ilegal. Eu quero saber se houve, se foi atendido e quem pediu. Mas não estou prejulgando ninguém que pediu. Eu sou político como todos e recebo também pedidos, como V.Exa. recebe. Nós temos eleitores que sempre buscam nos pedir atendimento. Não estou aqui contestando. Agora, é uma situação comercial. Não é uma situação política. Então, eu quero saber se há atendimento político numa situação comercial. Esse é o ponto que eu coloquei. E não me considero satisfeito com as respostas dadas até agora, algumas precisando de debates acalorados para sair a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero informar que a Deputada Rose de Freitas inclina-se nesta Casa Legislativa e, sob o número 282,



vem respeitosamente apresentar requerimento de prorrogação da reunião para a continuidade da oitava dos Srs. Luiz Rodolfo Landim, Presidente da BR Distribuidora, e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, Diretor de Abastecimento da PETROBRAS. O presente requerimento visa complementar informações que muito ajudarão o trabalho que está sendo levado a efeito por esta Comissão. Só quero informar...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu pedi que colocasse o nosso pedido verbal, e o senhor me disse que tinha o requerimento dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas não é o mesmo assunto. Eu quero que ele esteja em pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - A primeira questão que vamos decidir é se nós vamos dar continuidade à reunião. Se nós dermos continuidade à reunião, o seu requerimento passa a ser a prioridade. Se nós não dermos, nós não vamos conseguir botar em pauta. Então, primeiro, nós vamos ter que ter uma decisão que é anterior: se vamos continuar os nossos trabalhos ou se não vamos continuar os nossos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Só uma questão de esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Rose, com todo o carinho, só para a assessoria...

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - O Deputado Bornier...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Faz uma inversão, Sr. Presidente. Eu voto com o dela.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Eu não quero enveredar pelo caminho do Regimento Interno, porque, me desculpem os nobres, sobretudo o Sílvio, que é uma pessoa que nos acompanha nesses 5 mandatos — eu conheço bem o Sílvio e sei da sua capacidade —, o Regimento é comum. O Regimento fala em discussões por capítulos, seções e tudo o mais, e eu não quero enveredar por esse caminho. Eu estava tentando encontrar uma maneira para que nós pudéssemos ter um trabalho mais profícuo, mais acertado, e estou vendo





dificuldades. O Deputado Bornier pede a V.Exa. a inversão dos requerimentos, e ele pergunta se eu concordo. Eu concordo com a inversão dos requerimentos. O que eu gostaria é que nós tivéssemos uma sessão e que pudéssemos extrair dela o máximo de conteúdo para contribuir com esta Comissão. Não é possível, o clima não está bom, e eu o vi há pouco pedindo às pessoas que rejeitassem o meu requerimento. Então, em face disso, peço a ele que apresente o requerimento a V.Exa., e o meu requerimento volta depois, não tem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, só quero afirmar à nobre Deputada Rose que a própria Deputada acabou ajudando. O Sílvio disse que não existe no requerimento a palavra “prorrogação”, mas que nós poderemos encerrar, mas deixando já agendada uma pré-reunião, sabendo que nós vamos ter uma outra reunião, se assim a Comissão entender. Então, só estou afirmando, mas isso é uma orientação técnica. Então, nós temos um requerimento...

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, muitas vezes o que se esclarece na hora serve para orientar outras sessões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Aqui, inclusive, e eu me lembro claramente, “*sujeitas à deliberação do Plenário, em Regimento comum*”. Não têm mais Regimento as Comissões Especiais ou as Comissões Parlamentares de Inquérito. Diz: “*Serão inscritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e os que solicitem*”. Aí vem uma série de itens, e entre eles está aqui: “*adiamento de discussão ou votação*”. Mais adiante, nós temos aqui a questão das discussões. Está claro, quando entra na questão das discussões... “*Da discussão. A discussão*”... Blablá... Não vou entrar nesse mérito. Vou só colocar que aqui diz que a discussão poderá ser feita... “*O Presidente, aquiescendo o Plenário, poderá anunciar o debate por capítulos, títulos, seções ou grupo de artigos.*” Portanto, se enquadra perfeitamente, no meu entendimento, que é de engenharia, não é de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu quero até aproveitar, porque o meu entendimento é de um metalúrgico ferroviário. Então, por isso, eu tenho que ir à técnica da Casa. Estou compartilhando da mesma compreensão da nobre Deputada, tenho a mesma posição, quero deixar claro aqui em público, tenho



a mesma posição da nobre Deputada. Quero que a gente tenha uma saída, que depois a gente não tenha problema mais na frente, na frente jurídica. Então, vamos dizer assim, quero construir, e sou da mesma posição da nobre Deputada. Quero deixar bem claro à nobre Deputada que a mesma posição da nobre Deputada é a minha pessoal. Isso eu quero deixar registrado, e vai entrar na Taquigrafia. É a mesma posição. Mas os 2 assessores reafirmam... Então, primeiro, nós vamos decidir, porque o nobre Deputado Nelson Bornier fez a sua ponderação e a nobre Deputada Rose de Freitas assume que, primeiro, tem que ser o requerimento dele. Então, quero passar, primeiro...

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Certo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - A prudência e a sensatez, quando se está em uma Comissão como esta, devem ter o seu posicionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, Pastor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO** - Neste momento, a coisa passou de um lado para o outro. O Deputado Bornier já lança diante do plenário, solicitando a quebra de sigilo do Dr. Rogério Manso — fiscal e bancário. Se há fundamento nisso, eu creio que a Comissão está pronta para apoiar. Agora, se não há fundamento, não podemos apoiar. Então, o Deputado Bornier, que está fundamentado em pedir isso, peça a palavra, e nós vamos julgar de acordo com o seu posicionamento.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Para encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Rose.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Seria bom que quem apresentou o requerimento fizesse defesa dos seus fundamentos, e alguém para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nós vamos, primeiro, resolver se vamos abrir agora uma sessão deliberativa. Então, aqueles Deputados que concordam que a partir... Primeiro, nós vamos ter que decidir se vamos transformá-la numa sessão deliberativa.



(Não identificado) - Está certo. Está certo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Com uma pauta específica, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Com a pauta específica e o requerimento do nobre Deputado Nelson Bornier.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, eu não botei requerimento nenhum em votação. Nós temos que decidir...

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Olha, se pedir, eu não voto mais nada aqui. Eu dei apoio a todos. Ninguém tem o direito de votar não. Não contem comigo mais não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero, primeiro, dizer que a Presidência bota em votação se nós aqui vamos abrir uma sessão deliberativa, com o requerimento do Deputado Nelson Bornier, com a votação... Há 2 requerimentos, evidentemente.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - *(Inaudível)* inversão de pauta, e ele estava trabalhando, eu vi aqui claramente, para que fosse rejeitado o meu requerimento. Então, acompanhando o sentimento que ele tinha, eu disse que não teria problema inverter.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Deputada Rose, eu não sou contra o seu requerimento. Eu sou contra, realmente, o que eu coloquei. O que eu pedi foi a sessão para que se pudesse votar realmente o meu pedido, que não iria existir hoje. Amanhã é outro dia. Então, somente por isso. Eu não sou contra o seu requerimento.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - V.Exa. acataria uma sugestão?

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Eu vou ousar, mas eu acho que, por exemplo, para deliberar, ter uma sessão deliberativa, nós teríamos problemas aqui em relação ao *quorum* pequeno, inexpressivo; não é apenas numérico, é a questão da expressão. Já o Deputado Luciano está aqui querendo pedir verificação de *quorum*, o que, tenho certeza, vai provocar uma reação em V.Exa. Já conheço V.Exa. Então, V.Exa. podia apresentar esse requerimento, já que eu estou pedindo



adiamento da discussão para uma outra sessão, num *quorum* e num plenário mais qualificado.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Eu quero dizer à Deputada e ao próprio Deputado Luciano Zica que nós quebramos hoje 53 pessoas jurídicas e físicas, sigilo bancário e fiscal, hoje, nesta Comissão, que foi transformada em sessão, de pessoas que nem aqui foram ouvidas. Eu votei contra, até porque não conhecia essas pessoas, não sei de quem se tratava. Quero até dizer que tinha menos número do que temos aqui agora. Então, se é pela posição de uma empresa do Governo, aí eu quero saber até da justificativa do Deputado Zica, porque foi com tanta facilidade que se votou, e eu votei contra. Eu fui um dos que votaram contra. Pessoas que nem aqui vieram depor, que nós não conhecemos... Eu não sei se estão erradas, se têm problema na sua área. Não houve nenhum tipo de verificação. É um direito que cada um tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Nelson Bornier, a Deputada Rose de Freitas fez uma ponderação ao nobre Deputado, e eu gostaria que o nobre Deputado pudesse respondê-la, para eu passar logo ao objetivo nosso: se vamos abrir uma sessão deliberativa ou não. Esse é ponto que está em pauta. Mas a nobre Deputada Rose de Freitas fez uma ponderação.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Deputado Bornier, eu queria acrescentar que, na verdade, eu não estava nessa votação. Mas eu queria dizer que tem muita importância quebrar o sigilo de um diretor da PETROBRAS, porque é empresa nacional, é empresa do Governo, tem uma repercussão enorme. Se há fundamentos, eu gostaria que V.Exa. os colocasse, para que nós os conhecêssemos. Agora, V.Exa. pergunta se é uma empresa do Governo. Eu lhe respondo que é porque é uma empresa do Governo, é porque é um diretor da PETROBRAS. Tudo isso pesa num pedido como esse.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - E aqui não pesa nenhuma das 53. Nós nem conhecemos as pessoas, que nem aqui estiveram para ouvir.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Eu não conheço. Eu nem estava nessa votação. Eu só posso atuar no episódio que me importa.

**O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER** - Mas a senhora quer mais fundamento do que realmente abrir esse precedente de poder dar quota de gasolina



a pedidos? Então, ficou mais do que claro aqui de que não há, realmente, nenhum critério para fornecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Olha só, eu queria... Tem uma coisa objetiva. Eu queria que a gente atentasse para uma coisa objetiva. Com todo respeito, a nobre Deputada Rose de Freitas fez uma posição. Queria perguntar ao nosso Deputado Nelson Bornier. A nobre Deputada Rose de Freitas fez uma posição, se há...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. São duas, aliás. Primeiro, requeiro a V.Exa. a fita. Gostaria que nós ouvíssemos a fita, para ver a real resposta, para que não parem dúvidas e a Assessoria Jurídica faça... Segundo, faço um apelo para que a deliberação do nobre Deputado Nelson Bornier fique para a sessão deliberativa de quinta-feira. Com isso, não teríamos problema de *quorum*. Há outros temas que vão ser debatidos na quinta-feira, e nós teremos oportunidade de debater com equanimidade a situação, com mais presença na Comissão. Acho que é razoável, ele poderia formular um requerimento por escrito. Eu gostaria que ele anexasse até a justificativa de seu requerimento à transcrição da fita, para que ele pudesse até ter justificativa. Também não concordo com a suspensão da sessão. Gostaria que fôssemos até o fim, que acabássemos, porque não vai haver mais tempo. Nós vamos dar oportunidade à PETROBRAS de não voltar mais aqui, já que esta CPI vai acabar. Estou aqui disposto a ficar nem que seja até as 6h da manhã, mas gostaria de acabar esse depoimento hoje.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pela ordem, Sr. Presidente. Poderíamos dar uma sugestão de suspender a sessão, transformá-la em sessão secreta, e talvez o depoente ficasse mais à vontade para responder à pergunta do nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É certo que todo mundo está querendo achar uma solução...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, só para um esclarecimento. Nós estamos em sessão deliberativa neste momento?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, nós ainda não... Nós ainda estamos na audiência pública. Há uma posição, há um requerimento do nobre Deputado Nelson Bornier pedindo...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O requerimento da nobre Deputada Rose de Freitas também é para uma sessão deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É para uma sessão deliberativa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Vou pedir verificação de votação, se houver pedido para transformar em sessão deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, quero pôr em votação.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, V.Exa. já tinha colocado em votação para passar para uma sessão deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não tinha, não. Vejam, faltam 2 minutos para 1h da manhã. Então, se por acaso... Eu sou muito humilde. Se por acaso...Quero dizer que não coloquei nada em votação. Eu não coloquei nada em votação. Primeiramente, temos de decidir se vamos fazer uma sessão deliberativa.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - É isto o que eu gostaria de pedir ao Presidente: que coloque em votação se vamos fazer uma sessão deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso. Então, primeiro, aqueles Deputados que concordam em transformar esta sessão em deliberativa permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Peço verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Eduardo Cunha pede verificação. Vejamos. Contrários: 1, 2, 3, 4, 5, 6...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sete, comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - ...7, 8. Então, rejeitado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então continuemos a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Continuemos a sessão.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Gostaria de ter atendida minha questão de ordem sobre o requerimento da fita, para que possamos ouvir a resposta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, eu fiz um requerimento também.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, embora V.Exa. tenha anunciado um certo resultado, houve um pedido de verificação. Eu acho que V.Exa. deveria fazer a verificação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu retiro o pedido, Sr. Deputado, se é que há flagrantemente (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu faço o requerimento de verificação de *quorum*, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Vamos fazer por chamada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É matéria vencida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não é matéria vencida. nobre Deputado. A lista de presença... (*Pausa.*) Quero afirmar que são 12 presentes. O *quorum* é 13.

**(Não identificado)** - Caiu a sessão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sessão de audiência pública não tem de ter *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, caiu a sessão deliberativa. A audiência pública... Continua a sessão.

**(Não identificado)** - Continua a audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Continua a sessão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, agora, continuando a sessão, por questão de ordem, gostaria que a fita fosse trazida, para a real resposta do depoente.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido formal ao Presidente: que suspendesse esta audiência pública. Já é 1 hora da manhã, nós temos muito trabalho amanhã e precisamos estar com a cabeça fria, em cima de números, tanto nós como as pessoas que estão aqui. Eu acho que já é muito tarde, já é muito cansativo. Estamos aqui desde as duas e meia da tarde,



e que continuemos amanhã ou depois de amanhã. Mas eu queria fazer esse pedido para que esta audiência pública fosse encerrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, a sua verificação não pôde ser acolhida, porque nós não temos número regimental. Nós não podemos... A audiência pública...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas é prerrogativa do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu só posso dizer isso. A lista de inscrição... Ainda tem uma nobre Deputada, que é a companheira Rose de Freitas, inscrita.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu não havia terminado ainda não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Hã?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não havia terminado ainda não. Em primeiro lugar, eu pedi a fita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - (*Ininteligível*) está pedindo, nobre Deputado, amor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Com todo carinho, mas não precisa exagerar. (*Risos.*)

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - Sr. Presidente, V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Rose de Freitas, nobre Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS** - V.Exa. pode... Independentemente de transformar esta sessão numa sessão deliberativa, V.Exa. pode, atendendo o Plenário desta Casa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu sei, nobre Deputada. Só que a nobre Deputada, como tem mais experiência do que o nobre Deputado Carlos Santana.. Eu, se tiver de ficar até 5 manhã, eu irei ficar até 5 da manhã, Porque a decisão é meramente política, e vou ficar aqui até o último. Quero dizer isso bem claro para depois não dizer que o Presidente terminou uma sessão... Eu quero dizer que compartilho da mesma posição da nobre Deputada Rose de Freitas, só que não depende de mim. Então, nós vamos dar continuidade aos trabalhos. Já





pedi as fitas, já pedi as fitas. As fitas, quando aqui chegarem, a gente... O nobre Deputado Eduardo Cunha está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, continuando as perguntas, eu ouvi o nobre depoente, Dr. Rogério Manso, responder ao nobre Deputado — se não me engano, acho que foi o Rogério Silva — sobre o volume de petróleo vendido. Ouvi a resposta dele. Gostaria que ele confirmasse. Ele disse que a PETROBRAS vende 250 mil barris de petróleo do tipo Marlim, tipo pesado, e que é mais conveniente para a PETROBRAS vender do que, efetivamente, processá-lo. Foi isso que eu entendi. Eu queria saber se existe capacidade ociosa de refino de petróleo pesado no Brasil. Pelo que eu sei, nós não temos condições de processar. Esse volume é exportado porque não há refinaria para processar esse petróleo pesado. Gostaria de saber essa informação.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se antes de responder esta pergunta eu poderia responder algo pertinente à pergunta anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pode, pode.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Eu queria ser bastante específico, no caso que me foi perguntado, da Univen. Consultando o meu colega João Carlos Barros, ele me disse que em nenhum momento houve atendimento de pleito colocado pela Univen, através de político. Só para referência.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não perguntei... A minha pergunta não foi sobre atendimento, foi sobre pedido.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Entendi. Sobre o pedido...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Atendimento significa atender o pedido.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Pedido que foi colocado, eu me lembro, numa carta que foi encaminhada à área, e está dizendo que não foi atendido o pedido.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E neste momento o senhor pode declinar de quem era a carta?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - A carta era da Univen...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Da Univen. Só isso...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - ...e foi entregue por um Parlamentar, que eu teria de recordar o nome agora, quem foi. Sobre a pergunta que o senhor me faz, existe uma questão técnica. As refinarias da PETROBRAS vêm sendo, ao longo do tempo, adaptadas para processar o petróleo que foi encontrado no Brasil. O Marlim é apenas uma das referências de petróleo pesado que é utilizado nas nossas refinarias. Hoje, as nossas refinarias processam mais de 80% desse petróleo produzido aqui no Brasil. Esse petróleo, por outro lado, produz um perfil de derivados que não coincide com o perfil do mercado. É um petróleo pesado; portanto, produz mais óleo combustível do que existe de mercado. Até um certo ponto, esse óleo combustível é utilizado para exportação. A partir de um determinado ponto começam a existir gargalos dentro do sistema. Então, passa a ser mais econômico neste momento fazer a sua exportação e importar um petróleo mais adequado ao perfil da demanda.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas eu lhe pergunto o seguinte: nós temos capacidade, hoje, de refinar todo petróleo pesado que é produzido?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Nós temos capacidade de refinar... É possível que nós possamos até refinar todo o petróleo produzido no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só um aparte. Nobre Deputado Alexandre Santos, assume aqui, enquanto eu vou...

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Por outro lado, isso certamente não seria a solução mais econômica. Pode ser que seja viável. A gente sabe que, certamente, pode processar um pouco mais de petróleo pesado do que processa, mas, como eu expliquei aqui, em determinado momento, é feita uma avaliação por um modelo matemático, que nos dá a melhor equação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A área internacional... a área de compras e vendas internacionais fica afeita à sua diretoria também? A compra e venda de petróleo e a compra e venda de derivados também?



**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O Brasil importa derivados?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - De combustíveis também?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Como é que o Brasil... Por que o Brasil importa combustível e exporta combustível?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Porque é da natureza da indústria do petróleo, Deputado. O petróleo, se o senhor me permitir aqui fazer um paralelo... A gente poderia fazer um paralelo com o gado. Quando se compra um petróleo ou quando se produz um petróleo, ele tem determinadas proporções, dependendo do tipo de petróleo. São proporções relativamente predefinidas de cada produto. Alguns têm mais gasolina, outros têm menos gasolina; alguns têm mais *diesel*, outros têm menos *diesel*. Semelhante a alguém que tem uma criação de gado e não vai conseguir produzir só filé *mignon* de uma determinada peça que ele leve para corte. Por isso, existe uma troca intensa. Como é uma indústria que exige investimento de capital muito alto, é natural que, para compensar essas restrições que existem dentro do petróleo, as companhias processem petróleos específicos, exportem um pouco de produto e importem um pouco de produto. Façam esse tipo de compensação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Isso não acarreta perda para o País, que tem um custo de frete nessa operação dos 2 lados?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Eu não concorreria. Muito pelo contrário, os modelos econômicos mostram que essas operações são vantajosas para a PETROBRAS e para o País.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O preço que o Brasil está exportando esse petróleo não está em contratos com preço bem abaixo do mercado internacional?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - De forma nenhuma, Deputado. Esses preços estão perfeitamente alinhados com o mercado internacional.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quanto o Brasil está importando de petróleo por dia, hoje?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Eu ousaria dizer que deve ser cerca de 300 mil barris por dia; um pouquinho menos, talvez.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Qual o percentual dessa compra que é feita em mercado *spot*?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Eu diria que alguma coisa que pode variar entre 20%, 60%, 70%, talvez, do *spot*.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E quais são os fornecedores habituais da PETROBRAS nesse petróleo importado?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Normalmente, o nigeriano é o principal petróleo fornecido, vem da Nigéria, e o petróleo árabe, que vem para as unidades lubrificantes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Fora disso, é feito no mercado internacional, no *spot*?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Mesmo na Nigéria é feito no *spot*.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mesmo na Nigéria é feito no *spot*?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Mesmo na Nigéria, predominantemente no *spot*.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E a PETROBRAS compra direto dos produtores ou compra de *trades* intermediários?

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Compra dos 2, tanto de *traders* quanto de produtores.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Com relação aos escritórios de advocacia, a PETROBRAS, nos seus contratos, só formou 2 contratos com escritório de advocacia. Só tem esses 2 contratos — escritório Alcides Jorge e Espíndola Machado e Hofman — que cuidam desse processos de liminares?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero avisar ao nobre Deputado Eduardo Cunha que a Presidência vai dar 10 minutos e depois, com o plenário vazio desta forma, nós vamos terminar esta reunião.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu vou encerrar. Estou na minha última pergunta.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Olha, Deputado, que eu consiga me recordar... O senhor falou o escritório do Dr. Zine e o escritório do Dr. Alcides...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Zine eu não falei. Eu falei Alcides Jorge, Espíndola Machado e Hofman. Se tem Dr. Zine, eu não sei.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Dr. Zine, Alcides Jorge Costa e Espíndola Machado. Que eu consiga me recordar, nesse assunto de liminares, são esses os 3 escritórios que nós damos...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - São esses. Sr. Presidente, por enquanto... Sr. Presidente, eu só indago pela fita, porque eu acho que é possível, rapidamente, que essa fita esteja disponível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero informar que nós temos um prazo de 10 minutos para encerrar a reunião.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Por que dez minutos para encerrar a reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Se acabar a audiência pública.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Há algum dispositivo regimental para isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, é ordem da Presidência. A Presidência tem poder para isso. Como a Presidência está acontecendo, dando todas as oportunidades de questionamento, a Presidência pode. Porque não tem... A Presidência pode terminar a reunião.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, é um ato de V.Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É um ato da...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, sugeria que V.Exa. encerrasse logo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, nobre Deputado. Teremos 10 minutos. E o Deputado querendo ficar, tem a fita, e também pode ser ouvida a fita. A fita...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu pediria a V.Exa que a fita fosse ouvida antes do encerramento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas só que tem um detalhe: a fita... A orientação técnica é que tem 1 hora de fita, 1 hora de fita. Pode chamar o técnico. Tem 1 hora de fita. É isso, nobre Deputado. Pela Presidência, nós ouviríamos essa fita agora, entendeu? Só que tem 1 hora de fita. O nobre Deputado Alexandre diz que ainda tem mais. Não é só 1 hora não, é mais. Então, se dependesse desta Presidência, a gente botaria agora. Sabe que... Nobre Rogério Manso tem...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, o senhor me permite só uma questão de ordem? Eu tive que me ausentar da reunião e quando voltei os ânimos aqui estavam meio avançados. E talvez tenha sido uma forma mal colocada ou mal compreendida. Nós sempre tivemos, da parte da PETROBRAS, os esclarecimentos necessários para o bom andamento dos nossos serviços aqui. Eu pediria ao Dr. Manso, que já esteve várias vezes conosco, que se pudesse fazer alguma colocação, que pudesse nos ajudar, já que estamos no fechamento da nossa CPI, para que a arbitrariedades não continuem a ser feitas, principalmente no setor do petróleo. Se o senhor tiver alguma ajuda tanto para o Relator, que, por uma questão de grande necessidade, teve de se ausentar, que nos desse aqui, e nós passaríamos para ele. Se houver alguma contribuição da parte de V.Sa. — e eu tenho certeza de que tem, pelos seus conhecimentos, pela sua vida, em exercício da sua função —, que pudesse contribuir neste momento para que nós voltássemos ao momento anterior, inicial da nossa reunião aqui e pudéssemos tentar terminar em outro encaminhamento, independentemente das buscas necessárias e dos esclarecimentos ao nobre Deputado Eduardo Cunha, ao nobre Deputado Bornier, que certamente terão suas respostas adequadas por parte da PETROBRAS, que tem uma tradição neste País e tem compromisso somente com o povo brasileiro. Portanto, era o que eu queria deixar aqui, para que o senhor pudesse, se possível, nos dar encaminhamentos para que não pudesse mais ter essa sonegação. Nós estamos tendo privilégios a alguns em detrimento do sofrimento de outros tantos.

**O SR. ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS** - Bom, Deputado, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, eu só posso agradecer as



oportunidades que me são dadas aqui de esclarecer, em meu nome e, obviamente, em nome da companhia, questões, dúvidas e preocupações que ainda pairam sobre a CPI. A PETROBRAS é uma companhia de atuação nacional, é uma companhia que trabalhou sob o regime de monopólio durante muito tempo. Conseqüentemente, atende a uma gama muito ampla de clientes em todo o País. Nós buscamos... temos buscado, dentro das questões que são as mais emergentes da CPI, ressaltar aquelas que julgamos ser um destaque, que a ação pode ser mais efetiva. E temos buscado contribuir também. Eu, quando venho aqui, venho com o maior número de pessoas possível, para que não possa deixar esta Comissão sem respostas. O nosso objetivo aqui não é nenhum outro... O meu objetivo aqui, em particular, não é nenhum outro senão realmente poder esclarecer e ajudar que se resolva uma situação ou, no mínimo, se avance numa situação que perturba a todos nós que estamos na indústria; deixar as questões cada vez mais bem resolvidas, desde a sua origem, mas passando por aspectos também que são aspectos operacionais do dia-a-dia, que envolvem fiscalização e outras questões. Esse tem sido o nosso espírito. Meu espírito, em particular, é este: dar todos os esclarecimentos que possam ajudar na busca dos legítimos interesses desta CPI. Vamos continuar à disposição, como sempre estivemos, como companhia, botar os recursos disponíveis para aquilo que seja necessário para o bom prosseguimento deste trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero pedir tanto ao Presidente da BR Distribuidora como ao representante da PETROBRAS que todos aqueles questionamentos que foram feitos, que não tenham tido respostas... É importante que sejam encaminhadas para esta Comissão, o mais rápido possível, todas essas respostas. Vários Deputados acharam que não foram respondidas. Então, se houver necessidade... Nós temos a Taquigrafia nossa, as gravações, para poder ser toda ela escrita para nós e encaminhada a esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu vou requerer por escrito, formalmente, uma diligência à PETROBRAS para verificação da documentação que está faltando, o esclarecimento dessas dúvidas, porque não há tempo hábil para esperar taquigrafia, ler taquigrafia, oficiar pela taquigrafia e aguardar resposta na forma que seja entendível, português de



máquina. Então, colocando em português claro, nós precisamos ter a informação que não nos foi passada corretamente durante todo esse tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está encerrada a nossa reunião.